GRUPO TIRADENTES
Inspirando o futuro

FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

XII MOSTRA CIENTÍFICA

CONHECIMENTO E SABER: INTERLOCUÇÃO NECESSÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.

ANAIS DA MOSTRA CIENTÍFICA

"Conhecimento e saber: Interlocução necessária na formação acadêmica"

Aracaju, Sergipe
2019

DIRETOR GERAL
Ivanilson Leonardo dos Santos

SECRETÁRIA GERAL
Rafaela Saraiva de Oliveira Goulart

COORDENADOR ACADÊMICO
Cássio Roberto Conceição de Menezes

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
Cássio Roberto Conceição de Menezes
Márcia Alves de Carvalho Machado
Alana Danielly Vasconcelos

COMISSÃO CIENTÍFICA
Dra. Marcela Montalvão Teti/FSLF
Dra. Marilene Marilene Batista da Cruz Nascimento/UFS-Itabaiana
Dra. Josevânia Teixeira Guedes/Faculdade Pio Décimo
Dra. Mônica Modesto/UFS-Itabaiana
Me. Cássio Roberto Conceição de Menezes/ FSLF
Ma. Márcia Alves de Carvalho Machado/FSLF
Ma. Alana Danielly Vasconcelos/FSLF
Ma. Sara Rogéria Santos Barbosa/FSLF
Ma. Monike Barbosa Andrade/FSLF
Ma. Érika Souza Vieira/FSLF
Ma. Ione Maria Santos de Araújo/FSLF
Ma. Maralysa Correia de Souza Cavalcanti /FSLF
Esp. Flávia Regina Vieira de Carvalho Goes/FSLF
Esp. Aimée Obolari Durço/FSLF.

A Faculdade São Luís de França não é responsável pelo conteúdo dos Anais, com o qual não necessariamente concorda. Os Autores conhecem os fatos narrados, pelos quais são responsáveis.

Anais Eletrônico da XII Mostra Científica

A532 "Organização e saber: Interlocução necessária na formação acadêmica" / Cássio Roberto Conceição Menezes, Márcia Alves de Carvalho Machado, Alana Danielly Vasconcelos (Orgs.) – Aracaju: FSLF, 2019.

320 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISSN 2176-6401

1. Formação acadêmica. 2. Produção científica. 3. Pesquisa científica. I. Menezes, Cássio Roberto Conceição de. II. Vasconcelos, Alana Danielly. III. Machado, Márcia Alves de Carvalho.

CDU: 331.5:004

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Valfran Nascimento (CRB - 5/1992)

APRESENTAÇÃO

A **Mostra Científica da Faculdade São Luís de França** constitui-se em um espaço para publicizar as pesquisas realizadas pelos graduandos da instituição, como também para socializar as investigações realizadas por outras instituições de ensino superior.

A XII Mostra Científica FSLF de 2019 teve como tema "Conhecimento e saber: interlocução necessária na formação acadêmica" e teve como objetivo promover debates sobre questões pertinentes e desafiadoras no que concerne às interlocuções entre conhecimento e saberes no cenário do ensino superior, auxiliando, assim, na reflexão para a formação dos futuros profissionais nas áreas de dos cursos ofertados pela instituição.

O evento é promovido anualmente pela FSLF e conta com a colaboração dos docentes e discentes do curso, além de outros educadores e pesquisadores do cenário local e regional educacional. Promove a integração entre os membros da sociedade acadêmica, bem como da comunidade, expandindo, dessa forma, o olhar crítico dos atores envolvidos no processo formativo do ensino superior.

Durante o evento são apresentadas as pesquisas desenvolvidas por professores, alunos da Faculdade e de outras instituições. Os estudos, nesta última edição, foram apresentados em quatro eixos temáticos, relativos as áreas de conhecimento as quais a Instiutição oferece cursos:

Eixo 1 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência
Eixo 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas
Eixo 3 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde
Eixo 4 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

Os trabalhos científicos foram apresentados em três tipos de modalidades: banner, resumo expandido e artigo científico. Na condução desse trabalho, a Mostra contou com um Comitê Científico com membros do corpo docente interno e professores convidados, com titulação de doutorado, mestrado e espcialização, que contribuiram para a qualidade científica das publicações.

Comissão Editorial

SUMÁRIO

1 Resumos de Banner.....06
2 Resumos Expandidos..... 58
3 Artigos Científicos..... 131

1 RESUMOS DE BANNER

EMÍLIA FERREIRO: CAMINHOS QUE LEVAM AO APRENDIZADO

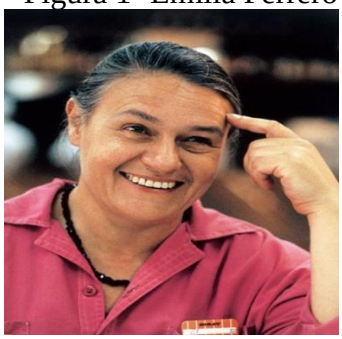
Greice Kelly de Araújo Barbosa[1]
Islandi Vieira dos Santos[2]
Maria Gleycilane Souza Pereira[3]
Niuch Evellen da Silva Souza Ferreira[4]
Queila Moniesley Santos da Silva[5]
Márcia Alves de Carvalho Machado[6]

EIXO 1- interlocuções entre conhecimento e saber no campo da Docência

Palavras Chaves: Emília Ferrero. Construtivismo. Alfabetização. Escrita.

1 INTRODUÇÃO

Figura 1- Emília Ferrero



Fonte: Uol, 2019.

Emília Beatriz Maria Ferreiro Schavi nasceu em Buenos Aires, Argentina, no dia 5 de maio de 1936. Formou-se em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires, no final dos anos 1960. Fez Doutorado na Suíça, tendo sido orientada por Jean Piaget, com quem também trabalhou. Em 1971 criou um grupo de pesquisa sobre a alfabetização, que contou com a parceria de: Alícia Linzi, Susana Fernandez, Ana Maria Kaufman, Ana Teberosky e Liliam Tolchinnsk. Psicóloga pesquisadora e escritora, teve como objetivo desvelar o método psicolinguístico que revela a forma como as crianças aprendem a ler e escrever.

Este estudo tem como objetivo apresentar o pensamento pedagógico de Emília Ferrero, tendo como foco a teoria construtivista desenvolvida pela educadora. Também apresenta as ideias da educadora quanto a alfabetização da criança.

2 METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como de revisão teórica, com uso do procedimento da pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi socializado sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 2003).

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: greice364@gmail.com.
[2] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: islandisantos@gmail.com.
[3] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: gleyci24.gs25@gmail.com.
[4] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: evellensilva@gmail.com.
[5] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: queilamoniesly@hotmail.com.
[6] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: mac_machado@hotmail.com.

3 ENSAMENTO PEDAGÓGICO SOCIALISTA DE ANTONIO GRAMSCI

Para Emília Ferreiro, o construtivismo, teoria utilizada em seus estudos e "[...] que representa um esforço na busca de caminhos que deem conta da complexidade do processo de conhecimento" (ARANHA, 2006, p 275), de forma direta construção, na educação, eram as etapas pelas quais as crianças passavam até alcançar seu desenvolvimento na escrita.

A educadora encontrou obstáculos na aceitação das suas ideias sobre o desenvolvimento da criança, que inicia quando o bebê começa a construir sua própria forma de comunicar-se, utilizando o choro como seu principal meio de comunicação. Para alcançar sucesso em suas pesquisas ela contou com a ajuda da também pesquisadora Ana Teberosky, que na perspectiva da educação tradicional, quanto à alfabetização, deixa claro que toda criança tem sua fase até chegar no percurso final do letramento. No Brasil, o construtivismo inicia-se na década de 1980, ressaltando-se que até os dias atuais as pesquisas realizadas por elas são de suma importância para uso do construtivismo no país.

O trabalho de Ferreiro e Teberosky impulsionaram mudanças significativas no processo educacional, ao passo que buscou formas e métodos capazes de transformar a prática pedagógica. Para as autoras a criança aprende mais praticando o uso da leitura e escrita, uma vez que, juntas permitem à criança pensar sobre o que está aprendendo. Em nota introdutória da primeira edição a Psicogênese da língua escrita Emília Ferreiro e Teberosky declaram: "[que] além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõem problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia". Neste contexto, metodologicamente o uso da cartilha por si só no letramento infantil, não é uma boa forma de educar, pois este será capaz de criar um espaço entre o real e o imaginário da criança limitando-a em seu desempenho na escrita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, de acordo com Emília Ferreiro, o construtivismo surge a partir das dificuldades escolares tradicionais, pertinentes das propostas, métodos, lógicas e as convenções infantis. Neste sentido, percebe-se que os métodos utilizados pelas escolas nem sempre coincidem com o aprendizado natural da criança, pois pela forma tradicional, grande parte das crianças não conseguem decifrar o código da alfabetização.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda- **História da educação e da pedagogia: g**eral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006;

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo de Piaget a Emília Ferreiro**. 8. ed. São Paulo: Àtica, 2006;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO DA MATEMÁTICA

Vanessa da Hora santos[7]
Acacia Cardoso dos Santos[8]
Emanuela Lima dos Reis[9]
Marquize dos Santos[10]
Alana Danielly Vasconcelos[11]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Aprendizagem. Desafios. Educação Matemática. Qualidade de Ensino.

1 INTRODUÇÃO

A matemática está presente em muitas atividades que o homem desempenha diariamente, por isso, a sua grande importância para humanidade, essa matéria dá sua contribuição na formação do cidadão ao desenvolver metodologias que de acordo com D'Ambrósio (2005) são essenciais para todos tanto em sua vida pessoal quanto profissional. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com Nogueira e Darsie (2009), nos deparamos com pessoas que, pelas mais diversas razões, estiveram distantes dos bancos escolares e, retornam após alguns anos. Esse afastamento não apenas por fatores econômicos, mas, por se sentirem excluídos da dinâmica da educação formal. Trabalhar a matemática, desta forma, torna-se um verdadeiro desafio para o professor, por conta do público alvo que ele tem que atingir. Assim, o objetivo geral é mostrar que, a educação de jovens e adultos no campo da matemática traz alguns desafios, mas que, são facilmente superados com a orientação do professor e com o desenvolvimento de um bom planejamento educacional e uma prática de aula diversificada.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho, pautou-se na abordagem qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica de acordo com Richardson (2012).

[7]Vanessa da Hora Santos, trabalha na rede municipal em Aquidabã Sergipe. E-mail: vanessahoraunit@hotmail.com.
[8]Acacia Cardoso dos Santos, trabalha na rede municipal em Aquidabã Sergipe. E-mail: cardosopereira121212@gmail.com
[9]Emanuela Lima dos Reis, trabalha na rede Municipal em Aquidabâ Sergipe. E-mail:emanuelaldr@hotmail.com
[10] Marquize dos Santos, trabalha na rede particular no municipio de Aracaju Sergipe.E-mail:marquize1406@gmail.com
[11]Professora Adjunta Ma. Orientadora na Faculdade São Luís de França. E-mail: alana90@sousãoluis.com.br.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDBEN, 9394/96) para que o aluno realiza a sua matrícula na EJA, é preciso de uma idade mínima de 15 anos para cursar o ensino fundamental e de 18 anos para o ensino médio. Na EJA, isso reflete numa aprendizagem matemática também dividida em diversos graus de aprendizagem, onde se tem alunos que compreende matemática básica e outros que nunca obtiveram contato com ela. Tornando a aprendizagem matemática um desafio para os que aprendem e para os que ensinam. Esses alunos fazem parte dos grupos sociais mais carentes, aos quais as políticas públicas não garantiram nem o básico para sobrevivência, quanto mais o direito de ensino gratuito e de qualidade de forma que eles possam não só se matricular como também permanecer até a conclusão da Educação Básica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino onde, constantemente o professor é desafiado no sentido de proporcionar a eles, um ensino diferenciado, capaz de dar significado concreto aquilo que, eles estudam na sala de aula. Portanto, cabe ao professor refletir sobre esses desafios que fazem parte desse cenário e tentar dar a sua parcela de contribuição nesta luta pela melhoria da qualidade do ensino da matemática na modalidade EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)**. Brasília, 1996.

D’ AMBRÓSIO, Ubiratan, **Etnomatemática. Elo entre as tradições e a modernidade** . Ed Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

NOGUEIRA, Afonso Henrique Souza; DARSIE, Marta Maria Pontin. **Professores de Matemática e o Tratamento dado aos Conhecimentos Prévios dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos na Resolução de Problemas.** Anais: XIII EBRAPEM, Goiânia, Goiás, de 05 a 07 de setembro de 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: METAS E TEMÁTICAS

Douglas Alves[12]
José Denysson Melo Rezende[13]
Suanny Santos Maia Rocha[14]
Thays Rodrigues Santana da Silva[15]
Alana Danielly Vasconcelos[16]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Diretrizes. Educação. Metas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema o Plano Nacional de Educação (PNE), sobre as metas e temáticas que o conduzem. Sua função é estruturar esforços de modo colaborativo, a fim de exponencializar o nível educacional dos brasileiros (MEC 2014). O objetivo é levar o conhecimento sobre o PNE aos graduandos e pós-graduandos para que conheçam as metas que deverão ser atingidas até 2024.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho está pautada na abordagem qualitativa com ênfase na revisão bibliográfica segundo Richardson (2012).

3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: metas e temáticas

Em 2014, o Congresso Federal aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Suas principais diretrizes são: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais e melhoria da qualidade do ensino.

[12]Professor licenciado em Matemática e pós-graduando na Faculdade São Luís de França. E-mail: douglas.alves@sousaoluis.com.br.
[13] Professor licenciado em Matemática e pós-graduando na Faculdade São Luís de França. E-mail: jose.denysson@sousaoluis.com.br.
[14] Professora licenciada em Matemática e pós-graduanda na Faculdade São Luís de França. E-mail: suanny.santos@sousaoluis.com.br.
[15] Professora licenciada em Matemática e pós-graduanda na Faculdade São Luís de França. E-mail: thays.santana@sousaoluis.com.br.
[16] Professora Adjunta na Faculdade São Luís de França. E-mail: alana90@sousaoluis.com.br.

Figura 1 – Principais Metas do PNE.

Fonte: SEDUC/SE (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano Nacional de Educação representa um grande avanço da sociedade brasileira em torno da educação, expõe uma perspectiva muito interessante para o futuro. É um plano admirável e necessário, mas para que se torne realidade é necessária uma ação conjunta: governantes, deputados, senadores, vereadores, escolas, comunidades, professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: http://pne.mec.gov.br. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n. º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br. Acesso em: 08 nov. 2019.

RICHARDSON. R.J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VALIANDO EM MATEMÁTICA: USANDO O ERRO COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

Dasley de Souza Reis Santos[17]
Daniel Silas Santos Silva[18]
Paulo Roberto Santos Junior[19]
Sílvia Maria Bezerra Oliveira[20]
Alana Danielly Vasconcelos[21]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Ensino. Erro. Matemática.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o que é avaliação, de um ponto de vista mais amplo. Durante muito tempo a avaliação tinha o objetivo de rotular os discentes, partindo de uma média como referência para distinguir "os melhores" dos "piores". Hoje em dia, como bem coloca Abramowicz (2009), a avaliação deve ser vista como um direcionamento rumo a um aprendizado, mais efetivo.

2 METODOLOGIA

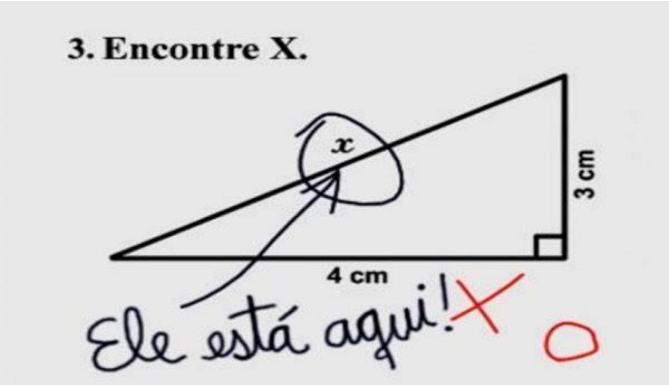
A metodologia está pautada em um trabalho de revisão bibliográfica cuja abordagem é qualitativa de acordo com Richardson (2012), destacando os fatores subjetivos do processo e os significados dos fenômenos e processos sociais.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A relevância do ato da leitura nas aulas de matemática, segundo Carrasco (2001), encontra-se pautada nas oportunidades que ela dispõe para o discente, por meio da emergência nos desenvolvimentos de uma obra, a possibilidade de se retirar compreensões acerca daquilo que se lê. Nesse sentido, por exemplo, e erro cometido na imagem a seguir pode ter sido gerado justamente por conta de uma má compreensão do enunciado, que por sinal, não é bem claro no que ele pede,

[17] Discente de Pós-Graduação na Faculdade São Luis de França. E-mail: dasleyreis@gmail.com
[18] Discente de Pós-Graduação na Faculdade São Luis de França. E-mail:dansilasdan@gmail.com
19Discente de Pós-Graduação na Faculdade São Luis de França. E-mail:silvia.oliveira@prof.colegiomadeus.com.br
20 Discente de Pós-Graduação na Faculdade São Luis de França. E-mail:pr.junior1988@bol.com.br
21Professora Adjunta Ma. na Faculdade São Luís de França. E-mail: alana90@sousaoluis.com.br.

Figura 1 – Ambiguidades em provas de Matemática



Fonte: Fórum pir2.formeiros.com (2010).

De acordo com Smole e Diniz (2001), é a oralidade, que necessita ser aplicada a fim de melhor facilitar a aprendizagem da matemática na escola, "estimulando esse falar, estamos permitindo que os alunos modifiquem conhecimentos prévios e construam novos significados para as ideias matemáticas" (DINIZ; SMOLE, 2001, p. 17). Pacheco (2000, apud Moura 2007) verificou em seus estudos certas razões que podem enredar (e, em alguns casos, até mesmo impossibilitar) a atividade docente, no tocante a empregabilidade da resolução de problemas em sala de aula: o comportamento precipitado e/ou impaciente do(a) educador(a), perante os obstáculos e complexidades denotados pelos discentes, elucidário adotado nas afirmativas das atividades, inoportuno à faixa etária dos estudantes, hesitação do(a) docente que transpõe, entre outros.

4 RESULTADOS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se verificar que, as existentes maneiras de fazer com que o erro seja enxergado de certa forma como algo benéfico, e não prejudicial, vai além das nossas compreensões. A cognição será perfeitamente enriquecida durante o processo de aprendizagem, os discentes perceberam que o erro como uma ferramenta no processo de aprendizagem na Matemática pode ser usado estrategicamente em outras áreas também, ramificadas a ela ou não.

REFERÊNCIAS

CARRASCO, Lucia Helena Marques. Leitura e escrita na matemática. IN: Iara C.B et al. (orgs).**Ler e escrever:** um compromisso de todas as áreas, 4 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 2001 p.175-189.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I., **Ler escrever e resolver problemas:** Habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE EDGAR MORIN

Afonso dos Santos Barros Bizerra[22]
Alexandra Pinto do Santos[23]
Daniela Dantas Santos[24]
Raquel Suely dos Santos[25]
Valéria Correia da Silva[26]
Márcia Alves de Carvalho Machado[27]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência
Palavras-chave: Educação. Formação Cidadã. Interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

O sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, teórico em Educação é graduado em Direito, História e Geografia, realizou diversas pesquisas e estudos sobre a formação do cidadão contemporâneo, nos quais apresenta a educação como um despertar para as artes, tais como outros saberes, abrangendo a curiosidade para a literatura, filosofia e a música. Criando-se assim, o texto sobre "Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro", que favoreceu a elaboração no Brasil, na década de 1990, da base dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Este estudo tem o objetivo de apresentar algumas concepções, no campo pedagógico, de Edgar Morin, buscando focar o pensamento filosófico acerca da teoria da complexidade e a relação com a educação.

2 METODOLOGIA

O estudo delineasse como uma pesquisa teórica, com uso do procedimento da pesquisa bibliográfica, que consiste na utilização de fontes secundárias já tornada pública em relação ao tema pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2003). Quanto a natureza dos dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Morin (2003), os principais objetivos da educação é ensinar valores, portanto, esses saberes passam a ser incorporados pela criança desde o início da infância, nesse sentido, para o autor torna-se fundamental o conhecimento de si para que possa compreender os outros e a humanidade em geral.

---

[22]Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França.
[23] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França.
[24] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: dantas.daniela@hotmail.com.
[25] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França.
[26]Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França.
[27] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: mac_machado@hotmail.com.

Para o teórico há uma necessidade de se iniciar uma reforma educacional, partindo das experiências em uma sala de aula e, até mesmo o uso de novas metodologias e técnicas em que seja aplicado conhecimentos indispensáveis para uma educação futura. Suas pesquisas resultaram na elaboração da teoria do pensamento complexo, objetivando a produção de um estudo que não possa ser subdividido, em que o educador é o ser-humano relevante perante os valores que a educação visa ensinar.

Na obra "Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**"**, Edgar Morin, apresenta a educação como um momento de despertar para novos saberes, e ver na interdisciplinaridade um importante mecanismo de integração aos conhecimentos já contemplados na educação (2000, p. 2), "[...] deveria romper com isso mostrando as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e dos problemas que hoje existem, caso contrário, será sempre ineficiente e insuficiente para os cidadãos do futuro", nesse sentido, é preciso quebrar paradigmas e fazer da interdisciplinaridade um aporte permanente em todos os níveis do saber.

Evidencia-se que a educação é uma forma complexa e se faz necessária que a escola propicie a formação do docente coopere para a formação cognitiva do cidadão, nesse sentido, é preciso que o educador esteja ciente da relevância da própria disciplina e abra caminhos para a instigação da curiosidade do educando.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir das ideais pedagógicas postulados pelo sociólogo francês Edgar Morin, que é necessário começar as reformas a partir da escolarização, de modo, a trabalhar temáticas que abordem questões sobre a compreensão e condição humana a partir de aspectos biológicos, sociais, físicos, psíquico ou cultural, trazendo a interdisciplinaridade para todos os estágios do saber, visto que, as disciplinas estão estruturadas de modo a isolar os objetos do seu meio e isolar partes de um todo, nesse sentido, se faz necessário aperfeiçoar e transformar os diversos níveis do ensino.

REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade:** os sete saberes e outros ensaios, Ed. Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **Educar na Era Planetária**. Ed. Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, Edgar Morin. Ed. Cortez. 2000.

RIBEIRO, Flávia Nascimento. **Edgar Morin, o pensamento complexo e a educação.** Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Progr. Pós-Grad. Educ., Vitória/ES, v. 17, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/PRODISCENTE/article/viewFile/5804/4245. Acesso em: 29 out. 2019.

ANÍSIO TEIXEIRA: PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO LIBERAL

Daniella Reis de Jesus Almeida[28]
José Fabio Rodrigues Brito[29]
Jossileny Santos Martins[30]
Rafael Robert Marques Farias[31]
Sandy Vivian Menezes de Oliveira[32]
Suiani Rafaela Santos da Purificação[33]
Márcia Alves de Carvalho Machado[34]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Educação Igualitária. Escola Nova. Liberdade da inteligência.

1 INTRODUÇÃO

Anísio Spínola Teixeira foi um pedagogo, filósofo e educador, nascido em 12 de julho de 1900 na cidade de Caetité, estado da Bahia. Fez pós-graduação em Nova York, quando teve contato com John Dewey, familiarizando-se com sua teoria pedagógica, sendo assim responsável pela difusão das ideias pragmática do teórico no Brasil.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as ideias pedagógicas de Anísio Teixeira, situando-as quanto à sua diferenciação em relação à tendência pedagógica liberal tradicional, na busca por compreender as características de cada uma delas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de revisão bibliográfica, a partir da consulta de fontes secundárias, que para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de um estudo e cuja finalidade "[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito [...]".

3 PEDAGOGICA LIBERAL PROGRESSISTA RENOVADA

Anísio Teixeira participou, em 1932, ativamente da discussão sobre a educação, no entanto foi perseguido pela ala conservadora das escolas privadas confessionais. Chegou, em

[28] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: daniella.jesus@sousaoluis.com.br
[29] Acadêmico do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: jose.fabio@sousaoluis.com.br
[30] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: jossileny.santos@sousaoluis.com.br
[31] Acadêmico do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: rafael.robert@sousaoluis.com.br
[32] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: sandy.vivian@sousaoluis.com.br
[33] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: suiani.rafaela@gmail.com
[34] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: mac_machado@hotmail.com.

1935, a abdicar da presidência da Associação Brasileira de Educação. Em 1950 na Bahia foi responsável pela criação em Salvador do Centro Popular e Educação Carneiro Ribeiro, depois conhecido como Escola Parque (ARANHA, 1996).. A instituição visava uma educação integral que incluía alimentação, higiene, socialização, preparação para o trabalho e cidadania.

Depreende-se do pensamento do educador a defesa de que escola precisa ser formadora de atitudes, por isso deve educar ao invés de instruir. O seu pensamento pedagógico, embora liberal, distinguisse da pedagogia liberal tradicional. Nesse sentido, a figura 1 apresenta as diferenciações dessas duas tendências.

Figura 1 – Tendências pedagógicas

Tendência Pedagógica	Papel da Escola	Conteúdos	Métodos	Professor x aluno	Aprendizagem	Manifestações
Pedagogia Liberal Tradicional	Preparação intelectual e moral dos alunos para assumir seu papel na sociedade.	São conhecimento e valores sociais acumulados através dos tempos e repassados aos alunos como verdades absolutas.	Exposição e demonstração verbal da matéria e/ou por meios de modelos.	Autoridade do professor que exige atitude receptiva do aluno.	A aprendizagem é receptiva e mecânica, sem se considerar as características próprias de cada idade.	Nas escolas que adotam filosofias humanistas clássicas ou científicas.
Tendência Liberal Renovadora Progressiva	A escola deve adequar as necessidades individuais ao meio social.	Os conteúdos são estabelecidos a partir das experiências vividas pelos alunos frente ás situações problemas.	Por meio de experiências, pesquisas e método de solução de problemas.	O professor é auxiliador no desenvolvimento livre da criança.	É baseada na motivação e na estimulação de problemas.	Montessori Decroly Dewey Piaget Lauro de Oliveira Lima

Fonte:Ramos, 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que Anísio Teixeira foi um dos idealizadores das mudanças que marcaram a educação brasileira no século XX. Compreender sobre seu pensamento propiciou conhecer outras tendências pedagógicas destacadas que marcaram e influenciam a Pedagogia ainda nos dias atuais no Brasil. É certo que, podemos compreender que os conhecimentos pedagógicos reformulados, transformaram a didática educativa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia. **História da educação e pedagogia:** geral e Brasil São Paulo: Moderna, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

RAMOS, Cesar Augusto. **Liberalismo e educação**. Disponível: https://images.app.goo.gl/2NHbsLVfsZ3du39Z9. Acesso: 06. nov.2019.

PROCESSO E APLICABILIDADE EM RECURSOS HUMANOS, UM ESTUDO PRÁTICO NA FACULDADE SÃO LUIS DE FRANÇA. AUDITIORIA NO SETOR: BIBLIOTECA

Fernanda Luiza Santana de Oliveira[35]
Janeclécia dos Santos Silva[36]
Laiane Barbosa dos Santos Bezerra[37]
Orientador(a): Maria Vanilucia dos Santos [38]

EIXO 2 – Interlocuções entre conhecimento e saber no campo das ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Auditoria. Check-list. Passivos Trabalhistas. Evidências comprobatórias.

1 INTRODUÇÃO

O estudo prático tem como foco apresentar ferramentas utilizadas na auditoria para identificar as conformidades e não conformidades nos setores, com objetivo de demonstrar a importância da auditoria para prevenção de passivos trabalhistas. Dado isso, o projeto vem apresentar na prática os processos de auditoria, desde o planejamento do recolhimento de evidências comprobatórias até os resultados finais, sendo assim executando de forma clara um processo de aprendizagem para os alunos.

2 METODOLOGIA

O projeto atua como instrumento para a construção e ampliação do conhecimento que se trata de um estudo prático realizado na Faculdade São Luís de França. Dentro do planejamento foi realizada uma visita no setor da biblioteca seguido por instruções aonde coletamos dados através de um check-list que foram desenvolvidas pelos estudantes do 4º período de Recursos Humanos.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Auditoria é de grande importância para as organizações, pois é um trabalho de mediação e prevenção que visa solucionar problemas ou preveni-las de demandas judiciais e infrações administrativas, apresentando qualidade e serviço.

Segundo Gil (2000), “A auditoria é como uma função da organização institucional que visa à revisão, avaliação e emissão de opinião referente a todo o ciclo administrativo, entendendo-se como ciclo administrativo o planejamento, a execução e o

[35] Estudante de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: flsantana69@gmail.com.
[36] Estudante de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: janeclecia_silva@hotmail.com.
[37] Estudante de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: barbosa123kauan@gmail.com.
[38] Gestora em Recursos Humanos, Professora especialista pela Faculdade São Luís de França. E-mail: vanilucia@hotmail.com.

controle, considerando a auditoria item importante em todos os momentos ou ambientes das entidades".

Figura 1 – Etapa do Check-list

Fonte: Própria autoria (2019).

Figura 2- Etapa Recolhimento de Dados

Fonte: Própria autoria (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto, em andamento, pretende mostrar a importância dos processos de uma Auditoria, que necessita de um planejamento adequado para adquirir evidências aonde chegará a um resultado final, alcançando a emissão de um parecer e o alinhamento de teoria prática. Dessa forma, o projeto almeja agregar conhecimento aos alunos com pesquisas realizadas em diferentes áreas.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Auditoria Conceitos e Aplicações. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

PROCESSO E APLICABILIDADE EM RECURSOS HUMANOS: UM ESTUDO PRÁTICO DE AUDITORIA NA BILIOTECA DA FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

Adrian Santos de Oliveira[39]
Carolina dos Santos Esteves[40]
Endely Santos Leal[41]
Ially Carolinne Silva Santa Rita[42]
Maria Vanilúcia dos Santos[43]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Auditoria. Check-list. Processos Trabalhistas.

1 INTRODUÇÃO

Auditoria é uma avaliação aprofundada sobre o sistema de funcionamento que envolve algumas áreas inclusive a de recursos humanos, sob os aspectos: qualidade e serviço (gestão de pessoas), rotinas burocratizadas de gestão de pessoal, a fim de prevenir e ou evitar demandas judiciais e infrações administrativas. A prática realizada na biblioteca da Faculdade São Luís de França teve por objetivo a identificação e prevenção de irregularidades, onde o mesmo pode desencadear processos trabalhistas, além de vivenciar na pratica o processo de Auditoria estudado em sala de aula.

2 METODOLOGIA

Na perspectiva de avaliação e obtenção de irregularidades no setor da biblioteca da Faculdade São Luís de França, através da ferramenta Check-List obtivemos dados necessários para identificar conformidades e não conformidades. O Check-List é composto por questionário com 20 questões, semiestruturado com perguntas abertas.

[39] Estudante de Recursos Humanos na Faculdade São Luís de França. E-mail: stevescarol_2014@hotmail.com.
[40] Estudante de Recursos Humanos na Faculdade São Luís de França. E-mail: endelylael@gmail.com.
[41] Estudante de Recursos Humanos na Faculdade São Luís de França. E-mail: ially_carolzinha@outlook.com.
[42] Estudante de Recursos Humanos na Faculdade São Luís de França. E-mail: adrian_sousaoluis@gmail.com.
[43] Gestora em Recursos Humanos, Professora especialista na Faculdade São Luís de França. E-mail: vanilucia@hotmail.com.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A auditoria tem um papel muito importante dentro das organizações a fim de identificar que todos os processos internos estejam seguindo corretamente, sendo assim auxiliando a administração para uma gestão eficiente e eficaz.

De acordo com Chiavaneto (2002, p.585) “a auditoria de recursos humanos é definida como a análise das políticas e práticas de pessoal de uma organização e avaliação do seu funcionamento atual, seguida de sugestões para melhorias”.

Figura 1 – Etapa de Planejamento

Fonte: Própria autoria (2019).

Figura 2 – Etapa Recolhimento de Dados

Fonte: Própria autoria (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do conteúdo utilizado na pesquisa observou-se que a auditoria tem um papel muito importante no controle das operações das empresas. Sendo assim, o projeto vem trazer uma experiência eficaz na obtenção de conhecimento para todos os alunos participantes, mostrando a importância da auditoria nas organizações e com a pretensão das próximas etapas de alcançar um parecer final.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Auditoria Conceitos e Aplicações. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CHIAVENATO, I**. Recursos Humanos**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

PROCESSO E APLICABILIDADE DA AUDITORIA EM RECURSOS HUMANOS

Glauciene Alves Ferreira de Jesus[44]
Marielze Santos Oliveira[45]
Marília dos Passos Santos Alves[46]
Michelle Vieira dos Santos Rodrigues[47]
Maria Vanilúcia dos Santos[48]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Auditoria. Cantina. Projeto.

1 INTRODUÇÃO

O projeto está desenvolvendo toda teoria utilizada em sala de aula, capacitando os alunos que se disponibilizam em expandir todo o conhecimento adquirido, exigindo toda a descrição necessária; A aprendizagem só é válida quando conseguimos passa-la para o próximo de forma coerente e direta.

2 METODOLOGIA

O projeto está em construção em apoio ao projeto que iniciamos com uma visita técnica na feirinha da Orla da Atalaia, que nos proporcionou na pratica um entendimento mais específico e minucioso sobre a profissão de Auditor.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O papel da auditoria tem grande relevância nas organizações, uma vez que busca identificar a conformidade dos processos internos de acordo com a legislação e procedimentos empresariais, apoiando a administração quanto a realização de uma gestão eficiente e eficaz.

Para Chiavaneto (2002, p.585) “a auditoria de recursos humanos é definida como a análise das políticas e práticas de pessoal de uma organização e avaliação do seu funcionamento atual, seguida de sugestões para melhorias”.

[44] Discente do curso Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França, e-mail: glaucy-afj@hotmail.com.
[45] Discente do curso Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França, e-mail: mara_aju_lobo@hotmail.com
[46] Discente do curso Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[47] Discente do curso Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França, e-mail: michelle123santos@hotmail.com
[48] Gestora em Recursos Humanos, Professora Especialista na Faculdade São Luís de França, e-mail: vanilucia@hotmail.com.

Figura 1: Reunião de Planejamento

Fonte: Própria autoria (2019).

Figura 2: Reunião após Conclusões

Fonte: Própria autoria (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se desenvolveu sob a orientação de profissional da área, sendo possível observar algumas não conformidades nas atividades das cantinas, que serão demonstradas a partir da conclusão e parecer do trabalho em curso. Esclarecemos que este projeto está em processo e sua conclusão acontecerá com apresentação de debates entre alunos sobre a auditoria desenvolvida no setor de cantinas da Faculdade São Luís de França tendo sua conclusão até o dia 20 de novembro de 2019.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Auditoria Conceitos e Aplicações. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998,

GIL, Antônio Carlos. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

PROCESSO E APLICABILIDADE EM RECURSOS HUMANOS, UM ESTUDO PRÁTICO NA FACULDADE SÃO LUIS DE FRANÇA

Ian Lima Santos[49]
Glesiane dos Anjos Mota[50]
Manasses Santos Oliveira[51]
Maria Vanilúcia dos Santos[52]

EIXO 2 – Interlocuções entre conhecimento e saber no campo das ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Pesquisa. Análise. Auditoria de RH. Estudo. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

O estudo dirigido tem como papel principal utilizar os métodos de auditoria em recursos humanos para prevenir problemas futuros, durante o processo é feito um planeamento para identificar se os setores auditados estão em conformidades ou inconformidade. O estudo tem grande importância para o aprendizado do aluno, pois possibilitará aplicar de forma pratica a auditoria de recursos humanos.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi aplicada através de uma pesquisa. O projeto foi desenvolvido durante as aulas da disciplina de Auditoria, com o propósito de colocar em pratica o estudo dirigido no setor de serviços gerais da faculdade São Luís de França. Foi aplicado pelos alunos um checklist e com isso foi possível obter resultados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Auditoria e uma análise sistemática e cuidadosa das atividades desenvolvidas dentro da organização, tem como finalidade observar se a empresa estar seguindo previamente o que foi planejado e se está em conformidade. Soares, Coletto; Ricardo, Caetano (2009,4), Afirma que Auditoria de Recursos Humanos é uma análise aprofundada sobre o sistema de funcionamento que envolve a área de recursos humanos, sob os aspectos: qualidade e serviço (gestão de pessoas), rotinas burocratizadas de gestão de pessoal, a fim de prevenir e ou evitar demandas judiciais e infrações administrativas.

[49] Acadêmico em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: ian.lima@sousaoluis.com.br.
[50]Acadêmica em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: glesiane.anjos@sousaoluis.com.br.
[51]Acadêmico em Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: <manassessantos98@gmail.com>.
[52]Gestora em Recursos Humanos, professora especialista na Faculdade São Luís de França. E-mail: <vanilucia@hotmail.com>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os fatos mencionados, notamos que a auditoria é essencial dentro de uma organização, e no projeto de visitação foi possível colocar em pratica e alcançar o resultado final. Em virtude de todos os fatos mencionados concluímos que a auditoria em recursos humanos é além de sistemática, é um processo de observância no qual podemos prevenir possíveis problemas possíveis.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Christian. **Origem da auditoria e conceitos básicos**. Disponível em <http://www.faculdadedelta.edu.br/downloads_alunos/1345746737_Conteudo_01.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2019 às 15:15.

VERISSIMO, Anderson. **Auditoria de Recursos humanos**. Disponível em >http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/1118/1/Auditoria%20de%20RH%20-%20anderson%20felizardo%20verissimo.pdf <. Acesso em 10 de novembro de 2019 às 14:30

LOGISTICA 4.0 O QUE É? VANTAGENS, DESVATAGENS E DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO

Camila F. Ramos Almeida Pedrosa[53]
Larissa Vitoria Carvalho Silva[54]
Eliane de Jesus Santos Brandão[55]
Jorge Maikel Alves Batista[56]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Impacto. Vantagens. Desvantagens.

1 INTRODUÇÃO

Quanto a competitividade nas empresa, Pires (1998) ressalta que a potencialidade para gerar vantagem competitiva não está mais dentro dos limites de uma única empresa, mas sim entre as empresas que pertencem à mesma cadeia de abastecimento. Neste contexto, as funções logísticas e seus modelos de gestão atuam como elementos estratégicos fundamentais e determinantes na busca de maior competitividade no mercado globalizado, obrigando a revisão constante dos processos, das atividades, das responsabilidades, da forma de atuação com clientes e pares internos e externos, e da abrangência como atuam as diversas áreas dentro das organizações. Com isso o objetivo geral do presente trabalho é analisar e comparar com os conceitos de Indústria 4.0, as aplicações de projetos voltados à logística 4.0.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem finalidade exploratória, com natureza qualitativa a ser realizada por meio de uma pesquisa sobre logística. De acordo com Pires (1998), a pesquisa de levantamento exploratória tem por finalidade a ambientação à respeito de um tópico, servindo de base para um levantamento mais profundo de documentos e das referências bibliográficas sob objeto de estudo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com Schwab (2016), que cunhou o termo “quarta revolução industrial”, a mudança que estamos começando a experimentar será de tanta magnitude como nunca antes experimentamos. Logística 4.0 é uma expressão que representa uma nova fase da logística, ultra conectada e que atende aos requisitos de velocidade, ganho de eficiência, redução de

[53] Acadêmica do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França.
[54] Acadêmica do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França.
[55] Acadêmica do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França.
[56] Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe. Professor no curso de Administração pela Faculdade São Luís de França. E-mail: jmaikel.jm@gmail.com

custos e disponibilidade de informações impostos pela indústria 4.0, segundo Cunha (2017). Nela são privilegiadas as otimizações e a tomada de decisões apoiadas em dados, que em parte são produzidos dentro de cada empresa, e parte são trocadas entre clientes, embarcadore, transportadoras, armazéns e demais envolvidos na cadeia logística.

4 RESULTADOS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior impacto a ser causado pela Indústria 4.0 mudará o mercado como um todo: a criação de novos modelos de negócios. Uma verdadeira revolução está ocorrendo no mundo da produção. Em um mercado cada vez mais exigente, as empresas em sua maioria, procuram integrar ao produto necessidades e preferências específicas de cada cliente. A customização prévia do produto por parte dos consumidores tende a ser uma variável a mais no processo de manufatura, mas as fábricas inteligentes serão capazes de levar a personalização de cada produto em consideração, se adaptando às preferências através da internet. Aumento a competitividade e a qualidade percebida pelo cliente.

REFERÊNCIAS

AKINLAR, S. Logistics 4.0 and challenges for the supply chain planning and it. Istanbul, Sept., 2014. Acesso em: 3 mar. 2016.

PIRES, Sílvio R.I. Managerial implications of the modular consortium model in a Brazilian automotive plant. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 18, n. 3, p.221- 232,1998.

SCHWAB, Klaus Martin. **A quarta revolução industrial.** 1a Edição, EDIPRO, 2016.

PROCESSOS E APLICABILIDADE DA AUDITORIA EM RECURSOS HUMANOS, UM ESTUDO PRÁTICO NA FACULDADE SÃO LUIS DE FRANÇA

Kerolayne Siqueira Oliveira[57]
Paula Santos Cruz[58]
Taynah Lima Fontes[59]
Thiago Souza Santos[60]
Maria Vanilúcia Santos[61]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Setores. Auditoria. Seminário. Chek-list.

1 INTRODUÇÃO

A causa da evolução da auditoria foi o desenvolvimento econômico dos países, gerando crescente complexidade na administração das empresas e órgãos públicos, levando os alunos a serem cada vez mais curioso com relação ao tema. Por este motivo a disciplina de Auditoria em Recursos humanos criou o presente projeto para que o corpo discente conheça mais na prática sobre os processos de auditoria centrando a sua atenção, não na auditoria aos órgãos ou áreas da organização, mas às atividades e processos que estas executam. Não se trata de uma atividade puramente de fiscalização, mas também de assessoria bem como visualização de melhorias.

2 METODOLOGIA

A metodologia estabelece como será elaborada a pesquisa. O presente projeto é um trabalho em construção, feito em sala de aula e com visitas in loco. Dentro das programações da atividade, primeiro o grupo irá fazer um planejamento, seguido por ata para que se tenha um norteamento para o desenvolvimento e sucesso do projeto.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A auditoria é um processo pelo qual se certifica da veracidade demonstrações contábeis, examinando os critérios e procedimentos contábeis adotados em sua elaboração, e se estes estão de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade.

---

[57] Acadêmico do curso de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[58] Acadêmico do curso de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[59] Acadêmico do curso de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-maiil: taynah.lima@sousaoluis.com.br.
[60] Acadêmico do curso de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[61] Gestora em Recursos Humanos, professora especialista na Faculdade São Luís de França. E-mail: <vanilucia@hotmail.com>.

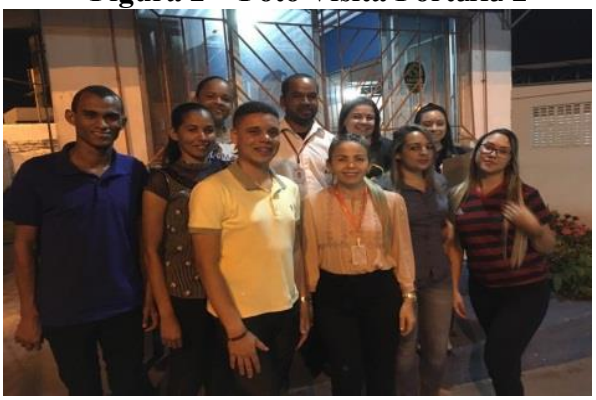
Dentre os vários conceitos de auditoria, destaca-se o de Attie (1998, p. 25), "auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado."

De acordo com Paula (1999, p.35), "O administrador deve reconhecer no auditor um parceiro, um assessor que tendo um conhecimento abrangente da entidade e minucioso na área auditada pode provocar melhorias, subsidiando a sua tomada de decisão."

Figura 1 – Foto visita Portaria 1

Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 2 – Foto Visita Portaria 2



Fonte: Autoria própria (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende, com este projeto, demonstrar a importância da auditoria nos processos das organizações. As visitas operacionais são fundamentais para se alcançar o objetivo geral. Conclui-se que, no mundo de hoje, onde a globalização da economia se faz presente, os procedimentos empíricos, ou simplesmente técnicos, não são suficientes para a sobrevivência das empresas. O que se requer hoje é a adoção de um monitoramento permanente de uma auditoria moderna, ágil, voltada para todos os aspectos da gestão organizacional.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas,1998.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria intern:** embasamento conceitual e suporte tecnológico. São Paulo: Atlas, 1999.

PRÁTICAR ARTES MARCIAIS DETERMINAM O COMPORTAMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL

Mario da Silva Leão[62]
Nathany Santos Menezes[63]
Petterson Wendel Lessa da Conceição[64]
Jorge Maikel Alves Batista[65]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Artes marciais. Desenvolvimento humano. Empresas.

1 INTRODUÇÃO

A proposta das artes marciais no âmbito empresarial tem como objetivo a técnica de aprendizado e a busca pela motivação e engajamento dos funcionários alavancando a melhoria contínua e a inovação na empresa. “Viver sem crise” , livro de autoria da jornalista Olga Curado, aproxima o aikido das tomadas de decisões cotidiana de gestores de todos os calibres. Assim como na arte marcial, o Ki – energia – é um dos principais conceitos tratados no livro. “Energia é tudo o que pode ser transformado em trabalho”, diz o livro. Quando a verdade é estabelecida com antecedência, é possível minimizar ou até eliminar por completo um problema que surgiria no futuro. A honestidade gera confiança nas informações prestadas e segurança na tomada de decisões por um líder, aumentando os resultados de todos. Proni (1994) define arte marcial como um conceito que engloba um amplo conjunto de técnicas de defesa pessoal. Cada modalidade possui uma história e uma filosofia particular.

O objetivo deste trabalho é determinar quais os impactos e benefícios das práticas de artes marciais que podem influenciar na formação do comportamento e no desenvolvimento do ser humano, tanto profissional quanto pessoal levando em conta principalmente em ambientes empresarial/organizacionais. A pesquisar foi feita por meios de artigos, livros, sites para que desse a conclusão.

2 METODOLOGIA

No que se refere a metodologia, trata-se de um estudo teórico, com uso do procedimento da pesquisa bibliográfica, no qual foram consultados artigos e sites acerca da fundamentação teórica e autorais.

Justifica-se a investigação pela importância do trabalho está em determinar os possíveis benefícios tanto em seu aspecto motor quanto ao lado pedagógico e psicológico

[62] Acadêmico do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França.
[63] Acadêmica do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França.
[64] Acadêmico do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França.
[65] Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe. Professor do curso de Administração pela Faculdade São Luís de França. E-mail: jmaikel.jm@gmail.com

fazendo com que o indivíduo desenvolva com as artes marciais autocontrole, administração de stress e raiva, lidar com o medo, criar estratégias entre outros valores como a cooperação, solidariedade e o respeito que interferirão no seu comportamento com os demais.

2 AS ARTES MARCIAIS NO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

O significado do termo marcial, segundo o dicionário Aurélio, e um adjetivo que diz respeito a guerra, bélico ou que se refere a militares ou os guerreiros. Já a palavra arte vem do latim ars, que significa técnica. O termo artes marcial remete as técnicas em dirigir os movimentos corporais para que possam se sobressair fisicamente nas guerras armadas ou não armadas na defesa pessoal (Morgan, 1992)

O tratado "A Arte da Guerra", escrito por Sun Tzu há 2.500 anos, tornou-se referência em estratégias de combate por toda a história, chegando aos nossos tempos como um ícone em estratégias de negócios e administração. Sun Tzu é atemporal, pois trata de pessoas que geram organizações, analisa as motivações por trás delas, assim como seus pontos fortes e fracos, seus medos e motivações. Por ser um profundo estudioso de relações humanas e de suas organizações. (Cesar, Carlos, 2012). Ele sistematizou o que acontece em qualquer tipo de batalha, seja ela em uma guerra, entre corporações ou entre pessoas e grupos, construindo um padrão de comportamento a ser aplicado em qualquer ramo.

O treino de uma arte marcial tradicional baseia-se no aprendizado das técnicas e ensinamentos no desenvolvimento de comportamentos pautados por valores tradicionais, que são: Compaixão, Fidelidade, Lealdade, Honra, Honestidade, Justiça, Coragem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indivíduo que tem um comportamento ético e moral adequado diante a sua profissão sem prejudicar o próximo poderá beneficiar tanto os seus semelhantes quanto a empresa que está envolvida, pois nota-se que essa pessoa além de ter uma formação comportamental que não se abala fácil, a mesma tem o autocontrole de suas ações, emoções e impulsos.

Por esse fator que as artes marciais são importantes para as empresas, pois desde o início da pratica desta modalidade de esporte, passadas aos seus aprendizes são a ter um comportamento, "correto", dentro do tatame ou ringue fazendo com que o respeito pelo seu oponente seja mútuo e recíproco, sendo aplicado no convívio social e consequentemente empresarial.

REFERÊNCIAS

LACROSE, F, L; NUNES, S. A.N. Artes marciais e o desenvolvimento humano. Uma revisão de literatura**. Efdeportes.com, Revista Digital.** Buenos Aires, 202, 2015. https://www.efdeportes.com/efd202/artes-marciais-e-desenvolvimento-humano.htm.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL. **Comportamento profissional: atitudes exemplares que fazem a diferença no serviço**. 2019. Disponível em: <https://www.sbie.com.br/blog/comportamento-profissional-atitudes-exemplares-que-fazem-diferenca-no-servico/ >. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

QUINTÃO, R. L; NOVACOSKI, R. L. O judô dentro da prática escolar. **EFDeportes.com, Revista Digital,** 182, 2013. http://www.efdeportes.com/efd182/o-judo-dentro-da-pratica-escolar.htm

MARQUES, José Roberto; **O que define o bom e o mau comportamento profissional**?. **jrmcoaching**. Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-define-o-bom-e-o-mau-comportamento-profissional/ >. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

TZU, Sun. Tradução de Sueli**. A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

SOUZA JUNIOR, Tácito Pessoa. **Artes marciais, esportes de combate ou jogos de oposição?.** Buenos Aires: EFDeportes.com, setembro de 2010. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd148/artes-marciales-o-jogos-de-oposicion.htm. Acesso em: 13 nov.2019.

PRONI,M.W. Observações sobre a história das artes marciais. ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE, 2, 1994, DEF UEPG. **Coletânea**: Unicamp, 1994, p 401.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO

Thaís Rosário Santos Rocha[66]
Samuel Correia Santos[67]
Thamires Rodrigues Vieira[68]
Eduardo Santos Pinheiro[69]
David Luis Batista Santos[70]
Hugo José do Nascimento[71]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Liberdade. Expressão. Direitos. Dignidade. Ódio.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de revolução digital e de democratização da internet, um tema se faz pertinente na sociedade contemporânea, que é a liberdade de expressão e o discurso de ódio, trazendo à tona questionamentos necessários à reflexão deste tema, a saber: Até que ponto vai o direito à livre expressão dos indivíduos? Em que momento o direito passa a ser uma ofensa ou um discurso de ódio? Como mensurar fatores tão importantes, porem antagônicos? Tais indagações são de grande relevância para compreensão das interações sociais vigentes, servindo como base para analise nos âmbitos jurídico, político, cultural e social.

2 METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica com ênfase na constituição federal, artigos e sites jurídicos a respeito do tema. Sites: Portal Migalhas, Planalto, Conjur e DireitoEti.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A Constituição Federal de 1988, prever em seu art. 5°, IV, a garantia à "livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato", ainda no mesmo artigo, no parágrafo IX, reafirma que "é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". Dessa forma, é perceptível que a carta magna veda qualquer forma de restrição ao direito do indivíduo de se manifestar, dado o cunho democrático da sociedade em que vivemos, porém, em contrapartida, há de se ponderar até que ponto o exercício e o usufruto de um estado democrático de direito, podem ferir ou

[66]Acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[67]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[68]Acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[69]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[70]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[71]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.

violar a integridade e a dignidade humana do outro, tornando o que deveria ser um ato de direito, numa conduta ilícita, ou seja, um discurso de intolerância ou de ódio.

Figura 1 – Discurso de ódio não é liberdade de expressão

Fonte: Jornal do Campus (2017).

Figura 2 – Liberdade de expressão

Fonte: serjusmig,com (2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário de polarizações, nos mais variados aspectos e esferas, em que se encontra a sociedade, onde não há um ponto de equilíbrio para expressões da questão social, o papel do legislador torna-se dificultoso, no intuito de pacificar ou deliberar uma jurisprudência

acerca de temas delicados e limítrofes, como o aqui abordado. Há uma linha tênue entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio, cabendo aos operadores do direito a difícil tarefa de encontrar um equilíbrio ou diferenciação entre tais fatores, pois, um está vinculado e alicerçado no direito legitimado, e o outro refere-se a uma conduta não aceitável nem legalmente, nem moralmente.

É possível ambas as situações perpassam por preceitos morais, daí sua complexidade em se definir, se uma atitude foi utilizada com liberdade ou com tom de ódio, desprezo ou preconceito, pois onde a moral está presente, as situações se tornam subjetivas, relativas, complexas, portanto difíceis de serem mensuradas de forma clara e objetiva.

Cabe então, a cada indivíduo apelar e fazer uso do bom senso, da empatia e do respeito ao próximo, afim de que uma opinião própria acerca de algo ou alguém, não se torne fonte de opressão, desrespeito e de violação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

CORTENELLI, Isabel. NEVES, Felipe Costa Rodrigues. **Liberdade de expressão em tempos de internet**. MIGALHAS. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/ConstituicaonaEscola/123,MI287487,51045-Liberdade+de+expressao+em+tempos+de+internet/; Acesso em: 07 dnov.2019

MARTINS, Olivia. DE QUADRO OLMOS. **lLberdade de expressão x discurso de ódio: abordagem a partir das redes sociais.** Disponível em: http://direitoeti.com.br/artigos/liberdade-de-expressao-x-discurso-de-odio-abordagem-a-partir-das-redes-sociais. Acesso em: 26 nov.2019.

WOLFGANG, Ingo. SARLET. **Direitos fundamentais, liberdade de expressão e discurso de ódio – de Karlsruhe a Charlottesille.** Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-ago-10/direitos-fundamentais-liberdade-expressao-discurso-odio-karlsruhe-charlottesille. Acesso em: 26 nov.2019.

A INAFASTÁVEL RECONSTRUÇÃO PRINCIPIOLÓGICO-CONSTITUCIONAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO NA FORMAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO CONTENCIOSO

Cleanderson Nunes da Silva[72]
João Pedro dos Santos[73]
Joane dos Santos[74]
Tarso Quirino Lessa[75]
Maria da Conceição dos Santos[76]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Processo constitucional democrático. Princípio lógico-constitucional;. Processo administrativo tributário.

1 INTRODUÇÃO

Este banner tem por objetivo principal demonstrar a necessidade infestável da reconstrução princípio lógico-constitucional do processo administrativo tributário brasileiro, pelo apontamento da não observância dos princípios instituí-vos do processo na formação do crédito tributário sujeito ao lançamento por homologação.

2 METODOLOGIA

O debate teórico se instala no momento em que a Administração Pública obsta o processo administrativo tributário na formação dos créditos tributários sujeitos ao lançamento por homologação, desrespeitando princípios constitucionais do processo, especialmente, o contraditório, ampla defesa e isonomia. Após a declaração prestada e não quitado o tributo, o contribuinte não tem sido notificado para pagar, muito menos para apresentar impugnação administrativa, ocorrendo, de pronto, a direta inscrição do suposto débito em dívida ativa, emissão da Certidão de Ativa – CDA, seguida de cobrança executiva. Convencionou-se chamar esse tipo de crédito tributário de crédito tributário não-contencioso que, pelo próprio nome, permite-se concluir que é aquele que não pode ser contestado, em total dissonância com a principiologia processual democrática.

3 REVISÃO DA LITERATURA

[72]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[73]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[74]Acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[75]Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[76]Acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Luís de França.

Adoção do devido processo administrativo tributário, com o estudo, pelo marco teórico, da principiologia constitucional democrática, proposta nas obras de Héctor Fix-Zamudio (México-1956), José Alfredo de Oliveira Baracho (Brasil-1984) e Ítalo Andolina/Giuseppe Vignera (Itália-1990). A utilização da pesquisa bibliográfica e do método jurídico-dedutivo, partindo-se de uma perspectiva macro para uma concepção micro analítica acerca da temática ora em estudo e, por fim, como procedimento técnico a análise da questão, teórica e interpretativa, buscando sugestão para a solução do assunto destacado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que há a necessidade da Administração Pública notificar o contribuinte para pagar ou apresentar defesa administrativa mesmo quando tratar-se de tributos sujeitos ao lançamento por homologação, antes de inscrever o débito em dívida ativa, emitir a Certidão de Dívida Ativa – CDA e proceder à execução fiscal.

O processo administrativo, especialmente, o processo administrativo tributário é um instrumento de garantia ao efetivo reconhecimento de direitos fundamentais num Estado Democrático de Direito e, também, como instrumento de garantias do contribuinte, relacionadas à Administração Pública, para solucionar os conflitos de interesses entre ambos. Em qualquer modalidade de lançamento, o processo administrativo tributário deve ser observado para sua legitimidade e validade frente ao processo constitucional democrático.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Paulo Adyr Dias do. **Processo administrativo tributário e o problema da supressão do contraditório.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário brasileiro.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ANDOLINA, Italo; VIGNERA, Giuseppe. **I fondamenti constituzionali dela giustizia civile:** il modelo constituzionale del processo civile italiano. 2. ed. ampl. Torino: Giappichele, 1979.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Justiça Constitucional. **Revista Forense**. Rio de Janeiro, v. 101, n. 380, jan./fev. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS INTERNOS INIMPUTÁVEIS DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DE SERGIPE

Clesemary Souza Santos[77]
Edilma Freitas Cruz Meneses[78]
Maria Helena Rodrigues Ribeiro[79]
Renata Prata dos Santos[80]
Thais Suellen Andrade Almeida[81]

EIXO 2 – Interlocuções entre conhecimento e saber no campo das ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Educação. Internos. Inimputáveis.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um instrumento que visa instruir a pessoa ao convívio social, sendo assim a arte de educar e formar, conforme preleciona Freire, 1996. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Sergipe (HCTP) é uma unidade psiquiátrica de saúde, destinada ao tratamento de pessoas consideradas inimputáveis, ou seja, incapazes de receber uma punição estatal, justamente por não entenderem o caráter ilícito dos seus atos e que, por esse mesmo motivo, tem aplicada uma medida de segurança, sendo um desafio desenvolver tarefas educacionais com estes indivíduos para ajuda-los, também, no processo de retorno à vida em sociedade.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo de caráter exploratório e descritivo de natureza qualitativa e quantitativa.

3 REVISÃO DA LITERATURA

No HCTP, estão internadas 120 (cento e vinte) pessoas, sendo 115 (cento e quinze) do sexo masculino e apenas 05 (cinco) do feminino. Os CIDs predominantes são F19 e F20. A maioria dos internos é alfabetizada. Os que têm ensino fundamental, médio completo e incompleto são vinte, bem como os que possuem nível superior incompleto são somente cinco.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é estabelecida como um direito de todos, assim como também ditam outros diplomas legais, a saber: a Lei de Execução Penal (LEP), artigos 17 e 18; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26; a Lei de

[77] Graduanda em Direito pela Faculdade São Luís de França. E-mail: clesemaryssantos@hotmail.com.
[78] Graduanda em Direito pela Faculdade São Luís de França. E-mail: edifreitas1965@gmail.com.
[79] Graduanda em Direito pela Faculdade São Luís de França. E-mail: mariahelenarrgl@gmail.com.
[80] Graduanda em Direito pela Faculdade São Luís de França. E-mail: renataprata91@gmail.com.
[81] Graduanda em Direito pela Faculdade São Luís de França. E-mail: thaisalmeidaif@gmail.com.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigo 37, §1º e 2º, além do Programa denominado Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todavia, o Estado de Sergipe não tem garantido no HCTP esse direito básico à educação, pois, hoje, apenas 28 (vinte e oito) internos estão matriculados e frequentando a aula, com carga horária de 12 (doze) horas semanais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos internos do HCTP/SE apresenta baixo grau de escolaridade, o que denota que a educação deve se concentrar nas necessidades básicas, de modo que sejam desenvolvidas habilidades na educação formal e profissional, pois estamos diante de uma ferramenta essencial para reinserção social.

É importante ressaltar que existe uma grande procura dos internos pela educação, mesmo sem haver o instituto da remissão da pena, já que estamos diante de medida de segurança aplicada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988**.** Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 de nov. 2019.

BRASIL **Lei 7210. Lei de Execução Penal.** Brasília, DF: MJ, 198. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em 06 de nov. 2019.

BRASIL _____. **Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 05 de nov.2019.

BRASIL. **Ministério da Justiça.** Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informação Penitenciária - INFOPEN**.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em 06 de nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1999.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos***:* Adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: http://www.bahai.org.br/direitos/Decla_Univer_Dir_Hum.htm. Acesso em 06 de nov. 2019.

IGUALDADE: PRINCÍPIO QUE PODE MUDAR A REALIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Weslley Santos Souza [82]
Bianca Barreto Lira[83]
Elson Ferreira da Silva[84]
Milena Soares Menezes[85]
Nídia Lima Vieira[86]

EIXO 2 – Interlocuções Entre Conhecimento E Saber No Campo Das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Igualdade. Sociedade. Direitos.

1 INTRODUÇÃO

O princípio da igualdade surge conjuntamente com os direitos humanos. No princípio, período antigo, o principal documento que faz menção ao princípio supracitado foi na lei das XII Tábuas, a qual versava que "não se estabelecessem privilégios em leis". Porém, o princípio era aplicado de forma deturpada, de acordo com a visão atual, pois, estava ligado a um controle absoluto de uma determinada classe. No período medieval o princípio sofreu grande influência da igreja, além do absolutismo monárquico. As mudanças só foram visíveis na era moderna, a qual teve grandes revoluções ideológicas e comportamentais, a exemplo do iluminismo e revolução francesa. Tal fase, evidenciou-se por avultadas lutas por direitos sociais e uma maior aplicabilidade dos direitos já adquiridos.

Conquanto, é apenas no período contemporâneo que se combate de maneira eficiente e abrangente os problemas sociais dentre eles a desigualdades sociais, econômicas e política. Tal enfrentamento eclode com a promulgação da constituição federal de 1988 (Constituição Cidadã), a qual positiva o direito de igualdade - Igualdade formal; além da nova interpretação de direitos constitucionais e da expansão do entendimento doutrinal - igualdade material.

2 METODOLOGIA

As etapas desta pesquisa compreendem: revisão bibliográfica e debates críticos em grupo. Com a revisão bibliográfica foi possível o aprofundamento sobre o assunto e o estudo aprofundado da Constituição Federal. Os debates críticos completaram o estudo da tese sobre a igualdade material e formal.

[82] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: weslley.santos@sousaoluis.com.br.
[83] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: bianca.barreto@sousaoluis.com.br.
[84] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: elsonhxcx@gmail.com.
[85] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: milena.soares@sousaoluis.com.br.
[86] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: nidia.lima@sousaoluis.com.br.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Durante a pesquisa evidencia-se que o assunto em questão é debatido no meio jurídico e doutrinário. O site *Âmbito Jurídico* traz em uma das suas publicações intitulada "A evolução histórica do princípio da igualdade jurídica e o desenvolvimento nas constituições brasileiras" um breve levantamento das fases históricas do princípio da igualdade. De acordo com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia (1990. p32) o princípio da Igualdade passou pelas seguintes etapas: "*a era da desigualdade; a era da ideia de que todos eram iguais perante a lei; e a era de que a lei deve ser aplicada respeitando-se as desigualdades dos desiguais nas medidas e proporções de suas desigualdades*".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que grandes mudanças ocorreram ao longo da história neste princípio desde a antiguidade até a atualidade, porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que possamos encontrar a máxima efetividade e a plena aplicabilidade do princípio da igualdade para que assim consigamos viver em uma sociedade justa e igual em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS

AMBITO JURITIDCO. **A evolução histórica do princípio da igualdade jurídica e o desenvolvimento nas constituições brasileiras**. Disponível em:https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-evolucao-historica-do-principio-da-igualdade-juridica-e-o-desenvolvimento-nas-constituicoes-brasileiras/. Acesso em: 05 nov. 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 05 nov. 2017.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **O princípio constitucional da igualdade**. Belo Horizonte: Lê, 1990. p. 32 et seq.

TOBIAS BARRETO DE MENEZES: BIOGRAFIA DOS 170 ANOS DO ADVOGADO, FILÓSOFO E POETA

Cleverson L. Trento[87]
Adelson Ricardo dos Santos[88]
Alex Sant' Anna Góes[89]
Fábio Dantas Fontes[90]
José Walter Santos Hora[91]
Tenesson Souza dos Santos[92]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Tobias Barreto. Jurista. Poeta. Sergipe. Advogado.

1 INTRODUÇÃO

Tobias Barreto de Meneses nasceu na Vila de Campos do Rio Real, hoje Tobias Barreto, no estado de Sergipe, no dia 7 de junho de 1839. Filho de Pedro Barreto de Menezes e de Emerenciana Barreto de Menezes. Iniciou os estudos em sua cidade natal. Mudou-se para Estância, onde estudou latim e música. Em 1861, Tobias Barreto mudou-se para a Bahia e ingressou no seminário, mas não se adaptou. Mudou-se para uma república de amigos em Salvador. Estudou filosofia e matérias preparatórias. Quando o dinheiro acabou, voltou para Vila de Campos. Em 1862, Tobias Barreto mudou-se para o Recife e ingressou na Faculdade de Direito. O ambiente na cidade era muito intelectualizado e dominado pelos estudantes do curso jurídico. Entre os alunos estavam Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves, com quem trocou desafios poéticos.

2 METODOLOGIA

O objetivo desse trabalho é organizar o acervo documental para exposição da biografia atualizada da vida de Tobias Barreto de Menezes. Carcateriza-se pela pesquisa bibliográfica. Utilizou quanto a abordagem a pesquisa qualitative.

3 REVISÃO DA LITERATURA

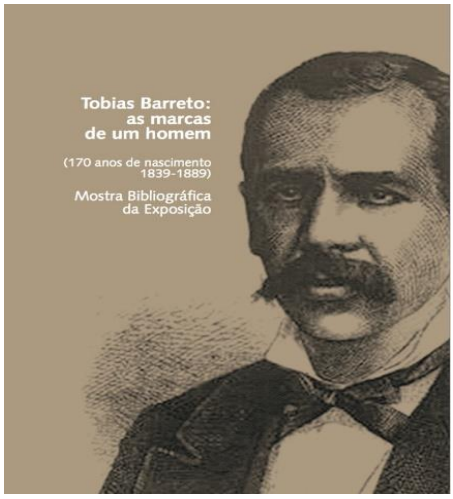
Considerado um filósofo positivista, a contribuição filosófica e científica de Tobias Barreto foi de grande importância, uma vez que contestou as linhas gerais do pensamento jurídico

[87] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[88] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[89] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[90] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[91] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França.
[92] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade São Luís de França.

dominante e tentou fazer um entrosamento entre a filosofia e o direito, propagando os estudos de Darwin e o positivismo de Haeckel.

Tobias Barreto faleceu no Recife, Pernambuco, no dia 26 de junho de 1889. Entre suas obras inclui-se: O Gênio da Humanidade, 1866; A Escravidão, 1868; Ensaios de Filosofia e Crítica, 1875; Ensaio de Pré-História da Literatura Alemã, 1879; Estudos Alemães, 1880; Dias e Noite, 1881; Menores e Loucos em Direito Criminal, 1884; Discursos, 1887; Questões Vigentes de Filosofia e Direito, 1888; e Polêmicas, 1901.

Figura 1 – Tobias Barreto: as marcas de um homem.



Fonte: Mostra bibliográfica da exposição Tobias Barreto: as marcas de um homem: 170 anos de nascimento, 1839-1889. Recife, 2009.

4 RESULTADOS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho destina-se a homenagear esse jurista sergipano, pioneiro e percursor da advocacia brasileira, tendo sido bastante reconhecido em sua época, orgulho de todos nós sergipanos, acreditamos que cabe a nós principalmente na condição de graduandos em Direito a divulgação e propagação do trabalho desse sergipano ilustre.

REFERÊNCIAS

DIARIO DE PERNAMBUCO. Tobias Barreto. **In: Ensaios de crítica.** Recife, Diário de Pernambuco, 1904. p. 195-235.

ORLANDO, Artur. **Prólogo. In: BARRETO, Tobias.** Filosofia e crítica. Aracaju, Estado de Sergipe, 1926.

PACHECO, Armando Correia. **Ensaystas del Brasil:** Escuela do Recife. Selection, traducion y notas de Armando Correia Pacheco. Washington, Union Panamericana, 1952, 148p. (Pensamento da América).

PEREIRA, Virgílio de Sá. **Tobias Barreto**. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1917. p. 109.

HUMANIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Denise Pereira Santos[93]
Cleovansostenes Abud Freire[94]
Denise Pereira Passos Santos[95]
Eduardo Gonçalves Dias[96]
José Augusto Gonçalves de Azevedo Garção Filho[97]
José Arnaldo Rodrigues Farias[98]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Prisões. Humanização. Ressocialização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do processo de humanização das prisões a fim que a ressocialização efetivamente aconteça no Brasil. Acredita-se que é somente por meio de um melhor tratamento do apenado que será possível habilitá-lo ao trabalho e reduzir o número de presos no Brasil. A pesquisa que embasa este projeto é teórica, com base bibliográfica.

2 HUMANIZAÇÃO NO CARCÉRE

Atualmente a sociedade vive em um conflito pessoal, visto que uma parte defende a ideia de que "bandido bom é bandido morto", e a outra de um infrator, que mesmo nas condições de preso, deve ter os seus direitos assegurados e durante o cumprimento da pena, deverá participar de projetos desenvolvidos pelo Estado e pela iniciativa privada com o envolvimento da sociedade, a fim de contribuir com a ressocialização do indivíduo. No entanto, um país que não busca resolver suas problemáticas baseada na racionalização e humanização, é um país que não pensa em seu povo a longo prazo. Esse é o maior desafio do Brasil, pensar a longo prazo.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em julho de 2019, o Brasil teve pelo menos 812.564 presos (BARBIÉRI, 2019), segundo o Banco de Monitoramento de Prisões, se tornando a terceira maior população carcerária do mundo, ultrapassando a da Rússia e a dos Estados Unidos. Por ser o terceiro maior, os presídios vivem extremamente lotados, e a partir desse fator geram inúmeros outros como, descaso dos poderes públicos, maus tratos, saúde precária e, assim, uma péssima reabilitação do recluso à sociedade.

[93]Acadêmica de Direito, do 1º período, da Faculdade São Luís de França. E-mail: denise.santos@sousaoluis.com.br.
[94] Acadêmico do curso de Direito, do 1º período, da Faculdade São Luís de França.
[95] Acadêmica do curso de Direito, do 1º período, da Faculdade São Luís de França.
[96] Acadêmica do curso de Direito, do 1º período, da Faculdade São Luís de França.
[97] Acadêmica do curso de Direito, do 1º período, da Faculdade São Luís de França.
[98] Acadêmica do curso de Direito, do 1º período, da Faculdade São Luís de França.

A nossa civilização tem como base a sociedade europeia, tanto a ética quanto a política, mas o que devemos ressaltar é que, a nossa civilização não foi criada para ser colonizada e sim escravizada, dessa forma podemos entender melhor como funciona uma determinada nação. A sociedade discrimina o preso, e até defende ideias de maus tratos como se o presidiário não fosse mais humano. A nossa constituição (BRASIL, [2016]) afirma no Art. 5º "ninguém será submetido a tortura nem tratamento desumano ou degradante" e no art. 6º "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação […]". Já Michel Foucault (2002) afirma que "a obviedade da prisão, [...] se fundamenta em primeiro lugar, na forma simples na 'privação de liberdade'" (p.196). Em outras palavras, está preso é tirar apenas o direito de liberdade e não o direito de ser humano.

O projeto de humanização traz aos reclusos o direito de ser tratado e visto de forma humanizada. Busca oferecer a ele o mesmo direito que qualquer outra pessoa tem. O trabalho vai desde a base, ou seja, reintegrar à sociedade, proporcionando os cuidados pessoais, como acompanhamento médico, psicológico e educacional e assim elevando a autoestima e a qualificação profissional enquanto recluso. A estratégia de humanização e a implantação da ressocialização do indivíduo é útil na medida em que que quando ingressar na sociedade os internos tenham mais oportunidades e não voltem a cometer novos crimes. Deve ser ressaltado que a sociedade em que vive um indivíduo é formadora da sua personalidade, ou seja, ao sair do presido, o indivíduo é renegado pela sociedade. Empresas e escolas, por exemplo pouco aceitam pessoas que já passaram pelo sistema prisional. Os preconceitos influenciam a não reintegração, dessa forma a única saída que esse indivíduo terá é a volta ao mundo do crime. Uma característica importante das atitudes, entretanto, é a tendências para serem muito resistentes à mudanças, isto é, depois de adquiridas; as atitudes são difíceis de serem mudadas. No entanto, o presente projeto defende que se o interno tem contato com projetos de humanização durante o seu período de cárcere, ele adentra a sociedade já com novas atitudes, podendo assim mudar a forma de tratamento desta sociedade para com ele.

Soluções que deveriam ser aplicadas com o intuito de humanizar e modificar as atitudes dos indivíduos apenados e consequentemente promover sua ressocialização: reforma de presídios; separação dos presos; diminuir o número de presos provisórios. Aplicar mais penas alternativas; aumentar mais opções de estudo e trabalho; disponibilizar ao acesso de leituras; trabalhados voltados ao controle social; acompanhamento médicos e psicológicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto seria baseado na educação, dando oportunidade de estudos para que ao sair do sistema retorne a vida escola e assim tenha uma formação acadêmica, trabalho oferecendo cursos profissionalizantes e capacitações, assistência jurídica e medica. Lembrando que todos estes são meios de controles sociais e de atitude, ocupa as pessoas e uma pessoa que trabalha e estuda não terá tempo e nem disposição a cometer infrações. Dessa forma o infrator terá outra visão da vida ao sair das prisões. O processo de ressocialização depende do envolvimento de todos, seja nas condições humanas em que devemos trata-los enquanto lhes privamos da liberdade, seja no acolhimento que os mesmos precisam para o convívio social.

REFERÊNCIAS

BARBIÉRI, Luis Felipe. CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação. **G1**. Brasília, jul. 2019. Recuperado de https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Recuperado de < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 25ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CUIDADOS PALIATIVOS: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Amanda Ingrid Floriano dos Santos[99]
Maria Antonia dos Santos Silva[100]
Marianna Barreto de França[101]
Mariana Oliveira Santos[102]
Nathalia Fernanda Valença Reis[103]
Weglas da Silva Santos[104]
Aimée Obolari Durço[105]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde

Palavras-chave: Cuidados Paliativos. Família. Multidisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

Cuidados paliativos é um conjunto de cuidados multidisciplinares que visam melhorar não apenas a qualidade de vida de pacientes com prognóstico de morte, mas também a qualidade de vida de sua família. Nesse contexto de fase terminal, faz-se importante afirmar a vida e perceber a morte como parte do ciclo vital, sem antecipar ou retardar o prognóstico do paciente, através do controle de dor e de outros sintomas. Nesse tocante, as ações bem direcionadas da equipe multidisciplinar têm um papel importante.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é delineado como revisão bibliográfica descritiva, pois conforme Gerhardt (2009) a pesquisa bibliográfica é a parte inicial de toda pesquisa científica e é realizada por levantamento de referencial teórico já visto, com publicação escrita ou eletrônica, objetivando apreender informações e conhecimentos prévios em relação ao problema em questão. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, haja vista a necessidade de uma análise contextualizada da realidade. (MINAYO, 2010).

[99] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França: E-mail: amanda.ingrind@hotmail.com.
[100] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França: E-mail:marianaoliveiramari@gmail.com.
[101] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França: E-mail: marianaoliveiramari@gmail.com.
[102] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França: E-mail: marianaoliveiramari@gmail.com.
[103] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França: E-mail: reisnathy@icloud.com.
[104] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França: E-mail: weglas_wss@hotmail.com.
[105] Mestra, Professora Assistente do Departamento de Enfermagem da Faculdade São Luís de França, aimeeobolari@hotmail.com.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Receber o diagnóstico de uma doença grave e sem cura é angustiante (ANDRADE,2013). Esse diagnóstico sempre vem acompanhado não apenas de sintomas físicos, mas também de questões profundas de ordem social, psicológica e espiritual (PICCININNI, 2018).

É de grande importância a equipe multidisciplinar de saúde realizar o acompanhamento frente ao processo de fase terminal do paciente juntamente com a família, já que nesse instante há uma grande fragilidade emocional de todos, de modo que isso ajude a entender o futuro luto. Assim, todos os profissionais da saúde – enfermeiros, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas dentre outros, podem contribuir com o enfrentamento do diagnóstico, junto ao paciente e aos familiares. Contudo, é notória a extrema necessidade das instituições de ensino prepararem os profissionais de saúde para o papel de cuidar e lidar com pacientes em seus últimos momentos de vida (FONSECA e REBELO, 2010).

4 RESULTADOS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo evidenciou a importância que todos os profissionais da saúde têm frente aos cuidados paliativos, como também, evidenciou a importância de uma maior discussão do tema. Os cursos superiores na área da saúde devem preparar os profissionais para que, além de serem tecnicamente competentes, sejam capazes de lidar com seus próprios sentimentos e usá-los de modo deliberado e humanamente sofisticados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. G.; COSTA, S. F. G.; LOPES, M. E. L. **Cuidados paliativos:** a comunicação como estratégia de cuidado para o paciente em fase terminal**.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.9, pp.2523-2530.

Braz E, Fernandes LM. **Buscando maneiras para o ensino sobre finitude para graduandos em enfermagem**. Texto Contexto ENFERM. 2001 Set-Dez; 10 (3): 138-41.

FONSECA, J. V. C; REBELO. T. **Necessidades de cuidados de enfermagem do cuidador da pessoa sob cuidados paliativos.** Lisboa: REBEn, 2010.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA. D.T.; **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, Editora da ufrgs, 2009).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde**.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PICCININNI, V. **A arte de acompanhar:** ferramentas e práticas para o acompanhamento pessoal e espiritual em cuidados paliativo**s.** São Paulo: Presságio Editora, 2018.

OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Adriana Vieira[106]
Jacyara Silva Santos Alves[107]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde

Palavras-chave: Obesidade. Obesidade na adolescência. Doenças cardiovasculares. Fatores de risco. Sobrepeso na adolescência.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade na adolescência na atualidade tem sido vista como um grave problema para a saúde pública, pois vem de forma progressiva se enfatizando no espaço epidemiológico mundial. Sua preponderância vem crescendo nas últimas décadas no mundo, incluindo países desenvolvidos, como o Brasil, cujo qual vivenciou problemas relacionados à desnutrição. O crescimento da preponderância de sobrepeso e obesidade na adolescência tem despertado preocupação de profissionais da saúde como também de pesquisadores, por causa dos danos e fatores de risco à saúde. Assim, vemos que a adolescência é uma passagem de nossas vidas em que acontecem diversas mudanças psicológicas e físicas, que são influenciados por questões de genética, éticos e por diferentes circunstâncias ambientais e sociais. O objetivo de resumo é apresentar de forma literária os determinantes da obesidade em adolescentes.

2 METODOLOGIA

A metodologia usada para a elaboração desse trabalho é por meio de revisão literária, com leitura de artigos científicos, livros e dissertações encontradas em sites como Scielo e Google Acadêmico, com o uso de citações diretas e indiretas que foram fichadas no decorrer dos estudos e pesquisa para fortalecer as ideias e considerações postas no presente trabalho.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A obesidade pode conceitua-se como uma aglomeração corporal de tecido adiposo, por conta de um balanceamento energético positivo e a ingestão calórica em excesso que se associa ao não gasto de energia. Com isso, Oliveira (2003) diz que “O aumento no consumo de alimentos ricos em açúcares simples e gordura, com alta densidade energética, e a diminuição da prática de exercícios físicos, são os principais fatores relacionados ao meio ambiente.” (OLIVEIRA, 2003, p. 107). “O aumento da incidência de obesidade no Brasil é ainda mais preocupante quando se admite que este problema frequentemente não se apresente de forma isolada, mas como uma condição favorável para a ocorrência de morbidades associadas.” (ENES, 2010, p. 165).

[106] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França. E-mail: adrianavieira9949@gmail.com.
[107] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França.

De acordo com Enes (2010), na população jovem, "a obesidade aumenta o risco de doença e morte, enquanto na população jovem esse evento vem se convertendo em um problema que causará profundas repercussões na saúde pública." (ENES, 2010, p. 165). Nesse contexto, ressaltamos a prevenção da obesidade nos adolescentes, em que é necessário promover primeiramente um ambiente saudável, seja ele nas escolas como em suas casas, com o uso de atividades físicas e psicológicas. Segundo Mantovani (2008) "A história médica detalhada, aliada ao exame físico, é de grande importância para se diferenciar causas primárias de obesidade de causas secundárias (doenças genéticas, endócrinas, lesões do SNC ou ainda causas iatrogênicas)." (MANTOVANI, 2008, p. 112). Com isso "Quando as mudanças de estilo de vida (sob supervisão médica) falham na redução de peso, uma reavaliação dos riscos e co-morbidades deverá ser feita. Tratamentos mais agressivos, como a farmacoterapia, poderão ser instituídos, desde que haja critérios clínico-laboratoriais para sua indicação." (MANTOVANI, 2008, p. 115). Por fim, "as intervenções nos hábitos de vida devem ser iniciadas o mais precocemente possível, já que na adolescência ocorrem mudanças importantes na personalidade do indivíduo" (ENES, 2010, p. 169). E por conta disso consideramos que a adolescência é uma fase propícia para fixar hábitos não saudáveis que podem implicar e trazer malefícios à saúde do indivíduo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade é um dos grandes problemas de uma sociedade sedentária, em que a falta de exercícios ou qualquer que seja a atividade física faz-se com a população acumule um excesso incomum de gordura corporal, prejudicando a saúde e chegando a diversos graus de obesidade, tais como, uma pessoa com sobrepeso a uma com obesidade grau III. Surgindo a uma preocupação para que haja uma pesquisa que servirá de forma benéfica para apresentar algo que ajude a orientar os indivíduos que necessitem de auxílio para um emagrecimento saudável e não tão prejudicial à saúde. Assim, a obesidade na adolescência é algo preocupante que precisa ser trabalhada para os indivíduos não chegarem aos fatores de riscos que essa doença pode caucionar.

REFERÊNCIAS

ENES, Carla Cristina. Obesidade **na adolescência e seus principais fatores determinantes**. Rev Bras Epidemiol 2010; 13(1): 163-71. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v13n1/15.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

MANTOVANI, Rafael Machado**. Obesidade na infância e adolescência**. Rev Med Minas Gerais 2008; 18(4 Supl 1): S107-S118. Disponível em: file:///C:/Users/Alunos/Downloads/v18n4s1a16.pdf. Acesso em: 09 nov.2019.

OLIVEIRA, Cecília L. Obesidade na Infância e Adolescência – Uma Verdadeira Epidemia. **Arq Bras Endocrinol Metab**. V. 47 n 2 Abril 2003. Disponível em: http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/16/552feb8e58c81.pdf. Acesso em: 09 nov.2019.

DIABETES TIPO 2 NA ADOLESCÊNCIA: RELAÇÃO DIRETA COM A OBESIDADE

Bruna Evellyn Barbosa Santos[108]
Izabele Silva Rocha[109]
Rejane Clemente dos Santos[110]
Valeska Ingrid de Jesus Lima[111]
Zilquênia Sampaio de Menezes [112]
Aimée Obolari Durço[113]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde

Palavras-chave: Diabetes. Obesidade. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco a diabetes tipo 2 na adolescência. Tem como objetivo discutir a relação que se estabelece entre a diabetes tipo 2 e a obesidade, acometida no período da adolescência. Busca-se compreender sobre a doença com a intenção de apoiar no seu controle e tratamento.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação de cunho teórico, caracterizada pelo procedimento da pesquisa bibliográfica, baseada na consulta de livros e artigos científicos que se debruçaram sobre estudos em torno da temática investigada.

3 DIABETE E OBESIDADE

O diabetes tipo 2 é também chamado de diabetes não insulinodependente ou diabetes do adulto e corresponde a 90% dos casos de diabetes. Ocorre geralmente em pessoas obesas com mais de 40 anos de idade, estando presente a insulina, porém com ação dificultada pela obesidade (resistência insulínica - uma das causas de hiperglicemia). Por ser pouco sintomático o diabetes na maioria das vezes permanece por muitos anos sem diagnóstico e sem tratamento, o que favorece a ocorrência de suas complicações no coração e no cérebro (1). Ainda, recentemente, esse tipo de diabetes tem aumentado consideravelmente em adolescentes.

A obesidade, conforme exposto, apresenta-se de forma constante no DM2 no jovem. Aproximadamente 70% a 90% dessas crianças são obesas, sendo que 38% apresentam

[108] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França. E-mail: valimaa229@gmail.com.
[109] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França.
[110] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França.
[111] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França.
[112] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade São Luís de França.
[113] Professora Mestre orientadora docente do departamento de Enfermagem da Faculdade São Luís de França.

obesidade mórbida. O estudo de adolescentes com DM2 em uma população de Cincinnati (EUA) mostrou que o índice de massa corpórea média foi de 38 km/m² . A obesidade e a história familiar parecem ter efeito aditivo no risco de desenvolvimento da doença, uma vez que o impacto da obesidade no risco de DM2 é maior em crianças com história familiar positiva para esta doença (2).

De acordo com Francischi (2000), "[...] Para um aumento de 10% no peso corporal, há aumento de 2 mg/dl na glicemia em jejum. considerando a distribuição de gordura corporal, a circunferência da cintura maior que 100cm pode isoladamente elevar o risco de desenvolvimento de diabetes em 3,5 vezes, mesmo após um controle do IMC.

4 CONSIDERAÇÕES **FINAIS**

O DM2 em adolescentes é uma doença a ser ainda mais estudada, pesquisada e avaliada por seus especialistas, e por tratar da saúde da futura geração, é algo que não pode ser ignorado. Conclui-se através das pesquisas bibliográficas, que uma das causas principais para o índice da DM2 ter crescido tanto entre essa faixa é a obesidade, histórico familiar e inatividade recreativa por parte dos jovens. O tratamento medicamentoso do DM2 em pacientes nessa faixa etária é ainda alvo de ainda mais discussões. As condutas são baseadas, de maneira geral, na experiência obtida com tratamento de adultos. Assim, o plano, por etapas de controle dietético associado a exercícios físicos e o uso de hipoglicemiante oral e insulina carece de consenso amplo. Educar em diabetes é um processo ativo e contínuo através do qual profissionais, pacientes e familiares aprendem sobre o diabetes para a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

FRANCISCHI, Rachel Pamfilio Prado de et al. Obesidade: atualização sobre sua etiologia, morbidade e tratamento. **Rev. Nutr**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 17-28, Apr.2000.

GABBY, Monica; CESARINI, Paulo R. e DIB, Sergio A. **Diabetes melito tipo 2 na infância e adolescência**: revisão da literatura. J.Pediatr. (Rio J.) [online]. 2003, vol, 79, n.3, pp.201-208. ISSN 0021-7557.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diabetes tipo 2.** Disponível em: https://www.diabetes.org.br/publico/diabetes-tipo-2. Acesso em: 09 nov2019.

A DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA

Andrielle do Nasciemento de Jesus[115]
Eglazia Passos Bastos[116]
Iuri Aguiar Gomes[117]
Larissa Santos Santana[118]
Laíze Fonseca Oliveira Balieiro[119]
Nivalda Maria da Silva Couto[120]
Aimée Obolari Durço[121]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Fatores. Depressão. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

A depressão é uma doença psiquiátrica crônica que gera tristeza profunda, perda de interesse, ausência de ânimo, oscilações e mudanças bruscas de humor. A adolescência é uma etapa da infância e fase adulta, sendo marcada por diversas transformações corporais, hormonais e até mesmo comportamentais, ocorrendo na fase entre 10 e 20 anos de idade (OMS-Organização Mundial da Saúde). A revolta com as regras, com pais, professores e outras autoridades é comum nessa fase da adolescência.

2 METODOLOGIA

Revisão bibliográfica. Fatores: Pode ser desencadeada por diversas situações de estresse, como doença crônica, perda de ente querido, fracasso escolar, problemas familiares como falta de atenção e carinho, bullying na escola ou rejeição, podem ser outras causas para o aparecimento de depressão na adolescência. Objetivo: Identificar os principais fatores da depressão na adolescência.

3 DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA

A depressão na adolescência é uma doença que deve ser levada a sério, pois se não for adequadamente tratada pode causar consequências como abuso de drogas e suicídio, que são problemas sérios na vida do adolescente, essa doença tem cura se o jovem tiver

[115] Acadêmica do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[116] Acadêmica do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[117] Acadêmica do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[118] Acadêmico do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[119] Acadêmica do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[120] Acadêmica do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[121] Professora representante docente da instituição faculdade são Luis de França, orientadora da pesquisa intitulada

acompanhamento médico, psicológico, apoio familiar e tomar os remédios receitados (BAPTISTA 2001). Quanto antes identificar os sintomas, mais rápido impedirá que esses sintomas avancem para algo maior e mais difícil o tratamento.

As pessoas que possuem depressão normalmente sentem-se cansados boa parte do tempo, possuem problemas no sono, ganho ou perda de peso, além de sentirem uma tristeza profunda, chorar sem motivo facilmente, prevalecendo a sensação de pessimismo, sentimento de culpa e baixa autoestima, sentimento de inutilidade, vontade de isolar-se dos amigos e da família, antes de pensar em soluções mais severas como o suicídio. (RUFINO 2018)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A depressão vem tirando o sorriso de milhares de pessoas, dificultando a qualidade de vida destas pessoas, quando não é diagnosticada a tempo, acarreta sérios transtornos em toda a sua vida, seja na vida pessoal, social, familiar etc. Desta forma, é importante que se tenha um olhar acolhedor para essas pessoas, em muitos casos, são ridicularizadas e tratadas com falta de respeito por profissionais, familiares e amigos, apoderado do senso comum é concluído que a depressão não passa de uma "frescura" e que vai passar com o tempo.

REFERÊNCIAS

BRAUN, IVAN M. **Depressão na adolescência:** veja os sinais e como identificar. minha vida. Acessado em: 23/09/2019. Disponível em: /https://www.minhavida.com.br/familia/materias/31327-depressao-na-adolescencia-veja-os-sinais-e-como-identificar.//

ASSOCIAÇÃO MÉDICA AMERICANA. **Guia essencial da depressão.** Ed Aquarian, Acessado em 20/09/2019. Disponível em: //https://www.suapesquisa.com/psicologia/depressao.htm//.

MOLINA, MARIANE RICARDO ACOSTA LOPEZ ET AL Prevalência de depressão em usuários de unidades de atenção primária. **Rev. psiquiatr.** clín., São Paulo , v. 39, n. 6, p. 194-197, 2012.

BELTRAME, BEATRIZ. **Sintomas de depressão na adolescência vão além de tristeza**. Disponível em: //https://www.tuasaude.com/depressao-na-adolescencia/ Acessado em: 23 set.2019.

BAPTISTA, Makilim Nunes; BAPTISTA, Adriana Said Daher; DIAS, Rosana Righetto. **Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 21, n. 2, p. 52-61, June 2001.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. **Rev. Bras.** Psiquiatr., São Paulo , v. 21, supl. 1, p. 06-11, May 1999 .

RUFINO, SUELI, et al. Aspectos gerais, sintomas e diagnóstico da depressão. **Revista Saúde em Foco,** n 10, ano 2018.

O AVANÇO DO SARAMPO NO BRASIL: A QUEDA DA COBERTURA VACINAL É FRUTO DA DESINFORMAÇÃO?

Bruna Maria de Melo[122]
Graziela Feitosa de Oliveira[123]
Maiara Dantas[124]
Taís de Jesus[125]
Tamara Renata[126]
Aimée Obolari Durço[127]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde

Palavras-chave: Sarampo. Imunização. Vacinação.

1 INTRODUÇÃO

Altamente contagioso, o sarampo é uma doença viral aguda transmitida de forma direta – secreções expelidas por meio da tosse, espirro ou fala. As primeiras manifestações clínicas são bem características: febre acima de 38ºC acompanhada de tosse, manchas de Koplik, manchas vermelhas no rosto e atrás das orelhas que em seguida espalham-se pelo corpo (exantema). O objetivo da pesquisa é explicar os principais determinantes para a baixa cobertura vacinal do sarampo no território brasileiro.

2 METODOLOGIA

O trabalho justifica-se ao observarmos que a única forma de prevenção do sarampo é a imunização. Apesar da intensificação das campanhas e estratégias para atingir a população alvo, o que tem sido observado nos últimos boletins epidemiológicos é a queda da cobertura vacinal em praticamente todos os estados da federação, aumentando a incidência e o número de óbitos em crianças menores de 1 ano. Assim, torna-se importante entender os mecanismos que contribuem para a baixa adesão vacinal.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Nereu Henrique Mansano assessor técnico do Conselho Nacional de secretários de saúde (CONASS), dois fatores podem estar contribuindo para a baixa cobertura vacinal no país: a falta de integração entre as ações de vigilância epidemiológica, prevenção, promoção e a continuidade da assistência ao cuidado da população que procura o atendimento na atenção primária. A prestação de serviços ao paciente deve ser constante desde do nascimento até os últimos momentos de sua vida, sendo a imunização parte indispensável deste

[122] Acadêmicos do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[123] Acadêmicos do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[124] Acadêmicos do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[125] Acadêmicos do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[126] Acadêmicos do curso de Enfermagem pela Faculdade São Luís de França.
[127] Professora do curso de Enfermagem pela Instituição Faculdade São Luís de França.

acompanhamento, por isso é de total importância ações conjuntas entre agentes comunitários de saúde, médicos e enfermeiros para buscar ativamente dentro da comunidade pessoas que estão em falta com o calendário vacinal e orientar da melhor forma sobre a importância da vacinação, contribuindo na diminuição desta evasão. Outro grande problema em destaque são as chamadas *fakes news,* apontada pelo ministério da saúde em 2019, como a grande responsável pela baixa credibilidade das vacinas e consequentemente redução ao número de imunizações. Para tentar diminuir isso o Ministério da Saúde criou um canal chamado WhatsApp Saúde Sem Fake News, com o objetivo de incentivar a população a tirar dúvidas a respeito de qualquer assunto relacionado a saúde. De acordo com Ana Miguel coordenadora de mídias sociais do ministério da Saúde, por mês o sistema chega a registrar mais de sete mil mensagens que são analisadas e respondidas por profissionais qualificados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços científicos na prevenção de inúmeras doenças, a desinformação através das mídias sociais tem causado inúmeros problemas quando o assunto é saúde, a disseminação de notícias falsas tem afastado a comunidade dos postos de vacinação contribuindo para a propagação não só do sarampo, mas também, de outras enfermidades, por isso todos os profissionais de saúde, devem estar engajados no fortalecimento dos laços entre as unidades básicas de saúde e a população esclarecendo qualquer tipo de questionamento, corroborando na diminuição das atuais estatísticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sarampo:** sintomas, prevenção, causas, complicações e tratamento.2019. Disponível em: htpps://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/sarampo. Acesso em 09 nov.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância Epidemiológica do sarampo no Brasil, Semanas Epidemilógicas de 23 a 29 de 2019**. Disponível em:https://portalarquivos2.saude.gov.br/imagens/pdf/2019/setembro/09/BE-sarampo-19.pdf. Acesso em: 09 nov.2019.

BRASIL. Ministério da saúde. **Cresce 18% número de casos de sarampo no Brasil.2019** Disponível em:https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45750-cresce-18-numero-de-casos-de-sarampo-no-brasil. Acesso em: 09 nov.2019.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE. **Fake News agravam surtos de doenças no país, 2019**. Disponível em: https://www.conasems.org.br/fake-news-agravam-surtos-de-doencas-pais/ Acesso em: 10 nov.2019.

REVISTA CONSENSUS. **A queda da imunização no Brasil,2017**. Disponível em:/https://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunização-brasil/ Acesso em: 08 nov.2019.

UAI**. Brasileiros estão deixando de se vacinar, levados por notícias falsas de informação**. Disponível em: htpps:// www.uai.com.br/app/noticia/saude/2018/08/05qnoticias-saude.231819/brasileiros-estao-deixando-de-se-vacinar-levados-por-noticias-sas.html

2 RESUMOS EXPANDIDOS

PRODUÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS NAS AULAS DE LITERATURA DO ENSINO MÉDIO COMO PREVENÇÃO DA DEPRESSÃO

Lívia Maria Oliveira Lima[128]
Sara Rogéria Santos Barbosa [129]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Ensino Médio. Arteterapia. Literatura. Depressão.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo objetiva apresentar um grande problema que pode acontecer com qualquer pessoa (neste caso focaremos nos jovens do ensino médio): a depressão. As pessoas quando chegam na fase do Ensino Médio são bombardeadas por pressões psicológicas: passar no vestibular, alcançar boas notas na escola, decidir profissão ou até mesmo precisar trabalhar em meio tudo isso. Essas cobranças desenvolvem nesses estudantes problemas a nível psicológico e um dos mais graves é a depressão.

Dessa forma, os professores, que são as pessoas que estão presentes durante a maior parte do dia desses estudantes, devem possuir a responsabilidade de cuidar dessas pessoas. Sendo assim, é apresentada a prática da arteterapia nas aulas de literatura como uma forma de prevenção da depressão. O trabalho terá como pressupostos teóricos autores da área de psicologia, a exemplo de Veloso (2016), e de teoria literária, tais como Filho (2007). Adotou-se como método de pesquisa a bibliográfica com análise de conteúdo.

2 PRODUÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS NAS AULAS DE LITERATURA DO ENSINO MÉDIO COMO PREVENÇÃO DA DEPRESSÃO

O Ensino Médio é marcado pela pressão exagerada que os estudantes desse nível de ensino sofrem. Tal pressão pode ser imposta pela escola, pelos conhecidos, pelos amigos ou até mesmo, e principalmente, pela família, e isso faz com que o aluno exagere na autocobrança.

[128] Graduanda em Letras Português e suas respectivas literaturas pela Faculdade São Luís de França. E-mail: livia.oliveiralima@outlook.com
[129] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com

Ele se cobra para que alcance as melhores notas, as melhores colocações no vestibular, a maior nota da redação, para que consiga escolher a profissão que vai seguir e em alguns casos essas situações vêm acompanhadas de responsabilidades como trabalhar para ajudar no sustento da família, por exemplo. Esse excesso de cobranças e responsabilidades sobrecarregam a pessoa e pode resultar em problemas psicológicos, entre eles: a depressão.

A depressão não é uma simples tristeza passageira, pelo contrário, ela (definindo de modo geral) é uma doença que provoca um sentimento de tristeza profundo e duradouro que, em muitos casos, a vítima não sabe o motivo de estar triste. Essa doença faz com que a pessoa perca interesse por atividades que ela costumava gostar. Em seu ponto mais extremo a pessoa perde até o gosto de viver.

Desse modo, é perceptível que o aluno com depressão será altamente prejudicado tanto acadêmica quanto humanamente. Academicamente porque alguns dos sintomas dessa doença são a falta de concentração (dessa forma, estudar será muito difícil); sono desregulado; perda de energia (PIMENTA, 2016). No que tange à parte humana, a baixa autoestima, os pensamentos de morte/suicídio, a tristeza profunda e a perda do prazer nas coisas que costumava gostar se apresentam como sintomas dessa doença. Sendo assim, os professores possuem grande responsabilidade nesse assunto, já que os alunos passam a maior parte do seu dia na escola em contato direto com os docentes.

Definir “literatura” é uma tarefa complexa, por isso a necessidade de marcar o que não é literatura. Ela não é uma mera imitação da realidade, pelo contrário, nela tudo se torna possível, nela o autor pode se expressar sem necessariamente falar de maneira objetiva o que está sentindo. Através de um conto, de uma poesia ou até mesmo de uma prosa o autor tem o poder de transformar suas dores, suas alegrias, seus sentimentos de modo geral em arte, além disso ele não precisa se identificar diretamente, porque existe o “eu lírico”.

A arteterapia é uma forma de terapia psicológica em que o objeto utilizado é a arte: a produção artística. Em outras palavras a arteterapia é a expressão daquilo que a pessoa não consegue dizer com palavras através da arte. Dessa forma, sendo a literatura uma das expressões artísticas é imprescindível a prática da arteterapia nas aulas de literatura. Com essa prática os alunos do Ensino Médio poderão expressar suas angústias, anseios e dores através da produção ou reprodução do texto literário a fim de que as aulas de literatura possam ter um caráter mais

humano. Quanto a isso, Lanz (2003, p. 80 e 81) afirma que "o professor deve saber quais as causas íntimas que atuam na natureza humana; [...] a meta de seu trabalho deve ser a de integrar o ser humano na vida social, não de forma qualquer, mas corretamente". O texto literário deve ser o principal objeto das aulas de literatura para essa integração do ser humano na vida social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sintomas acima apresentados são suficientes para baixar de maneira drástica o rendimento escolar do aluno, ou seja, a pessoa que não consegue se concentrar dificilmente conseguirá aprender os conteúdos, o sono desregulado atrapalhará seus momentos de aprendizagem, além disso o sono regulado é um dos requisitos necessários para um bom desempenho escolar. Nesse caso especificaremos para os professores de literatura. Estes possuem um objeto poderoso em suas aulas: o texto literário.

Portanto, conclui-se que os problemas sofridos pelos alunos do Ensino Médio podem ser resolvidos ou evitados dentro das salas de aula com um professor com o olhar humanizado, que enxerga o aluno como um ser humano e não apenas como receptor de aprendizagem haverá a preocupação com a saúde mental desse aluno e assim a aplicação da arteterapia nas aulas de literatura do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

LANZ, Rudolf. **A pedagogia waldorf:** caminho para um ensino mais humano. 8.ed. São Paulo: Antroposófica, 2003.

FILHO, Antonio Cardoso. **Teoria da Literatuta I.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2007.

AMENTE E MARAVILHOSA**. Arteterapia**: definição e benefícios. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/arteterapia-definicao-beneficios/>. Acesso 05 nov 2019.

PIMENTA, Tatiana. **Depressão**: causas, sintomas físicos, tratamento e prevenção. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/depressao/> . Acesso em: 05 nov 2019

VELOSO, Amanda Mont'Alvão. **Quem foi Nise da Silveira, a mulher que revolucionou o tratamento da loucura no Brasil.** Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/amp/2016/04/19/quem-foi-nise-da-silveira-a-mulher-que-revolucionou-o-tratamento_a_21701186. Acesso em 05 nov.2019.

O COMBATE À HOMOFOBIA NAS ESCOLAS: PALAVRAS QUE EXCLUEM E MATAM

Maria Gorette Alves[130]
Sara Rogéria Santos Barbosa[131]

Eixo 1 – INTERLOCUÇÕES ENTRE CONHECIMENTO E SABER NO CAMPO DA DOCÊNCIA
Palavras-chave: Ambiente escolar. Diversidade de gênero. Homofobia. Empatia**.**

1 INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva compreender como o combate à homofobia nas escolas, por meio de uma educação abrangente aos alunos do ensino médio, é capaz de evitar o suicídio de muitos adolescentes que se descobrem LGBT e acabam sendo vítimas das hostilidades sofridas no ambiente escolar. Em vista disso, este estudo pretende-se identificar os termos ofensivos mais comuns entre os alunos do ensino médio, especificar quais os mecanismos de proteção aos direitos da diversidade sexual existentes no Estado de Sergipe e, por fim, apresentar uma instituição escolar que tomou a iniciativa de trabalhar projetos com alunos do ensino médio em favor do combate à homofobia visando uma vivência respeitosa e acolhedora na escola.

A pesquisa bibliográfica com análise conteúdo que norteia este estudo está centrada na identificação de termos ofensivos que estigmatizam e excluem os adolescentes que se descobrem LGBT e, para tanto, fundamenta-se no artigo Homofobia e Sexualidade: a agressividade do "palavrão" como forma de manifestação do Bullying no ambiente escolar, de Aparecido Francisco dos Reis e Gabriel Zamian de Carvalho (2015) e em Os não recomendados, a violência contra a população LGBT em Sergipe, de Moisés Santos de Menezes (2018), que traz uma reflexão sobre a violência homofóbica contra a população LGBT em Sergipe.

[130] Graduanda em Letras Português e Respectivas Literaturas pela Faculdade São Luís de França. E-mail: goguete27goguetinha@gmail.com
[131] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sararogeria@gmail.com

O interesse nesta pesquisa surgiu por meio de uma inquietação e preocupação referente à homofobia sofrida pelos adolescentes, fruto da intolerância e da hostilidade existentes na sociedade e visibilizadas nas escolas por meios de termos ofensivos que influenciam de modo substancial a população jovem LGBT ao abandono escolar e muitas vezes levando-os ao suicídio. É de suma relevância termos a clareza de que a escola é quase o tudo para o adolescente: é seu lugar de trabalho, é o núcleo de convívio social e o meio no qual ele adquire os conhecimentos básicos que servirão mais adiante para o treinamento profissional ou para ingressar numa faculdade.

2 O USO DA LINGUAGEM COMO FERRAMENTA DE ESCLUSÃO DE GÊNERO: A HOMOFOBIA ALIMENTADA NO AMBIENTE ESCOLAR

Menezes (2018, *apud* OLIVEIRA, 2013, p 48) afirma que "os fenômenos do preconceito e da discriminação estão estritamente ligados às questões dos estereótipos". Segundo o autor, os estereótipos aparecem com aspectos negativos, pois se tratam de uma ligação estreita ao preconceito e discriminação. Desse modo, a repugnância, o medo, a agressividade, a violência e até a morte contra os sujeitos ou grupos específicos que são vistos como uma aberração são consequências duras e cruéis.

Diante disso, uma pesquisa feita por Reis e Carvalho (2014) aponta que os termos mais usados nas escolas contra a pessoa LGBT, ou mesmo as que perfazem a feminilidade, ainda que não seja homossexual, são "bicha, viado, vai tomar no cu, mulherzinha, boiola, pau no cu". Segundo os autores, estes termos "fazem menção às características e comportamentos homossexuais" (REIS; CARVALHO, 2014, p. 198-199). Deparando-nos com este cenário escolar e tantos outros referentes à homofobia visibilizada na sociedade e nos questionamos sobre a posição do Estado de Sergipe e quais os mecanismos de proteção aos direitos sexuais da população LGBT que ele oferece.

Segundo Menezes (2018, p 147), "o estado de Sergipe tem adotado algumas iniciativas com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação contra as expressões da diversidade sexual e de gênero" das quais podemos citar a "Lei contra a homofobia de nº 45, de 18 de maio de 2009 que proíbe no âmbito do município de Aracaju, todo ato ou manifestação atentatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual, travesti ou transexual". Além disso, há no

Estado de Sergipe movimentos não governamentais que lutam pela criminalização homofobia sofrida pela população LGBT, como o Centro Prevenção e Combate à Homofobia (CCH); Astra Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2001); Associação de Defesa Homossexual de Sergipe Adhons (2003) dentre outros.

Como este é um trabalho ainda em andamento, pretende-se verificar se há alguma escola no Estado que desenvolva ações pontuais no combate à homofobia, a exemplo que do Colégio Estadual Monsenhor Miguel de Santa Maria Mochón no Rio de Janeiro. Segundo o site de notícias Carta Capital, sete adolescentes do Ensino Médio tomaram para si a iniciativa pelo desejo de informar a comunidade escolar e assim contribuir para uma vivência respeitosa e acolhedora. Esta iniciativa da dos estudantes foi capaz de promover a mudança nesta escola.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante voltarmos o olhar para a realidade da homofobia nas escolas e combate-la por meio de uma educação abrangente aos alunos do ensino médio, a fim de evitar o suicídio de muitos adolescentes que se descobrem LGBT, vítimas das hostilidades muitas vezes sofridas. Pois, os estereótipos podem influenciar a população jovem LGBT, de forma substancial ao suicídio. Portanto, conhecendo melhor esta realidade de violência nas escolas, ajudaremos tanto os adolescentes LGBT a vivenciarem com mais leveza este momento conturbado, quanto aos pais, professores e a sociedade a agirem com mais humanidade ao desconstruírem seus preconceitos.

REFERÊNCIAS

REIS, Aparecido Francisco dos. CARVALHO, Gabriel Zamian de. **Homofobia e Sexualidade:** a agressividade do “palavrão” como forma de manifestação do Bullyng no ambiente escolar. Revista Interfaces da Educação. Paranaíba v. 5, n. 13. p.194-207, 2014. Disponível em: <http://periodocosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/ViewFile/494/460pdf.> Acesso em 21 out. 2019.

MENEZES, Moisés dos Santos. **“Fora da caixa, os não recomendados**”: a violência contra a população LGBT em Sergipe e o atendimento profissional dos casos oficiais de homofobia e transfobia. Disponível em <https//segrase.se.gov.br/. Acesso em 13 set. 2019>

BASÍLIO, Ana Luiza. **Quebrando Tabus**. Revista Carta Capital, 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/cinco-escolas-que-atuam-no-combate-homofobia. Acesso em 21 out. 2019.

REFORMAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO POMBALINO MUDANÇAS NO MÉTODO DE ENSINO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

Juliana Chagas dos Santos[132]
Jonh Enis Santos Pereira[133]
Sara Rogeria Santos Barbosa[134]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Reforma educacional pombalina. Expulsão dos jesuítas. Ensino de língua latina. Institucionalização da profissão docente.

I INTRODUÇÃO

O desenvolvimento histórico da educação está diretamente ligado às reformas educacionais feitas por Pombal durante o seu governo em Portugal e possessões no período colonial a partir da expulsão dos jesuítas. Esse texto foi produzido com a intenção de abordarmos as causas e trazer algumas informações específicas acerca dessas modificações educacionais com a finalidade de atrair o olhar do leitor para mudanças tão importantes ocorridas na educação através de pesquisas feitas no livro e artigo da Professora Sara Rogéria Santos Barbosa, estudiosa do período pombalino no Brasil.

Escolhemos esse tema por ser um assunto de alta relevância no sentido de conhecermos melhor a história da nossa educação que já existia antes das reformas que ocorreram após a chegada de Pombal. A metodologia empregada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo e teve como pressupostos teóricos estudiosos da área de Educação, institucionalização da profissão docente no Brasil e História do ensino de língua portuguesa no Brasil.

[132] Granduanda em Letras Português e suas respectivas literaturas pela Faculdade São Luís de França. E-mail:
[133] Granduando em Letras Português e suas respectivas literaturas pela Faculdade São Luís de França. E-mail:
[134] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sararogeria@gmail.com.

2 REFORMAS EDUCACIONAS NO PERÍODO POMBALINO

As reformas pombalinas marcaram não apenas mudanças políticas e econômicas que deveriam fazer Portugal deixar seu período mercantilista para trás, como também marcou oficialmente o estado como gestor da educação no reino e nas colônias. Dom João III, em 1544 concedeu privilégios e benefícios a companhia de Jesus igualando mestres religiosos aos professores e conselheiros das universidades de Coimbra, o fato destes atuarem surpreendentemente bem, os levaram a criar suas próprias escolas públicas. “A ausência de uma política de intervenção estatal no campo do ensino elementar” (BARBOSA, 2018, p. 109, apud, FERRER, 1997, p. 32) foi determinante para o crescimento da administração educacional da igreja e isso não foi bom para o estado. Nascia daí a necessidade de reformar a educação e devolver ao rei o poder sobre ela.

Portugal se sentia atrasado em relação às “ nações civilizadas” e sentia a necessidade de se modernizar igualando-se a França e Inglaterra, mas não estava preparado para a entrada no universo moderno setecentista, no que tange à educação, pois a educação dada pelos jesuítas não qualificava os jovens, somente formava religiosos, deixando de lado as ocupações que poderiam garantir a sobrevivência do estado seja nos momentos de guerra ou de paz. O Estado, segundo Barbosa e Santos Filho (S/D), estava com sérios problemas oriundos da falta de administração do reino português sobre a colônia e a Reforma dos Estudos Menores poderia sanar, ou mesmo atenuar, esses problemas. De acordo com os autores, a instauração da reforma tinha por objetivo “a substituição de um método de ensino secular, no sentido de duradouro, por um que respondesse aos propósitos régios, o próprio rei Dom José I afirmou que somente após a consulta aos homens doutos do Reino é que foi feita a peça legislativa (alvará)”. (BARBOSA; SANTOS FILHO, S/D).

De acordo com Cruz (1971, p. 9) “somente foram levadas em consideração as informações contrárias aos Jesuítas e que os homens que foram consultados alimentavam verdadeiro descrédito pelo método inaciano”. No período jesuítico, o ensino se dava a partir da língua latina, ela era a base para ter acesso ao conhecimento, principalmente as humanidades, filosofia e teologia. O problema era a forma de ensino cheio de regras e feito na própria língua latina, o que, segundo a Reforma pombalina, dificultava a aprendizagem dos estudantes. Para

Barboza (2010, p. 314-315), a mudança da administração do ensino português correspondeu a um "processo de renovação cultural e remodelação pedagógica" no qual o Latim passou a ser visto como "uma língua secundária, enquanto a língua portuguesa fosse reconhecida e valorizada como língua nacional".

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a preocupação em formar um povo que pudesse executar o plano do governo de Dom José I que toda a estrutura em Portugal e suas colônias foi modificada. Para alcançar tal objetivo, foi necessário constituir professores de acordo com o que se apresentava, era necessário tornar servidor público mediante aprovação em concurso público aquele que desempenhasse a atividade docente. A estatização do ensino através do fortalecimento do poder do Estado e da figura do professor, fez com que pela primeira a profissão de professor fosse oficializada.

As Reformas implementadas em Portugal no século XVIII trouxeram modificações importantes para a educação. Foi pelo Alvará Régio de 28 de junho de 1759 que o Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus do Brasil e demais colônias e criou aulas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica ministradas por professores subordinados ao rei. Começa aí a institucionalização da profissão docente no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sara Rogéria Santos; SANTOS FILHO, Genivaldo Gonçalves. **Política educacional pombalina**: a reforma dos Estudos Menores e a mudança no método de ensinar. Cuiabá: SBHE, 2017.

BARBOZA, Giselle Macedo. O Alvará de 1770 e o ensino de Língua Portuguesa. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas***:* suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010, p. 299-318.

CRUZ, António. Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, **Revista da Faculdade de Letras:** História, 02, 1971, p.1-64.

FERRER, Francisco Adegildo. O obscurantismo iluminado: Pombal e a instrução publica em Portugal e no Brasil. In: BARBOSA, Sara Rogéria Santos. **As humidades pombalinas no Brasil-colônia**: o ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente. Curitiba: Editora Appris, 2018.

A CHARGE COMO PROPOSTA DE LEITURA CRÍTICA-REFLEXIVA NO ENSINO MÉDIO

Cinthia Laffitta de Alcântara Coelho[135]
Sangela Emanuele Machado Martins[136]
Sara Rogéria Santos Barbosa[137]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Charge. Leitura crítica. Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

O ato da leitura não significa apenas emitir sons. Ler requer entendimento. Sendo assim, a condição para que se efetue uma boa leitura é a percepção e não somente emitir sons. Nesse contexto, avanços ocorreram na compreensão de leitura nos últimos anos, os quais são notoriamente observáveis nos livros didáticos e nas Orientações. Nesse sentido, observa-se ainda práticas de leitura destinadas à simples decodificação em que o texto é usado como banco de informações explícitas, limitando os gêneros como simples componentes que não alcançam o discurso de práticas sociais emergentes.

Desta forma pretende-se com esse trabalho apresentar e analisar proposta de desenvolver a habilidade de leitura e a capacidade discursiva diante dos significados atribuídos ao texto, motivando o senso crítico-reflexivo do aprendiz, embasada na revisão bibliográfica seguida da análise de conteúdo. Por se tratar de uma modalidade relativamente curta, neste momento utilizaremos como pressupostos teóricos estudiosos da área de Educação, como Freire (1989) e Foucault (2008) da área de Linguagens, como Angst (2013), Correia (2017) e Ramos (2018).

[135] Graduanda em Letras Português e suas respectivas literaturas pela Faculdade São Luís de França onde também cursou Licenciatura em Pedagogia. E-mail: laffitta@hotmail.com
[136] Graduanda em Letras Português e suas respectivas literaturas pela Faculdade São Luís de França onde também cursou Licenciatura em Pedagogia. E-mail: sangelaemanuelemachado@gmail.com
[137] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sararogeria@gmail.com

2 COMPREENSÃO DE LEITURA E CRITICIDADE

Ler é comunicar, relacionar e a partir dessa premissa utilizar a língua e seus instrumentos. É favorecer a condição essencial para o desenvolvimento do sujeito. Ao se relacionar com o mundo esse indivíduo se constrói através de atos culturais, políticos e sociais. Conforme Freire (1989), a leitura do mundo antecede a leitura da palavra e isso é evidente porque o leitor traz em si a cooperação histórica própria que é importante na elaboração dos sentidos. No ensino médio, o discente não é somente aquele que recebe informações, mas sim aquele capaz de se tornar autor do seu conhecimento.

Ser um professor de língua portuguesa na conjuntura social notado pela produção de signos visuais consiste também em saber que o texto ultrapassou as fronteiras linguísticas e se compõe através de imagens, símbolos, gráficos, ilustrações ou simplesmente desenhos. Quando observamos as particularidades do texto não-verbal, podemos dizer que o seu entendimento deve estar vinculado a outros recursos livre da leitura de sons. A palavra charge tem origem francesa de significado abrangente como exagerar, carregar através de um desenho emblemático de um determinado acontecimento ou alguém.

Esse gênero discursivo é polissêmico, habitado por discursos alheios, constitui uma cadeia discursiva capaz de confirmar, negar, polemizar, ridicularizar e acima de tudo criticar os fatos sociais. Provoca embates, contradições e tensões que deverão arrebatar o leitor, por assim dizer, e instigar novos horizontes de sentidos. Em relação à crítica, é comum ainda a ideia de que criticar significa simplesmente contestar algo, emitir opinião contrária ao assunto em questão. Essa, no entanto, é uma visão limitada do ato de criticar. Nessa perspectiva, o gênero charge cumpre bem a função de leitura típica do sujeito leitor crítico.

Dessa maneira, quando se pretende incitar o debate crítico entre os alunos, faz-se necessário, a princípio, que o professor promova o questionamento do que seja uma análise crítica, para só depois levantar o tema criticidade em sala de aula. Logo, a formação do leitor crítico perpassa pela conscientização da significação: avaliar criticamente. Nascem daí algumas questões norteadoras: como os professores nas aulas de língua portuguesa usam o gênero discursivo charge para formar o sujeito leitor crítico-reflexivo? Quais estratégias de leitura possibilitam a percepção dos discursos presentes nas charges? O certo é, trabalhar com os

gêneros discursivos viabiliza desenvolver a autonomia do aluno no processo de leitura, habilitando-o para o uso efetivo da linguagem em situações sociais diversas. Segundo Foucaut (2008), o importante é perceber os efeitos de sentidos provocados pela heterogeneidade da charge, o que ela fala ou deixa de falar, o porquê desse enunciado e não outro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lutar por avanços em direção a melhorias no âmbito educacional é condição essencial no fazer pedagógico do profissional da educação. Nesse sentido, esse trabalho, visa sugerir uma estratégia possível para o bom desenvolvimento do discente do ensino médio tendo como meio textos que trabalhem as variadas possibilidades de leitura, a exemplo da charge. Temos a certeza de que a práxis pedagógica se constrói dia a dia na sala de aula, na busca do aprimoramento do senso crítico tão almejado nesse caminho rumo a um ensino de qualidade.

Por tanto, fugir de paradigmas que seguem a linha tradicional de leitura é preciso se almejamos o êxito em relação ao raciocínio crítico e o discernimento leitor dos nossos discentes. O gênero charge é de fato uma proposta de leitura crítica a ser desenvolvida pelo professor juntamente com seus alunos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

NGST, Maise Cristiane Preussler. **A leitura crítica da charge:** implicações teóricas e metodológicas. 2013.

CORREA, Carmen Lucia; DE SOUZA, Carolina Teles; RAMOS, Willian Inácio. **Charge no ensino de língua portuguesa**. Revista GepesVida, 2017, 3.6.

RAMOS, Eunice Brandão da Conceição; OLIVEIRA, Ilse Leone Borges Chaves de. **O gênero discursivo charge no contexto escolar**: contribuições para a formação do sujeito leitor crítico-reflexivo no ensino médio. Anais do V Seminário de dissertações do Mestrado em ensino na Educação Básica. Ppgeeb/Cepae/Ufg, 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE CÉLESTIN FREINET

Cauani Santana dos Santos[138]
Lohanny de Fatima Vieira e Silva[139]
Márcia Alves de Carvalho Machado[140]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Celestin Freinet. Proposta Pedagógica. Educação Popular. Reflexão.

1 INTRODUÇÃO

Vindo de uma família francesa simples, Celestin Freinet conviveu durante toda sua infância com o trabalho e bem envolto com a natureza, fatores que influenciaram fortemente sua concepção de educação. O educador teve influência significativa no movimento de renovação pedagógica, ao contrário da maioria dos pedagogos famosos, ele não possuía grandes títulos universitários, era professor do povo, desde criança tinha forte ligação com a natureza e conviveu frente a frente com o trabalho camponês em sua infância. Ele viveu em um período marcado por guerras, onde lhe trouxe sérias consequências. Levou-o a buscar novos modos de se relacionar com os alunos e de conduzir o trabalho na escola. (GADOTTI, 2004).

Este trabalho tem como objetivo apresentar as concepções pedagógicas de Celestin Freinet, com vistas a compreender a tendência da pedagogia renovada. Trata-se de uma pesquisa teórica, com uso do procedimento a pesquisa bibliográfica, a partir de fontes secundárias. Esse tipo de fonte permite que o pesquisador entre em contato direto com o que já foi socializado sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 2003).

2 SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Para o Freinet, o objetivo da escola é orientar e, nesse sentido, ele desenvolveu a sua concepção da escola como “canteiro de obras”, na qual deve se desenvolver um processo

[138] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: Dricka.feliz@gmail.com
[139] Acadêmica do curso de Pedagogia da faculdade São Luís de França. E-mail: Lohannyv5@gmail.com
[140] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: mac_machado@hotmail.com.

humanizado por meio do empenho e da colaboração. Sua pedagogia teve influência das correntes operárias, do socialismo e do marxismo. O pedagogo fazia críticas à sociedade capitalista e à educação para o trabalho. Acredita-se que suas visitas as escolas libertárias na União Soviética podem ter servido de inspiração para o estudo das correntes pedagógicas e impulsionado seu compromisso político. No momento em começa a lecionar, o Movimento Escolanovista encontrava em plena atividade. Ele se contrapõe a ideia elitista do movimento, porém tem seu despertado pelas propostas inovadoras de educação centrada na criança.

Durante seus estudos e análises, ele visita a escola de Drécoly, Montessori, Claparéde, entre outros pedagogos. Ele passa a interpretar o pluricentrismo e a motivar-se pelas propostas de educação com foco na aprendizagem ativista. Passa a propor uma concepção da experiência infantil como “tâtonnement’ (ir tateando), considerando que as crianças aprendem a partir de suas próprias experiências e da manipulação de objetos de sua realidade. (CAMBI, 1999)

Situando-se nos princípios da Escola Nova, Freinet percebia a criança tendo como referência o que ela é simplesmente, uma criança. As técnicas que utilizou foram direcionadas para atender a capacidade de experimentação e expressão das crianças voltadas a atender suas necessidades imediatas, superando o viés intelectual da escola tradicional, assim, valorizava os exercícios físicos, jogos, práticas desenvolvimento da motricidade e da percepção, a fim de aperfeiçoar as mais diversas habilidades. (ARANHA, 2006). Nas salas de aula que seguem suas técnicas a atmosfera que se encontra tem a haver com: crianças expondo seus pensamentos e sentimentos ao grupo, escrevendo suas experiências nos chamados “textos livres”, buscando soluções para seus problemas nas “assembleias da turma”. Freinet foi ligado por um tempo ao partido comunista e acreditava em um modelo de escola para o povo, isto é, o proletariado.

Nesse sentido, Freinet considerava que o aluno recebe as influências do contexto e das relações no meio social em que está inserido. Essas desencadeiam peculiaridades nas inter-relações dos indivíduos dentro do espaço na sala de aula, inaugurando a escola para a vida, isto é, vinculando diretamente a escola com o povo, ou melhor, percebendo o aluno como a própria escola, sendo que está só se efetiva com a cooperação e atividade dos alunos. No princípio da cooperação é necessária a criação de um espaço com elementos que possam mediar a relação entre professor-aluno.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Celestin Freinet ficou conhecido como professor do povo. O educador não propôs um método cientifico e também não adquiriu ao longo de sua vida grandes títulos acadêmicos. A proposta do pedagogo nasceu de sua vontade de lecionar, interesse pela educação, posição política e principalmente pelas ideias propostas pelo Movimento Escolavista. Em sua trajetória, conheceu alguns modelos pedagógicos do movimento de renovação pedagógica.

A concepção de educação para o pensador é de que ela acontece a partir dos próprios alunos, de sua realidade, participação e cooperação, Isto é, uma proposta de educação fundada na atenção aos fenômenos naturais, tanto do crescimento natural da criança englobando seus sentimentos, experiência pessoais, interesses e preocupações. Suas ideias na área da educação eram consideradas inovadoras demais para aquela época. Seu trabalho foi amplamente expandido e solidificado após o término da Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia.** 3. ed. São Paulo, Moderna, 2006.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Editora Unesp, 1999.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo, Ática, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

ESCOLA NOVA: AS IDEIAS PEDAGÓGICAS DE MARIA MONTESSORI

Geyza Kelly Dos Santos[141]
Terezinha Passos[142]
Márcia Alves de Carvalho Machado[143]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

Palavras-chave: Maria Montessori. Concepção Pedagógica. Escola Nova.

1 INTRODUÇÃO

Maria Teda Artemisia Montessori foi uma educadora, médica, cristã, católica e pedagoga. Conhecida pelo método educativo que desenvolveu e que ainda é usado nos dias de hoje em instituições de ensino ao redor mundo. A educadora nasceu em 31 de agosto de 1870, na Cheiaravalle Itália, faleceu em 06 de maio de 1952. Foi a primeira mulher a se formar em medicina em seu país. Foi também pioneira no campo pedagógico ao focar na autoeducação do aluno e na importância do papel do professor como fonte de conhecimento. Suas ideias mantém relação com o movimento da Escola Nova.

Este trabalho apresenta algumas ideias da educadora Maria Montessori, buscando estabelecer a relação da sua pedagogia com a Escola Nova. Trata-se de uma pesquisa teórica com uso do procedimento da revisão bibliográfica.

2 O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE MARIA MONTESSORI

A Escola Nova foi um movimento que defendeu a educação ativista, pela renovação da pesquisa pedagógica, buscando teoricamente uma prática educativa mais eficaz (ARANHA, 2006). Na Escola Nova "[...] a ênfase da educação não está na acumulação de conhecimento, mas na capacidade de aplica-los às situações vividas". (ARANHA, 2006, p. 263)

[141] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França. E-mail: geyza.kelly@sousaoluis.com.br.
[142] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França.
[143] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França.

Nesse contexto, a educadora Montessori passou a ver o aluno como protagonista, na perspectiva da autoeducação, pela qual a educação tem como eixo norteador a vida, experiência e aprendizagem fazendo com o que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente de experiência e da aprendizagem dentro da sua vida. Sendo assim, nessa concepção, a educação tem uma função democrática igualar as oportunidades buscando modernização, a democratização, a industrialização e urbanização da sociedade.

Para Montessori a criança é um ser completo, totalmente capaz e criativo apenas precisam de liberdade para desenvolver as atividades que estimula a curiosidade ao interesse do conhecimento, atividades estas que lhes desenvolvem a concentração e consequentemente a disciplina, sendo que para isso acontecer é necessário dar as crianças a liberdade de escolha para que cada uma delas possa explorar o que quiser, e assim desenvolver o interesse que levará a concentração.Com esses métodos o aluno usa material na ordem que quiser, cabendo ao professor apenas dirigir a atividade sem precisar ensinar.

Gadotti (1996, p.) afirma que "[...] esse modelo disciplinar é essencialmente processo e não produto, um processo de reconstrução da experiência e é um processo de melhoria permanente da eficiência individual", ou seja, o aluno aprende de uma forma conjunta, nesse caso ele pensa, percebe e age, facilitando o aprendizado e adquirindo para si de uma forma evolutiva, com capacidade de desenvolver e resolver problemas vivenciados em sala de aula.

Montessori também defendia que o caminho dos intelectos passa pelas mãos, porque é por meio dos movimentos que as crianças exploram e codificam o mundo ao seu redor. Assim, a criança ama tocar objetos para depois poder tentar reconhece. Na atualidade muitos exercícios utilizados na educação infantil tem a função de chamar a atenção dos alunos para as propriedades dos objetos como seu tamanho, sua forma, cor, textura, peso, cheiro e barulho. Essas são características importantes dos materiais didáticos para educação infantil.

Essa perspectiva é entendida como uma abordagem que parte do concreto para o abstrato, pela qual se verifica que os meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta, e o professor costuma ser um mediador do aprendizado.

No passado, as salas de aulas não desenvolviam atividades lúdicas. Por exemplo, a os professores mantinha os alunos na sala de aula de maneira "estática", ou seja, cada um em seu lugar sem manterem interação ou criarem movimentos. A partir das ideias de Montessori

as crianças passaram a ficar espalhadas, realizando atividades sozinhas ou em pequenos grupos concentradas nos exercícios e os professores misturados a elas, observando ou ajudando, sem a necessidade de hora de recreio, pois não fazia diferença entre o lazer e atividades lúdicas.

Vidal (2003, p. 509) afirma quanto ao conhecimento a ser mediado na escola, que este "[...] em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emergia da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais". Defesa buscada por Montessori, em sua concepção de Escola Nova.

O professor deve oportunizar ao aluno situações adequadas para que motivá-lo e despertar seu interesse, permitindo assim que adquira o conhecimento e aprenda, por meio de atividades com jogos e brincadeiras no ambiente de trabalho seria estratégias motivadoras para seu desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que as ideias de Montessori, embora desenvolvidas no âmbito na Escola Nova, são utilizadas ainda nos dias atuais, o que representa a importância de a atualidade do seu trabalho no campo pedagógico.

Conclui-se pela relevância, para os discentes do curso de Pedagogia, em compreender as teorias pedagógicas desenvolvidas ao longo da história da educação, a exemplo do pensamento pedagógico de Montessori, que se vincula à perspectiva da Escola Nova.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia.** 3.ed. São Paulo; Moderna,2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola **Nova e processo educativo:** 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1996.

ANTONIO GRAMSCI E O PENSAMENTO PEDAGÓGICO SOCIALISTA

Anne Stephane do Carmo Santana[144]
Renata Fagundes Fonseca Genuíno[145]
Vitoria Regina Farias Teles[146]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

Palavras-chave: Intelectuais especialistas. Escola técnica. Escola tradicional.

1 INTRODUÇÃO

Antonio Francesco Gramsci, natural de Sardenha na Itália, foi jornalista, crítico literário e político italiano. Venceu um prêmio que lhe permitiu estudar literatura na Universidade de Turim, onde tornou-se jornalista. Representou o Partido Comunista Italiano e, em 1924, foi eleito deputado pelo Vêneto, sendo preso durante o regime fascista de Benito Mussolini. No ano de 1934, com a saúde seriamente abalada, recebeu a liberdade condicional, morrendo algum tempo depois de ter sido libertado. As ideias pedagógicas do teórico estão inseridas no âmbito da educação crítica e popular teorizada.

Este estudo tem o objetivo de apresentar algumas ideias que compõe o pensamento gramsciano e se relacionam com o campo pedagógico, na perspectiva socialista, do qual o intelectual foi um dos expoentes mundial. Trata-se de uma pesquisa teórica com uso do procedimento da pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi socializado sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 2003).

2 O PENSAMENTO PEDAGÓGICO SOCIALISTA DE ANTONIO GRAMSCI

O princípio educacional priorizado por Gramsci, foi o trabalho intelectual e manual, a ser desenvolvido por uma escola única, com características produtiva e cultural a instituições produtivas. Para ele, a escola deveria estabelecer-se em três fases: 1) pela harmonização do

[144] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França. E-mail: annestephane00@outlook.com.
[145] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França. E-mail: renatafg2000@hotmail.com.
[146] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França. E-mail: vitoriaregina409@outlook.com.

trabalho manual e intelectual; 2) fomento da criatividade, autodisciplina e a autonomia; e 3) especialização. Esse modelo deveria contar com o professor como dirigente e intelectual, reforçando assim que a escola deveria ser única. (GADOTTI, 2014)

Observando a civilização moderna, sua complexibilidade e a unificação das ciências, constatou que esta tendia a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, para ensinar nessas escolas. Para ele, na continuidade da escola tradicional com a escola tradicional “humanista”, foi-se criando um sistema de escolas particulares de diferentes níveis para diversos ramos profissionais ou para profissões já especializadas e sinalizadas mediante uma individualização. Nesse sentido, surge o pensamento de Gramsci pela defesa da escola unitária de cultura geral, humanista e formativa, equilibrando o trabalho manual e intelectual (SOARES, 2000).

O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade quanto no campo, provocou um novo tipo de intelectual urbano, ao se desenvolver a escola técnica, colocou-se em discursão o próprio princípio da orientação concreta, ainda baseada na tradicionalidade da civilização greco-romana, possuindo como tendência, a abolição das escolas “tradicionais", portanto, podendo ser conservada apenas uma pequena parte para senhores e mulheres elitizados que não deveriam viver um futuro profissional.

A escola tradicional era oligárquica, pois direcionava-se a nova geração que estava designada por sua vez a torna-se dirigente, a qual, tende a manter as tradições, desse modo faz surgir a impressão de tendência democrática. Destinado a perpetuar para o fim dessa situação, deve-se evitar a multiplicação de escolas preparatórias, conduzindo assim o jovem até as portas da escolha profissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propondo esse novo modelo de educação, Gramsci atinge diretamente a formação histórica da escola moderna: a escola de classes. Sendo assim, reforça a ideia inicial de que a escola unitária superaria a escola classista. Desse modo, ele acreditava que o estado comunista

deveria estar em conjunto com a escola, e por meio da prática social dos jovens tornaria a realidade comunista de fato.

Na percepção de Gramsci, não é apenas a escola que exerce a função pedagógica, mas também outras organizações são capazes de contribuir para a formação do intelectual. Assim, ele indica as contribuições que podem ser dadas pela família, pelas associações estudantis, associação de trabalhadores, sindicatos, jornais, organizações turísticas, entre outras. Portanto, para ele o Estado e escola estavam conectados, sendo necessário um novo modelo de escola que tivesse relação com o ideário socialista, reconhecendo a subjetividade de cada indivíduo e produção do intelectual de modo pessoal.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2014.

SOARES, Rosemary Dore. **A concepção gramsciana do estado e o debate sobre a educação.** Ijuí: UNIJUÍ, 2000. (Coleção Educação).

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO ALCANCE DA META 5 ALFABETIZAÇÃO

Érika Hortência de Jesus Santos[147]
Muana Iramaia Aquino Santos[148]
Thaís dos Santos Feitosa[149]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

Palavras-chave: Alfabetização. Metas. Formação. Estratégia. Avaliação.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei n.º 13;005 de 25 de junho de 2014, com finalidade de direcionar investimentos e esforços para melhorar os índices de qualidade na educação. São estabelecidas 20 metas no PNE. Como educadoras, observamos o desenvolvimento e desempenho dos alunos diariamente, dentro e fora do ambiente escolar e nos deparamos com uma grande dificuldade para que o aluno consiga ler um texto e interpretar o que foi lido, ou saber identificar o uso da matemática na sua rotina diária, no seu mundo fora do ambiente escolar e dos livros. O esforço coletivo em atingir estas metas levaria o país um outro patamar educacional.

Este trabalho tem como objetivo de discutir o alcance da Meta 5 Alfabetização nos anos inicias do Ensino Fundamental até 2024, em particular, a estratégia 8, que trata sobre a Alfabetização em comunidades indígenas, quilombolas, itinerantes e do campo.

Trata-se de uma pesquisa teórica, com o uso dos procedimentos da pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito sobre a temática pesquisada e a de campo consiste em observar os fenômenos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados (LAKATOS;

[147] Licencianda do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: pedagogia20erika@gmail.com.br
[148] Licencianda do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: muanairamaia@bol.com.br
[149] Licencianda do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: thaistaina123@hotmail.com

MARCONI, 2003). Assim, utiliza como fontes a Lei 13.005/2014 e a base de dados do Observatório do Plano Nacional de Educação[150].

2 META 5: ALCANCE DA ESTRATÉGIA 8

A meta 5 do PNE estabelece que o Brasil deverá alfabetizar todas as crianças até o fim do 3°ano do ensino fundamental. Nesse sentido, verifica-se que desde 2013, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realiza avaliações nacionais para avaliar os níveis de alfabetização e letramento. Atualmente esse tipo de avaliação integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), utilizado para o monitoramento dessa meta. A prova avalia os conhecimentos em leitura, escrita e matemática dos alunos do 3° ano do ensino fundamental. Em 2016, verificou-se que 66,2% das crianças brasileiras estavam em nível adequado de escrita, a maioria não atingiu níveis adequados em leitura, 47,7% e de matemática 45,5%.

Os resultados ainda estão longe de serem satisfatórios. Cerca de 2/3 dos estudantes do 3° ano do ensino fundamental só conseguem ler as palavras, de acordo com os dados do monitoramento do SAEB. A meta estabelece que todos consigam alcançar ao nível mais alto de leitura estipulado pelo sistema, que seria identificar o assunto de um texto e fazer inferências a partir dele.

A estratégia 8 tem como objetivo apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações inerentes com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas

Acompanhando os dados sintetizados pelo Observatório, desde o início do PNE até 2019, verifica-se que houve variações na porcentagem dessa estratégia, como a redução e a estagnação. Por coincidência, a estratégia tem se mantido de forma reduzida e estagnada durante a metade da execução do plano no âmbito nacional, regional e estadual.

[150] O Observatório foi lançado em 2013, e constitui-se em um projeto de *advocacy* e monitoramento do PNE que tem por objetivo contribuir para que ele se mantenha vivo e cumpra seu papel como agenda norteadora das políticas educacionais no país (OBSERVATÓRIO, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, diante dos dados sintetizados pelo Observatório do Plano Nacional de Educação a meta 5, no que se refere a estratégia 8, está longe de ser alcançada. O que remete a um cenário preocupante, pois é sabido que nessas localidades historicamente os índices educacionais são os mais desfavoráveis.

Assim, entendemos que as propostas do PNE têm um intuito de reduzir os desafios de sala de aula, mas elas não têm sido eficazes e nem eficientes pois constata-se que o seu atingimento está longe de acontecer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 09 nov.2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **O Observatório.** Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/home. Acesso em: 09 nov.2019.

PAULO FREIRE: DIALOGICIDADE COMO FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Anacelia de Souza Luduvice[151]
Priscilla Fernanda Magalhães Rosa[152]
Tamires Silva[153]

EIXO 4 - Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

Palavras-chaves: Liberdade. Diálogo. Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir aspectos da teoria freiriana, com ênfase na dialogicidade como prática de liberdade. A partir do tema abordado é possível compreender como o educador marcou a história da educação brasileira e em outros países. Trata-se de um estudo teórico, com uso do procedimento de pesquisa bibliográfica. Quanto a natureza dos dados utilizou-se da pesquisa qualitativa que, segundo Richardson (2012), é uma "[...] forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social".

Paulo Freire ficou mundialmente conhecido a partir da implantação do processo de democratização da cultura e do ensino, tendo como base a pedagogia da liberdade, em um período em que o Brasil passava por altos índices de analfabetismo. Segundo sua metodologia, os fonemas eram ensinados por meio de palavras que faziam parte do cotidiano do aluno e trabalhadores.

2 EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA: PENSAMENTO FREIRIANO

Segundo Freire (1997) a educação é um ato político. Ele acreditava que o trabalhador deveria conhecer sua realidade na qual estava inserida para poder agir sobre ela, afim de

[151] Aluna do 4º período do curso de pedagogia pela FSLF, licenciada em história pela Universidade Tiradentes. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade São Luís de França. E-mail: analuduvice09@gmail.com.
[152] Aluna do 4º período do curso de Pedagogia pela FSLF, licenciada em Física pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cilahmagalhaes@hotmail.com
[153] Aluna do 2° período do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França. E-mail: senhoritatammy24@gmail.com

transformá-la. Além de alfabetizar, a educação teria o papel também de fazer questionar seus lugares ocupados e identificar o lugar de privilégio da elite. O método progressista propagado por Freire (1987), parte de uma análise crítica da sociedade e se contrapõem com o modelo capitalista em que vivemos.

Freire (1987) atribuía o papel fundamental do professor na aprendizagem, pois se o educador, por exemplo, segue a ideologia da modernização capitalista o processo de alfabetização teria como objetivo principal a capacitação profissional. O educando estaria apto apenas a ler textos, que facilitaria a venda de sua força de trabalho, sem uma eventual reflexão. Assim, os educandos não seriam chamados a refletir de forma crítica ou "[...] a refletir sobre a razão de ser sua própria situação, a fazer com uma nova "leitura" da realidade que lhes é apresentada [...] (GADOTTI, 2014, p. 254).

A educação revolucionária, defendida por Freire (1997) baseava-se na ideia que o educando seria levado a construir suas próprias trajetórias, sendo eles próprios os protagonistas na construção do conhecimento, deixando de estarem alheios, ou seja, alienados. É necessário ressaltar que segundo Freire (1987), o professor abandonaria o papel de detentor do conhecimento, priorizando assim a experiência e o contexto de cada aluno.

Diante de tais fundamentos, Freire (1997) parte então da premissa de que a educação só se efetivará a partir do diálogo, no qual necessita ser crítico, solidário e, consequentemente, resultará em *práxis*. A partir da palavra há uma ação e reflexão o que ocasionará na problematização da realidade na qual está inserido cada sujeito. Para o educador não há palavra verdadeira que não seja *práxis.*

A dialogicidade sustenta então a lógica da educação como prática da liberdade, o diálogo deverá fundamentar a comunicação no ato da *práxis*. Assim, a palavra terá a função de poder, e que não poderá ser entendida como privilégio de poucos, que usam em seu benefício, mas direito de todos independentes de classes sociais. Ela deve transformar o mundo e, a partir dela, agimos e modificarmos nossa realidade. Segundo o educador o diálogo, deveria ter o papel de criação de novas ideias e não somente de depósito, de informação e reprodução sem uma prática reflexiva. Portanto, a leitura do mundo deveria ser um ato de criação, a partir do momento em que o sujeito não se encontra em um papel de dominação e sim de liberdade.

A prática dialógica somente terá sua efetividade com o compromisso amoroso, ou seja, no qual haja um comprometimento na causa. A educação exige esse compromisso e o professor deve ser capaz de cumpri-lo. Somente com o amor, humildade e fé no outro haverá confiança. Sem esses, o diálogo torna-se uma manipulação. O diálogo instala uma relação horizontal com o amor, humildade e fé nos homens. A confiança seria a consequência provocada entre os sujeitos. Sendo assim o testemunho que cada um dá de suas intenções implicará na confiança, de uns com os outros. Ao pôr em prática a ação dialógica o educador tem o dever de propor uma educação libertária, na qual o educando consiga ler o mundo de maneira crítica.

Por vezes há falha na linguagem entre educando e educador, ocasionada por uma supervalorização de visão pessoal da realidade. Isso consequentemente irá refletir nos conteúdos aplicados em sala de aula. Sendo que muito do que é abordado, encontra-se distante da vivencia do aluno. Um exemplo, nesse caso, seria, considerarmos como homogêneas realidades de uma comunidade ribeirinha igual a uma comunidade em algum centro urbano. É necessária uma prática pedagógica em que coadune com a realidade de cada indivíduo, e na qual exista um diálogo entre as visões de mundo do professor e aluno.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso é de fundamental relevância propor temas geradores dentro do ambiente escolar, o qual a partir do que é vivenciado pelo educando estabelecem um ponto de partida para a construção do saber, valorizando assim o conhecimento e saberes em seu lugar de convívio. Entende-se assim que a educação neutra não é educação, é necessário então traçar conteúdos programáticos em que exista a reflexão e o diálogo, consequentemente cada indivíduo terá o poder da palavra como ação transformadora do mundo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

A REGULAMENTAÇÃO DA LEI DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Walewska Chaves de Jesus[154]
Lívia Mikaelle Santos Batista[155]
Janine dos Santos[156]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Empregado. Empregador. Evoluções. Direitos. Doméstico.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a regulamentação da lei dos empregados domésticos, Lei Complementar n.º 150/2015. Tem como objetivo informar aos leitores, de forma clara e objetiva, os direitos que foram estabelecidos aos empregados domésticos após a Lei Complementar 150/2015. Alguns dos direitos já existiam, porém, eram opcionais e passaram a ser obrigatório. No delineamento metodológico, utilizamos pesquisa bibliográfica, fazendo uso da legislação pertinente ao assunto e de autores que se debruçaram sobre a temática da regulação d alei.

2 SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O trabalho doméstico passou por grandes evoluções no direito brasileiro. Uma das primeiras, que apresentaram as conceituações do trabalho doméstico foi o Decreto n° 16.107/23 e logo em seguida o Decreto-Lei n° 3.078/41. A partir disso, com o passar dos anos, a Consolidações das leis Trabalhistas (CLT) apresentou um novo modelo de trabalho doméstico e pode revogar os anteriores. Dentro desta análise histórica pode-se citar a Constituição Federal de 1988 que foi de suma importância na evolução das leis. Porém, com todos estes direitos já implementados, precisava-se de uma nova regulamentação das leis. Então, usaram como base

[154] Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[155] Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[156] Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.

e inspiração a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Portanto, ao passar dos anos essas novas regulamentações deu origem a Lei Complementar 150/2015, a qual trouxe a definição hoje firmada do trabalhador doméstico.

De acordo com o art. 1° da Lei Complementar 150/2015, dispõe que o empregado doméstico "é aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à família, no âmbito residencial, por mais de 2 (dois) dias por semana." Pode-se dizer que empregado doméstico é aquele que presta serviços à pessoa física ou à família para o âmbito residencial. Explica-se que empregado doméstico não é aquele que presta serviços apenas internamente na residência do empregador, mas também externamente, como por exemplo, o jardineiro, o vigia da casa, o motorista, etc. Nesta linha de pensamento, é correto afirmar que o empregado doméstico a lei exige a habitualidade na prestação de serviços ao empregador, de forma contínua, e não eventual ao decorrer da semana.

A jornada de trabalho do empregado doméstico é de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, caso exceda, será necessário o empregador remunerar o empregado pela hora extraordinária que será de 50% superior ao valor da hora normal, no mínimo. Porém, mediante ao acordo escrito entre empregado e empregador, pode ser retirado o acréscimo do salário e instituir a compensação das horas excedidas de um dia para o outro.

Com o consentimento do empregado e do empregador pode ser feito acordo escrito e estabelecer o horário de trabalho 12X36, ou seja, 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas sem interrupção de descanso. A remuneração nessa jornada inclui mensalmente os pagamentos necessários pelo descanso semanal remunerado e pelos descansos em feriado de acordo com o art. 10 da Lei Complementar 150/2015.

O art. 2° & 7° da Lei Complementar 150/2015 consta que os intervalos, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres em que o empregado doméstico que mora no seu local de trabalho nele permaneça, não se pode haver a computação como horário de trabalho, mas o trabalho não compensado prestado aos domingos e feriados o empregador deve pagar o dobro ao seu empregado sem haver o prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

Quando o empregado doméstico acompanha o empregador em viagens prestando seus serviços, é considerado apenas as horas efetivamente trabalhadas no período, mas para haver o

acompanhamento do empregado nas viagens do empregador deve-se ter condicionado à prévia existência de acordo escrito entre as partes. Entretanto, a remuneração hora do serviço em viagem deve ser no mínimo de 25% superior ao valor do salário hora normal.

Um dos pontos de suma importância referente aos direitos do empregado doméstico são as férias. As férias anuais remuneradas de 30 dias devem ocorrer após cada 12 meses de trabalho realizado para o mesmo empregador, caso o contrato de trabalho seja interrompido o empregado doméstico terá direito a receber remuneração pelo tempo trabalhado, desde que não tenha ocorrido a demissão por justa causa. Lembrando que se o empregado residir no local de trabalho é permitido permanecer nele durante o período das férias.

O FGTS é considerado um dos novos direitos dos empregados domésticos, pois, foi regulamentado após a da Lei Complementar 150. Portanto, o percentual a ser recolhido pelo empregador através da DAE é de 8% a ser calculado sobre a remuneração do empregado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os empregados domésticos depois de uma longa lutar conseguiram igualar seus direitos aos trabalhadores rurais e urbanos, ainda que com algumas diferenças em razão das particularidades de seus contratos de trabalho.

Com a nova lei, os contratantes terão que fazer ajustes do ato de admissão até o ato e demissão, já que muitas vezes seus orçamentos não são compatíveis com a contratação desse tipo de trabalhador. Também é possível que surjam questões e situações não previstas e que necessitem de uma nova norma ou mesmo de um pronunciamento de nossos tribunais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar n.º150, de 1ª de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.Htm. Acesso em: 11 nov.2019.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Manual de direito do trabalho**. 12. Ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

LICENÇA MATERNIDADE

Luniara de Santana Ferreira[157]
Laise Greice de Andrade Santos[158]
Ozeane Borges Andrade Sales[159]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Licença. Maternidade. Parto. Legislação.

1 INTRODUÇÃO

Criada em 1994, o salário maternidade é um tema bastante comum entre as mulheres que já tem ou pretendem ter filhos. Porém, alguns pontos ainda geram dúvidas entre as gestantes, principalmente entre as mais jovens. Com base nisso, este resumo mostrará tem o objetivo de discutir a atual legislação do auxílio-maternidade. Trata-se de uma pesquisa teórica com uso do procedimento da pesquisa bibliográfica.

2 SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Quando uma trabalhadora engravida, ela tem direito a uma licença de 120 dias (licença-maternidade) que, segundo a lei n° 8.861 de 25 de março de 1994, dá seguridade salarial. Este direito às grávidas visa a estabilidade provisória no mercado de trabalho, uma vez que, apesar de a mulher ter uma grande participação no mercado e na sua evolução, ainda há muito preconceito em torno disto. Uma grávida teoricamente produz menos, se cansa, falta com mais frequência. Levando estes pontos em conta seria difícil uma trabalhadora conseguir um emprego. Para evitar questões como essa que surgiu a licença maternidade (ou auxílio-maternidade).

157 Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: luniarasantana146@gmail,com
158 Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França . E-mail: laiseandrade_11@hotmail.com
159 Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França. E-mail: annyandrade88@gmail.com

É muito comum ouvir ou ler os termos "salário" e "licença" maternidade; e alguns tem dúvidas em relação a isso. A licença é o período em que a pessoa fica afastada (sob aviso) do seu ambiente de trabalho; o salário é a remuneração que o empregado recebe pelo tempo de serviço prestado. Nestes casos ambos estão voltados à maternidade (gestação) e emprego.

Carvalho, Firpo e Gonzaga (2006) afirmam que a criação da seção V da CLT (de proteção à maternidade) pode "alterar o padrão de inserção da mulher no mercado de trabalho e evitar a demissão após o nascimento de um filho". Isso era algo bastante comum logo após o surgimento da CLT (mais frequente antes deste): a licença era de 84 dias e, geralmente a mulher recebia menos e/ou eram demitidas por estarem grávidas.

De acordo com a lei nº 8.861, para a trabalhadora ter direito ao salário-maternidade tem de ser comprovada a realização de suas atividades (carteira assinada) e ter contribuído por pelo menos 10 meses (período de carência[160]). Para complementar, a Instrução Normativa (IN) do INSS diz que: "o salário-maternidade será devido à segurada desempregada (empregada, trabalhadora avulsa e doméstica, para a que cessou as contribuições (contribuinte individual e facultativa) a segurada especial". Ou seja, mulheres desempregadas podem receber o auxílio desde quê cumpra alguns requisitos. Neste caso, para ter direito a este, deve ser feita a solicitação no INSS mediante apresentação da Certidão de Nascimento do bebê. O salário é pago com base na média dos seis últimos salários recebidos, independente de qual o tipo de empregada ou salário e caso o médico ateste a necessidade, a licença pode ser estendida por duas semanas no descanso anterior ao nascimento, no posterior ou em ambos.

Além do parto (que, para isso, são consideradas vinte e três semanas), casos de aborto espontâneo, adoção ou guarda judicial tem direito a licença. Assim disposto: aborto espontâneo: se comprovado pelo CID[161], a mulher tem direito a duas semanas de licença; e adoção ou guarda judicial. Neste caso, houve algumas mudanças: " I – até um ano completo, por cento e vinte dias; II – a partir de um ano até quatro anos completos, por sessenta dias; e III – a partir de quatro anos até completar oito anos, por trinta dias. Porém, foi lançada uma Emenda em fevereiro de 2018 que aumenta a licença materna para 180 dias e a paterna para 20, e dá às mães adotivas o mesmo direito de licença da biológica.

160 Número mínimo de contribuições mensais para que tenha direito ao benefício.
161 Sigla para Classificação Internacional de Doenças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dá-se por concluído o estudo afirmando que o direito de assistência social à maternidade, seja ela biológica ou adotiva, está aclarada com a publicação da Lei n. 10.241/2002, ratificando o que diz na constituição federal em que uma visão organizada caracterizava apoio específico à maternidade, à criança, e à família e Dando seguridade e mais tempo de convivência com o (s) filho (s) às mães adotivas (ou com guarda judicial), e tempo de recuperação às tiveram um aborto não criminoso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho (CLT) e normas correlatas.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. Instrução Normativa, 2010. Disponível em: http://www.ipsm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/instrucoes/IN%2045-INSS.pdf. Acesso em: 29 de out. 2019.

BRASIL. **Especial licença maternidade 2.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/293878-especial-licenca-maternidade-2-evolucao-das-leis-e-costumes-sobre-licenca-maternidade-no-brasil-0602/. Acesso em: 29 de out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm , Acesso em: 29 de out. 2019.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho:** de acordo com a reforma trabalhista. São Paulo: MÉTODO, 2019.

CARVALHO, Sandro Sacchet; FIRPO, Sergio; GONZAGA, Gustavo. **Os efeitos do aumento da licença-maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil**. 2006. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3795/1/PPE_v36_n03_Efeitos.pdf. Acesso em: 29 de out. 2019.

O ESOCIAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA: EMPODERAMENTO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Maria Vanilúcia dos Santos[162]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: eSocial. Conhecimento. Empoderamento. Carreira.

1 INTRODUÇÃO

"O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição", em acordo com o Decreto no 8.373, de 11 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014). A instituição de uma plataforma unificada das obrigações sobre a contratação de mão de obra e prestação de serviços, traz a necessidade imperiosa de especialização da área de Recursos Humanos para cumprimento da nova obrigação acessória decretada.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar como o eSocial enquanto ferramenta estratégica contribuiu no empoderamento da área de Recursos Humanos, apresentar a nova obrigação acessória e sua complexidade, analisar as principais inconsistências, compreender a necessidade de capacitações/especializações e a contribuição deste cenário como incremento na valorização dos profissionais em Recursos Humanos. A metodologia utilizada consistiu em análise documental e pesquisa de campo, sendo a primeira versada sobre a legislação do eSocial, implementação faseada, portarias, inconsistências, processo de simplificação e a segunda etapa, na aplicação de questionários à discentes e profissionais da área.

O presente trabalho justificasse pela relevância do eSocial e sua complexidade em unificar as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscal, em um ambiente nacional digital e a necessidade de aprofundamento técnico e estratégico dos profissionais da área de

[162] Gestora em Recursos Humanos, com experiência a mais de vinte anos na área de Recursos Humanos, Professora Especialista na Faculdade São Luís de França. E-mail: vanilucia@hotmail.com

Recursos Humanos, mediante a situação de se fazer cumprir a obrigação, evitando ou mitigando as autuações fiscais, obtendo o reconhecimento profissional e o empoderamento de suas carreiras.

2 O eSOCIAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA

O projeto do eSocial, instituído através do Decreto no 8.373, de 11 de dezembro de 2014, tem por objetivo a unificação de informações relacionadas aos empregados por parte dos empregadores, centralizadas em um único ambiente e abrangendo eventos individualizado dos colaboradores e totalizadores no âmbito trabalhista, previdenciário e fiscal. (Brasil, 2014)

O eSocial constitui uma plataforma web para unificação das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, padronização, validação, arquivamento e distribuição das informações, neste sentido, o eSocial será o centralizador das informações e prevê em seu decreto a substituição de várias obrigações acessórias anteriormente enviadas através de outros formulários ou declarações, conforme Manual de Orientação do eSocial (Brasil, 2017)

Ratificada a complexidade do sistema eSocial, diversas publicações são divulgadas pelo governo federal, dentre estas: MOS – Manual de Orientação do eSocial, Manual Web Geral, Cronograma de implantação, Faseamento de grupos na adesão ao eSocial, Notas Técnica, Notas Conjuntas, Notas de Orientação, a Lei 13.874/2019 conhecida como Lei da Liberdade Econômica, a qual prevê a desburocratização e simplificação do sistema eSocial e Portarias sobre a substituição total ou parcial de obrigações acessórias anteriores e atualmente englobadas pelo eSocial. (CAVALCANTI, 2013)

As divergências no cruzamento e envio de dados ao eSocial, ajustes de layouts técnicos, necessidade de Resoluções Específicas por parte dos órgãos pactuantes do eSocial, criam um contingente de postergações no cronograma de implantação do eSocial por parte de adesão das obrigações dos empregadores, neste sentido, governo federal, órgãos e legisladores precisaram pautar uma revisão do projeto inicial, criando uma proposta de simplificação da plataforma com a propositura de subdividir em dois novos sistemas, sendo, um que atenta as obrigações trabalhistas e previdenciárias e outro que, atenda as obrigações

fiscais, processo conhecido por Novo eSocial, em acordo com o site http://portal.esocial.gov.br/ (Brasil, 2019)

Neste contexto, profissionais da área a fins impactadas pela nova obrigação e principalmente os profissionais da área de Recursos Humanos, a qual é considerada a mais impactada pelo eSocial, tiveram a indigência de buscar aprofundamento de seus conhecimentos, bem como, agregar novas competências técnicas e de gestão, para execução de forma assertiva nos envios e validações de informações encaminhadas ao eSocial, evitando ou mitigando possíveis autuações fiscais. (SIQUEIRA, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante cenário do eSocial, deste sua obrigação até a presente data, e que, se acompanha as novas publicações do governo federal, quanto as caminhos norteadores e obrigatórios do eSocial, profissionais de área de Recursos Humanos e áreas afins impactadas pela nova obrigação acessória, vivenciam a necessidade imperiosa e célere de aperfeiçoamentos, capacitações técnicas/operacionais, conhecimento digital na modalidade operante dos sistemas e plataformas interligadas pelo eSocial, atualização sobre alterações na legislação trabalhista e previdenciária, bem como, gestão do tempo e das competências técnicas e socioemocionais, todas indispensáveis ao processo de implantação e manutenção do eSocial nas organizações, neste contexto, o eSocial afiança-se como ferramenta estratégica no empoderamento da área de Recursos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **eSOCIAL**. Disponível em: http://portal.esocial.gov.br/. Acesso em 05 de nov. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei no 8.373**, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências, Brasília, DF, dez 2014.

CAVALCANTE, Adrianni da Silva. O eSocial e as mudanças nas relações trabalhistas no Brasil. Monografia (curso de Ciências Contábeis) – Faculdade Cearense FaC. Fortaleza, 2013.

MOS: Manual de Orientação do eSocial – versão 2.2. 2016 Disponível em <https://www.esocial.gov.br/doc/MOS_Manual_Orientacao_eSocial_v2.2.pdf>. Acesso em: Jan/2017.

SIQUEIRA, LIVINGSTON MARLISON. et al. Esocial x EFD-REINF: Os impactos na cessão de mão de obra com o cruzamento de SPED's. XIV SEGeT: Seminário de Excelência em Gestão e Tecnologia, Faculdade Pitágoras, 2017.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA, VANTAGENS E DESVANTAGENS

Brunno Rodrigo Pizzi M. Santos[163]
Ana Carolina Pereira R. Santos[164]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Legislação. Mudança. Benefícios.

1 INTRODUÇÃO

A nova reforma da previdência visa implementar medidas legislativas para alterar a estrutura da previdência social do país. Com isso existem algumas mudanças que podem ser boas ou não, para a população brasileira. Este trabalho tem o objetivo de discutir pontos sobre a proposta par anova previdência do país. Trata-se de um estudo teórico com uso do procedimento da pesquisa bibliográfica

2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Objetivo do atual governo é economizar cerca de R$ 1,1 trilhão em 10 anos com a reforma. Isso foi um assunto que gerou muita expectativa na população. Em alguns pontos da reforma existe uma melhora na desigualdade, porém, existem outros que mostram o contrário; como diz economista Vilma Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Nesse sentido, discute-se sobre os pontos positivos e negativos, vantagens e desvantagens que vem gerando conflitos entre os brasileiros, tais como:

Vantagens: adapta as regras de acesso à aposentadoria ao envelhecimento da população; Reduz as desigualdades no sistema previdenciário; Mantém tratamento diferenciado para quem enfrenta condições especiais de trabalho e de vida.

---

[163] Acadêmico do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.
[164] Acadêmica do curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França.

Resolve o déficit da Previdência no médio prazo, trazendo mais equilíbrio para as contas públicas; Permite que o governo mantenha investimentos em outras áreas; Cria condições para a redução dos juros básicos da economia e Abre espaço na agenda política para avanços de outras medidas.

Desvantagens: idade mínima para a aposentadoria de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), tanto do setor público como do setor privado; Tempo de contribuição que nesse caso, o tempo de contribuição passará de 15 para 20 anos. Se o trabalhador quiser receber o benefício integral, além da idade mínima, terá de contribuir durante pelo menos 40 anos; média salarial que passará contabilizar todos os salários e não mais os 80% mais altos, como é hoje; Os Professores serão um dos mais atingidos. A PEC prevê idade mínima para aposentadoria da categoria de 60 anos para homens e mulheres e aumenta o tempo mínimo de contribuição para 30 anos. Nas regras atuais, as professoras se aposentam com benefício integral quando completam 50 anos de idade e 25 anos de contribuição e os professores, 55 anos de idade e 30 anos de contribuição; As mulheres estão na lista das mais prejudicadas com a reforma, que irá acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição, e obriga as mulheres a se aposentarem com, no mínimo, 62 anos de idade, e aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 20 anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma seria uma tentativa de retificar o desequilíbrio fiscal do governo, uma vez que a previdência consome boa parte do gasto primário do governo federal. Com isso, esperamos que a reforma seja algo benéfico para o desenvolvimento do nosso pais. A reforma é necessária e de extrema importância para o Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n° 6, de 2019 - Reforma da Previdência. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137999. Acesso em: 14 nov.2019.

GAZETA DO POVO. **Cinco impactos positivos da reforma da Previdência e três negativos.** Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/cinco-impactos-positivos-da-reforma-da-previdencia-e-tres-negativos-3z66el32yzc48r2g5u74thmlz/. Acesso em: 14 nov.2019.

POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO VIGENTES NO MERCADO DE TRABALHO: UM PARALELO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS

José Roberto dos Santos[165]
Rogéria Dias Teixeira[166]
Mônica Maria Liberato[167]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Política. Remuneração. Professor.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Macedo Filho (2018), as empresas hodiernas para despertarem o interesse dos colaboradores e atingirem suas metas empresariais começaram a perceber que a remuneração não é uma despesa, mas uma estratégia de se manterem competitivas no mercado. Além disso, é de suma importância para sobrevivência das mesmas, uma vez que é necessário remunerar aqueles que exercem suas funções em cada cargo.

Diante dessa realidade, o presente artigo traz uma abordagem das remunerações vigentes no mercado, bem como uma relação comparativa das remunerações vigentes com a praticada pelo governo do Estado de Sergipe, a fim de remunerar o cargo de professor efetivo no quadro da administração pública. Para tanto, foi utilizada a metodologia bibliográfica, examinado as políticas remuneratórias vigentes nas organizações privadas como forma de recompensa para os seus colaboradores.

[165] Mestre em Ciências Sociais pela UFRN. Pós-graduando em Gestão Pública pela FSLF. Licenciado em História pela UFS. Bacharel em Direito pela UNIT.
[166] Mestre em Letras pela UFS. Pós-graduando em Gestão Pública pela FSLF. Licenciada em Língua Portuguesa. Especialista em Teorias de Texto E-mail: rogeriadtex@yahoo.com.
[167] Doutoranda em Ciências da Propriedade Intelectual pela UFS. Mestre em Marketing pela UL/UFPB. Mestre em Turismo pelo IFS. Pós-graduada em Gestão de Pessoas pela FSLF. Pós-graduada em Marketing pela UL. Pós-Graduada em Coaching pelo ISPC. E-mail: monicaliberato@hotmail.com.

2 ABORDAGENS ACADÊMICAS SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

As atuais políticas de remuneração aplicadas à gestão de pessoas são: Remuneração Funcional; Remuneração por Competência; Remuneração Variável; Remuneração Estratégica e Remuneração por Habilidades. Das referidas remunerações, são de suma importância para este estudo à remuneração por competência e por habilidades, visto que o cargo de professor é remunerado levando em consideração essas políticas.

Para alguns autores, a quebra da estabilidade dos servidores públicos, como também, a extinção da isonomia salarial, a flexibilização do sistema de remuneração e ausência de política salarial e de mecanismos de negociação coletiva, contribuem para a degeneração dos serviços públicos e o fisiologismo no interior do Estado, que implica na perda de qualidade da educação. Contudo, contraditoriamente, a reforma educacional, empreendida no Brasil a partir de 1990, propala como um de seus objetivos prioritários a melhoria dessa qualidade (RODRIGUES, 2006; DUARTE; MELO, 2013; GOMES, 2014). É notório o descompasso entre os discursos dos reformadores e a realidade da valorização do trabalho docente nas redes públicas de ensino do país. Mesmo com os dispositivos de valorização do magistério expressos no texto constitucional e na legislação regulamentar, verifica-se grandes lacunas no seu cumprimento, concorrendo para o desinteresse pela profissão e baixa motivação para as atividades pedagógicas.

Os autores Macedo Filho, Paula e Patola (2018) destacam cinco tipos de remuneração: 1. A Remuneração Funcional que é composta de descrição do cargo, avaliação de cargos, faixas salariais, política para administração dos salários e pesquisa salarial; 2. A Remuneração por Competência que compreende o conhecimento e a qualidade das pessoas como fatores fundamentais dentro das organizações; 3. A Remuneração Variável que é atualmente bastante adotada pelas empresas e baseia-se no desempenho dos cargos de diretoria e gerência; 4. Remuneração Estratégica que representa um novo elo entre os indivíduos e a nova realidade das organizações, tendo como forma de pagamento, além do salário convencional, outras compensações por sua produtividade; e, 5. A remuneração por habilidades que avalia e remunera o conjunto de conhecimentos apreendidos mais a aptidão pessoal.

Em relação ao nível, a remuneração total aumentou aproximadamente 23% no período de 2007 a 2010, aumento percentual mais elevado do que o salário total. Quanto à estrutura da remuneração, o salário em média representou aproximadamente 27,7%, o bônus 21,1%, a remuneração baseada em ações 40,9% e as outras remunerações 14,3% da remuneração total. Em média cada executivo recebeu de salário US$ 357.171,50 por ano; de bônus US$ 321.027,50; de ações U$$ 619.057,00 e de outras remunerações US$ 215.366,75, perfazendo um total médio anual de US$ 1.512,262,75, o que corresponde a US$ 126.051,90 por mês" (Machado e Beuren, 2015, p. 18). Diferente do que ocorreu com os executivos brasileiros e ingleses, que perceberam por mês R$ 41.172,23 e £$ 24.519,56, respectivamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a Política de Remuneração serve para dinamizar e otimizar os interesses das organizações. Mas também, para vincular os laços de permanência do profissional e do gestor aos objetivos das organizações. As estratégias montadas nesse sentido repercutem no alcance das metas traçadas pelas organizações e na satisfação do mercado consumidor de produtos e/ou serviços. Entretanto, a literatura baseada nas diversas pesquisas sobre a política de remuneração no setor público docente revela uma realidade desanimadora. A prática dos atores responsáveis pelas decisões é eivada de desrespeito, até mesmo no que expressa a Legislação Nacional. Isso tudo sugere que a política de remuneração das organizações, públicas e privadas no Brasil tem muito a aprender com outros países.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Adriana; MELO, Savana Diniz Gomes. Qualidade da educação e política de remuneração docente: quais as implicações dessa relação?. **Revista Educação em Questão**, 2013, 46.32.

GOMES, Sigmar Martins. **Política de treinamento e desenvolvimento de pessoas no setor público:** um estudo de caso em uma autarquia municipal de Santana do Livramento. 2014.

MACEDO FILHO, Dárbio Rubem de; PAULA, Eliete da Silva; SPATOLA, Kedley de Paula. Políticas de remuneração nas organizações: sua importância estratégica no avanço para a

competitividade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento**. Ano 03, Ed. 04, Vol. 03, pp. 113-124, Abril de 2018.

MACHADO, Débora Gomes; BEUREN, Ilse Maria. Política de remuneração de executivos: um estudo em empresas industriais brasileiras, estadunidenses e inglesas. **Gestão e Regionalidade, v**. 31, n, 92 – maio.ago/2015.

RODRIGUES, Júnia Marçal. Remuneração e Competências: Retórica ou Realidade?. **RAE**. Vol. 46. Edição Especial. Minas Gerais. 2006.

AS COMPETÊNCIAS REQUISITADAS PELAS EMPRESAS ONDE OS BRASILEIROS SONHAM TRABALHAR

Anajara Morais Lima Araujo[168]
Willamys da Silva Rosa[169]
Mônica Maria Liberato[170]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Competência. Empregabilidade. Competitividade.

1 INTRODUÇÃO

A concorrência entre as organizações tem ficado cada vez maior, e para que elas mantenham-se em nível de competitividade precisam focar na qualidade de seus produtos e serviços, em consequência necessita de mão de obra qualificada. Com essa dinâmica, vem à necessidade de se trabalhar a gestão das competências do seu capital humano, otimizando seus recursos financeiros e humanos, consequentemente aumentando o retorno financeiro de forma bastante positiva para seus negócios e assegurando seu lugar no mercado acirrado.

Diante deste cenário surge a seguinte questão: Quais as competências mais exigidas dos profissionais no mercado de trabalho? Para responder essa pergunta o estudo tem o objetivo de analisar as principais competências de empregabilidade requisitadas pelas 25 empresas que os brasileiros sonham trabalhar. O estudo foi realizado a partir da pesquisa realizada pelo site *LinkedIn*, (*Top Companies 2019*) que listou, no primeiro semestre de 2019, as 25 empresas onde os brasileiros sonham trabalhar e construir uma carreira. O *LinkedIn* classifica as empresas com base em quatro pilares: interesse na empresa, interação com funcionários, demanda da vaga e retenção de funcionários. Os dados da pesquisa *Top Companies 2019,* foram tabulados em planilhas do MS Excel® e submetidos a tratamento estatístico.

[168] Graduanda em Administração pela Faculdade São Luís de França. E-mail: anajara_morais@outlook.com.
[169] Graduando em Administração pela Faculdade São Luís de França. E-mail:. uillamys@hotmail.com.
[170] Doutoranda em Ciências da Propriedade Intelectual pela UFS. Mestre em Marketing pela UL/UFPB. Mestre em Turismo pelo IFS. Pós-graduada em Gestão de Pessoas pela FSLF. Pós-graduada em Marketing pela UL. Pós-Graduada em Coaching pelo ISPC. E-mail: monicaliberato@hotmail.com.

2 COMPETÊNCIAS DE EMPREGABILIDADE

O termo competência por ser definido como um conjunto de características que envolve conhecimento e habilidade que são identificados nas pessoas levando-as a um melhor desempenho em suas atividades. A competição das empresas entre si, o novo cenário mundial e o constante ajuste, reajuste e desenvolvimento necessitam de especializações específicas de pessoas com competências que atendam aos requisitos necessários para acompanhar os fatos atuais e mutações futuras (PICARELLI (ano) *apud* CARMO, 2015).

Analisar e balancear de forma comparativa à relação entre a empregabilidade no mercado e a formação de indivíduos com possibilidades de desenvolver organizações através do uso de suas competências individuais e profissionais é de suma importância, já que as organizações são dependentes das ações de todos os colaboradores que fazem parte do processo (ZAGO, 2007).

Assim, podemos compreender a empregabilidade como o conjunto de atribuições estruturadas e vocações definidas, necessárias para uma pessoa conquistar e manter um trabalho ou emprego; nessa perspectiva correlacionamos competência como uma capacidade de domínio sobre determinado assunto, permitindo assim a sua transferência e a propagação de conhecimento, agregando tanto valores pessoais ao profissional, elevando seu índice de empregabilidade quando inserido numa organização, quanto pode agregar também valores econômicos à mesma.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O resultado da análise dos dados da pesquisa *Top Companies 2019* mostram quais as empresas que os brasileiros gostariam trabalhar, e as competências mais exigidas na hora da contratação são: de desenvolvimento de sistemas (17%), ferramentas de gestão (17%), sistema operacional (8%), linguagem de programação (8%), engenharia de sistema (6%), análise de dados (6%) e ferramentas de marketing (6%). Essas empresas estão concentradas no Sudeste (80%), no Sul (13%) no Nordeste (4%) e Centro-oeste (3%). Segundo a pesquisa, as dez áreas que mais ofertam vagas são as áreas de vendas (22%), Operações (21%), Engenharia (14%),

Desenvolvimento de negócios (9%), Administrativo (8%), Finanças (7%), Tecnologia da informação (7%), Suporte (5%), Consultoria (1%) e Gerenciamento de projetos (1%).

Como é possível observar nos resultados da pesquisa, as competências mais exigidas pelas empresas dos sonhos dos brasileiros estão predominantemente voltadas para área de tecnologias da informação, e gestão dos sistemas de informação, assim como para profissionais com habilidade na área de marketing. Este resultado demonstra além da precariedade de profissionais qualificados nessas áreas, também o rumo que as empresas mais almejadas estão tomando, e orientando assim os atuais e futuros profissionais do mercado para qual área eles devem seguir a fim de aumentar seu índice de empregabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente trabalho foi possível observar a necessidade e importância da gestão de competências e como essa ferramenta auxilia ao profissional uma vez que aumenta seu índice de empregabilidade. Conclui-se também a partir da pesquisa estudada que as áreas mais requisitadas pelas empresas mais almejadas estão predominantemente voltadas para área de tecnologia de informação e gestão dos sistemas de informação. O resultado da pesquisa pode servir então como orientação para os profissionais, uma vez que expõe as competências que estes deverão desenvolver, a fim de lhes auxiliar em sua empregabilidade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. A. M. L., DE SOUZA, C. C. B., ZAGO, C. C. Competências profissionais do administrador: uma análise comparativa entre a necessidade do mercado e a formação dos administradores da Paraíba. **Rev. Eletron. De Gestão Organiz.,** Pernambuco, v. 5, n. 2, p. maio/agosto, 2007.

CARMO, L.O.; Gestão de pessoas baseada em competências: um modelo avançado de gestão. **Revista de Administração Geral**. v.1, n.2, p.101-117. 2015. Disponível em: http://periodicos.unifap.br/index.php/administracao. Acesso em 09 nov. 2019.

CAMPOS, K. C. de L. et. al. Empregabilidade e competências: uma análise de universitários sob a ótica de gestores de recursos humanos**. Rev. Psicol., Organ. Trab.,** Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 159-183, dez. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S1984-66572008000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 nov. 2019.

GALDEANO BIENZOBAS, Carlos; VALIENTE BARDERAS, Antônio**.** Professional competences. **Educ. química, México**, v. 21, n. 1, p. 28-32, 2010.

GESTÃO 4.0

Beatriz Vieira Santana[171]
Verônica Luana De Araújo Rosa[172]
Jorge Maikel Alves Batista[173]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Gestão 4.0. Organização. Negócios. Consumidores. Fornecedores

1 INTRODUÇÃO

A gestão 4.0 é uma forma de administração mais flexível, interativa e aberta, que tem sido implementada por empresas dos mais variados portes e segmentos.

O que vai determinar se uma empresa está gerando valor ou não serão as novas fontes de receita a serem geradas pelo negócio, pois esses avanços podem ser alcançados a partir de inovações que revolucionem a qualidade dos serviços e produtos oferecidos aos clientes. Pois o objetivo da pesquisa é mostrar um estilo que permite com que tudo dê certo, que também trabalhem de acordo com as expectativas dos seus clientes.

A pesquisa foi efetuada por meio de artigos, sites, livros. O artigo se deu início com a intenção de explica que a interação de consumidores e fornecedores que trabalham de acordo com as expectativas dos clientes ao desenvolver-se, tem a gestão 4.0 envolvido.

2 PORQUE A SUA EMPRESA DEVERÁ ADOTAR A GESTÃO 4.0

A Gestão 4.0 surge devido à Indústria 4.0, ou seja, para adotar esse conceito e andar lado a lado com as novas exigências do mercado, é necessário seguir três premissas básicas: automatização, interoperabilidade, virtualização, esses passos aplicado ao setor de venda, além da tecnologia, no dinamismo é necessário para que um negócio esteja sempre em posição de

[171] Graduanda em Administração pela Faculdade São Luís De França E-mail: beatriz.v.santana123@gmail.com
[172] Graduanda em Administração pela Faculdade São Luís De França E-mail: beatriz.v.santana123@gmail.com.
[173] Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe. Professoredo curso de Administração pela Faculdade São Luís de França. E-mail: jmaikel.jm@gmail.com

destaque, o entendimento é de que é preciso entregar ao consumidor uma experiência mais rica, não focando apenas no produto ou no serviço que ele vende. Isso é o que ele busca, então é o que precisa ser oferecido. Essa é a oportunidade da organização com a transformação que precisa ser feita, a empresa não tem à perder, permitindo a tomada de decisão em tempo real uma forma rápida e constante para atender a demanda dos seus consumidores evidentemente ajudando as tarefas e poupando tempo dos limites.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início da pesquisa mostrou-se que a gestão4.0 tem uma forte influência da quarta revolução industrial, por isso o conceito da gestão 4.0 é caracterizado pela tecnologia, integrando setores e mudando as experiências organizacionais e o reconhecimento externo e principalmente interno.

Antes os processos e rotinas eram o que garantia a estabilidade de uma empresa, atualmente o cenário é outro, pois o mercado agora exige cada vez mais soluções com poder tecnológico e de adaptações.

REFERENCIAS

RADZIWILL, Nicole. A Qualidade 4.0. **Revista Adnormas.** Disponível em: https://revistaadnormas.com.br/2018/10/30/a-qualidade-4-0/. Acesso em: 14 nov;2019.

MARA, Sandra. **Quando-sua-empresa-ira-adotar-a-gestao-4-0**. Disponível em: https://administradores.com.br/noticias/quando-sua-empresa-ira-adotar-a-gestao-4-0. Acesso em: 01, nov.2019.

GEEKHANTER. **Gestao-4-0**. Disponível em: https://rhtech.geekhunter.com.br/gestao-4-0-tudo-sobre/. Acesso em: 03 nov.2019.

FILIPPIN , Eliane Salete. GEMELLI, Inês Maria Picoli. Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia.** Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/375. Acesso em: 03 nov.2019.

JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: A INTERVENÇÃO JUDICIAL EM PROL DA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Jorge Andrew de Jesus Braga[174]
Maria Fernanda Oliveira Vieira Gomes[175]
Ivalda Lúcia de Jesus[176]
Eliana Rezende dos Santos[177]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Saúde. Políticas Públicas. Intervenção Judicial.

1 INTRODUÇÃO

A constante busca pela efetivação do direito fundamental à saúde por vias do Poder Judiciário, ocasionado pelo descaso da Administração Pública, foi o que impulsionou a realização deste trabalho.

Considerando sua relevância no contexto social, a saúde, por ser um direito fundamental expresso na Constituição, deve ser garantida pelo Estado através de políticas públicas que promovam e permitam o acesso universal a serviços desta natureza. Assim, a judicialização da saúde, por sua vez, consiste no acionamento do Judiciário a fim de que seja obtida alguma ação ou serviço de saúde, ora negado pelo Estado.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir o método dedutivo, utilizando-se do procedimento técnico bibliográfico e documental, o que permitiu precisar situações e criar conclusões acerca do tema abordado.

[174]Discente do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: jorge.andrew@sousaoluis.com.br
[175] Discente do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: maria.fernanda@sousaoluis.com.br
[176] Discente do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: ivalda.lucia@sousaoluis.com.br
[177] Discente do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: eliana.rezende@sousaoluis.com.br

3 REVISÃO DA LITERATURA

O direito à saúde, previsto no âmbito dos direitos sociais - disposto no artigo 6°, da Constituição Federal de 1988 - encontra-se na mesma esfera do direito à vida e à dignidade da pessoa humana, tratando-se, portanto, de um dos direitos que contemplam o mínimo existencial cuja garantia é de competência do Estado.

Nessa perspectiva, Silva (2014) afirma que "a saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos". Contudo, considerando o caos da saúde pública no Brasil, sabe-se que esse direito fundamental não tem sido efetivado plenamente. Por este motivo, alguns cidadãos têm recorrido à esfera judicial, na tentativa de obrigarem o Estado a fornecê-los condições constitucionais inerentes à saúde.

Nesse sentido, surgem inúmeras demandas judiciais cujos objetos são semelhantes e privilegiam determinados pacientes, quais sejam os autores das ações judiciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o direito à saúde é assegurado, constitucionalmente, a todos os cidadãos, restando ao Estado o dever de promovê-lo. Porém, no que se refere ao Estado brasileiro, a efetivação dos direitos sociais é precária, especialmente em se tratando de políticas públicas relacionadas à saúde. Assim, ante as condições deficitárias para tratamento médico-farmacêutico no âmbito público, a intervenção judicial é um meio eficaz de garantir que o direito social à saúde, de competência do Estado, atinja a todos, conforme expresso na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

SILVA, Leny Pereira da. **Direito à saúde e o princípio da reserva do possível**. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/DIREITO_A_SAUDE_por_Leny.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ALTERNATIVA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATUREZA PENAL

Islânia dos Santos Lima[178]
Camilla Galderice Moradillo Sales[179]
Bárbara Pereira Azevedo Lima[180]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais e Aplicada

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Solução de Conflitos. Direito Penal.

1 INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa iniciou-se na década de 70, caracterizando-se como uma prática de resolução de conflitos que tem como finalidade a restauração das relações interpessoais que, em contrapartida ao sistema penal atual, objetiva manter um diálogo entre as partes, vítima e ofensor, utilizando-se técnicas de mediação com o intuito de tratar os traumas sofridos pela vítima, assim como transformar o agressor ao fazê-lo entender o que causou para que, a partir disso, repense seu comportamento e mude sua conduta.

Diante deste contexto, o presente trabalho buscou trazer uma abordagem acerca da Justiça Restaurativa enquanto alternativa na solução de conflitos, mostrando de uma forma geral as diferenças com relação ao sistema tradicional penal e como esse modelo pode ser benéfico para reintegração social da vítima e do infrator, prevenindo-se assim novas reincidências.

2 A JUSTIÇA RESTAURATIVA

O sistema de Justiça restaurativa constitui uma importante alternativa na resolução de conflitos. Segundo Silva, *et al*. (2016, p. 883), este modelo “insere a vítima,

[178] Lima, Islânia dos Santos. Faculdade São Luís de França. Curso de Direito. E-mail: islaniacabral@yahoo.com.br.
[179] Sales, Camilla Galderice Moradillo. Faculdade São Luís de França. Curso de Direito. E-mail: camillamoradillo@yahoo.com.br.
[180] Lima, Bárbara Pereira Azevedo. Faculdade São Luís de França. Curso de Direito. E-mail: barbara.pereira@sousaoluis.com.br.

ofensor e a própria comunidade como partes integrantes do processo restauratório em um meio consensual e dialógico que lhes permite participar coletiva e ativamente da construção de soluções". Desta forma, sua aplicabilidade possui vários benefícios como um olhar mais amplo, no qual se preocupa também com a situação da vítima, o diálogo entre as partes, o qual é indispensável na diminuição dos índices de reincidência criminal, pois a conciliação entre elas de forma pacífica pode levar o infrator a repensar a gravidade de seus atos cometidos para com a vítima, e o impacto que estes causaram na vida da mesma.

Silva, *et al*. (2016, p. 881) ressalta ainda que a justiça restaurativa tem o comprometimento com a inclusão e a justiça social, "primando pelo interesse das pessoas envolvidas na comunidade, representando, portanto, uma importante mudança de paradigma no processo penal, com benefícios para o infrator e para a coletividade".

Neste contexto, Santos e Gaglietti (2017, p.12) reiteram que, diferentemente do sistema tradicional, "essa forma restaurativa de justiça entende o crime como uma violação de pessoas e relacionamentos, criando uma obrigação de corrigir os erros, reparar os danos, reestabelecer o vínculo social entre os atores".

2.1 DIFERENÇAS ENTRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O SISTEMA PENAL TRADICIONAL

Comparando os dois modelos de justiça, é necessária a observação de alguns aspectos para que haja a compreensão das suas diferenças, dentre eles estão: os valores, os procedimentos, os resultados, o efeito para vítima e o efeito para o infrator.

Acerca dos valores, a Justiça Restaurativa visa uma responsabilidade, pela restauração e inclusão social, de forma coletiva e voltada para o futuro, enquanto a Justiça Retributiva ou Tradicional visa à culpabilidade individual, havendo uma desconexão entre o Estado com o infrator e a vítima. À medida que os valores são estabelecidos entra em atuação o procedimento. Na Justiça Restaurativa ocorre por meio de um processo decisório compartilhado com todas as partes envolvidas, ao contrário Sistema Tradicional que fica a cargo das autoridades. Com relação ao resultado, a solução adotada pelo modelo Restaurativo é pela aplicação de reparações e restituições para que haja a reintegração do infrator e da vítima. Por outro lado, o modelo

Retributivo adota a aplicação das penas restritivas de direitos, privativas de liberdade, multas. Nesse caso, há o isolamento do infrator e da vítima.

Logo, os efeitos para vítima na visão da Justiça Restaurativa consistem no recebimento assistencial e restituição de perdas materiais, e na visão da Justiça Tradicional consistem na falta de assistência psicológica, econômica, social ou jurídica ofertada pelo Estado. Já os efeitos para o infrator na visão da Justiça Restaurativa resultam em uma participação ativa do mesmo, já que ele é capaz de responsabilizar-se pelos danos e consequências, enquanto na visão da Justiça Tradicional resultam em uma mínima participação do mesmo, já que é considerado em sua má-formação. Sendo assim, a aplicabilidade da Justiça Restaurativa como alternativa na solução de conflitos penais mostra-se um fator positivo, já que o infrator e a vítima detêm voz ativa no processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que as práticas restaurativas possam ser adotadas cada vez mais no Brasil, trazendo um senso de comunidade a sociedade, em que vigore a ideia de buscar o equilíbrio perdido entre as partes envolvidas e toda a população abrangente, prevenindo também o cometimento de novos ilícitos. E que, se bem aplicada, possa construir um importante instrumento para o avanço de uma justiça participativa onde prevaleça uma forma mais humana e digna de se conquistar a paz social.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Jaime Roberto Amaral dos; GAGLIETTI, Mauro. Justiça restaurativa: a efetivação dos direitos da vítima para a construção de um novo paradigma de justiça criminal. In: XIII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e III Mostra Nacional de Trabalhos Científicos. **Anais...** Unisc, 2017.

SILVA, Maria Coeli Nobre Silva; FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; PASSOS, Daniela Veloso Souza. A Justiça Restaurativa como proposta alternativa ao Paradigma Retributivo. **Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica**. Fortaleza, v. 21, n. 3, 2016.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA UMA VISÃO HISTÓRICA

Rafael Mendes de Matos Couto de Vasconcelos[181]
Beatriz Santos Souza[182]
Natiane Morais da Silva[183]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Liberdade. Religião. Direito.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa conceituar o significado da liberdade religiosa, além de realizar um levantamento histórico sobre como esse direito foi suprimido durante toda a história do Brasil, chegando até o estado contemporâneo.

A Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 5º, VI, trata dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro e elenca a liberdade religiosa "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias".

A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde dota-se de conceituações doutrinarias, históricas e atuais. Com o objetivo de apresentar como a intolerância religiosa foi utilizada como instrumento de dominação e como tal comportamento hoje é coibido pelo estado laico que se diz democrático, sendo que a liberdade religiosa faz parte de um dos principais direitos do cidadão, sendo religiosa consagrada no art. 18, 19 e 20 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2 DEFINIÇÃO E UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO

[181] Acadêmico do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail:rafael.mendes@sousaoluis.com.br.
[182] Acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: bibiprojota97@gmail.com.
[183] Acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail:natiane.morais@sousaoluis.com.br

Para entender o conceito de intolerância religiosa faz-se necessário entender o conceito de religião. De acordo com o Dicionário on-line da Língua Portuguesa existem duas definições principais de religião:

> 1 – Crença de que existem forças superiores (sobrenaturais) responsáveis pela criação do universo; crença de que essas forças regem o destino do ser humano e, por isso, devem ser respeitadas.
> 2 – Reunião de normas éticas e morais, derivadas das crenças acima citadas. (Dicio.com.br)

Ao longo da história as religiões surgiram junto com os diversos povos, sendo um aspecto cultural importante, pois eram elas que traziam interpretações sobre o mundo, as relações sociais e a vida cotidiana, dentre variados outros aspectos. Uma religião pode determinar, inclusive, normas de conduta de seus crentes em relação àqueles que não compactuam de sua fé.

A intolerância religiosa, por sua vez, pode ser compreendida como um fenômeno social onde uma pessoa ou grupo de pessoas atua de forma violenta (física ou não) com o objetivo de suprimir a atividade religiosa de terceiros. Neste escopo a intolerância religiosa pode ser classificada como ato de preconceito associado a algum tipo de violência objetivando a negação de alguma religião específica. Sua ocorrência é diretamente relacionada a ausência da liberdade de culto e pluralismo religioso.

Do contato entre os diversos povos pode surgir tanto uma interação social de compreensão e entendimento, como pode surgir uma visão enviesada do outro, considerando-o inferior e/ou pouco civilizado. A intolerância religiosa é, também, fruto do segundo caso anteriormente citado. Ao longo dos séculos, a maioria dos grupos religiosos sofreu alguma forma de intolerância religiosa, seja de forma menos violenta (discriminação social), seja como criminalização de suas práticas religiosas, sendo punida com pena capital.

No ocidente os romanos impunham sua religião aos povos conquistados (inicialmente o paganismo romano e posteriormente o cristianismo). Ao passo que os séculos avançaram houve o surgimento de vários movimentos que foram grandes impressões da intolerância religiosa, desde as cruzadas e a santa inquisição até a catequização forçadas dos povos nativos da América Central e do Sul. A maior expressão da intolerância religiosa no século XX foi o holocausto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a intolerância religiosa foi instrumental no processo de dominação dos povos, atualmente a sociedade se desvinculo ao pensamento de supremacia hegemônica que a muito norteou a sociedade o Estado.

Portanto desde a concepção do Estado Laico a liberdade de culto, resguardando inclusive a possibilidade de não culto – ateísmo – se tornou um valor inviolável e inerente para um Estado democrático de direito. O descumprimento dessa norma é sempre tratado como um crime de ódio e sua ocorrência quando frequente suscita reflexão sobre os valores vigentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

SCHERKERKEWITZ , Iso Chaitz. Liberdade religiosa no Brasil. **Revistas PGE.** Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo5.htm> Acesso em: 09 nov. 2019.

UNESCO. **Universal Declaration Human Rights** Disponível em: <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 09 nov. 2019.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E A PRÁTICA CLÍNICA: A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO VERBAL

Marildete Oliveira Cruz Campos[184]
Crisley dos Santos Menezes[185]
Marcela Montalvão Teti[186]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde

Palavras-chave: Comportamento. Análise Comportamental. Psicoterapia.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do processo de Análise Experimental do Comportamento para a prática clínica. Entendendo que a vertente terapêutica se baseia no Behaviorismo Radical, de B. F. Skinner, afirma-se que as ações desenvolvidas pelo sujeito, no seu cotidiano, são resultados de estímulos externos e ambientais. Na clínica, no entanto, a análise do comportamento e o procedimento terapêutico vão acontecer a partir da análise do comportamento verbal do sujeito no setting analítico. A pesquisa que embasa este projeto é teórica, com base bibliográfica.

2 ANÁLISE DE COMPORTAMENTO E PRÁTICA CLÍNICA

A Análise do Comportamento é uma ciência que estuda o comportamento, oriunda do Behaviorismo Radical, que é uma filosofia da ciência e foi desenvolvida por Burrhus Frederic Skinner. Este, por sua vez, considera o estudo da Psicologia relacionado às interações dos indivíduos com os ambientes interno e externo. O Behaviorismo Radical entende o comportamento como resultado das interações entre a história filogenética (características da espécie, evolução), história ontogenética (resultado interação organismo ambiente) e a cultura. A Análise Experimental do Comportamento é a aplicação dos pressupostos do Behaviorismo Radical, procura testar cientificamente com o intuito de comprová-los. Por sua vez, a Terapia

[184] Acadêmica do curso de Psicologia, da Faculdade São Luís de França.
[185] Acadêmica do curso de Psicologia, da Faculdade São Luís de França.
[186] Doutora em Psicologia, professora dos cursos de Psicologia, Pedagogia e Direito da Faculdade São Luís de França. Email: marcelateti@gmail.com.

Comportamental, também conhecida como Análise Comportamental Clínica (MARÇAL, 2005), advém da pesquisa em Análise Funcional do Comportamental e tem por objetivo compreender e manipular os elementos contingenciais (estímulo antecedente, resposta e consequências), leva em consideração a causalidade. O principal objetivo da terapia comportamental aplicada à prática clínica é entender a função de determinado comportamento e alterar os estímulos, uma vez que a análise do comportamento entende que os comportamentos são desenvolvidos na relação sujeito e ambiente (MARÇAL, 2005; NICOLINO, 2009).

Nessa perspectiva, se entende que os eventos privados dos indivíduos, como as emoções e conceitos mentalistas, subjetivos, não são a causa para determinado comportamento, como afirmam outras matrizes psicológicas, estes são determinados como consequência da interação com as contingências ambientais. Fonseca e Pacheco (2010), explicam que o "Behaviorismo é radical por negar radicalmente a existência de algo que não seja identificável no espaço e no tempo e por aceitar radicalmente todos os fenômenos comportamentais" (p. 02). Assim, se reitera, a partir da prática da Análise Comportamental aplicada na clínica, que o analista manipula as contingências a fim de modificar os comportamentos alvo do cliente. Essa ação tanto poderá se dar no setting terapêutico, como fora deste. O analista irá compreender as funções que o determinado comportamento está exercendo no repertório, a fim de estabelecer também as interações que aumentam a probabilidade de sua ocorrência, uma vez que todo o comportamento é adaptativo.

Na prática clínica, o analista utiliza para isso o relato do cliente, seu comportamento verbal, onde este se desenvolve na presença de outro sujeito, em uma relação de reforço, em que a maior prevalência para ocorrer é determinada por comportamentos específicos emitidos pelo outro. Nesse contexto, se faz válido ressaltar um tipo de comportamento verbal (CV), que é o comportamento governado por regras. Como o próprio nome já sugestiona, CV é o comportamento que um sujeito mantém íntima relação contingencial com outro sujeito, no caso, depende do comportamento verbal de outra pessoa para eliciar o comportamento neste.

Utilizando-se dos comportamentos verbais, o analista tem a possibilidade de instalar comportamentos no repertório do sujeito sem necessariamente o submeter a uma situação real.

Contudo, há a desvantagem da possibilidade de alienação. Para entender as razões da manutenção de alguns comportamentos, se faz necessário ao analista distinguir no caso, as consequências naturais ao seguir as regras (regras do tipo rastreamento), e, as consequências sociais ao seguir as regras (regras do tipo aquiescência). Importante que se distinga mais dois tipos de comportamentos, os abertos e os encobertos, os comportamentos abertos são acessíveis para a observação para duas ou mais pessoas, enquanto que os comportamentos encobertos condizem acesso somente à pessoa que vive a contingência, a resposta, podendo ser emoções, sentimentos, pensamentos, sonhos e fantasias. Assim, é através do comportamento verbal que o terapeuta tem acesso aos comportamentos encobertos e por sua vez, as contingências que os mantêm, não atribuindo a causa de determinado comportamento aos comportamentos encobertos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto fica nítido que mesmo na clínica a análise do comportamento se baseia é estudo dos estímulos externos aos indivíduos, sem fazer nenhuma referência à mente, ou aos processos internos, inconscientes. No entanto, a análise das contingências ambientais, assim como estudo do comportamento emitido a partir de tais contingências é relatado por meio de um comportamento verbal do cliente. A reação do terapeuta junto ao relato do indivíduo é o principal estímulo ao relato e consequentemente à modificação do seu comportamento fora do setting analítico.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Rochele Paz; PACHECO, Janaína Thaís Barbosa. Análise funcional do comportamento na avaliação e terapia com crianças. **Rev. bras. ter. comport. cogn**., São Paulo , v. 12, n. 1-2, p. 1-19, jun. 2010 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452010000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 nov. 2019.

NICOLINO, V. **Análise do Comportamento e prática clínica.** Web site RedePsi. 2009. Disponível em http://www.redepsi.com.br/2009/03/23/an-lise-do-comportamento-e-pr-tica-cl-nica/. Acesso em 26 out. 2019.

MARÇAL, João Vicente de Sousa. Estabelecendo objetivos na prática clínica: Quais caminhos seguir? **Rev. bras. ter. comport. e cogn**., 7(2). São Paulo, dez. 2005. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000200008>. Acesso em 09 nov. 2019.

O MEU PÉ DE LARANJA LIMA: A INFÂNCIA PRESENTE NA NARRATIVA DE MEMÓRIA

Pietro Francisco Santos[188]
Sara Rogéria Santos Barbosa[189]

Eixo 4 - Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

Palavras-chave: Infância. Narrativa. Autobiografia. Literatura confessional.

1 INTRODUÇÃO

O Meu Pé de Laranja Lima (1968), grande sucesso de José Mauro de Vasconcelos, foi publicado em vários idiomas, tornou-se novela de televisão e, em 2012, filme. O autor escreve por meio de uma linguagem simples e isso pode até parecer se tratar de um mero escritor infantojuvenil, mas o que se percebe de sua escrita é a simplicidade própria das narrativas que conseguem transportar o leitor para o mundo imaginário da história contada. Numa leitura mais atenta é capaz de captar as nuances que cativam o leitor, uma vez que aspectos da infância podem lhes serem comuns e isso cria um estado de identificação e, por conseguinte, empatia.

No tocante a tais aspectos, e buscando reavivar esta literatura tão significativa e muitas vezes esquecida, escolheu-se aqui analisar a obra quanto à relação da infância e a criação do mundo maravilhoso. Tendo essas questões iniciais em mente, procurou-se fundamentá-las por meio do suporte de algumas pesquisas teóricas, relacionado alguns aspectos presentes no livro e expostos no presente trabalho.

2 UM PASSEIO DE FIM DE TARDE PELA OBRA: CURTO, MAS SIGNIFICATIVO.

Importante obra para a literatura infanto juvenil brasileira, O Meu Pé de Laranja Lima já perpassou as telas do cinema e tornou-se telenovela. Seu aturo, José Mauro de Vasconcelos,

[188]Graduado em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Graduando em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade São Luís de França (FSLF). E-mail: <pietrofrancisco71@gmail.com>.
[189] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com

nasceu no Rio de Janeiro, em 1920 e faleceu em 1984, em São Paulo. Filho de uma família humilde passou a viver com os tios, em Natal. Sua autobiografia lançada em 1968 conquistou gerações e ainda consegue emocionar leitores.

O livro conta a conta a história do garoto Zezé e os percalços enfrentados durante a infância e nos faz perceber a vida do próprio autor a partir dos fatos vivenciados. Esse tipo de escrita literária cria certa empatia entre o leitor e o escritor, sobretudo quando fica evidente, como é o caso, que as aventuras vividas pela personagem são tão reais que poderiam se tratar da história de vida de quem as lê. Para Remédios (1997, p. 9), quanto à escrita confessional, afirma que "é aquela que mais se aproxima do leitor, porque fala do eu, de uma pessoa viva que ali se encontra e diante do autor desnuda a sua vida, estabelecendo-se, então, uma perfeita união entre autor e leitor".

A história de Zezé, cujas aventuras são tão caras aos leitores, também lida com aspectos sociais e econômicos que perpassam a realidade de grande parte da população, não necessariamente dos leitores, mas isso não passa de forma indiferente. Temos, então, um menino que carece de afeto, objeto da preocupação dos pais e a manutenção e sustento financeiros permeiam os pensamentos dos chefes daquela família. Desta forma, os irmãos mais velhos, Jandira e Totoca, podiam se apresentar como provedores do tal afeto de que carece Zezé, mas, na prática, o que se estabelece é um clima de bastante repreensão. Glória é a irmã que demonstra mais cuidado, a professora Cecília Paim também passa ter grande carinho e enxerga o lado inteligente e especial desta criança. Assim como Luís, o irmão mais novo, companheiro de brincadeiras.

Neste âmbito, o garoto acaba descobrindo sozinho certas coisas, como podem ser percebidas no momento em que ele demonstra ter aprendido ler após certo incentivo do tio Edmundo. Em outro dado momento, o menino, inicialmente, gostaria de ter escolhido outra árvore ao ver os irmãos ficarem com uma mangueira e um pé de tamarindo muito maiores no comprimento que a sua. Essas desventuras perdem espaço quando ele conhece um novo amigo, só que imaginário. Esse fortalecimento da personagem redunda, no leitor, no prazer de ler e imergir no mundo maravilhoso do texto infantil. Não o maravilho como algo muito bom, mas *maravilhoso* segundo a perspectiva de Todorov (2010, p. 50), uma "rebeldia do espírito humano", como a liberdade de criar um mundo paralelo ao real e nele deixar-se ser.

É importante salientar que estas impressões e acontecimentos fazem parte das recordações do autor, seja por uma necessidade de rever as próprias atitudes, deixar um legado para a família, ou refletir sobre seu desenvolvimento quando criança. Para Paio (2011, p. 2), "estas narrativas funcionam como "balanços" pessoais que reveem e redefinem o passado infantil, ou possibilitam a valorização mítica desse mesmo passado e da própria infância, ou funcionam como acerto de contas com esse tempo (PAIO, 2011, p.2)". No decorrer da narrativa, nota-se um amadurecimento e desenvolvimento da personagem principal sejam por meio das dores tidas pelas dificuldades e sofrimentos ou pela perda precoce, descobertas e aprendizados.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa presente em Meu Pé de Laranja Lima é autobiográfica. Por meio da história de Zezé, pode-se notar uma criança bastante arteira, que recebe castigos por suas peraltices, sofre com a dor da perda, já que o portuga passa a ser uma figura paterna, na ausência dos cuidados afetivos da família. Aliado a isso, as brincadeiras imaginadas pelo personagem, vão fazendo-se presentes ou não, à medida que o personagem amadurece.

Destarte, vê-se, aqui, a grande relevância do livro em questão, sendo mais que um registro autobiográfico, o qual pode ser lido por todas as gerações sem perder sua essência, tornando-se uma obra atemporal. José Mauro consegue levar o leitor para fora de uma zona de conforto, por meio da possibilidade em ser feita uma reflexão sobre situações vivida por ele mesmo, e que podem estar tão presentes na vida de qualquer ser humano. A leitura torna-se emocionante e gratificante deste enredo que consegue prender tanto a atenção.

REFERÊNCIAS

PAIO, Helena Maria Assude. **Recordar, escrever e ler a infância**. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2011.

REMÉDIOS, Maria Luiza. **Literatura confessional -** autobiografia e ficcionalidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

VASCONSCELOS, José Mauro de. **O Meu Pé de Laranja Lima**. Ilustrações de Jayme Cortez e Ruy de Oliveira. 3ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX E A RELAÇÃO COM A LITERATURA DE LIMA BARRETO

Ana Gabriela da Silva Argollo[190]
Márcia Alves de Carvalho Machado[191]
Sara Rogéria Santos Barbosa[192]

EIXO 4 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Lima Barreto. Literatura Brasileira. Modernização. Rio de Janeiro. Reformas Urbanas.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação das obras de Lima Barreto com as transformações urbanas derivadas da modernização da cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX; Tece como objetivo específico apresentar elementos da modernização e do cotidiano da sociedade carioca e as mudanças da cidade, a partir de recortes da obra do autor.

Configura-se como uma pesquisa teórica, que tem como fonte os romances Recordações do escrivão Isaías Caminha (1909) e Triste fim de Policarpo Quaresma (1915). Trata de um estudo em andamento que pretende realizar uma análise comparativa, método de análise utilizado pela área da literatura comparada, os romances e livros relacionados à História do Brasil e do Rio de Janeiro, contextualizando os diversos aspectos sociais, o enredo e os elementos relevantes quando se trata da discussão acerca do espaço urbano. Trata-se de um trabalho histórico-literário de releitura das obras de Lima Barreto destacando as impressões registradas por ele e suas indagações frente aos problemas, derivados do processo de modernização, na vida dos cariocas no período da Primeira República.

2 LIMA BARRETO: GÊNEROS TEXTUAIS E INTERESSES

O escritor carioca Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881, exatamente sete anos antes da Abolição da Escravidão do Brasil era mulato, de origem pobre e com uma trajetória

[190] Graduanda em Letras pela Faculdade São Luís de França. E-mail: gabrielaargollo@globo.com.
[191] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: mac_machadohotmail.com.
[192] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com.

marcada por discriminações e dificuldades financeiras. E, ao mesmo tempo em que trabalhava para o sustento da família, procurou se dedicar a sua grande paixão: a literatura.

Escreveu romances, contos, artigos e crônicas, voltando- se para as questões relacionadas à discriminação racial, a modernização do espaço urbano, a situação dos subúrbios, a vida cotidiana dos cariocas, a saúde pública e o ambiente intelectual e político. Segundo Angelim (2008, p. 31), "[o] que é importante assinalar é a clara percepção que Lima Barreto tinha de estar vivendo numa cidade dividida entre duas partes, divisão não só geográfica, mas também econômica, política e social".

3 AS VIAS LITERÁRIAS DE LIMA BARRETO

Quando o Brasil tornou- se independente de Portugal, teve que conquistar a própria identidade acompanhando o progresso e os desenvolvimentos dos países europeus. Entretanto, Lima Barreto (2009, p. 109) critica indiretamente a postura da capital nacional em se espelhar aos padrões europeus, "´[...] os passeios não eram muitos. Em geral, os nossos lugarejos são de uma grande pobreza do pitoresco; há um ou dois lugares célebres, assim como na Europa cada aldeia tem a sua curiosidade histórica".

Segundo Pesavento (1999, p. 165) "[...] a cidade sofre um impulso urbano — tardio, frente ao desenvolvimento de outras cidades coloniais da América Latina, como Buenos Aires, a população cresceu e a cidade colonial se viu diante da tarefa urgente de aparelhar-se como a sede da monarquia portuguesa no Brasil". A partir disso, o Rio de Janeiro torna- se a maior cidade colonial do império no século XIX, pois exibe consequências de um crescimento progressivo como, aterros para os esgotos, limpeza pública, a moradia e a iluminação da cidade para atender ao fluxo crescente de imigrantes. Com o desenvolvimento, no final do século XIX, tornou- se grande exportadora de café sendo mencionada como um local de pessoas e hábitos primitivos. Por consequência, as elites almejam uma cidade limpa e ordenada, pois consideram que a cultura e as manifestações populares atrasam a modernização. É bom que se frise que as manifestações populares que milindravam as elites eram aquelas não protagonizadas por pessoas brancas. Por fim, quando o Rio de Janeiro torna- se a capital da República é que busca criar uma relação mais sociável entre as classes opostas.

No início do século XX, com a intervenção urbana, logo reflete uma nova ordem social e as modificações na cidade encerram um ciclo marcado pela escravidão e pelo colonialismo, portanto estas modificações trazem novas perspectivas e realidades à vida urbana.

Em consequência, o processo de modernização não se limitou apenas nas intervenções urbanísticas, mas também na expulsão da população pobre no centro da capital com a demolição dos cortiços e a destruição das ruas mais antigas. Com esta exclusão, as pessoas passam a morar nos subúrbios e serem vistas como "estrangeiros" em sua cidade de origem, afinal está comedida das suas tradições culturais ficando inviável divergirem contra o governo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Barreto é um cronista que retratou a modernização do início do século XX, demonstrando em seus relatos as experiências nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, descreve sobre o subúrbio com um conhecimento profundo, pois se trata de uma realidade que vivenciou ao longo da sua existência. É possível compreender através da leitura da sua literatura que a sociedade é extremamente afetada por modificações e até hoje é refletida com a migração da população para os morros, provocando o surgimento e crescimento das favelas.

Por fim, é através da análise das obras deste literato que se faz possível analisar com afinco as mudanças da cidade do Rio de Janeiro, por intermédio da relação entre Literatura e História cujo resultado é uma atitude crítica sobre o processo de modernização da então capital do Brasil e, principalmente, em relação aos problemas sociais ocorridos no seu país durante o final do século XIX e início do século XX.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, Daniel Morais. Lima Barreto e a cidade do Rio. In: ENGEL, Magali Gouveia. **Crônicas cariocas e ensino de História**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008. p. 20-32.
BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma.** Rio de Janeiro: Avenida, 2009.
ENDERS, Armelle. **A nova história do Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade.** Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PROTAGONISMO FEMININO NEGRO: UMA INSERÇÃO DE GÊNERO E RAÇA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Thais Hayana dos Santos Andrade[193]
Sara Rogéria Santos Barbosa[194]

EIXO 4 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Literatura contemporânea. Protagonismo feminino negro. Gênero e raça.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres têm passado ao longo dos anos por um processo doloroso de construção identitária e intelectual no Brasil. Essa situação se agrava quando nesse processo são inseridas as questões de gênero e raça na luta pelo protagonismo feminino literário, visto que existe, na sociedade contemporânea, apesar dos grandes avanços da luta feminista e antirracista, um bloqueio ainda de difícil solução a respeito de a mulher negra ser inserida igualitariamente no meio acadêmico, intelectual e literário. Quanto a esse bloqueio, Hooks (2010, p. 3) afirma que "Mesmo antes que raça se tornasse uma questão debatida em círculos feministas estava claro para as mulheres negras [...] que elas nunca teriam igualdade dentro do patriarcado de supremacia branca capitalista existente".

Essa pesquisa objetiva criar um pensamento crítico-reflexivo na sociedade contemporânea em favor da raça e do gênero a fim de fazer diminuir a distância entre ser uma mulher negra e pobre, condição essa que se relaciona à realidade cotidiana e inversamente à situação de mulheres negras bem-sucedidas no meio acadêmico-literário e com posições valorizadas na hierarquia social. Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, será feita uma análise a partir de pesquisa bibliográfica de como as mulheres vêm sendo inseridas, ainda que em pequena escala, no meio literário em busca de voz para os corpos negros, luta por representatividade, por igualdade de gênero ou por disseminação da cultura afro. Como afirma Souza, (2006, p.01), "os africanos deportados para várias partes do mundo empreenderam,

---

[193] Graduanda em Letras pela Faculdade São Luís de França.

[194] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com.

desde os navios, esforços individuais e coletivos com intuito de preservar e reconfigurar contos, cânticos, performances, saberes".

Outros aspectos abordados nesse artigo é uma das primeiras e principais obras literária assinada por uma mulher negra: *Úrsula*, publicado em 1859 por Maria Firmina dos Reis e *Cadernos Negros*: Coleções de cadernos literários, publicados pela primeira vez em 1978. Essa pesquisa utilizou como base os seguintes teóricos contemporâneos: Alves (2011), Hall (2006), Hooks (2010), Monteiro (2016), Souza (2006).

2 O LOCAL DE FALA: COMPREENDER O PROTAGONISMO NEGRO FEMININO A PARTIR DE SUA INSERÇÃO NO MEIO LITERÁRIO

Durante um longo período, desde que os negros foram trazidos ao Brasil forçadamente, a mulher negra tem lutado por um lugar de destaque na sociedade, mesmo com poucos avanços essas mulheres vêm travando batalhas diárias por um posicionamento mínimo de respeito e valorização social. A criação dos movimentos feministas foi citada de acordo com Hall (2006, p.44) como "um dos cinco avanços da ciência e do pensamento humano que descentram o sujeito contemporâneo, apontando para as mulheres como fonte sustentadora de uma transformação sociocultural".

Na mesma linha de pensamento acerca dos passos avançados pelas mulheres surge uma das primeiras obras literárias escritas por uma mulher, *Úrsula*, foi publicada em 1859 por Maria Firmina dos Reis e trazia a perspectiva da escravidão pelos olhares de uma mulher afrodescendente, algo inédito na história da literatura negra. Posteriormente surge na década de 1970 em primeira edição a publicação de cadernos literários assinados por autores negros. De acordo com Alves (2011, p. 185), a primeira publicação de *Cadernos negros* é de 1978, apresentava oito autores, sendo dois deles do gênero feminino e objetivava, quanto à escrita, "tirá-la da invisibilidade e do "só-menor" em que estava proscrita".

Esses cadernos são publicados até os dias atuais pelo grupo *Quilombo hoje literatura* e revelam grandes nomes da literatura afro. Nesse contexto a mulher é inserida como agente de transformação social, e passa a buscar um lugar de fala para os corpos negros femininos, até então, postos em último plano. De acordo com Monteiro (2016, p. 3), a mulher negra é

encontrada de duas formas no texto literário: “primeiro sendo representada, depois ela mesma se escrevendo e participando dessa literatura”. Esses avanços levam a mulher negra à posição produtora literária contemporânea, numa batalha travada desde o final da escravidão no Brasil em busca de igualdade de gênero, lugar de fala e representatividade, mas não a leva a uma posição igualitária ao gênero feminino de raça oposta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos a literatura feminina negra, assim como o corpo negro, foi violada, escondida e maquiada para não se disseminar, o que evidencia que a questão racial negra no Brasil se manifesta, inclusive, no campo literário. Escritoras negras passam a usar sua identidade racial com o intuito de buscar voz para os seus corpos e a sua cultura. As primeiras obras surgem timidamente e da necessidade de vitrine para esses trabalhos surgem os *Cadernos Negros* que seguem após 40 anos inserindo o trabalho literário dos escritores negros no Brasil.

Evidentemente a batalha travada pela mulher negra por inserção na sociedade continua sendo travada contemporaneamente e o aspecto de desfavorecimento e desigualdade socio-racial prevalece, até porque não há um processo homogêneo entre ser negra e estar inserida na produção literária contemporânea. É preciso buscar alternativas e empreender para se colocar em evidência no mercado capitalista em busca de representação, voz e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. **A literatura negra feminina no Brasil:** pensando a existência. Revista da ABPN, n.3, v.1, nov.2010-fev. 2011, p. 181-189.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

HOOKS, Bell. **Políticas feministas:** de onde partimos. Disponível em https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/politicas-feministas-de-onde-partimos-e28093-bell-hooks. Acessado em 02 de nov de 2019.

MONTEIRO, Liliane Souza. A representação a mulher negra na literatura brasileira**.** In: **VIII Colóquio Internacional:** as Amazônias, as Áfricas e as Américas na Pan-Amazônia. Rio Branco-AC 2016.

SOUZA, Florentina. **Facetas literárias.** Caderno especial saudações África. Jornal A tarde, Salvador, 2006- Jul, p.01.

ULHER E LITERATURA: A FIGURA FEMININA NO TEXTO LITERÁRIO.

Gresiane da Silva Oliveira[195]
Jética Santana Paiva[196]
Sara Rogéria Santos Barbosa[197]

EIXO 4 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

Palavras-chave: Literatura. Mulher. Patriarcalismo. Texto Literário.

1 INTRODUÇÃO

A literatura pode ser pensada como reflexo da sociedade, pois é capaz de questionar transformações sociais, tendo potencial de fazer o leitor conhecer e refletir acontecimentos de determinada época. Homens e mulheres ao longo da evolução social desempenharam papéis diferentes na sociedade, as diferenças sexuais são notáveis, principalmente a relação de inferioridade que a figura feminina assumia na convivência em sociedade, bem como na literatura.

Pensando nisso, este trabalho tem por objetivo propor uma discussão acerca da representação feminina nos textos literários e compreender como a literatura de autoria feminina e o movimento feminista contribuíram para desconstruir à visão tradicional imposta pelo cânone. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que foi embasada nos princípios de Rossini (2014), Sommer (1991). A problemática que conduz essa pesquisa refere-se à construção da imagem feminina no texto literário a partir de conservadorismo.

3 A CONSTRUÇÃO DOS PERSONAGENS FEMININOS NAS OBRAS LITERÁRIAS

Atualmente o papel da mulher vem sendo muito debatido, assim sendo iremos abordar a figura feminina no texto literário. A literatura foi, por muito tempo, escrita por homens, em

[195] Pós-graduanda pela Faculdade São Luís de França. Graduado em Letras pela Faculdade São Luís de França. E-mail: gresiane_se@hotmail.com.
[196] Pós-graduanda pela Faculdade São Luís de França. Graduado em Letras pela Faculdade São Luís de França.
[197] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com.

sua maioria brancos e economicamente privilegiados, construindo assim um modelo de literatura excludente e com discurso predominantemente do ponto de vista masculino.

Na história, a mulher é vista como sexo inferior, portanto o homem era visto como soberano e absoluto e a mulher tinha uma imagem secundária. Em relação à educação recebia o mínimo e era bastante atrasada em relação aos homens, não passava de instruções que as preparassem para o casamento, pois para o sistema predominante naquela época, o patriarcalismo, era interessante que a mulher permanecesse em casa, cuidando das tarefas domésticas. O conhecimento seria a ferramenta para conquistar a liberdade e emancipação.

De acordo com Sommer (1991, p. 71), "Em muitos casos, esse de dupla na verdade contribuiu para dar uma expressão cognitiva e uma ancoragem emocional ás formações políticas e sociais que ele articula". Neste contexto, podemos considerar como exemplo o período romântico, onde a mulher foi origem e referência fundamental em muitas produções literárias. Escritores da época fizeram uso dos textos literários para expressar um discurso patriarcalista velado na idealização do amor, ressaltando uma conduta considerada como adequada moralmente e socialmente, com clara intenção de naturalizar o conservadorismo.

Por um longo período, a imagem de personagens femininos na literatura foi produzida de acordo com padrões culturais da época, ditados pelo sistema patriarcal. A mulher sempre desempenhou uma posição de destaque na literatura canônica, como personagens, quase sempre de protagonista, no entanto, era uma representação feita pela voz masculina. Possuímos como exemplos: *A Moreninha*, de Joaquim Manoel Macedo, *Senhora e Lucíola*, de José de Alencar, entre outras obras.

O desenvolvimento histórico, seguido de árdua luta pela igualdade de gênero, vêm assegurando relevantes modificações no cenário de vida das mulheres. Durante muito tempo, a mulher se sujeitou a condições como submissão, desprezo e desigualdade, porém, de forma gradativa, vem transformando essa postura de dependente consequência propiciada por sua luta social.

No decorre do século XIX, a mulher começa a analisar e questionar sua inserção na esfera pública, modificando sua percepção de mundo. Sabemos que longo foi o período em que as mulheres foram invisíveis e sem espaço. O movimento feminista surge justamente para

buscar e lutar por mais igualdade de direitos entre homens e mulheres, pela liberdade individual e combater a cultura machista e patriarcal.

Segundo Rossini (2014, p. 06) "A literatura de autoria feminina por suas diversas formas de representação da realidade, tem concebido formas de revelar/desnudar a mulher, que permaneceu tanto tempo silenciada na literatura e na realidade extraliterária". Por esse princípio entendemos, a literatura de autoria feminina como responsável por essa mudança de paradigmas. As mulheres passaram a construir suas próprias obras literárias, abordando a mulher através do olhar feminino, tendo propriedade sobre a identidade da mulher culturalmente, a mulher como transformadora social. A autora feminina fala como mulher, como pertencente de um grupo, os escritores renomados e canônicos falam sobre mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, infere-se que, o que se mostra evidente na sociedade patriarcal é a construção da diferença entre o homem e a mulher, que reforça os conceitos de dominação, conservadorismo e tradicionalismo e serve como modelo dominante do retrato da família tradicional, ignorando a existência de outra.

Com o advento do movimento feminista, a mulher passar a ter voz ativa e a chance de construir ela mesma seus personagens, questionar seu papel na sociedade. As narrativas de cunho feminino foram de suma importância para desestabilizar a legitimidade tradicional da representação da mulher na literatura canônica, bem como discutir e reestruturar a identidade feminina, afastando as mulheres do modelo tradicional imposto pelo patriarcado.

REFERÊNCIAS

ROSSINI, T. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 1, p. 288-312, 2014. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/6. Acesso em: 08 nov. 2019.

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação:** os romances nacionais da América Latina. Belo horizonte: Ed. UFMG, (2004).

JOCOMEL, Mirele Carolina Werneque; PAGOTO, Cristian. cultura patriarcal e representação da mulher na literatura. **Revista Ideação**, v 11, n. 1, 2009. . Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4936. Acesso em: 08 nov. 2019.

3. ARTIGOS CIENTÍFICOS

AMILCAR CABRAL E O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DA REVOLUÇÃO BISSAUIANA: POR UMA EDUCAÇÃO DESCOLONIZADORA E LIBERTADORA

Jacqueline Silva Andrade[198]
Márcia Alves de Carvalho Machado[199]
Sara Rogéria Santos Barbosa[200]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

RESUMO:
Este estudo tem como objetivo apresentar a pedagogia política do africano Amilcar Cabral exercida no interior do Partido Africano da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Trata-se de uma estruturação que permite entendermos a educação como o principal instrumento de libertação, cuja *práxis* pedagógica irá influenciar a teoria da educação libertadora, formulada aqui no Brasil pelo pedagogo Paulo Freire. Trata-se de uma pesquisa teórica com uso do procedimento de pesquisa bibliográfica, delineada quanto a natureza dos dados pela pesquisa qualitativa. O propósito aqui é combater o epistemicídio, já apontado pelo movimento negro desde a década de 70 e por Abdias do Nascimento em 1978; Sueli Carneiro em 2005 e tantos outros teóricos contemporâneos, que apontam para invisibilidade de conteúdos e ou produção de conhecimento da cultura africana e sua diáspora nas instituições de ensino brasileira e curriculos escolares.
Palavras-chave: Pedagogia. Amilcar Cabral. Educação libertadora. Epistemicídio,

ABSTRACT:
This article aims to present the political pedagogy of african Amilcar Cabral put into practice in the African Party of Guine and Cape Green. It consists in a elaboration that allows us to understand education as a tool to liberation, which its pedagogical praxis will influence the liberating education theory, formulated in Brazil by Paulo Freire. It consists in a theoretical research through bibliographic review drawn to qualitative research, considering the nature of the data. The idea is to fight “epistemicide", pointed out by the black movement since the 70s, and by Abdias Nascimento, in 1978, and by Sueli Carneiro in 2005, and so many other contemporary authors that highlight the invisibility of content and/or production of knowledge of the african culture and its diaspore in brazilian teaching institutions and school curriculum.
Keyword: Pedagogy . Amilcar Cabral. Liberating Education. Epistemicide.

[198] Graduanda em filosofia pela Universidade Federal de Sergipe em 2007, realizou o curso de extensão Ubuntu na Universidade Federal da Bahia, 2018. É graduanda no curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França, 2019, e Membro da Entidade que luta contra o racismo, Unegro-SE desde 2017. amanimalekemet@gmail.com.
[199]Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França.
[200] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sararogeria@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da perspectiva apontada por Silva (2001), de que a educação pluricultural precisa está pautada na multiplicidade de saberes e que este constrói a imagem de mundo tanto individual quanto coletiva, através do desvelamento das diversas realidades históricas. Propomos neste artigo, trazer a contribuição do africano Amilcar Cabral para a pedagogia. Onde, destacaremos neste artigo, o sistema educacional implementado por ele, no período que compreende a década de 1950 – 1970, e que instrumentaliza e torna possível a independência dos países de Guiné-Bissau e Cabo Verde, dentro do Partido Africano da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de forma a unir estes povos e concretizar a luta por libertação.

Defende-se o entendimento da educação como o principal instrumento de libertação, cuja *práxis* pedagógica influenciará a teoria da educação libertadora, formulada no Brasil pelo pedagogo Paulo Freire. Nesse sentido, mostra-se quem foi Amilcar Cabral, e quais foram às concepções defendidas na perspectiva da pedagogia libertadora.

Através dessa reconstrução histórica pretendemos promover reflexões a cerca da pedagogia enquanto meio necessário para conscientização do individuo e promoção de sua emancipação. Como objetivos específicos buscou apresentar a biografia do político e discutir sua pedagogia com foco na perspectiva da descolonização mental, como forma de visibilizar a produção de conhecimento africana.

Na base teórica a investigação utilizou as ideias de Nascimento (1978) e Carneiro (2005) no que se refere ao combate ao epistemicídio, cuja perspectiva é iniciada no Brasil, na década de 1930 com o movimento negro, através de seus militantes e estudiosos. Trata-se de uma pesquisa teórica com uso do procedimento de pesquisa bibliográfica, delineada quanto a natureza dos dados pela pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa, segundo Malheiros (2011), caracteriza-se pelo aprofundamento do fenômeno investigado interpretando-o no contexto no qual se insere.

Espera-se que o referido trabalho contribua na discussão trazida pelo movimento negro e os seus teóricos influenciadores, em virtude dos incipientes debates que abordam a produção de conhecimento africano e afro-brasileiro na formação docente, conteúdo este obrigatório em sala de aula para os alunos do ensino fundamental e médio, desde a criação da Lei n.º 1.0639,

de 09 de janeiro de 2003, e que através da crítica realizada pela tese de dissertação de (PONTES, 2017) é ausente nas instituições de ensino brasileiras e currículos escolares.

2 AMILCAR CABRAL: UM EDUCADOR CUJO OFICIO LIBERTOU MENTES E CORPOS

Filho de Juvenal Lopes Cabral (cabo-verdiano de ascendência guineense), professor, e de Iva Pinhel Évora (guineense de ascendência cabo verdiana), Amílcar Cabral nasceu na cidade de Bafatá, então Guiné Portuguesa, em 12 de setembro de 1924. Por causa de seu elevado desempenho escolar, aos 21 anos foi contemplado com uma bolsa de estudos para cursar Engenharia Agrônoma no Instituto Superior de Agronomia – ISA, em Lisboa. Em 1951, casou-se com Maria Helena Rodrigues, uma portuguesa natural de Chaves, sua colega no Instituto Superior de Agronomia, uma das primeiras mulheres agrônomas em Portugal. Nesse período, frequentou a Casa dos Estudantes do Império e a Casa da África, ambientes onde desenvolveu atividades artísticas focalizando a identidade negra, atividade que faz parte do que ele designa como sendo a *reafricanização dos espíritos.* (SPAREMBERGUE, 2011)

Mais adiante retornaremos a esse tema, que é tão importante para os fundamentos da estrutura pedagógica de Cabral, mas, por ora, convém dizer do sujeito do discurso, posto que seu local de fala é significativo para compreender seu pensamento. Em 1952, Cabral concluiu o curso de agronomia e retornou para Guiné-Bissau, passando a assumir o cargo de diretor do Posto Agrícola Experimental de Pessubé, ocasião em que ficou responsável pela realização do primeiro recenseamento agrícola do país. Essa oportunidade lhe permitiu conhecer de perto a realidade da população guineense. Foi fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC - e principal "arquiteto" da independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde e um dos mais prestigiados dirigentes da gesta libertadora em África. Sua vida teve fim em 20 de janeiro de 1973 em Conacri, Guiné, vitimado por um homicídio praticado, e ainda não esclarecida a autoria. Após a morte de Cabral, a luta armada se intensifica e a independência de Guiné-Bissau é proclamada, unilateralmente, em 24 de setembro de 1973. Seu irmão, Luís de Almeida Cabral, é nomeado o primeiro presidente do país.

Apresentado o sujeito que nomina este estudo, convém agora dizer das razões pelas quais ele é tão relevante para a educação. Durante a atividade de recenseamento, Cabral conhece estudantes que, assim como ele, demostravam preocupação com a colonização europeia em África e a necessidade urgente da manutenção dos valores africanos. Eles perceberam que pertencia à sua geração a responsabilidade histórica de denunciar a situação de opressão colonial portuguesa e de assumir o compromisso e o engajamento na luta pela libertação nacional. A partir dessa percepção, diversos encontros envolvendo debates políticos tornaram-se uma constante; Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Francisco José Tenreiro fundaram clandestinamente o Centro de Estudos Africanos, contudo a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), o fechou em 1951. Naquela época, em plena guerra fria, a situação dos países de colonização portuguesa era demasiadamente complexa, pois Portugal estava sob a truculência de António Salazar, considerado o ditador mais violento da história do país e totalmente contrário à descolonização. (CORREA,2018)

Esse posicionamento de Cabral é alinhado com o fato de ele ser um militante panafricanista[201], por isso sempre esteve comprometido com a unidade dos povos africanos e compreendia que a luta e, consequentemente, a educação possuem dimensão e atuação política. O pensamento crítico que envolve as duas esferas precisava levar consciência de luta face à colonização, de forma a assegurar que a organização da luta fosse necessariamente fruto de uma análise concreta da própria realidade. Para Cabral, a luta precisaria estar pautada em condições materiais e concretas e não abstratas, por isso a mobilização foi possível. Era necessária uma causa de prospecção futura e real, assim lutaram para alcançar a efetivação de viver melhor e em paz.

> O significado de nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser. (CABRAL, 1978, p. 8).

[201] O Panafricanismo nasceu da luta de ativistas negros em prol da valorização de sua coletividade étnico-racial. Sua marca original é a construções de visões positivas e internacionalistas acerca desta identidade, entendida como comunidade negra: africana e afrodescendente. Entre seus representantes, destacam-se intelectuais como E. Blyden, W. E. Du Bois. M. Garvey, Franz Fanon e K. N´Krumah. (BARBOSA, 2012. p. 135)

Outro fator que chama bastante atenção na luta por libertação nacional, é o papel que Amilcar Cabral proporcionou às mulheres no PAIG, conforme afirma Gomes:

> Nesse contexto, a contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos de organização das instituições nascentes. No seu Programa de Ação, o PAIGC estabeleceu a igualdade entre os homens e as mulheres, afirmando que os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas. Se se considerar o contexto político sociocultural da época, estas palavras traduziram-se numa verdadeira inovação em relação ao estatuto da Mulher na esfera pública. (GOMES, 2016, p.73).

A lucidez e o brilhantismo de Cabral despertaram, inclusive, a admiração do educador Paulo Freire que o chamou de *Pedagogo da Revolução*. Para o *pedagogo da revolução,* o processo educacional tinha como ferramenta fundamental a formação de uma consciência revolucionária, onde a denúncia da realidade opressora faria parte do processo de libertação por isso Amilcar conduziu o processo de emancipação através de uma luta cotidiana. Ele advogava pela educação como aporte para a emancipação do povo, nas reuniões da organização explanava com uma linguagem simples e didática, utilizava-se de exemplos cotidianos, que facilitassem a compreensão das ideias e dialogassem com a vivência dos militantes. (FREIRE, 1978). Então, a partir de tal perspectiva e como se relacionava a luta por libertação e os propósitos pedagógicos de Amilcar Cabral no PAIGC?

O PAIGC tinha como principais propósitos a união, a autonomia e a libertação do povo de Guiné e Cabo Verde. Isso, para o referido educador, dar-se-ia através da descolonização mental e descolonização física desses povos, conseguindo, dessa forma, extrapolar os limites de ser apenas um partido e se concretizar como ferramenta produtiva do bem fazer e pensar. Entende-se que bem fazer estaria ligado à luta concreta por libertação e o bem pensar, à efetivação da descolonização mental na guerra anticolonial. Um dos objetivos alcançados pelo PAIGC foi o desenvolvimento das forças produtivas e luta contra a ignorância e pela promoção do conhecimento e da cultura. O papel da educação objetivava as transformações social, cultural e política que envolviam necessariamente os africanos daqueles países na luta anticolonialista.

Trazendo em dados, além de um partido político, exerceu um trabalho educativo importante, escolarizando crianças a partir dos dez anos. A idade mínima para admissão na

instrução primária se fez por conta das condições de guerra. No ano letivo de 1971-1972 o PAIGC tinha nas zonas libertadas um total de 164 escolas, onde 258 professores ensinavam a 14.531 alunos. Posteriormente, os melhores alunos eram selecionados para frequentarem os internatos do partido. Em dez anos, de 1963 a 1973, foram formados os seguintes quadros do PAIGC: 36 com o curso superior, 46 com o curso técnico médio, 241 com cursos profissionais e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais. Diferente disso, o governo colonial português que vigorou de 1471 até 1961 formou apenas quatorze guineenses com curso superior e onze ao nível do ensino técnico. (FREIRE, 1978).

Convém salientar um episódio na vida de Cabral que serve para compreender essa preocupação com a educação em Guiné e Cabo Verde, sobretudo quanto à competência leitora das pessoas que frequentavam o ensino institucionalizado. Uma experiência feita por Cabral em 1949, quando do gozo das férias em Cabo Verde, ainda um jovem estudante de agronomia, percebeu que alguns indivíduos, cujo estudo havia parado no segundo grau (antigo 4º ano de escolaridade), liam o jornal e o resultado era que "não sabiam ler nada, porque leem, mas não sabem o que estão a ler", pelo que os considerava "analfabetos que conheciam as letras", remarcando, todavia, que isso não acontecia apenas ali, pois "há muita gente assim e até, às vezes, doutores" (ROMÃO; GADOTTI, 2012). O acesso à educação institucionalizada não conferia aos sujeitos serem de fato alfabetizados. Decodificar a escrita não é a mesma coisa que entender que é decodificado. A percepção dessa realidade reverbera em toda a sua contribuição para a educação em África e, porque não dizer, no Brasil, posto que o fato de ele ser objeto deste artigo já ratifica ser ele também importante deste lado do Atlântico.

Sendo assim, o entendimento para além da decodificação permite ao indivíduo sair daquilo que Paulo Freire (1996) chamaria de inércia intelectual, onde o indivíduo estaria moldando a sua realidade cognitiva num reflexo repetido daquilo que o impõe, num aprisionado e dependência, que o objetifica. A subjetividade do indivíduo neste processo de alienação mental o coloca sempre no lugar de inferioridade, quando a reprodução isenta de significados, produz um esvaziamento do saber, este, propício à colonização mental, muito comum nas ideologias de opressão e dominação. E é no combate à alienação mental que Amilcar Cabral constrói a sua atividade político-pedagógica, com um olhar humanizado para o outro, consciente de seu papel, transforma o sistema educacional alienante em instrumento de

conscientização, emancipação e libertação, incluindo aí a construção de instituições de ensino e a utilização das reuniões do partido para exercer também, o seu papel de pedagogo.

3 DESCOLONIZAÇÃO MENTAL: A PEDAGOGIA LIBERTADORA DE AMILCAR CABRAL

No contexto do colonialismo português é implementado violentamente, toda uma estrutura que desenvolve o aniquilamento do sujeito oprimido, aqui, o povo africano, possuindo como objetivo, a destruição de sua tradição cultural. Dentro do contexto de dominação hegemônica nos deteremos, por questões metodológicas, no sistema educacional anticolonialista implementado por Amilcar Cabral, e que travará uma guerra contra a opressão ontológica e cultural desta estrutura.

Sua pedagogia possui dimensões para além do campo educacional e perpassa o campo social, político e cultural. É com Cabral que compreendemos que toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento da vida tem o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego, constituindo-se, portanto, na base para uma perspectiva coletiva e social cujo caráter verdadeiramente emancipatório se dá através da troca de conhecimento entre os indivíduos que, conscientes de seu papel na luta contra a colonização, tornam-se responsáveis pela emancipação de tantos outros sujeitos. Assim, a educação constitui-se um ato político e engloba toda uma sociedade de forma a extrapolar as necessidades individuais na busca constante do bem comum.

Veremos que a experiência advinda da atividade de recenseamento agrícola permitiu a Amilcar Cabral, bem antes de desenhar a estratégia para a luta de libertação nacional, compreender as dinâmicas coloniais impostas e como elas tinham moldado os povos que compunham o território. A luta para esse educador precisava partir desta máxima, que era a de conhecer e saber lidar com a realidade do povo. Aqui, ele chama a atenção para a influência alienatória do ensino colonial e enfatiza a necessidade de melhorar o conhecimento através da educação e da formação, preconizando um conjunto de medidas políticas que, além da criação

de escolas e cursos de alfabetização e da formação de quadros, incluíam a promoção da qualidade do ensino, assim como a valorização da cultura e das manifestações culturais.

Essa reforma, por assim dizer, seria o que ele chamou de *reafricanização dos espíritos* e que Paulo Freire entende e diz como sendo *reafricanização das mentalidades ou descolonização das mentes* (FREIRE, 1978). Aquela experiência de que trata este texto anteriormente, e que é identificada como analfabetismo funcional, encontra nessa mudança condição fulcral a ser combatida. Deste modo, a *reafricanização* consiste no processo em que o indivíduo, de forma emancipatória, toma consciência da exploração e percebe conscientemente o seu estado de subalternidade dentro da lógica de opressão colonial, de modo a retomar o seu referencial em sua própria "unidade cultural" (SPAREMBERGUE, 2011). Essa unidade é objeto da teoria do pesquisador, antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop, nos estudos da *Unidade Cultural da África Negra*. (DIOP, 1952), que demonstra uma unidade cultural que perpassa a historiografia e permanece nos povos de origem africana, sendo ele localizado no continente ou na diáspora.

Assim, com Cabral, o processo de reafricanização só foi possível através da implementação do projeto pedagógico educacional realizada no PAIGC. Com isso, a transformação revolucionária de Cabral consegue num primeiro momento efetivar a afirmação da negritude, perpassando pela reconstrução e ressignificação identitária daquele povo, numa ruptura ontológica que faz com que o povo africano desses dois países perceba o processo de objetificação e estabeleça a ligação entre o sujeito histórico e o sujeito cultural que foi separado pelo processo colonizador. E, em segundo momento, estabelece a busca por unidade, compreendendo unidade como um objetivo comum que precisa ser alcançado por todos, quaisquer que sejam as diferenças que existem. (CABRAL,1978). Não é absurdo afirmar que essas duas concepções encontram eco na Pedagogia do Oprimido, de Freire (1970).

Vale ressaltar que a concepção plurifacetada de aprendizagem defendida por Cabral, há cerca de cinco décadas, mantém a sua atualidade posto que consegue aliar o conhecimento através da vivência, a aprendizagem social e o saber científico. Esse tipo de educação implica na ruptura com o paradigma educacional dominante que tende, ainda, a reproduzir-se nos tempos atuais. Desta forma, a partir da contextualização, estruturação e prática pedagógica

realizada por Amilcar Cabral nos dois países africanos e explanadas resumidamente neste artigo, podemos perceber porque o pedagogo brasileiro Paulo Freire, que cita Cabral em diversas obras, recebe a influência deste para moldar a sua concepção de uma pedagogia emancipatória e libertadora. É através das obras e experiências cotejadas entre Amilcar e Freire, este enquanto intelectual da educação, que compreendemos que o papel do educador se estabelece através de um caminho no qual a educação é pensada e elaborada para além do âmbito educacional e engloba o social e político.

A educação precisa estar centrada no sujeito, fazendo com que esse exerça amparado pelo educador, de forma autônoma seu processo de conscientização crítica. (FREIRE, 1996) Como podemos ver, essa criticidade proposta por Freire foi extremamente necessária na prática pedagógica realizada anteriormente na luta de Cabral e os povos africanos por libertação nacional, onde, tal processo emancipatório foi fundamental para a descolonização.

4 BREVES CONTRIBUIÇÕES PARA A PEDAGOGIA DA DIÁSPORA BRASILEIRA E O SEU EPISTEMICÍDIO

Chegamos aqui há um panorama possível das contribuições trazidas por Amilcar Cabral, tanto na perspectiva social, política, cultural, quanto pedagógica. Ele realizou uma profunda transformação quando compreendeu e pôs em prática o papel fundamental que a educação teria no processo de emancipação e descolonização frente à luta contra-hegemônica, rompendo com as estruturas que mantinham o colonizado em estado inerte, de forma a dimensionar o papel deste homem dentro da sociedade. A educação praticada por Cabral é eminentemente popular, e sua preocupação central se dá com a formação política e ideológica dos educandos.

Retomando para o período de dominação portuguesa, podemos perceber através de relatos de Paulo Freire, quando a sua convocação para somar com a ajuda na reconstrução do sistema de ensino de Guiné Bissau, que o sistema educacional implementado pelos colonizadores portugueses dentro dos países africanos, além de reverberarem os moldes arquitetados pelos europeus de subalternização de modo que seria possível estabelecer uma interdependência entre o colonizador e o colonizado, concretizam o esvaziamento das referências culturais e históricas dos povos africanos. No entanto, o que Amilcar Cabral faz é

compreender que a educação pautada na conscientização seria a arma de libertação que possibilitaria a derrubada deste próprio sistema durante o processo de independência dos dois países. Estabelecia-se, então, a descolonização não apenas dos corpos, mas, sobretudo, das mentes.

O processo de aculturação implementado pelos portugueses nos países africanos nos remete ao epistemicídio apontado por Sueli Carneiro em sua tese de doutorado publicada em 2005 em São Paulo. E a partir daí, ela leva o leitor a questionar, por diversas formas, por exemplo, por que não conhecemos quem influenciou Paulo Freire em sua teoria educacional? Por que não conhecemos os africanos que contribuíram para a pedagogia da diáspora? Como é possível pensarmos uma educação descolonizadora se continuamos a reproduzir o que se tem como verdadeiro, sob a ótica do colonizador? Para que compreendamos o fenômeno do epistemicídio, faz-se necessário que tenhamos em mente o que venha a ser racismo estrutural. Silvio Almeida (2019) aponta o caminho no entendimento dessa forma sutil de racismo quando afirma que essa modalidade se categoriza como sendo aquela prática racista que consegue se integrar na organização política e econômica da sociedade, numa estruturação que estabelece a desigualdade a partir da perspectiva de raça.

Diante do exposto, é possível afirmar que, enquanto estrutural, o racismo consegue se institucionalizar e operar de modo que este esteja enraizado nas instituições sociais, sejam elas pública ou particular. Nesse sentido, as universidades e faculdades brasileiras não fogem disso quando perpetuam o apagamento epistemológico e anulam o conhecimento construído pelos povos minorizados como os indígenas, povos africanos e seus descendentes, entre outros. O protagonismo científico desses povos são invisibilizados quando deixam de ser mencionados, estudados e tidos também como referência na produção do conhecimento. Tomamos aqui o próprio Amilcar Cabral que, por incontáveis vezes, deixa de ser mencionado apesar de ter trazido uma grande contribuição para a concepção de uma pedagogia libertadora. Para Sueli Carneiro (2005), o silenciamento destas epistemologias tem simbolicamente o peso de uma morte na qual a consciência histórica do sujeito é gradativamente perpetuada.

O livro O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado (1978), de Abdias do Nascimento, irá demonstrar teoricamente por meio de análises históricas e sociais que existem várias formas de praticar o extermínio da população negra do Brasil e uma delas e

o apagamento epistemológico que, além de ocultar a produção do conhecimento, constrói uma ideia estereotipada de determinados povos em detrimento de outros. Tal condição faz com que não conheçamos grandes contribuições científicas e limitemos o nosso conhecimento ao que é dito pela comunidade científica que determina, dentro do racismo estrutural, quem produz e quem não produz conhecimento.

Espera-se que o referido trabalho tenha contribuído para uma discussão já levantada pelo movimento negro e teóricos e que consiste na falta de material e discussões que abordem a produção de conhecimento africano e afro-brasileiro na formação docente, conteúdo este obrigatório em sala de aula para os alunos do ensino fundamental e médio desde a criação da lei 10639/2003. Encerra-se este artigo com um questionamento: como trabalhar os conteúdos obrigatórios por lei se na formação docente não se vê as abordagens necessárias para a construção do saber?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi explanado neste trabalho, podemos perceber que Amilcar Cabral realiza uma transformação estrutural na perspectiva de ensino, tanto nos países africanos, quanto de forma indireta aqui na diáspora brasileira, quando passa a influenciar o pedagogo Paulo Freire em sua pedagogia emancipatória e libertadora tão difundida aqui no país. E como podemos ver, a pedagogia revolucionária de Amilcar Cabral, extrapola as instituições de ensino e se faz inclusive, nas reuniões do partido, o que nos proporciona observar, a pedagogia sendo utilizada tanto como forma de uma reconstrução identitária, quanto instrumento de libertação (FREIRE, 1978). E que, conforme pesquisa realizada, podemos afirmar que, após uma caminhada de mais de meio século, o PAIGC mantêm válido e atual os princípios teóricos que nortearam a gloriosa luta de libertação nacional, mantendo-se de certa maneira, fiel aos fundamentos político-ideológicos e ao pensamento de Amílcar Cabral, pressupostos que devem ser preservados e adaptados, de forma criadora e evolutiva, à nossa realidade.

Práticas como esta, dentro da perspectiva de combate ao epistemicídio, necessitam de visibilidade. Dentro do entendimento do saber pluriversal, o apagamento destes saberes reverberam em uma visão distorcida de mundo, além da manutenção de estereótipos culturais

e sociais. O perigo de se ter um único saber, reverbera na manutenção da lógica da estrutura excludente (PONTES, 2017).

Espera-se que a reflexão trazida por este trabalho, possa de alguma forma contribuir para o fortalecimento dos povos que ainda continuam excluídos socialmente, culturalmente e epistemologicamente, quando os trazemos para protagonizar os seus diversos saberes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Silvo. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén Livros, 2019.

BARBOSA. Muryatan Santana. **Pan-Africanismo e teoria social:** uma herança crítica. São Paulo, v. 31-32. p. 135-155. 2011/2012.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta I**. A Arma da Teoria. Textos coordenados por Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1978.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser fundamento como fundamento do ser.** São Paulo: Tese de doutorado em filosofia, Feusp, 2005.

CORREA. Ricardo Alexandre da Silva. **Amílcar Cabral e a cultura africana como resistência.** Disponível em: https://www.geledes.org.br/amilcar-cabral-e-cultura-africana-como-resistencia/. Acessado em 12 de out. 2019.

DIOP. Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra.** Esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda - Angola: Edições Mulemba, Out. 2014.

FREIRE. Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1970.

GOMES. Patrícia Godinho. **A mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo:** excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. África Development, Volume XLI, Nº 3, 2016, pp 71-95.

MALHEIROS, Bruno Taranto **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NASCIMENTO. Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PONTES, Katiúscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas:** a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a Lei 10639/2003. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ensino), Rio de Janeiro, CEFET, 2017.

ROMÃO. José Eustáquio. GADOTTI. Moacir. **Paulo Freire e Amilcar Cabral:** a descolonização das mentes. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

SPAREMBERGUE, Alfeu. A reafricanização dos espirítos na obra de Amilcar Cabral: sobre um depoimento de Mário de Andrade. **Revista África e Africanidades,** ano II, n.12, fev,2011.

SILVA, Ana Célia da**. A representação social do negro no livro didático:** o que mudou? Por que mudou? Salvador. EDUFBA, 2011.

A INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO CONTEMPORÂNEO: DESAFIO DOCENTE

Daniel Machado Santos[202]
Natan Oliveira Santos[203]
Sara Rogéria Santos Barbosa[204]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

RESUMO:
O texto objetiva analisar as práticas docentes na atualidade quanto ao uso das tecnologias e seus percalços perante a sociedade contemporânea. Tal objetivo se presentifica dada a necessidade de compreender a dualidade entre o profissional de ensino e o uso das novas tecnologias no que tange às práticas de ensino. A escola voltada a esse contexto, onde o uso dos aparelhos eletrônicos ultrapassa a leitura tradicional, não pode permanecer alheia a esta nova realidade. Pensando desta maneira, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre ensino e leitura. Este estudo foi construído a partir da pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo e teve como pressupostos teóricos Bastos (ANO), Carvalho (ANO), Kruger (2000), Chartier (2002), Kenski (2012), Moran (2000), Pais (2008).
Palavras-chave: Novas tecnologias. Atuação docente. Metodologia de ensino.

ABSTRACT:
The text aims to analyze the current teaching practices regarding the use of technologies and their drawbacks in contemporary society. This objective is present given the need to understand the duality between the teaching professional and the use of new technologies regarding teaching practices. The school focused on this context, where the use of electronic devices goes beyond traditional reading, cannot remain oblivious to this new reality. Thinking this way, it becomes increasingly necessary to reflect on teaching and reading. This study was built from the bibliographic research with content analysis and had as theoretical assumptions, Bastos, Carvalho, Kruger (2000), Chartier (2002), Kenski (2012), Moran (2000), Pais (2008).
Keywords: New technologies. Teaching practice. Teaching Methodology.

[202] Graduando em Letras Vernáculas pela Faculdade São Luís de França. E-mail: niel184@hotmail.com
[203] Graduando em Letras Vernáculas pela Faculdade São Luís de França. E-mail: oliveiranatan181@gmail.com
[204] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia tem por definição, segundo o Dicionário Aurélio eletrônico (1999, verbete tecnologia), ser um "conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade". É possível agregar a isso ser também um conjunto de sistemas de diferentes objetos, métodos e técnicas e ter por objetivo ajudar a sociedade atual resolver seus problemas. Conhecendo esse conceito sabemos quão antiga é a tecnologia, pois desde os primórdios encontramos a evolução da humanidade através de tecnologias primitiva, medieval e grandes navegações. As indústrias que seriam as atuais, podemos afirmar com total convicção que entrou na sociedade proporcionando melhor bem-estar, conforto, saúde e educação.

Sabemos que a educação é um processo de desenvolvimento intelectual, moral e até mesmo físico. Percebe-se que o uso da tecnologia para fazer educação é de total importância, pois a educação tem o objetivo de fazer seu aluno ser aceito em uma sociedade atual, sociedade essa que está em total parceria com a tecnologia. Quando se compra um equipamento novo para sua residência, primeiro passo para adquirir total domínio sobre as funções desse aparelho é ler seu manual e estudar sobre ela a fim de descobrir como funciona. O mesmo acontece com a educação. A tecnologia chegou e ninguém parou para estudar o manual a fim de compreender seu uso em prol da educação, nem mesmo estudar e traçar novas trilhas para o ensino na atualidade.

Essa conjuntura implica em, hoje, encontrar diferentes escolas brasileiras cujo desafio docente seja ensinar tendo como recurso as novas tecnologias. Um exemplo que pode ser analisado são os países asiáticos como a China onde essa dificuldade não acontece porque a tecnologia é um auxílio da docência. Por que então a educação, principalmente brasileira, não tem essa afinidade? Será por falta de investimento do governo? Ou essa prática só está funcionando em uma educação privada?

Percebe-se que a tecnologia quando colocada em sala de aula, boa parte dos professores não têm resultados favoráveis. Percebe-se isso quando, por exemplo, um professor coloca algum vídeo para reproduzir em sua sala de aula e aproveita o momento para fazer

correção de prova, chamada, usar o celular. Será que o problema está em usar a tecnologia ou na sua aplicação? Temos total convicção de que os desafios são enormes, porém temos que ter habilidades de trabalhar com a geração atual, pois essa mesma geração não se compara a tempos antigos quando as pessoas conseguiam assistir a uma palestra por mais de duas horas. Hoje alunos se sentem entediados ao assistir uma aula de 50 minutos, mas passam horas nas mídias sociais.

Uma busca rápida nas mídias sociais e será possível notar como as grandes empresas mudaram a forma de apresentar seus conteúdos. São vídeos bem curtos, alguns não passam de 2 minutos e trazem informações básicas suficientes para o espectador ter uma noção do que está acontecendo. Essa mudança também pode ser notada quando se pensa em produtos audiovisuais utilizados nas escolas. São apresentações que congregam som, imagem e informação dentro de um formato dinâmico e, relativamente, curto. O Descomplica (https://descomplica.com.br/), plataforma criada para auxiliar o aluno na preparação para o ENEM, é um bom exemplo do uso da tecnologia em prol da educação, ainda que isso não esteja acontecendo em sala de aula. A empresa usa o YouTube, o Instagram e um app para veicular seus produtos: aulas virtuais sobre determinado assunto. Esse produto pode ter menos de 5 minutos ou mais de uma hora. Os mais curtos são os mais visualizados. Essa informação pode ser comprovada através de uma busca no YouTube.

Como, então, pensar o uso dessa tecnologia em sala de aula sem que comprometa o trabalho do professor e, tampouco, seja uma bengala? Há certa resistência docente quanto à implementação da tecnologia moderna em suas aulas. O mesmo pode ter acontecido com o quadro branco, a tecnologia em seu tempo, que, por certo, deve ter sido, a priori, preterido em relação ao quadro negro. O que isso nos diz? Que os sujeitos são resistentes a mudanças, principalmente quando elas vêm acompanhadas de um discurso substitutivo. Dizia-se que o professor seria substituído pelo computador. Daí, por certo, venha, de boa parte dos professores, o continuar trabalhando com os métodos mais tradicionais. Dois motivos podem ser pensados acerca disso: não houve uma formação apropriada para atual educação então se sentem incapacitados, outro motivo é achar o modo tradicional mais eficaz.

A infraestrutura, principalmente na rede pública, encontra-se defasada quanto à implementação das tecnologias escolares, equipamentos sem manutenção para o uso, internet

de péssima qualidade, poucos aparelhos para o número de professores e outros problemas encontrados na escola atual. Não é difícil perceber que a resistência também estar na falta de adequação física, e não apenas humana, para o uso adequado dessas tecnologias. Sem sombras de dúvidas temos uma geração de estudantes que chegam às escolas com expectativa de que vão usar as tecnologias em seu ambiente educacional, porém nosso sistema educacional não foi projetado para as mudanças tecnológicas atuais. Diante desses problemas o que têm feito nossas escolas? Qual o ritmo está andando para adaptação do atual mundo tecnológico em suas metodologias de ensino?

As inquietações aqui elencadas nascem do cotejamento entre a formação e a docentes, do abismo que se apresenta entre aquilo que aprendemos na academia, enquanto graduandos, e o que a realidade nas escolas nos apresentam. Diante disso, este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica com posterior análise de conteúdo. Tencionou-se fazer um estudo de caso, mas o fato de a prática docente ainda não ser uma realidade, optou-se pelo rebuscamento apenas teórico mesmo. Objetivou-se compreender como a tecnologia pode auxiliar o professor em sua prática ao tempo em que desmistifica a ideia de que o profissional da educação será substituído pela máquina se não se atualizar. Entendemos que o tradicional e o atual pode sim coexistir no espaço escolar e a tecnologia só tem razão de existir neste espaço por conta dos dois sujeitos da educação: o docente e o discente.

2 TRADICIONALISMO X ATUALIDADE

A profissão docente existe desde os primórdios com objetivo sempre de passar o conhecimento para as futuras gerações, seja qual for a estratégia usada. Há alguns anos a educação tinha o professor como centro das atenções, pois todo o desenvolvimento dependia exclusivamente dele. Nos dias atuais encontramos uma sociedade que acompanha as mudanças científicas e tecnológicas e, com essas evoluções, a visão do professor foi alterada, por isso sentimos a necessidade de profissionais docentes que estejam aptos a desenvolver e utilizar instrumentos adequados às novas gerações de alunos. Claro, continuaremos com total convicção que o professor continua e sempre continuará com seu papel de grande formador de

alunos, mas com a necessidade de especialização para formar seu aluno para o futuro, sendo esse futuro imerso na tecnologia.

> Para nós, professores, essa mudança de atitude não é fácil. Estamos acostumados e sentimo-nos seguros com o nosso papel tradicional de comunicar ou transmitir algo que conhecemos muito bem. Sair dessa posição, entrar em diálogo direto com os alunos, correr o risco de ouvir uma pergunta para qual no momento talvez não tenhamos a resposta, e propor aos alunos que pesquisem juntos para buscarmos a resposta – tudo isso gera um grande desconforto e uma grande insegurança. (MORAN, 2000, p. 142)

Não temos o tamanho nem a dimensão do quão difícil seja para cada professor aplicar práticas tecnológicas em suas salas de aula, porém há uma quantidade significativa de docentes com dificuldades imensas em descer do “pódio” e criar uma educação menos tradicional, assim como é citado no livro do autor Moran (2000, p. ?), "A segurança de ter uma educação tradicional, cria uma mente totalmente fechada para novas possibilidades de ensino". Alguns docentes são resistentes a essas mudanças porque elas mexem em sua própria rotina da aula, tiram o professor da zona de conforto porque é uma ferramenta que precisa de estudo em casa, elaboração de materiais, conhecimento de outras mídias e plataforma, mudanças na linguagem, leitura de outros tipos de texto digitais dinâmicos. Percebe-se, não se pode negar, que há necessidade de apoio institucional nesse sentido.

A tecnologia está ligada a um instrumento de lazer, como por exemplo vídeos, nossas crianças e adolescentes têm esse meio tecnológico como algo para se divertir, o que precisa ser feito é usar essa perspectiva positiva dele e atrair para seus estudos, seu aprendizado fazendo pontes assim para outros meios de ensino. De acordo com kenski (2012, p. 43), "Podemos ver a relação entre educação e tecnologia de um outro ângulo, o da socialização da inovação. Para ser assumida e utilizada pelas demais pessoas, além do criador, a nova descoberta precisa ser ensinada". O grande objetivo escolar é criar novas possibilidades para seus alunos na sociedade desigual com isso podemos refletir que se afastamos nossos alunos da tecnologia como vamos criar as possibilidades de alunos de periferia em escolas públicas adentrarem em empregos melhores ou em universidades, se for feito o inverso criaremos assim um analfabetismo tecnológico, a educação escolar não pode fazer ao contrário de criar possibilidades melhores para a sociedade.

2 TECNOLOGIAS E ENSINO: DUPLICIDADE EM QUESTÃO

Atualmente os professores enfrentam uma disputa desleal e muito difícil de lidar dentro das salas de aula. De um lado estão a maioria dos alunos dispersos com seus aparelhos eletrônicos conectados às redes sociais, onde associam conteúdos que não estão relacionados ao ensino escolar. Quanto do outro lado estão os professores que imploram a atenção dessas pessoas. Por que os profissionais ainda não desenvolveram uma maneira de introduzir o uso da tecnologia na sua didática de aula?

Nesse sentido, percebemos que a construção de conhecimento não está somente atrelada a uma educação com base no método tradicional, e sim numa busca por um ensino híbrido que relacione as velhas tecnologias e o uso dos aparelhos eletrônicos com intuito de formar ideias em um contexto escolar.

> Criar conhecimentos com apoio de recursos digitais nos parece ser uma nova ordem de desafios para educação contemporânea. Nesse sentido, procuramos afastar o entendimento de que criatividade seja simplesmente uma inspiração do espírito humano, recebida como prêmio vindo dos céus, não basta repousar numa rede digital e esperar que uma força maior caia sobre o pensamento criativo. (PAIS, 2008, p. 56).

Uma das principais funções do uso das tecnologias no ensino é incentivar um novo tipo de busca pelo saber, que ultrapassem as paredes das salas de aula na produção de pesquisa que motivaram os seus alunos a serem mais proativos no sentido da execução das atividades. Dessa maneira vislumbra um novo olhar para o ensino, segundo Chartier (2002, p.23), “quanto à ordem dos discursos o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova tática de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova inscrição”, assim espera se que o aluno busque mais a prática da leitura e produção de texto de forma a inovação do seu olhar.

Uma das maneiras de usar o mundo digital a seu favor é trazer os acontecimentos do meio social para dentro da sala de aula, onde os métodos antigos como o giz e o quadro negro não seriam mais suficientes, além disso ainda temos o datashow, o aparelho de produção de vídeos e os próprios celulares que os alunos levam para as salas de aulas como veículos na

aprendizagem desses alunos. O uso das tecnologias da informação como quadro digitais, notebook, logicamente não estão disponíveis para todas as escolas e todos alunos. Os professores em posse dessas ferramentas precisam instruir seus alunos para o uso devido em busca de pesquisas bibliográficas e tornar isso numa ferramenta do cotidiano.

> A educação em suas relações com a tecnologia pressupõe uma rediscussão de seus fundamentos em termos de desenvolvimento curricular e formação de professores, assim como a exploração de novas formas de incrementar o processo de ensino-aprendizagem. (BASTOS, CARVALHO, KRUGER, 2000, p. 15).

Nesse sentido vemos que a educação busca a cada dia novos rumos, onde as tecnologias estão ganhando mais espaço e se tornando parceiras nas metodologias de ensino-aprendizagem, unindo os saberes dos professores a recursos que facilitaram o desenvolvimento de atividades enriquecedoras para assim formar novos seres pensantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar atualmente é um grande desafio, com o uso dos aparelhos digitais e conteúdos midiáticos em todos os ambientes tornou-se mais complexa essa atividade. Onde irão exigir do professor uma posição diferente, que não só utilizem as tecnologias como uma ferramenta para facilitar seu trabalho, mais sim uma mediadora no processo de ensino-aprendizagem. Segundo a lei criada em 1988 onde encontra-se na constituição brasileira, é dever e obrigação do estado promover educação, moradia, saúde etc. Espera-se então melhores condições nas redes públicas de todo brasil, escolas de redes privadas tem a tecnologia como seu suporte educacional, será então que nossa rede pública de ensino vai esperar o brasil criar um analfabetismo tecnológico a educação pública tem como objetivo criar novas possibilidades de conhecimentos para crianças de classe inferior, com esse déficit a educação pública está longe da realidade tecnológica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marília G.; BASTOS, João A. de S. L., Kruger, Eduardo L. de A. **Apropriação do conhecimento tecnológico.** CEEFET-PR, 2000.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8ª ed.- Campinas, SP: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. MASETTO, Marcos T. Masetto, BEHRENS, Marília Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação)

PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO SOFRIDO PELO HOMEM DO CAMPO QUANTO A SUA FALA E ESCRITA

Weslley dos Santos[205]
Sara Rogéria Santos Barbosa[206]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

RESUMO

No presente artigo, expomos, brevemente, o desenvolvimento e resultado de pesquisa bibliográfica que relacionou o preconceito linguístico quanto à fala e escrita do homem do campo. Objetivou-se analisar o percurso sócio-histórico da língua portuguesa, sobretudo no que tange às questões socias do falante do campo. Postulamos que o preconceito linguístico é social e de cunho ideológico, pois está ligado à pessoa propriamente dito, não apenas à fala ou à escrita. Verificamos como algumas vezes as pessoas usam como motivo de exclusão e discriminação as variedades linguísticas e como a imposição do uso da gramática normativa colabora para essas desigualdades. Buscamos compreender o objeto a partir dos conceitos de preconceito linguístico de autores como Marcos Bagno (1999), Sírio Possenti (1999) e Amadeu Amaral (1982).

Palavras-chave: Preconceito linguístico. Variação linguística. Discriminação.

ABSTRACT

In the present article, we briefly expose the development and result of bibliographic research that related the linguistic prejudice regarding the speech and writing of the rural man. The objective was to analyze the socio-historical course of the Portuguese language, especially regarding the social issues of the field speaker. We postulate that linguistic prejudice is social and ideological in nature, because it is linked to the person itself, not only to speech or writing. We see how sometimes people use linguistic varieties as a reason for exclusion and discrimination, and how imposing the use of normative grammar contributes to these inequalities. We seek to understand the object from the concepts of linguistic prejudice from authors such as Marcos Bagno (1999), Sírio Possenti (1999) and Amadeu Amaral (1982).

Keyword: Linguistic prejudice. Linguistic variation. Discrimination.

[205]Graduando em Letras Português e Respectivas Literaturas pela Faculdade São Luís de França. E-mail: weslleythere@gmail.com
[206] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A língua é um organismo vivo e dinâmico, abarca pontos amplos de averiguação e determina cuidado especial para análise. São vários os aspectos que podem ser levados em consideração quando tratamos de estudá-la. Por vezes, durante abordagens realizadas em gramáticas e manuais linguísticos, o seu lado político, assim como os fatores sociais, culturais e históricos, atuantes no seu uso, são desconsiderados, o que acaba contribuindo para a formação de visões limitadas e excludentes, que são preconceitos. Marco Bagno (ano, p.??), um dos mais conceituados pesquisadores da área no Brasil, assevera que, "como todo preconceito, o linguístico é a manifestação, de fato, de um preconceito social, porque o que está em jogo não é a língua que a pessoa fala, mas a própria pessoa como ser social". Para ele, "Rejeitar a língua é rejeitar a própria pessoa e a comunidade de que ela faz parte.".

O preconceito linguístico pode ser considerado como a ação que um indivíduo ou um grupo social assume diante de algum modo de falar que é diferente do seu, principalmente quando o falante é o homem do campo que, ao falar, é ridicularizado devido à maneira diferente de falar se comparado às demais pessoas das diferentes regiões do país. Tal diversidade não é vista como parte da riqueza vocabular da língua, mas como marca de burrice, estupidez, falta de instrução, de inteligência, consideram o falante lesado, broco. Entretanto, essa imposição de regras para a realização de certos atos comunicativos (fala ou escrita) que são necessárias, mas, ao mesmo tempo, são contraditórias e distantes do uso real, têm limitado o seu ensino apenas à visão normativa das gramáticas e às regras ortográficas, logo, não atentando às demais situações eventuais que lhes competem.

O que deveria ser democrático, pois estamos falando da nossa língua materna, tem sido o principal modelo de preconceito e exclusão para com aqueles que não dominam as normas por motivos sociais, como no caso daqueles que vivem no campo, uma vez que, ao mesmo tempo em que é um mecanismo de status para os que as conhecem porque tiveram ou têm condições favoráveis de ensino, serve como mecanismo de exclusão para os que não a dominam. Sendo assim, é importante salientar que a pessoa não deve ser ridicularizada por sua fala, indubitavelmente, o preconceito linguístico que o homem camponês sofre é a

manifestação, de fato, de um preconceito social, porque o que está em questão não é a língua que a pessoa fala, mas a própria pessoa como ser social.

A presente pesquisa visa abordar essas questões, mas dando atenção especial à fala e escrita do homem do campo, bem como compreender o contexto social destes que têm sido cada vez mais ridicularizados nos meios de comunicação de massa, como a internet e a televisão. Desse modo, o estudo que apresentamos neste artigo é uma tentativa de traçar a origem desse preconceito linguístico que o camponês sofre, como pode ter surgido e como ganhou corpo ao longo da história, sobretudo dessa discriminação da fala e escrita do homem do como objeto de estudo desse artigo.

Não nos basta apenas saber a existência desse preconceito, porque este é diário e centro de inúmeras discussões. O que objetivamos investigar é a sua origem e por que tem ocorrido com tanta veemência, principalmente no Brasil. Esta pesquisa é, também, gerada devido uma curiosidade que surgiu na faculdade, mas também social, porque, ao nos discutirmos, no ambiente acadêmico, sobre as concepções de certo e errado no tocante à língua falada, somos postos à prova, chamados e impelidos a olhar além dos aspectos e senso comum.

2 ORIGEM DA FALA E ESCRITA

Fala é a utilização oral da língua pelo indivíduo. É um ato individual, pois cada indivíduo, para a manifestação da fala, pode escolher os elementos da língua que lhe convém, conforme seu gosto e sua necessidade, de acordo com a situação, o contexto, sua personalidade, o ambiente sociocultural em que vive. De acordo com Rodrigues (2009), inicialmente a fala se dava através de mímicas, gestos, batidas, pulos e gritos, que representavam a comunicação. Não havia a existência de uma linguagem comum, mas, com a evolução humana, evoluiu também a comunicação. Dada a necessidade de adaptar-se à sociedade, o homem começou a interagir e daí o nascimento das línguas e o surgimento da utilização da voz e não mais da expressão corporal. Mudanças biológicas custaram a acontecer somente o *homo sapiens*, mais próximo ao homem moderno, conseguiu resistir a essas transformações.

Segundo Marcuschi (2007), historicamente a língua surgiu muito antes da escrita, sendo ela uma manifestação da prática social, e está presente em todos os contextos sociais de nossas

vidas. A criança em seus primeiros anos de vida aprende primeiro a falar, tendo em vista que essa é uma das formas de comunicação que possibilitará sua socialização. O autor afirma ainda que “mais do que uma decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso da língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização” (MARCUSCHI, 2007, p. 18). Ele diz que “a oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia” (2007, p. 18), já que a língua é e sempre será a abertura à razão, à identidade social, cultural, regional, grupal dos sujeitos, pois a língua é socialmente desenvolvida e moldada.

No entanto, a língua e a gramática percorrem um caminho lado a lado, pois, ainda segundo o autor, “assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representações cognitivas e sociais que se revelam em práticas específicas" (2017, p.???). Logo, o que acontece com a fala, também ocorre com a escrita. Da mesma forma que devemos utilizar uma linguagem falada adequada a um contexto específico, a escrita também pode adequar-se a casos determinados. A fala, por seu turno, ocorre através de um processo natural, é apreendida por meio da tradição oral e tem caráter funcional, é inovadora por suas tendências livres (BAGNO 2004).

Porém, a fala é estigmatizada e marginalizada por não obedecer sempre à norma padrão, principalmente quando falada pelas classes populares, como o homem do campo. Para Marcuschi (2010, p. 18), “a fala (enquanto manifestação da pratica oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá o primeiro sorriso ao bebê”. Para que nossa mensagem falada seja compreendida pelo nosso ouvinte. "necessariamente alguns pontos deverão ser observados: timbre da voz: utilizar corretamente o tom da voz observando o ambiente e entoando a voz de acordo. Exemplo: durante uma festa, onde o som é alto, falar com o timbre baixo, certamente não haverá compreensão e a comunicação ficará prejudicada; Gestos corporais: Braços que mexem descompassadamente, mãos que balançam, olhar distante são observados durante a comunicação oral. Saber controlar os gestos corporais facilita a compreensão da mensagem e passa uma imagem segura das palavras. A linguagem dos surdos-mudos é apenas gestual e fisionômica e compreendidas perfeitamente". Silva e Rodriigues

(2019) discutem sobre a importância da comunicação contemporânea, afirmando que a "[...] escrita também apresenta características distintas, pois ela é planejada, completa, não fragmentária, elaborada, predomina-se frases complexas e subordinação abundante. É oficial e prestigiada pelas classes dominantes, pois quem não a domina, muitas vezes é considerado um ignorante. É quando a língua parece ser um fator de exclusão, principalmente o homem do campo devido a diversos fatores que o condicionaram a uma maneira especifica para se comunicar". Politécnico de Viseu.

"É importante dizer que a escrita concebe o armazenamento de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. A sua propagação está relacionada, essencialmente, à evolução da memória. As grandes civilizações, como as da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América pré-colombiana usaram a memória escrita como símbolo de progresso evolutivo. A escrita está na fonte de todo progresso humano". Fontes da informação.

"Há cerca de vinte mil anos o homem exprime o seu pensamento através de meios gráficos, e há mais ou menos seis mil anos que conhece as formas de escrita. Desde então a palavra escrita só conheceu sucessos e a sua história está voltada para uma expansão cada vez maior. Entretanto, atualmente a palavra escrita vive momentos de crise e há quem profetize o desaparecimento do livro". Universidade federal do Rio Grande do Sul.

Todavia, a informação escrita, registrada no passado em vários tipos de suporte, tais como pedra, madeira, papiro, pergaminho; contudo, tivemos um processo de evolução e, atualmente, chegando ao ambiente digital. Para Bottéro, (1995, p. 22) “[...] a mensagem escrita tem a condição de dar impulso a uma série de ondas concêntricas de reflexão, ampliadas e aprofundadas sucessivamente”. “A escrita é ao mesmo tempo uma das coisas mais universais e mais inapreensíveis. Sem a escrita, a cultura, definida como uma “inteligência transmissível”, não existiria (talvez existisse de forma rudimentar que mal se poderia reconhecer)”, RitA Queiroz. A informação escrita: do manuscrito ao texto virtual.

Sendo assim, "a lei, a religião, o comércio, a poesia, a filosofia e a história – todas as atividades que dependem de certo grau de permanência e de transmissão – seriam, se não impossíveis, bastante restritas. Mesmo tendo se ampliado as possibilidades de transmissão oral há um ou dois séculos atrás, esta ainda permanece circunscrita a estreitos limites se comparada com os mundos abertos pelo uso da escrita.

A escrita é a contrapartida gráfica do discurso, é a fixação da linguagem falada numa forma permanente ou semipermanente. Por meio da escrita, a linguagem pode transcender as condições ordinárias de tempo e lugar.

"A importância da escrita não resulta apenas de uma retrospecção de eruditos. Os povos antigos tinham tal consideração e respeito pela escrita que a sua invenção foi atribuída às divindades ou aos heróis lendários. Os antigos egípcios atribuíam-na alternadamente a Tot e Ísis; os babilônios, a Nebo, filho de Marduk, que era o deus do destino; os gregos, a Hermes e a outros deuses do Olimpo". A informação escrita: do manuscrito ao texto virtual.

Portanto, uma antiga tradição judaica considerava Moisés o criador da escrita hebraica. E muitos outros povos, incluindo os chineses, os indianos e os habitantes pré-colombianos do México e da América Central, também acreditavam na origem divina da escrita. Porém, a escrita é uma arte tão útil e poderosa que não podemos apenas chamá-la de "instrumento", pois assim estamos lhe diminuindo o valor que realmente tem.

> Os efeitos da escrita sobre as mudanças intelectuais e sociais não são de fácil compreensão... É enganoso pensar a escrita em termos de suas conseqüências. O que realmente importa é aquilo que as pessoas fazem com ela, e não o que ela faz com as pessoas. A escrita não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível: reavaliar, estudar, reinterpretar e assim por diante. De maneira similar, a escrita não provoca a mudança social, a modernização ou a industrialização. Mas ser capaz de ler e escrever pode ser crucial para o desempenho de certos papéis na sociedade industrial, também podendo ser completamente irrelevante para o desempenho de outros papéis em uma sociedade tradicional. A escrita é importante em termos da realização do que possibilita às pessoas: o alcance daquilo que objetivam ou a produção de novos objetivos. (OLSON, HILDYARD, TORRANCE, 1985, p. 14).

4 FALA E ESCRITA, O CERTO E ERRADO

No entendimento do senso comum, o "erro de português" é qualquer caráter linguístico que não esteja previsto nos mecanismos normativos tradicionais, a gramática e o dicionário. No entanto, não existe uma concepção única e homogênea do que seja o português "correto" nesses

instrumentos normativos, porque os gramáticos e dicionaristas têm estilos diferentes diante dos usos da língua: alguns gramáticos aceitam certas formas inovadoras, enquanto outros ainda as rejeitam.

Ademais, a noção de "erro" está muito ligada à posição que uma pessoa ocupa na pirâmide social. Os usos já bem fixados entre as classes sociais privilegiadas, mesmo quando contrariam as prescrições tradicionais, passam despercebidos e não provocam reações extremadas: ao contrário, a atitude mais geral é do tipo "pode até estar errado, mas todo mundo fala assim". Por outro lado, se o uso vem das classes inferiores, nenhuma relativização é possível: é erro e ponto final. Como tudo em sociedade, o que é certo e errado depende de quem utiliza esses rótulos contra o quê e contra quem.

Nem tudo que se fala se escreve, nem tudo que se escreve se fala. Em nosso cotidiano, costumamos usar a linguagem informal ou coloquial. Usamos na linguagem oral as palavras sem nos preocuparmos com o formalismo, e elas dificilmente serão escritas em um texto, pois "nesse caso, o falante não está preocupado com o que é certo‟ ou errado‟ segundo as regras ditadas pela comunidade" (TERRA, 2008, p. 84).

Já na escrita acontece o oposto, a preocupação torna-se evidente, pois ela precisa ser planejada, elaborada e completa. Mas também muitas palavras escritas não são utilizadas em nosso cotidiano. forma de produção discursivo-textual oral que dispensa um aparato técnico, necessitando, apenas, dos recursos próprios ao ser humano.

Para muitos existe um falar e escrever certo, entretanto, afirmo que não existem erros em língua falada ou escrita, ou até mesmo que exista uma linguagem padrão. O padrão de uma linguagem é a comunicação e o que existe é o falar de acordo com a imposição de uma classe social dominante para discriminar socialmente as pessoas.

Logo, o que fazer para usar a linguagem a favor e não contra o falante? É importante entender que o conceito de certo e errado deve ser substituído pelo de adequado e inadequado. Sendo assim, na hora de escolher a variante é preciso perguntar se ela está adequada ao interlocutor, à situação de comunicação que o envolve.

Portanto, do mesmo modo que para cada uma determinada situação necessitamos escolher uma roupa, para cada contexto é preciso escolher uma linguagem. Falar ou escrever errado, é quando falamos ou escrevemos e, o outro não entendi, nesse processo comunicativo. O

problema é que muitos educadores acham que falar ou escrever certo é falar e escrever rebuscado, mas o falar e escrever adequado se dá no momento que seu receptor o compreende.

5 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA FALADA NO BRASIL

Devido o Brasil ser resultante de um processo colonial, a elite brasileira sempre colocou os seus modelos culturais, pratica que se faz até os dias de hoje. Em se tratando da língua, mesmo depois a independência e as diversas tentativas dos intelectuais românticos de valorizar os usos propriamente brasileiros do português, o padrão que acabou vencendo foi mesmo o do português europeu escrito literário.

Os linguistas brasileiros apoiam a tese de que já no final do século XIX existia uma gramática própria do português brasileiro, com características bem diferentes da gramática do português falado em Portugal. No entanto, pela rejeição que nossas camadas dominadoras sempre tiveram com relação ao que é propriamente nosso, o reconhecimento do português brasileiro como uma língua autônoma e diferente do europeu até hoje encontra forte resistência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, a seleção de uma variedade como padrão e oficial não deve implicar no desconhecimento e na desvalorização das outras variedades, como a que fala e escreve o homem do campo. Pois a própria variedade linguística considerada padrão, atualmente, é o efeito da história da língua, que tem a participação de aspectos e de elementos de outras variantes.

A linguagem não é usada apenas para transmissão de informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; as pessoas falam para serem ouvidas ao mesmo tempo em que desejam serem entendidas pelo emissor da mensagem, é provável, que um homem (a) do campo, ao emitir uma mensagem, o maior interesse deste não é usar a palavra conforme a gramatica normativa, que na maioria das vezes, ele desconhece esta maneira de comunicar-se por ela, devido vários fatores.

A partir da observação, do que adianta um indivíduo intelectual ter um discurso com linguagem erudita, como exemplo, para pessoas que vivem no campo e não tiveram condições

de acesso a este tipo de uso? Nada! Pois, não será possível comunicar-se e, certamente, os ouvintes apenas ouvirão ruídos. É importante lembrar que o bom comunicador é aquele que usa um dialeto para cada situação adequada. O fala ou escrita pode ser o culta, o familiar ou o popular. Nas faculdades usa-se um dialeto, dito, culto; os apresentadores de rádio e TV´s usam um dialeto chamado de familiar e, na maioria das comunidades, usa-se um dialeto chamado de popular.

. REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu. **O Dialeto Caipira**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec/INL-MEC, 1982.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI. Ricardo Stella Maris. **Nós cheguemu na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BAGNO, M. (1999). **Preconceito linguístico - o que é, como se faz** 55ª ed. São Paulo: Loyola.

CUNHA, C. (1986). **Língua portuguesa e realidade brasileira.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BISOL, LEDA (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro.** 2 ed. rev e amp. Porto Alegre: EDIPUCRS**,** 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

POSSENTI, Sirio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. 19. Reimpressão, 2008. Campinas SP: Mercado de Letras, 1996.

RODOLFO, Ilari, R. B. **O português da gente.** São Paulo: Contexto, 2011.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SILVA, Márcia Gleice Tracaioly. RODRIGUES, Rosiclene Batista. **Fala e escrita:** a importância da comunicação contemporânea. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/3011521. Acesso em: 14 nov.2019.

FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL EM MEIO AO PATRIARCADO

Sendy Torres Pereira[207]
Marcos Batinga Ferro[208]

Eixo 1 – INTERLOCUÇÕES ENTRE CONHECIMENTO E SABER NO CAMPO DA DOCÊNCIA

RESUMO:
O presente estudo busca reunir as principais justificativas para a chamada feminização do magistério, ocorrida entre a segunda metade do Século XIX e início do Século XX. Com o propósito de alcançar o objetivo aqui apresentado, após uma pesquisa bibliográfica acerca do objeto observado, no que tange a metodologia, trabalhou-se com a pesquisa descritiva para o esclarecimento das interlocuções que envolvem a temática investigada. No decorrer da pesquisa verificou-se que a mulher, que até o período oitocentista fazia parte do imbeciltus sexus, encontrou no contexto educacional a esperança de livrar-se do perfil de desprendimento, meiguice, bondade e fragilidade. Observou-se que para além do desejo da equitativa instrução primária, é a partir das Escolas Normais, que o ocorre a ascensão do gênero feminino em meio a sociedade de um país patriarcal desde sua colonização. Para tanto, junto ao Ensino Normal, as transformações do período, por esta pesquisa investigado, contribuíram também para a feminização de uma profissão, pensada primordialmente, para o gênero masculino.
Palavras-chave: Feminzação do Magistério. História da Educação. Escolas Normais.

ABSTRACT:
This study search to reunit the main justifications for the so called feminization of teaching, which occurred between the second half of the XIX (19th) century and the beginning of the XX (20th) century. With the purpose of reaching the objective presented here, after a bibliographical research about the observed object, regarding the methodology, we worked with the descriptive research to clarify the interlocutions that involve the investigated theme. During the research it was found that the woman, who until the nineteenth century was part of imbeciltus sexus, found in the educational context the hope of getting rid of the profile of detachment, gentleness, kindness and fragility. It was observed that beyond the desire of equitable primary education, it is from the Normal Schools that the rise of the female gender occurs in the midst of the society of a patriarchal country since its colonization. Therefore, along with Normal Education, the transformations of the period, by this research investigated, also contributed to the feminization of a profession, primarily designed for the male gender.
Keyword: Feminization of the Magisterium. History of Education. Normal Schools.

[207] Graduanda em Pedagogia do 6º período, da Faculdade São Luís de França. E-mail: sendytorresp@gmail.com.
[208] Professor Mestre em Educação pela UFS. Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior; Especialista em Gestão Escolar, da Faculdade São Luís de França. E-mail: marcosbating@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como finalidade analisar a inusitada entrada das mulheres no magistério primário brasileiro. O trabalho objetiva apresentar as diferentes justificativas, encontradas ao longo dos dois últimos séculos, para a chamada feminização do magistério.

Salienta-se que, a sociedade, desde os seus primórdios, é marcada por uma hierarquia dos sexos como demonstrado em dados etnográficos e pré-históricos. Diferente das Amazonas de Heródoto, mulheres que tomavam a frente de guerras sangrentas, mencionadas em documentos históricos oficiais e na mitologia grega, a mulher por esta pesquisa investigada, era vista até o Século XIX, como símbolo de doçura, fragilidade, pureza e moral cristã.

Com a colonização do país, as crenças da Igreja Católica foram disseminadas durante toda formação populacional do Brasil. O catolicismo pregava o controle do gênero feminino através da normatização social das mulheres, do casamento e da obrigação de procriarem, tudo isto garantindo a pureza da alma feminina. O patriarcado perpetuou-se com grande força no país até a segunda metade do penúltimo século. As mulheres não tinha direito ao voto, eram submissas aos seus pais, irmãos e maridos, e foi através da educação que encontram uma forma de libertar-se de todo estigma que a elas eram rotulados.

Desde a chegada dos portugueses ao país em 1500, até o ano de 1827, o processo de educação concedido as mulheres estava atrelado ao ensino dos bons costumes, das prendas dor lar, afazeres domésticos e cuidados com o pai, marido e filhos. É então, quando em 15 de Outubro de 1827, é sancionada a primeira lei no que tange a oferta do ensino público, criando as Escolas de Primeiras Letras, pensada, em tese, para meninos e meninas.

O ensino primário ofertado por decreto de Dom Pedro, foi a primeira esperança feminina de ter uma educação formal, por ora, apesar da pretendida igualdade, existia uma dicotomia entre os objetivos para a instrução no que tange ao gênero. Sucede que, proclamada a independência, existia em tese, nos discursos oficiais, uma preocupação com o rumo em que o país seguia, pois o território recém independente necessitava deixar para trás as marcas coloniais e primitivas. Para a modernização do Brasil, estava em evidência nos parlamentos e nos jornais, discussões sobre a importância da educação neste processo. Nesta direção, surge a oferta das Escolas Normais, visando a modernização pretendida pelo Estado e o progresso da

nação, e junto a elas, surge a oportunidade efetiva de conquistas sociais para as mulheres.

Acerca do assunto podem-se citar autores como Beauvoir (1949), que cuidadosamente reúne em uma de suas principais obras, a biologia da mulher e seu restrito universo destinado a um seguimento tradicional. Nas interlocuções sobre os séculos já citados, Hahner (2011) e, Ferro e Pereira (2018), deixam em evidência as transformações na esfera da educação a partir do penúltimo século. Já na articulação entre o gênero feminino e a educação, Almeida (1998) embasa a pesquisa que sucede o presente trabalho.

2 A HIERARQUIA DE GÊNERO PRESENTE NA SOCIEDADE E AS CONQUISTAS PARA INSTRUÇÃO DAS MULHERES

Marcada por uma estrutura social de subordinação entre os gêneros, a construção da sociedade brasileira contou com a herança patriarcal portuguesa para se constituir. Desde a chegada da Família Real ao território nacional, mais para as meninas que para os meninos, a educação era precária.

Assim como a vida urbana, a instrução para as meninas era quase inexistente. Entre o período do Brasil colônia e a primeira metade do Século XIX, as meninas e mulheres eram mais educadas do que instruídas, e os afazeres domésticos e as habilidades com a costura estavam atrelados a educação feminina, como afirma Priori:

> As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, a cozinha, bem como as habilidades de mando as criadas e serviçais também faziam parte da educação das moças, acrescida de elementos que pudessem torná-las mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. (PRIORE, 2009, p.444)

Com uma busca constante pela perfeição moral, a construção cidadã do gênero feminino era influenciada pelos ideais tradicionais da Igreja Católica, religião herdada dos portugueses, em que suas crenças foram alastradas por todo território brasileiro. Através do símbolo mariano[209], o patriarcado, como afirma Louro (2007, p. 447) “se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina”. A mulher, vista como

[209]O símbolo mariano refere-se aos dogmas e crenças da Igreja Católica, no que tange a Maria, sendo considerada como a Virgem mãe de Jesus.

símbolo de fraqueza, pureza e até mesmo imbecilidade, fazia parte do imbecilitus sexus, categoria existente até o Século XIX, em que as crianças, doentes mentais e mulheres pertenciam.

Ainda no período colonial, a educação e a instrução estavam atreladas a conquista de poder, e assim, as moças não deveriam ter acesso a essas, pois deixariam de ser passivas em seu papel de subordinadas ao gênero masculino. Contudo, o desejo de ler e escrever das mulheres, era descomunal, e significava uma preocupação para a sociedade branca. Já para os indígenas, presentes no período abordado, não enxergavam esse desejo como um problema, pois valorizavam suas companheiras e não enxergavam porquês para existir diferenças nas oportunidades de instrução.

Nos dizeres de Melnikoff, R. e Melnikoff E. (2014, p. 3) “foram os indígenas os pioneiros a reivindicar o letramento a suas mulheres. Sensibilizado o padre Manoel de Nóbrega, enviou uma carta a Rainha de Portugal, Dona Catarina, solicitando educação para as indígenas”. Neste sentido, e em resposta ao que fora solicitado, a rainha negou o pedido, considerando como uma decisão que traria consequências fora dos padrões patriarcais estabelecidos na sociedade.

O período oitocentista, um momento de formação da sociedade brasileira, foi marcado por um encadeamento de transformações sociais, econômicas e educacionais. Nos parlamentos e em jornais, as interlocuções acerca da educação como forma de modernização do país recém independente estavam em evidência. Neste sentido, e para a diretriz seguida por esta pesquisa, a Independência do Brasil e a instauração do Período Republicano, são marcos primordiais para as conquistas femininas a partir do penúltimo século.

Consoante as vitórias para as mulheres a partir do Século XIX, Almeida (1998, p.27) observa que:

> No plano educacional, os anos iniciais do século ofereceram maiores oportunidades ao sexo feminino, representadas pela escolarização das meninas e moças, na esteira dos ideais positivistas e republicanos, tendência essa que se estruturou nas décadas seguintes. A historiografia tem mostrado essas mudanças como resultado de uma política de concessão por parte dos poderes oficialmente instituídos e dirigidos pelo sexo masculino, sem atentar que as mudanças, assim como as chamadas "concessões", também foram resultado de atendimento às reivindicações e, portanto, conquistas femininas. Sem o movimento das mulheres, sem a resistência de algumas e o desafio que

> lançaram à sociedade, tais resultados demorariam muito mais para ser implantados.

Para a construção de um país que distanciasse do seu caráter colonial, a educação era uma esfera social primordial. Visando esta afirmação, a lei de 15 de Outubro de 1827, foi um marco para o âmbito educacional, e, para as meninas e mulheres, a primeira esperança de conquista de uma instrução formal. Por decreto de Dom Pedro: "Art 1º. Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias". As moças que por ora, até o decreto citado, apenas contavam com uma educação estritamente voltada para a aquisição de habilidades domésticas, acreditavam que, de fato, através da criação das Escolas de Primeiras Letras, teriam acesso a tão sonhada instrução, como era estabelecido no Art. 11, ao prever criar "escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento"

No entanto, o que se via, era a oferta de instrução para meninos e meninas, mas com uma desconformidade quando posta em prática, como percebe-se no Art. 12, estabelecendo que "As Mestras, além do declarado no Art. 6o, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; [...]". Assim, para as meninas, apenas o ensino básico da leitura e escrita, das quatros operações e, as prendas dor lar.

Se, as dificuldades para o acesso ao Ensino Primário foram turbulentas em meio ao preconceito da cultura patriarcal, a busca para a inserção da mulher ao Ensino Secundário, tratou-se de um caminho tortuoso. Para Almeida (1998, p. 75) "logo depois de terem ocupado em definitivo o magistério primário, as mulheres conseguiram acesso ao secundário e puderam freqüentar as universidades, e, paulatinamente, foram dirigindo-se para outras profissões". Fica claro, portanto, que somente após a feminização do magistério primário, as mulheres passaram a ocupar o nível de ensino secundário.

3 ESCOLAS NORMAIS: ESPERANÇA EM MEIO AO PATRIARCADO

Durante o Século XIX, e a partir dele, em todos os hemisférios as transformações, inovações e descobertas acerca de todas as esferas do âmbito social, ocorriam de forma

sucessiva e crescente. No Brasil, em meados desse período, ocorria a chegada da Corte Portuguesa, a Independência do país, a promulgação da 1º Constituição, a Guerra dos Farrapos, assim como, a publicação da Lei Euzébio de Queiroz, como também, em tese, a abolição da escravatura. Para as camadas educacionais, mudanças significativas foram iniciadas e, no sentido da formação feminina, especificamente da feminização do magistério, a pesquisa bibliográfica realizada para a concretização do presente trabalho, aponta, em todos os trabalhos revisados, um marco específico para que o magistério primário fosse feminizado.

A Independência do Brasil já havia sido proclamada, o país encaminhava-se para o Século XX, e como outrora já fora afirmado, a preocupação no que tange a educação estava em evidência. Nas cidades e povoados, como também na imensidão rural, segundo Louro (2007), o número de analfabetos era alarmante e, desde o Império, a justificativa para tanto estava firmada no abandono da educação. Reclamava-se, então, por escolas de formação de professores.

Assim, a partir da década de 30 do período oitocentista, surge as primeiras Escolas Normais, no crescente, em: Niterói (1835), Pará (1839), Bahia (1845), São Paulo (1846), Sergipe (1870) e Goiás (1882). A primeira escola de Ensino Normal fora instituída, já na metade da década citada, na província de Niterói no Rio de Janeiro, através da Lei nº 10/1835, que estabelecia:

> Artigo 1º. Haverá na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal paranella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores actualmente existentes, que não tiverem adquirido a necessária instrução nas Escolas de Ensino na conformidade da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, Artigo quinto.

As primeiras instituições normalistas surgidas após a Lei nº 10/1835, "[...] foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres ou prevendo-se a futura criação de escolas normais femininas", como afirma Tanuri (2000, p. 66). Ainda segundo o mesmo autor, "a primeira escola normal do Brasil teve duração efêmera, sendo suprimida em 1849. Aliás, em 1840, após quatro anos de funcionamento, ela havia formado apenas 14 alunos, dos quais 11 se dedicaram ao magistério" (2000, p. 64). Entre decretos e leis, retirados, acrescentados e/ou modificados, os caminhos percorridos pelas

Escolas de Ensino Normal foram íngremes. É só a partir de 1870, com as ideias liberais e a obrigatoriedade do ensino primário, que as instituições citadas passam a trilhar caminhos sólidos, pois até a década de 70, como é destacado no discurso do presidente da Província do Paraná: "as escolas normalistas não passavam de "plantas exóticas": nascem e morrem quase no mesmo dia".

Nesta direção, somente a partir dos anos finais do Brasil Império, – iniciado em 1822 e tendo seu fim em 1889, com a Proclamação da República – as portas das Escolas Normais começaram a serem abertas para as mulheres, em algumas províncias, através da coeducação, que consiste na instrução de forma a ser ministrada para ambos os gêneros, sendo mista, sem levar em consideração os sexos. Para tanto, em 1880, na terceira província criada em São Paulo, é introduzida pela primeira vez, esta forma de ensino. Entretanto, Freitas (1995) afirma que, em 1877 fora criada uma Escola Normal feminina, em Sergipe, através do Diretor Geral da Instrução Pública.

Após a data de instituição da escola normalista para mulheres, em 1879, Hahner (2011, p. 470) afirma:

> Em 1879, numa continuação do movimento de reformismo dos anos 1870, o Ministério Liberal do Visconde de Sinimbu baixou a chamada Reforma Leôncio de Carvalho do ensino primário e secundário da Corte e do ensino superior em todo o Império, uma reforma que continuaria sendo válida até o fim do Império. Essa não só dispensou os não católicos de aulas de religião e abriu o sistema de ensino para a iniciativa privada, prometendo mudar o espírito da formação superior, mas liberava a matrícula de mulheres nas faculdades de Medicina e previa escolas mistas. Ampliou o currículo das escolas normais e estabeleceu a possibilidade de escolas normais nas províncias.

O decreto nº 7.247/1879, conhecido como a Reforma Leôncio de Carvalho, representou para o âmbito da educação a instauração da coeducação, e esta forma de ensino, no Curso Normal, representou para as mulheres o que se chamaria a feminização do magistério. Hahner (2011, p. 471) afirma que "do total de 22 escolas normais funcionando nas províncias em 1882, 15 eram escolas mistas, enquanto só cinco eram restritas aos homens e duas às mulheres". Já em 1883, em consonância a instauração das escolas mistas, o número de mulheres nelas era

crescente. Assim, o diretor da Escola Normal da Corte expressou: “são elas que mais concorrem às aulas e melhores notas conquistam nos exames”.

Contudo, a partir da segunda metade do Século XIX, as mulheres, de forma quantitativa, passam a frequentar de maneira inesperada as escolas normarlistas. Este fator assume um ar impremeditado para a época, pois a cultura da sociedade era restritamente patriarcal. Ainda assim, um marco para a mulher na história da educação fora registrado, pois afirma-se que:

> [...] em São Paulo do período republicano, a maioria feminina no magistério era um fato, o que se pode verificar na leitura do Anuário de Ensino (1911-1912, p.69), que registra em 1889 um número de mulheres maior do que o dos homens nas matrículas na Escola Normal (51 alunos e 64 alunas), e cm 1912, na Escola Normal da capital, matricularam-se 172 rapazes e 768 moças e formaram-se nesse mesmo ano 24 professores e 120 professoras. (Almeida, 1998, p. 122).

Para tanto, entende-se que as Escolas Normais são o marco especifico citado no início deste tópico, encontrado em todos os textos e obras de outros autores que foram base para este artigo. O Ensino Normal foi, não só uma via de conquista para a história da educação feminina, como também, para as mesmas, uma esperança no que tange a conquista de seu espaço social.

4 QUESTÕES ACERCA DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

No Brasil, inicialmente, assim como em outras países, a responsabilidade da atividade docente foi destinada aos homens. Nas terras brasileiras, especificamente entre 1500 e 1759, a instrução estava a cargo dos jesuítas, primordialmente, e sucessivamente, dos mesmos e de alguns religiosos. Já entre os anos de 1759 e 1834, com a reforma implantada pelo Marquês de Pombal, as aulas régias, em seus primórdios, foram ministradas também, por homens. Somente a partir da lei nº 10/1827, como exposto no Art. 12, as mulheres recebem o direito de estar no espaço institucional enquanto docente, ainda que, com diferenças em relação as funções dos professos do gênero masculino. Assim, estava exposto na lei:

> Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão

> nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brazileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do art. 7º.

Consoante ao fato, para solucionar as ruínas que atrelavam a educação, como o alto índice de analfabetismo e a ausência da procura das Escolas de Primeiras Letras, anos após, surgiram as Escolas Normais, objetivando o aprimoramento da formação de mestres e mestras. Para tanto, o Ensino Normal fora feminizado, quase por completo, a partir do Século XX. A presença feminina nas escolas normalistas, para a compreensão dos porquês acerca da feminização do espaço docente, deve ser entendida como o marco principal para este fato, e, a partir desse ponto de partida, poderemos entender os caminhos que levaram as mulheres a preencher a instituição citada.

Segundo Almeida (1998), o processo de urbanização e da industrialização, e as conquistas tecnológicas, coincidiram com as primeiras reivindicações feministas, que alertaram muitas mulheres para a desigualdade social que a elas eram submetidas. Com as modernizações que surgiam, o mercado de trabalho ampliou-se para os homens, assim como, os mesmos passaram a procurar trabalhos que fossem remunerados, de certa forma, melhor que a atividade docente. De forma quantitativa, as casas decimais no número de procura do gênero masculino para adentrar nas Escolas Normais, diminuía de forma não esperada. Mas, a necessidade de solucionar os problemas que assolavam a educação continuavam, e para tanto, os espaços para a atividade docente foram ampliados para o gênero feminino.

Nessa diretriz, afirma Almeida (1998, p. 65):

> Na primeira metade do século XX, o magistério primário no Brasil sofreu um processo de feminização tanto na freqüência das Escolas Normais pelas moças como pela ocupação do magistério pelas mulheres. [...] Portanto, a feminização do magistério no Brasil pode ser considerada já devidamente alicerçada desde o século passado, e quando a República aconteceu, esse fenômeno era um fato consolidado e só veio a aumentar significativamente nas décadas seguintes.

Conforme Louro (2007, p. 450) “para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros "pouco desenvolvidos" pelo seu "desuso" a educação das crianças”. Mulheres estas, que tinham sua existência restrita a

culminância de amar, ser amada e cultivar-se de forma generosa e honesta para a sociedade. Continua a autora “outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, "por natureza", uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e "naturais educadoras" (LOURO, 2007, p. 450). Esse discurso sobre o gênero feminino, referindo-as como educadoras por natureza, estendeu-se por todo o Século XX, afirmando os ideais machistas, pois, se na visão social do patriarcado as mulheres eram destinadas, primordialmente a maternidade, à docência assumiria, em tese, a extensão do afeto maternal.

Enquanto as “educadoras por natureza” ansiavam por ocupar cada vez mais o espaço docente, livrando-se do espaço exclusivamente doméstico e da Igreja, os homens, na esfera da educação, continuavam a hierarquizar as questões no que tange aos gêneros. Já que, os discursos acerca das mulheres como docente estava em evidência, o gênero masculino passou a apropriar-se do controle educacional, como escrito no exposto:

> O magistério de crianças era o espaço ideal onde poderiam exercer esse controle. Para viabilizar esse poder na educação escolar, elaboraram leis e decretos, criaram escolas e liceus femininos, compuseram seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e manuais escolares, habilitaram-se para a cátedra das disciplinas consideradas mais nobres e segregaram as professoras a "guetos femininos “como Economia Doméstica e Culinária, Etiqueta, Desenho Artístico, Puericultura, Trabalhos Manuais, e assim por diante. (ALMEIDA, 1998, p. 35).

Contudo, a modernização do país e os discursos sobre o magistério como extensão da maternidade, sustentam-se como as justificativas para o espaço docente primário ser quase totalmente feminizado. Para além, entende-se que as Escolas Normais, que surgiram, como já abordado, para solucionar as mazelas educacionais da época; juntamente com as reformas, leis e decretos educacionais, assumiram um papel importante para a expansão da educação. Com este crescimento e a falta de interesse de muitos homens pelo setor educacional, assim como a grande demanda de mulheres em busca da atuação no espaço docente, não faltaram discursos ideológicos para justificar a alocação das mulheres nesse contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o objetivo para o presente estudo e as questões acerca do objeto pesquisado, uma vez que contribuições teóricas foram necessárias para fundamentar a construção deste trabalho. Os caminhos trilhados para a concretização deste exposto nos levaram a compreender que diversos são os estudos sobre a feminização do magistério primário, e, em quase todos, os porquês sobre o fator inesperado que foi ocorrido, estão expostos de forma semelhante. No percurso investigativo, compreendemos o papel da mulher na sociedade patriarcal de forma ampla. O espaço público era, de fato, uma esperança distante para as meninas e mulheres que eram submissas aos seus pais, irmãos, e/ou marido, e consideradas, inclusive, como portadoras de cérebros pequenos, sujeitas a fazer parte da mesma categoria que as crianças e os doentes mentais, o *imbecilitus sexus*.

Ao se analisar o processo de ampliação do número de mulheres no magistério, as pesquisas bibliográficas permitem que façamos uma conclusão. As mudanças oriundas do Século XIX foram de suma importância para o magistério ser ocupado, em massa, por mulheres, ainda que no século citado, as mulheres tivessem, apenas, o direito de lecionar nas Escolas de Primeiras Letras, desde que, fossem consideradas honestas e aptas moralmente para a docência.

O desenvolvimento deste estudo nos leva a entender que sólidas são as justificativas para o feminizado magistério. As Escolas Normais são o principal direcionamento para tanto, pois foram as instituições responsáveis pela inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda que com o um discurso machista e provedor do patriarcado. Entende-se, contudo, que a feminização do magistério não fora um acontecimento sem justificativa. Os homens, de fato, evadiam as escolas normalistas em busca de trabalhos mais valorados e com mais status social, já que a profissão docente estava desvalorizada com a inserção feminina em seu meio.

Assim, dentro da finalidade de identificar os porquês acerca da feminização do magistério, entende-se que hoje, o espaço primário docente, quase que por completo, é habitado por mulheres. De forma abrangente, este estudo nos levou a compreender as questões acerca do fato confirmado pela pesquisa, assim como nos leva a compreender a História da Educação das mulheres de forma primordial, e não esquecida, como fora feito durante séculos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10, de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. [S. l.]: Coleção de Leis do Império do Brasil, ano 1827, v. 1, n. 1, p. 71, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-norma-pl.html. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primario e secundario no município da Côrte e o superior em todo o Império. [S. l.]: Coleção de Leis do Império do Brasil, ano 1827, v. 1, n. II, p. 196, 1879. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html. Acesso em: 3 nov. 2019.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. Editora Unesp Fundação, 1998.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

DE FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Vestidas de azul e branco":** um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). Universidade Federal de Sergipe, 2003.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, p. 467-474, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. **História das mulheres no Brasil**, v. 2, p. 443-481, 1997.

MOACYR, Primitivo, (1936). **A instrução e o império:** subsídios para a história da educação no Brasil (1823-1853). São Paulo: Editora Nacional, v. 1.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 10, de 10 de abril de 1835.** Dispõe sobre a implementação de uma Escola Normal na província do Rio de Janeiro. [S. l.], 1835. Disponível em: http://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

MELNIKOFF, Ricardo. MELNIKOFF, Elaine. Professora, professorinha primeira profissão que legitima a mulher do século XIX. In: IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE. **Anais...** Aracaju, 2014.. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, s.d.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, aug.2000.

O REGIONALISMO NAS PROVAS DO SAEB: A IMAGEM DO NORDESTE NA ANRESC (PROVA BRASIL)

Rafhael Almeida Oliveira[210]
Marcos Batinga Ferro [211]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

RESUMO:
Este presente artigo tem como objetivo identificar o uso dos símbolos, entendidos como elementos de apropriação e de recusa dentro das relações sociais dentro do poder simbólico, visto que o ambiente escolar é visto como campo de violência simbólica, dentro das provas do ANRESC frente às características socioculturais do nordestino, através das relações de apropriação e exclusão simbólica, tanto aquelas que definem sua acepção classificatória de regionalização e seus princípios identitários, quanto àquelas que contribuem e diferenciam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Foi feita análise críticas de todas as questões disponíveis no site do INEP, na busca de elementos que remetesse aos nordestinos e de elementos avaliativos que dificultasse o entendimento pelo avaliando por causa de diferenciações simbólicas. Foi perceptível, o uso de vários estereótipos do nordestino nas provas, e o uso de textos e conceitos que são distante da realidade do discente desta região. Desta forma percebe-se que o processo avaliativo do ANRESC, serve como mecanismo de instituição de poder, se apropriando de ferramentas dentro do pode simbólico instituindo homogeneidade no Nordeste, sendo perceptível a grande diversidade existente, sendo identificados vários elementos que prejudicam a medição da qualidade do ensino desta região retirando o seu entendimento da realidade do aluno.
Palavras-chave: Avaliação. Prova Brasil. Identidade Cultural. Regionalismo. Nordeste

ABSTRACT:
This article aims to identify the use of symbols, understood as elements of appropriation and refusal within social relations within the symbolic power, since the school environment is seen as a field of symbolic violence, within the ANRESC evidence of the characteristics northeastern sociocultural relations, through the relations of appropriation and symbolic exclusion, both those that define its classificatory meaning of regionalization and its identity principles, as well as those that contribute and differentiate the teaching-learning process of students. Critical analysis was made of all issues available on the INEP website, in search of elements that referred to the Northeastern and evaluative elements that made it difficult for the evaluator to understand because of symbolic differences. It was noticeable, the use of various Northeastern stereotypes in the tests, and the use of texts and concepts that are far from the reality of the student of this region. Thus it can be seen that the evaluation process of ANRESC, serves as a

[210] Graduado em História pela Universidade Tiradentes, Pós-graduando em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Assistente Acadêmico do Internato do Curso de Medicina na Universidade Tiradentes. E-mail: prof.rafhahist@gmail.com.
[211] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: marcosbating@gmail.com.

mechanism of power institution, appropriating tools within the symbolic power establishing homogeneity in the Northeast, being noticeable the great diversity existing, being identified several elements that hinder the quality measurement teaching in this region by drawing their understanding of the student's reality.
Keywordss: Evalution/Test. Brazil Test. Cultural identity. Regionalism. Northeast.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais finalidades da avaliação dentro do processo educacional é a de diagnosticar deficiências e dificuldades obtidas durante todo o ciclo de aprendizagem como, por exemplo, as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)[212]. Entre suas inúmeras formas, a avaliação é entendida como a "última" fase dos processos planejamentos, encerrando e iniciando uma rotatividade cíclica e contínua dando origem a novas problematizações as quais se baseiam realidade social.

No campo educacional, as problematizações, numa perspectiva sociocultural, surgem a partir da necessidade de estabelecimento de poder, dentro do campo simbólico, onde os grupos dominantes se apropriam dos valores dos seus concorrentes construindo a serviço do seu próprio interesse. Desta forma, o processo educacional, entendido como mecanismo gerador de violência simbólica tão pertinente para a manutenção das relações de poder devido, utiliza-se do currículo para este fim.

Luzzardi *et al* (2010, p. 216) destaca que*:* "Em qualquer conceituação de currículo, este sempre está comprometido com algum tipo de poder, pois não existe neutralidade no currículo, ele é o veículo de ideologia ou produção de subjetividades e da intencionalidade educacional"

A partir da fragilidade das construções curriculares, a grande diversidade cultural existente dentro do território brasileiro e o largo alcance de estudantes atingidos Prova Brasil; questiona-se se os aspectos culturais e o perfil, as dificuldades e o currículo da Escola são levados em consideração a partir de uma perspectiva regionalista durante a elaboração das

[212] Sigla utilizada para definir a partir de 2019 o conjunto das provas do ANA, ANARESC e ANEB., as quais passaram a ser introduzidas dentro das políticas governamentais a partir de 1990; aplicadas em larga escala que objetiva, de forma redundante, aferir a qualidade do ensino na educação básica brasileira, mantendo-se as principais características individuais de cada avaliação já praticas.

provas que avaliam a qualidade do ensino em relação ao sujeito nordestino, evitando estereótipos que remetem à sua localidade?

A partir desta questão norteadora este artigo objetiva identificar, dentro do campo do poder simbólico, a presença de elementos discursivos que faz referência à região nordestina que estabeleça a ideia de região a partir do seu ideal de identidade cultural, dentro das provas do SAEB levando em consideração a importância dos conjuntos de valores dos sujeitos dentro do processo de ensino-aprendizagem e do processo de mobilização social. Salienta-se que as questões analisadas foram retiradas e encontram-se disponíveis no site do INEP.

Além disto, este artigo, em primeiro momento, discutirá sobre a importância das avaliações de qualidade de ensino. Logo em seguida, dissertará sobre a importância de levar em consideração a identidade sociocultural e econômica dos discentes durante o processo de elaboração de provas e avaliações dentro da Educação e por fim será realizada a análise qualitativa das questões da Prova Brasil, utilizando como metodologia a interpretação analítica das questões juntamente com pesquisa bibliográfica, focando-se nas referências regionais existentes dentro daquele processo.

Este artigo surgiu a partir da necessidade de ampliar dentro do campo acadêmico as discussões referentes sobre a avaliação como instrumento de instituição de poder dentro do processo de ensino e de criação do eu social dentro da perspectiva simbólica dos alunos, além de servir como elemento norteador que contribuíra no processo de confecção de avaliação que visam aferir a qualidade de ensino. Além disto, a sociedade nordestina poderá utilizar-se deste artigo como mais um instrumento de combate ao preconceito e aos estereótipos, contribuindo para o fortalecimento da sua identidade cultural.

2 PARA QUE AVALIAR A QUALIDADE DE ENSINO?

O ato de avaliar é uma ação constante no cotidiano de todos os humanos. Dentro do processo educacional, ela torna-se elemento que serve para diagnosticar o nível de conhecimento obtido pelos estudantes dentro do ciclo escolar, devido o seu papel essencial no processo de planejamento e execução de “projetos”. Luckesi (2000, p. 165), sobre a relação entre avaliação e planejamento relata que ambos “estão a serviço a serviço da construção de

resultados satisfatórios", pois o planejamento constrói a trilha que deve ser seguida e avaliação redireciona o caminho e ação já planeja. Desta forma, a avaliação, para o autor é o "(...) ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação subsidiando sempre sua melhor". (LUCKESI, 2000, p. 165).

Como a Escola, é uma estrutura social institucionalizada e que de acordo com a Constituição Federal a educação é um direito de todos e dever do Estado, o mesmo por modelo gerencial burocrático administrativo, seguindo dos princípios da Teoria da Administração, deve criar, gerir, executar as políticas públicas, da mesma forma que deve avalia-las. Por isto, vários modelos, que visam à avaliação da qualidade de ensino nacional, surgiram durante o decorrer da História da Educação Nacional sendo justificados a partir da necessidade de verificar se os objetivos dos projetos nacionais de ensino foram alcançados, de identificar os principais problemas da educação nacional e como regulador das práticas educacional, cultural e da construção de consciência coletiva baseada em princípios "errôneos" como o de cidadania, identidade cultural única nacional e de democratização de ensino.

Uma das principais formas de avaliação a qualidade de ensino surgiu a partir de 1990 com a criação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) o qual passou por várias estruturações e que atualmente engloba da alfabetização até o ensino médio das escolas públicas e privadas do país. Prova esta que é baseada em um teste cognitivo para os alunos matriculados na Educação Infantil, 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e/ou 4ª série do Ensino Médio.

3 A IDENTIDADE DO ALUNO NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO E DA AVALIAÇÃO

A Globalização, caracterizada como campo contemporâneo de instituição de novas formas de dominação simbólica as quais utilizam as novas tecnologias como mecanismos de instituição de verdades, trouxe a tona um novo conceito sobre fronteira e região, afetando as ciências da educação, na forma de novas ideologias que tentam homogeneizar o processo de Educação criando-se um "currículo único", a instituição de valores simbólicos para o maior agrupamento de sujeitos esquecendo as posições que os sujeitos têm dentro do campo simbólico e a importância da concorrência dentro das relações de poder. Este processo de unificação e/ou

homogeneização do ensino pode ser visto, como por exemplo, dentro das últimas manifestações do Estado brasileiro com a criação das Bases Nacionais Curriculares Comuns (BNCC), conceito este já existente e com seus princípios fundamentados na LDB.

Somando-se a esta explosão de multiculturalismo dentro das relações sociais, a "redistribuição" da função da Escola de transmitir o conhecimento a qual questiona a funcionalidade da escola em relação à nova ordem global visando a heterogeneização curricular, temática esta que poderá servir para uma nova pesquisa futura; resultou no processo de valência, no sentido funcional do sujeito como os questionamentos do seu tempo, dos currículos na contemporaneidade. Isto é tão visível, que com o intuito de "reformar" o ensino aumentaram-se as discussões teóricas referentes às novas metodologias de ensino, sendo que para este autor é insuficiente para as questões sobre os problemas da Educação na atualidade, pois, os maiores problemas da educação atualmente não é "como fazer educação" é simplesmente "o que vamos educar". Esta dificuldade pode ser percebida quando Pacheco e Pereira (2007, p. 374) afirmam que:

> Contudo, este desígnio global que busca a homogeneização dos espaços escolares tem como contraponto a questão da diversidade e identidade, que acentua a dicotomia global/local (Teixeira, 2001) e valoriza as micropolíticas e as políticas de descentralização (Pacheco, 2005), mediante a outorga aos Estados, às escolas e aos professores de uma pretensa autonomia.

De forma temporal, levando em consideração que o currículo é criado através da sociedade de acordo com a sua realidade assíncrona de seu tempo; é correto afirmar que o currículo é uma representação cultural do seu tempo. O conceito de representação neste caso deve ser entendido da seguinte forma:

> De acordo com Chartier e Bourdieu as "representações" são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertence criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente. (COELHO, 2014, p. 95).

Antropologicamente falando, a partir deste conceito, o currículo pode ser entendido como uma representação dos interesses dos grupos predominantes que trazem significados e escolhas pertinentes as estes, tentando construir uma nova visão de mundo. Desta forma questiona-se; se essa representatividade existente no currículo escolar, leva em consideração o multiculturalismo, a partir da diversidade simbólica, terá valor ao sujeito como receptor como ser social? Ou se este valor será hegemônico entre todos os sujeitos, discentes, grupos regionais entre outros?

O respeito pela identidade cultural do sujeito no processo de construção curricular deve ser levado em consideração, pois mesmo com ideia de educação global, aquele conhecimento só terá valor para o receptor caso este possua algum significado para ele e que seja compreensível para a sua rotina em sua comunidade. Desta forma,

> Quando um grupo compartilha uma cultura, compartilha um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. A palavra cultura implica, portanto, o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo. São os arranjos e as relações envolvidas em um evento que passam, dominantemente, a despertar a atenção dos que analisam a cultura com base nessa quinta perspectiva, passível de ser resumida na idéia de que cultura representa um conjunto de práticas significantes (MOREIRA E CANDAU, 2007)

Por isto, na busca dessa homogeneização juntamente com a ideia de dar significância aos discursos de poder que dentro da estrutura escolar converte-se em conteúdo e programas curriculares, a LDB (Lei 9394/96) traz consigo a exigência de que em seu caput do Art. 26, em letra de lei de que:

> Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

As avaliações, dentro do projeto de desenvolvimento de ensino, servem como "subsídio" para todos os indivíduos e instituições envolvidos para a educação, são elaboradas a partir de matizes curriculares, estes que são criadas a partir da sobreposição de uma cultura em relação à outra, esquecendo o perfil socio-identitária do discente. Trazendo, estas matizes,

às vezes discursos ricos em estereótipos e representações que não identificam a realidade e sim uma ideia de realidade, de perpetuação daquilo que queiram que seja verdade. Sobre a importância de levar em consideração o perfil cultural do aluno no processo institucional, ao falar sobre o processo de planejamento escolar, o qual se inicia a partir do currículo instituído pela sociedade em si, Luckesi (2008), relata que:

> No processo de ensino-aprendizagem, o ato de planejar exige de nós um conhecimento seguro sobre o que desejamos fazer com a educação, quais são seus valores e seus significados (uma filosofia da educação); um conhecimento seguro sobre o educando, o que implica compreensão de sua inserção na sociedade e na história (ciências histórico-sociais) (...) (LUCKESI, 2008, p. 163)

Desta forma, se o planejamento levar em consideração estes critérios, a avaliação também terá que fazer o mesmo, pois o sujeito é influenciado pela a comunidade a qual está inserido, e o mesmo também poderá intervir na formação social. Desta forma, a importância de se a avaliar levando em consideração o discente um ser participante, crítico e reflexivo de sua comunidade, ou seja, como um ser influenciado e influenciador pelas representações culturais, devem ser entendidos, como ressaltado por Luckesi (2008) quando o mesmo afirma que:

> Para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realiza-la comprometida com uma concepção pedagógica. No caso, considerarmos que ela deve estar comprometida como uma proposta histórico-critica, uma vez que esta concepção está preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção. (...) (LUCKESI, 2008, p. 82)

A partir desta análise, abaixo se dissertará sobre as questões do Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), como umas das principais avaliações de diagnóstico de amplo alcance, identificando a sua relação com as representações do Nordeste e a construção simbólica da identidade do aluno nordestino e como isto interfere no seu processo de desenvolvimento de ensino-aprendizagem.

4 O NORDESTE NA ANRESC

Em primeiro momento, é importante salientar uma das grandes dificuldades para a elaboração deste trabalho foi a de encontrar e ter acesso às questões da ANRES, pois elas não são acessíveis ao público. Outro ponto a ser exaltado, que as questões de matemática utilizadas eram bem tecnicistas as quais exaltavam a repetição mecânica dos cálculos aprendidos em sala de aula, evitando-se, na maioria das vezes desenvolvermos no aluno a capacidade reflexiva, a de aplicar conceitos numéricos em situações do cotidiano e de fazer associações com outros conceitos aprendidos.

Falar sobre o Nordeste, nas mais diversas áreas das ciências humanas, com o objetivo de fortalecer os regionalismos e exaltar a identidade cultural tornou-se corriqueiro dentro da academia que de acordo com Nobrega (2011) se deve graças à busca de novas correntes historiográficas as quais exaltam a história cultural, pela construção de novos conceitos sobre a região nordeste com a evolução das concepções antropológicas, sociológicas, geográfica e epistemológicas; e pelo processo de interiorização do ensino superior. No entanto, mesmo que na academia o Nordeste passa a ser visto com os novos olhos, o currículo escolar e os livros didáticos continuam seguindo o tradicionalismo. Ou seja, na história, o nordeste somente é visto no auge da era colonial e suas relações com o sistema escravista brasileiro. Na geografia, focam-se nos movimentos migratórios internos, no agreste e na caatinga. Na literatura, só existe o Cordel. O nordeste sempre foi visto de acordo com suas representações, ou seja, daquilo que si diz sobre ele.

Falar do nordeste, sem ser do nordeste é visível nas questões do SAEB. É visto que nenhum texto utilizado foi editado em nenhum estado nordestino; sendo que a maioria dos autores tiveram suas origens e formações nos contextos sociais existentes na região sudeste e centro-oeste do país. Fazendo com que suas percepções sobre as diversas realidades sejam afetadas por outras percepções.

É interessante notar, que em uma das questões de língua portuguesa (Figura 1) para os alunos do 9° ano do Ensino Fundamental a presença do sertanejo, é figurada pela a imagem do "boiadeiro", foi a única representação encontrada com o discurso voltado para a imagem do nordestino entre todas as questões analisada. Nota-se que mesmo trazendo a imagem do nordestino, a questão além de trazer uma imagem generalista estereotipada do que seja o

homem do campo desta região, não traz elementos e conceitos que possam ser trabalhados por àqueles que vivem está rotina constantemente.

Figura 1 – Questão Língua Portuguesa I

TB_006166

No mundo dos sinais

Sob o sol de fogo, os mandacarus se erguem, cheios de espinhos. Mulungus e aroeiras expõem seus galhos queimados e retorcidos, sem folhas, sem flores, sem frutos.

Sinais de seca brava, terrível!

Clareia o dia. O boiadeiro toca o berrante, chamando os companheiros e o gado.

Toque de saída. Toque de estrada.

Lá vão eles, deixando no estradão as marcas de sua passagem.

TV Cultura, *Jornal do Telecurso*.

000 IT_023872

A opinião do autor em relação ao fato comentado está em

(A) "os mandacarus se erguem"
(B) "aroeiras expõem seus galhos"
(C) "Sinais de seca brava, terrível!!"
(D) "Toque de saída. Toque de entrada".

Fonte: Inep (2019)

Outra referência, forte ao Nordeste encontra-se voltada para as suas características da fauna e flora, como na questão anterior, a qual faz referência ao Mandacaru, planta típica do clima semiárido, e como no "Bicho-pau", animal típico entre as regiões norte e leste da América do Sul.

Figura 2 - Questão Língua Portuguesa I

O disfarce dos bichos

Você já tentou pegar um galhinho seco e ele virou bicho, abriu asas e voou? Se isso aconteceu é porque o graveto era um inseto conhecido como "bicho-pau". Ele é tão parecido com o galhinho, que pode ser confundido com o graveto.

Existem lagartas que se parecem com raminhos de plantas. E há grilos que imitam folhas.

Muitos animais ficam com a cor e a forma dos lugares em que estão. Eles fazem isso para se defender dos inimigos ou capturar outros bichos que servem de alimento.

Esses truques são chamados de **mimetismo**, isto é, imitação.

O cientista inglês Henry Walter Bates foi quem descobriu o mimetismo. Ele passou 11 anos na selva amazônica estudando os animais.

MAVIAEL MONTEIRO, JOSÉ. Bichos que usam disfarces para defesa. Folhinha, 6 nov. 1993. Suplemento infantil do jornal Folha de São Paulo. Adaptado pelas autoras. In:HELENA, Maria; Bernadette. **Novo Tempo: Português**. São Paulo: Scipione, 1999. v. 1, p. 31.

O bicho-pau se parece com

(A) florzinha seca.
(B) folhinha verde.
(C) galhinho seco.
(D) raminho de planta.

Fonte: Inep (2019).

Percebe-se que a tradição curricular fundamentada nos mesmos valores em que a Educação vê o Nordeste continua constantemente presente dentro dos matizes bases das provas do SAEB, consistente a partir da luta simbólica dentro da determinação da verdade e o processo de classificação as quais se tornam estratégias de poder. Entretanto, estes autores chamam atenção para as duas questões voltadas para alunos do quarto ano do ensino fundamental abaixo:

Figura 3 - Questão Língua Portuguesa III

VITAMIN

COMPRIMIDOS

embalagens com 50 comprimidos

COMPOSIÇÃO
Sulfato ferroso ..... 400 mg
Vitamina B1 ..... 280 mg
Vitamina A1 ..... 280 mg
Ácido fólico ..... 0,2 mg
Cálcio F ..... 150 mg

INFORMAÇÕES AO PACIENTE
O produto, quando conservado em locais frescos e bem ventilados, tem validade de 12 meses.
É conveniente que o médico seja avisado de qualquer efeito colateral.

INDICAÇÕES
No tratamento das anemias.

CONTRA-INDICAÇÕES
Não deve ser tomado durante a gravidez.

EFEITOS COLATERAIS
Pode causar vômito e tontura em pacientes sensíveis ao ácido fólico da fórmula.

POSOLOGIA
Adultos: um comprimido duas vezes ao dia. Crianças: um comprimido uma vez ao dia.

LABORATÓRIO INFARMA S.A.
Responsável - Dr. R. Dias Fonseca

COCCO, Maria Fernandes; HAILER, Marco Antônio. *Aljo Novo: análise, linguagem e pensamento*. São Paulo: FTD, 1999. v. 2, p. 184.

2

No texto, a palavra COMPOSIÇÃO indica

(A) as situações contra-indicadas do remédio.
(B) as vitaminas que fazem falta ao homem.
(C) os elementos que formam o remédio.
(D) os produtos que causam anemias.

Fonte: Inep (2019).

Figura 4 - Questão Língua Portuguesa IV

TELEVISÃO

Televisão é uma caixa de imagens que fazem barulho.

Quando os adultos não querem ser incomodados, mandam as crianças ir assistir à televisão.

O que eu gosto mais na televisão são os desenhos animados de bichos.

Bicho imitando gente é muito mais engraçado do que gente imitando gente, como nas telenovelas.

Não gosto muito de programas infantis com gente fingindo de criança.

Em vez de ficar olhando essa gente brincar de mentira, prefiro ir brincar de verdade com meus amigos e amigas.

Também os doces que aparecem anunciados na televisão não têm gosto de coisa alguma porque ninguém pode comer uma imagem.

Já os doces que minha mãe faz e que eu como todo dia, esses sim, são gostosos.

Conclusão: a vida fora da televisão é melhor do que dentro dela.

PAES, J. P. Televisão. In: *Vejam como eu sei escrever*. 1. ed. São Paulo, Ática, 2001, p. 26-27.

O trecho em que se percebe que o narrador é uma criança é:

(A) "Bicho imitando gente é muito mais engraçado do que gente imitando gente, como nas telenovelas."
(B) "Em vez de ficar olhando essa gente brincar de mentira, prefiro ir brincar de verdade..."
(C) "Quando os adultos não querem ser incomodados, mandam as crianças ir assistir à televisão."
(D) "Também os doces que aparecem anunciados na televisão não têm gosto de coisa alguma..."

Fonte: Inep (2019).

É interessante ressaltar que as questões exigem do aluno a capacidade de interpretação daquilo que está sendo posto. No entanto, a interpretação é a capacidade de encontrar sentido e valor naquilo que está sendo exposto, ou seja, aquilo que o emissor que nos fazer entender e aquilo que agente entende com a mensagem a qual recebemos. Então nos processos interpretativos, vários processos intrínsecos e extrínsecos, acabam afetando nosso entendimento dentro da mensagem. Como nossos conceitos preliminares, nosso processo cognitivo de memorização, nosso contexto sócio histórico e inclusive nossa prática cultural.

Desta forma, a questão da Imagem III, faz referência à bula remédio e questiona o conceito de COMPOSIÇÃO, trazendo princípios e noções da bioquímica, a qual se percebe que não houve preocupação com as construções culturais dos discentes, pois é visivelmente visto que em algumas regiões do nordeste o uso de ervas medicinal, os cuidados caseiros de problemas de saúde e o uso indiscriminado de medicamentos sem orientação médica tornaram-se problemas de saúde pública, onde inúmeras pesquisas na área da saúde evidenciam esta situação. Desta forma, aquilo que foi proposto com a questão e a forma com foi elaborada pode gerar certo transtorno de entendimento, pois o que está questionado pode ser uma realidade distante do cotidiano do aluno. Já na imagem IV, repete-se a mesma observação, já que ato de socializar através da Televisão é típico das novas gerações dos grandes centros urbanos e acaba distanciando da realidade de grande parte dos discentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os esforços, o processo de avaliação dentro da Educação ainda é um processo complexo, cheio de vícios e “discriminante”. Necessita-se ultimamente de novos estudos e pesquisas, e do surgimento de novos meios de se analisar o corpo discente, inclusive, quando referimos na questão da qualidade de ensino. Percebe-se que mesmo com todos os discursos educacionais que reforçam a importância do fazer sentido dos conceitos aprendidos pelos discentes em sala de aula, as avaliações de qualidade, como a do SAEB ainda tem dificuldades em trazer isto profundamente dentro dos seus processos de elaboração. Salienta-se também que se necessita de um estudo mais aprofundando com a ampliação dos dados necessários. Por fim, é importante frisar que se avaliações, como apontado neste artigo, ainda

se encontram recheadas de estereótipos e regionalismo, o problema encontra-se na raiz, ou seja, nos currículos escolares, por isto, este autor afirma que se faz necessário atualmente uma reforma curricular na educação brasileira, e não focar apenas na construção de uma homogeneização.

REFERÊNCIAS

ALTEMBURG, Shirley Nascimento; LUZZARDI, Roberta; AMARAL BEZERRA, Antônio Jorge. Refletindo nos territórios dos currículos escolares da educação do campo. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 214-229, jul. 2010. ISSN 1982-9949. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1573/1926>. Acesso em: 26 set. 2019. doi:https://doi.org/10.17058/rea.v18i2.1573.

COELHO, Fabiano. **Conceitos "cultura" e "representação":** contribuições para os estudos históricos. Fronteiras, [S.l.], v. 16, n. 28, p. 87-99, out. 2014. ISSN 2175-0742. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544/2324. Acesso em: 11 out. 2019.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil:** dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, v. 81, 2007.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura**. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 17-44, 2007.

NOBREGA, Alessandra Fernandes. O Nordeste como saber escolar - as temáticas regionais/regionalistas impressos nos livros didáticos de história: um estudo comparado – 1930/1950 e 1998/2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPB, João pessoa. 2011

PACHECO, José Augusto; PEREIRA, Nancy. Globalização e identidade no contexto da escola e do currículo. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 371-398, 2007

PINHEIRO, M. Mayara Costa. Há espaço para o ensino da literatura local nos currículoes escolares e acadêmicos. Anais do XIII Congresso Internacional Abralic. Campina Grande – 2013

A FORMAÇÃO DO LEITOR ASSÍDUO ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL ESTRANGEIRA

João José de Araújo Neto[213]
Marcos Batinga Ferro[214]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

RESUMO:
O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância dos livros infanto-juvenis estrangeiros na construção da identidade de leitor do indivíduo ainda na fase infantil e juvenil. A liberdade literária que se encontra ausente das crianças e dos jovens, e o quão isso é deformado em meio a um controle catalográfico nacional. O artigo transita em uma análise dos clássicos da literatura estrangeira, Harry Potter e O Pequeno Príncipe, e mostra como a formação do leitor recebe o respaldo desses livros da literatura internacional e seus semelhantes. Ainda, o artigo faz um breve referenciamento da atual situação da literatura brasileira, estrangeira e como a própria fantasia está se dinamizando nesse cenário literário tão complexo.
Palavras-chave: Criança. Harry Potter. Jovem. Literatura. Pequeno Príncipe.

ABSTRACT
This paper aims to show the importance of foreign children's books in the construction of the reader identify of the individual still in the child and youth phase. The literary freedom that is absent from children and youth, and how it is deformed amid national cataloging control. The article goes through and analysis of the classics of foreign literature, Harry Potter and The Little Prince, and shows hot the reader's background receives the backing of these international literature books and their counterparts. Still, the article makes a brief reference to the current situation of Brazilian and foreign literature and how fantasy itself is dynamizing itself in such a complex literary scenario.
Keywords: Child. Harry Potter. Young. Literature. Little Prince.

[213] Graduando em Pedagogia, pela Faculdade São Luís de França. E-mail: netofry@gmail.com.
[214] Mestre em Educação pela UFS E-mail: marcosbating@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, mostrar a importância dos livros infanto-juvenis estrangeiros na construção da identidade de leitor do indivíduo ainda na fase infantil e juvenil. O mesmo transita em uma análise da literatura infanto-juvenil, em especial, os livros de Harry Potter e O Pequeno Príncipe, como se dá a formação do leitor, enquanto recebe o respaldo desses clássicos da literatura internacional e dos seus semelhantes.

Em um mundo histórico onde todas as nossas informações, conhecimentos, desejos, criações e segredos são armazenados em um formato de código chamado língua, a leitura passou a torna-se fundamental para todos aqueles que quisessem beber desse conjunto importante para o desenvolvimento humano. Porém, para algumas crianças e jovens, ler não parece ser tão atrativo, apesar de entenderem que essa ação é um recurso que pode ser utilizado com várias finalidades. O que causa esse distanciamento dos alunos em se tornarem leitores pontuais e qual seria a forma de resolver essa classe de exclusão?

Esse trabalho foi desenvolvido utilizando como substrato artigos que puderam trazer um entendimento claro da infiltração desses livros na vida de tantas crianças e jovens que estão fomentando um crescimento massivo do consumo de obras da categoria em todo país.

O artigo será fragmentado em seis partes, onde a primeira parte de uma discursão de como se encontra o atual estado do cenário literário brasileiro de acordo com a literatura que está inserida nessa realidade e os diversos meios de se chegar até ela; a segunda parte é constituída de uma dialética sobre a literatura estrangeira no âmbito escolar e fora.

Pontuando algumas necessidades e modificações sobre o seu enfoque, a terceira apresenta um ensaio sobre a leitura da literatura infanto-juvenil, mostrando o quão rica e substancial ela pode ser; a quarta parte confabula sobre a ideia de inserir a fantasia como ponto inicial desse processo literário de entrada das crianças e dos jovens no mundo da leitura; a quinta parte elenca fragmentos dos livros de Harry Potter e O Pequeno Príncipe que podem ser utilizadas como meio de entreter e desenvolver o interesse por leituras de outros gêneros, buscando um entendimento maior do alcance desses livros e desse recurso tão pouco utilizado em salas de aula na construção de um indivíduo motivado a ler através do próprio interesse; e

a sexta parte consiste numa síntese do que foi relacionado durante todo o desenvolvimento do trabalho.

2 O CENÁRIO LITERÁRIO BRASILEIRO

Com o passar do tempo, a literatura foi sofrendo transformações de acordo com os anseios literários que surgiam naquele período temporal. Essa arte possui em sua fundamentação novelas, dramas, ficção, romance, terror-cósmico, fantasia, até subgêneros que hoje estão ganhando um grande destaque devido aos altos números de leitores que se formam constantemente pelo globo. No Brasil, esse cenário não é diferente. A globalização possibilitou a entrada de vários títulos e de novas formas de se conectar aos livros, quebrando esse ciclo de que o material impresso era o único recurso para se ler uma boa história. As tecnologias possibilitaram essa troca de informações e desenvolvimento da própria escrita baseado em diversos modelos de tramas, roteiros e personagens diferentes. A literatura passou de um círculo particular para um grande cardápio com várias opções que atendem aquilo que você esteja procurando.

> Seja como for, é inegável a existência de uma constante busca por novas formas de exposição e circulação da produção literária que, ao que tudo indica, não está apenas relacionada com o aproveitamento das novas mídias, mas pode ser vista, também, como um meio de reação ante a dificuldade que muitos ainda enfrentam no que concerne à inserção mercadológica, como também uma espécie de sobrevivência à oscilação ou – por que não dizer? – decadência do mercado editorial (ALVES, 2012, p. 3).

Com a constante mercadológica interferindo tão negativamente no consumo do material impresso, o governo, que é um dos grandes clientes desse tipo de circulação, ainda garante uma boa parte da sobrevivência do mesmo, ainda que as pessoas estejam optando por condições mais rentáveis como adquirir dispositivos eletrônicos como o "*Kindle*". Porém, o que não garante que essa porcentagem que está apoiada no modelo tradicional também não opte futuramente pela escolha totalmente digital? Será que realmente deixar de nos apegarmos ao papel seria algo devastador? As crianças, que cresceram na era tecnológica, estão em constante

contato com todo tipo de tecnologia a todo o momento, o que torna todo o processo de adaptação a formatos de literatura digitalizada mais fácil.

Quando estamos falando de crianças, estamos falando de personalidades, interesses, perspectivas em desenvolvimento. Uma nova identidade se formando diante de nossos olhos. Logo, o Brasil, sendo um país tão diverso não poderia fomentar o crescimento de um ou dois únicos gêneros em seu território. Alves (2012) ratifica essa retórica ao dizer que a literatura brasileira não demonstra ser privativa de alguma forma, logo essa ideia de exclusão de outros tipos de narrativas não existe. Então, por que dar prioridades a literatura nacional e desfocar tanto a alteridade literária estrangeira infanto-juvenil?

3 OS CAMINHOS DA LITERATURA ESTRANGEIRA

A literatura vai muito além de simples histórias criadas ou relatadas por algum indivíduo em um momento de introspecção. Ela transcende essa ideia.

> Nesse contexto, a Literatura (LIT) se constitui como uma ponte para o auxílio no desenvolvimento do letramento, que é a formação do caráter crítico do aprendiz, um elo de contato entre o linguístico e o cultural. [...] com o objetivo de tornar os estudantes leitores críticos capazes de pensar e repensar o social, o cultural e o comunicativo em suas práticas cotidiana (LOPES; ARAÚJO; PEREIRA, 2017, p. 2-3).

É possível perceber que a literatura não só pode construir um leitor assíduo como também fazê-lo refletir sobre sua realidade social e cultural fazendo analogias pessoais de acordo com aquele contexto literário ao qual ele está em contato naquele momento. Tudo isso é possível se o mediador souber integrar-se daquilo que o aluno tem a lhe oferecer. E a literatura estrangeira infanto-juvenil tem a composição que muitas crianças brasileiras se identificam.

Ainda hoje, a literatura internacional que chega até as crianças na escola, geralmente, é através de ilustrações ou breves menções em livros de língua inglesa, que seria a que recebe um destaque maior nas escolas., como relata Lopes, Araújo e Pereira (2017). O que causa um apagamento, impossibilitando dos alunos terem uma real familiaridade com esses livros, físicos ou digitais, em sala de aula. As bibliotecas escolares, ainda que possuam

exemplares variegados com gêneros diferentes, não promovem situações que atraiam os estudantes para dentro de suas salas onde eles podem conhecer mundos tão variados e contextos tão diferentes dos seus. Os docentes, também, ainda possuem um bloqueio metodológico na inserção desse tipo de literatura em suas salas de aula. O que se espera que encontre nesses ambientes são contos dos Irmãos Grimm adaptados a faixa etária com bastantes imagens e textos rápidos. É compreensível a utilização dos mesmos até certa idade, mas o ímpeto de continuar nessa jornada contradiz todo o discurso da gama de conhecimentos que perpassa o mundo todo e acaba preso dentro de uma prateleira empoeirada.

> É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário (BRASIL, 1997, p. 29).

Quando se cita experiência humana e sobre como ela deve ser discutida e considerada, o próprio PCN diz que é necessário olhar para aquele livro de J.K. Rowling que a criança trouxe para a sala e confabular sobre o que ela entendeu da história, se ela se vê em algum aspecto dos que os personagens viveu e por que não trazê-lo para os outros alunos também lerem e assim começar a inserir a leitura como algo normal e constante?

> Pensar sobre a literatura a partir dessa autonomia relativa ante o real implica dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo regido por jogos de aproximações e afastamentos, em que as invenções de linguagem, a expressão das subjetividades, o trânsito das sensações, os mecanismos ficcionais podem estar misturados a procedimentos racionalizantes, referências indiciais, citações do cotidiano do mundo dos homens (BRASIL, 1997, p. 30).

O universo literário se forma através dos aspectos do indivíduo em sua integralidade, o que proporciona a melhor inclusão dele na literatura e na transição entre os variados gênero

s.

4 A LITERATURA INFANTO-JUVENIL

A literatura infanto-juvenil parte de várias vertentes onde não existe apenas um gênero que dê o suporte necessário para que esse estilo de escrita se mantenha tão otimizado atualmente. Para Curia (2012), os jovens possuem o hábito de ler, mas há a contradição da imposição da leitura clássica como um requerimento básico para ser um leitor reconhecido. No entanto, mesmo existindo essa cultura tão forte no meio literário, a literatura fantástica, que banha esse mundo dos livros com suas mitologias e histórias de romances e aventuras, está ganhando um espaço exorbitante na vida de crianças e adolescentes, por eles se identificarem com o enredo tratado nesses livros.

A formação desses indivíduos para se tornarem leitores assíduos já está em progresso. O que é necessário agora é o auxílio do docente de integrar-se à cultura literária dessa geração bruta para poder encontrar os recursos necessários para lapida-la em seu meio tão extenso e curioso.

Segundo Oliveira e Paiva (2010), a intimidade da criança influência no tipo de arte que ela vai consumir durante essa fase criativa e surreal que ela desempenha com tanta maestria. A criança suscita um contentamento em cima do que ela vê como belo, do qual ela vai assimilar os prazeres necessários para nutrir sua psiquê. O lúdico, o fantástico e o questionável entram nessa corrente literária construída na infância. Ler não seria apenas um passatempo, mas um momento de satisfazer seus desejos por algo que se encaixe a seu próprio gosto.

O processo de aprendizagem da criança se dá através da atividade anterior do indivíduo, ou seja, pela experiência individual acumulada desse indivíduo. Isso está absurdamente atrelada ao fato de que jogos, brincadeiras, a exploração visual e auditiva pode e vai intervir no tipo de leitura que a criança e o adolescente vão se identificar em cada fase que ele for se encontrando com cada uma dessas ramificações, além de outras. A estimulação precoce favorece a esses indivíduos a quererem entrar nesse jogo aquisitivo a fim de poderem confabular com os gêneros literários que mais os agradam, mesmo que, a princípio, segregue-os dos outros, tendo como finalidade, em doses homeopáticas, folhear livros e praticar a narração de histórias e a leitura oral (MARAFIGO, 2012).

Nos próximos tópicos serão abordados a importância da fantasia no processo da construção da identidade literária e a relação dos clássicos da literatura estrangeira, Harry Potter e O Pequeno Príncipe, na formação do leitor ainda na fase infanto-juvenil.

4.1 A fantasia como porta de entrada

Durante toda a história da literatura da humanidade, a fantasia sempre foi um gênero que ganhava destaque cada vez mais com livros que obtinham uma grande popularidade entre crianças e adolescentes. Muitos livros transpassam a fantasia e percorre também outros gêneros, possuindo romance, drama, horror, religião, epopeia, conto. Todos esses elementos conversando em uma história com vários outros tópicos.

A literatura fantástica tem como conceito uma narrativa que não possui ligação com a realidade, onde a imaginação e elementos metafísicos habitam normalmente como qualquer outro elemento no cenário. Onde as próprias leis que se estabelecem em nosso mundo são ditas como mais uma coisa que pode ser facilmente ultrapassada.

Manipular mundos onde você pode ir de uma fada a um temido lobisomem, garante uma porta de entrada para convidar crianças e adolescentes a viver a experiência de se tornar um leitor assíduo através desse mecanismo. O que é lúdico para um indivíduo em estágio de desenvolvimento cognitivo, emocional e de sua própria identidade se encontra em um lugar de privilégio. Entender o mundo, entender-se, compreender ideias através de uma ótica imaginária, muitas vezes por meio de metáforas, formaliza a facilidade de lidar com algo que aparentemente parece ser mais complicado.

Brincar com os livros de fantasia é um caminho diferente e que possibilita essa aproximação dos alunos entre aqueles que já possui na leitura uma forma pessoal de aprender e apreender divertidamente.

4.2 Harry Potter e o Pequeno Príncipe na Literatura

Harry Potter parte de uma premissa fantasiosa de um mundo onde existem duas comunidades. A bruxa e a trouxa, na qual uma pode realizar feitiços, conhece criaturas mágicas

e lugares mágicos, enquanto a outra vive num mundo isolado de tudo isso. Elas coexistem, mas uma desconhece a existência da outra. Harry é um garoto adotado pelos tios que não conhece o mundo bruxo e é bastante segregado pelos seus familiares. Contudo, essa narrativa muda drasticamente quando ele completa 11 anos e recebe cartas e a visita de um membro da Escola de Magia e Bruxaria da Escócia, Hogwarts.

A primeira lição trazida disso tudo é que, a comunidade trouxa, que não sabe que magia existe, convive com uma visão opaca da relação que as crianças e os jovens desenvolvem com a magia, porque estão sempre preocupados com suas obrigações, muitas vezes sem importância, e se tornam pessoas distorcidas, que vivem padronizados em um mundo não mágico e preto e branco. Os bruxos já apresentam fatores que elencam a carência infantil e juvenil que, ao se chocarem com a literatura fantasiosa, entram em frequência com alguns anseios íntimos e secretos que esses indivíduos mantêm.

Para Rosa (2008), essas vertentes podem estar entrelaças com o fato de que algumas crianças e adolescentes procuram por algo que preencha um vazio aberto em sua vida pessoal ou em sua vida em sociedade. Então nada melhor do que completar esse espaço através dessa aprendizagem paralela as lacunas do mundo real e dessa experiência individual (os livros) que estão intrinsicamente interligadas.

O Pequeno Príncipe conta a trajetória da queda do avião do narrador da história e como ele encontra com o Pequeno Príncipe, que logo em seguida decidi apresentar-lhe suas aventuras. No livro que fala de um personagem erudito, em seu desejo pelo conhecimento, percebe-se que livros infanto-juvenis também trazem uma carga riquíssima de valores que um livro clássico poderia oferecer. Andrade, Cordeiro e Rosman (2010) situam que o personagem, além de abandonar o seu “egocentrismo”, ele conhece o sentimento que os humanos denominam como “cativar”, que traz um conceito belo e generoso, tão antes conhecido por aqueles habitantes. No entanto, esses mesmos indivíduos desconhecem o entendimento e a dedicação a coisas simples, como o desenho. Logo, o personagem adulto que se choca com essa realidade, decide se tornar piloto ao querer se libertar desse retrato de negligência, utilizando a frase “Preciso de Ar”.

Outra parte importante do livro está no contato do adulto com o pequeno viajante após a queda do avião no deserto, onde os dois personagens trocam experiências, enquanto o

adulto decide despender um pouco do seu tempo em dedicar-se a criança tão curiosa e cheia de atenção. O adulto ainda facilita o acesso da criança a um poço no deserto para chegar até a água, representando uma analogia a qual o adulto pode ser o professor e a água o conhecimento ou o livro, onde o mesmo mediará o encontro da criança com essa experiência tão prazerosa e sublime, que é esse mundo interior. A água bebida por ambos os personagens também ilustra a integração do saber de um pelo outro, criando um vínculo de afetividade, respeito e conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o gosto individual de cada pessoa é inerente ao tipo de leitura que esse indivíduo irá consumir, ou seja, não adianta querer impor literatura nacional clássica a uma criança, se você pode entender o funcionamento desse mundo literário dela, e a partir dele, adaptar-se ao indivíduo e ajuda-lo a lapidar o seu interesse pela leitura, e futuramente, auxiliar a sua passagem por outros gêneros literários.

O Brasil já se mostra um país onde o próprio avanço literário se encontra, entre suas próprias vicissitudes, adaptando-se ao que seu tipo de público quer. E por tipo de público entende-se uma gigantesca diversidade que explora os gêneros mais buscado aos novos que se encontram em ascensão nesse momento e no crescimento da própria era tecnológica. As crianças e os jovens possuem capacidade para lidar com a literatura nacional clássica inserida aos poucos, ainda que feita para leitores mais frequentes. Porém, se estamos falando em mediar o conhecimento, impor algo que não agrade pode ser fator de risco para que o indivíduo se prive da leitura pôr lembrar que ela se resume a Vinicius de Assis, Guimarães Rosa ou Aluísio de Azevedo, mesmo que exista numerosos mundos que ela pode visitar a hora que desejar, seja por um livro antigo que está numa livraria há tanto tempo, como também em uma biblioteca virtual que pode ser acessadas com poucos toques em uma tela touchscreen.

Concluiu-se também que Harry Potter e O Pequeno Príncipe também possuem uma carga de conhecimentos que podem ser aplicados a essa realidade problemática em relação ao mundo literário da criança e do jovem, onde esse vai intervir no tipo de leitor que essa pessoa

vai ser e qual a frequência que ele estará na quantidade de vezes que entra em contato com essa experiência pessoal tão variegada e discrepante de criança e jovem para criança e jovem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiane da Silva. Algumas breves considerações sobre a literatura brasileira contemporânea. In: JORNADA DA UFRGS DE ESTUDOS LITERÁRIOS, 2., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 01-07.

ANDRADE, L. B.; CORDEIRO, M. O.; ROSMAN, P. M. G. Análise da obra "O Pequeno Príncipe" apoiada no desenvolvimento do pensamento e linguagem. Encontro: **Revista de Psicologia**, vol.10, n.17, p.95-105, 2010.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CURIA, Denise Fonseca dos Santos. A Literatura Infanto-juvenil na Contemporaneidade: um outro olhar para o literário em sala de aula. **Revista Thema**, [S.l.], vol.9, n.2, nov 2012.

LOPES, Francisco Edson de Freitas; ARAÚJO, Alyne Ferreira de; DIAS, Daise Lilian Fonseca. **O uso de literatura no contexto de sala de aula de língua inglesa.** In: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. Campina Grande: Anais do IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais, 2017.

MARAFIGO, E. C. **A importância da literatura infantil na formação de uma sociedade de leitores.** São Joaquim, 2012.

PAIVA, S. C. F.; OLIVEIRA, A. A. **A Literatura Infantil no processo de formação do leitor.** Cadernos da pedagogia (UFSCar. Online), vol.4, p.22-36, 2010.

ROSA, Daniela Botti da. **Harry Potter e o sujeito da pós-modernidade.** Psicol. cienc. prof. [online], vol.28, n.3, p.480-493, 2008.

O CAPITALISMO NA ESCOLA E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Dayane dos Santos Teixeira[215]
Marcos Batinga Ferro[216]

EIXO 1 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo da Docência

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo discutir o papel da educação em escolas privadas, por meio de uma abordagem qualitativa, a fim de compreender o processo atual de ensino e aprendizagem. A escola vem transferindo uma educação mecânica, na qual os alunos são formados para manutenção social. Precisamos entender a influência do capitalismo na educação e como esse sistema econômico afeta os alunos na sociedade. A escola precisa enfrentar problemas educacionais e modificar a formação dos alunos nas escolas, idealizando uma organização social que a rompe como serviço do capitalismo, entendendo a real importância da educação.
Palavras-chave: Capitalismo. Educação Sociedade.

ABSTRACT:
This article aims to discuss the role of education in private schools, through a qualitative approach, in order to understand the current process of teaching and learning. The school has been transferring a mechanical education, in which students are trained for social maintenance. We need to understand the influence of capitalism on education and how this economic system affects students in society. The school needs to take on educational problems and modify the formation of students in schools, idealizing a social organization that breaks the school as a service of capitalism, understanding the real importance of education.
Keywords: Capitalism. Education. Society.

[215] Graduanda em Pedagogia, pela Faculdade São Luís de França. E-mail: dayane.txr@icloud.com.
[216] Mestre em Educação pela UFS E-mail: marcosbating@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender a função da educação nas escolas privadas, diante de uma sociedade capitalista, uma pesquisa resultante em uma conscientização da influência capitalista nas escolas.

A escola privada, tem adquirido uma prática capitalista no ensino, transforma o aluno pensante em máquina para o mercado de trabalho, podendo ser observado as diferenças sociais que estão presentes em nossa sociedade capitalista. Precisamos de uma educação transformadora, libertadora, sem expropriação. Mas a gestão escolar capitalista impede a formação das novas práticas escolares

Existe a necessidade de construir novas condições para mudar a situação atual na sociedade, principalmente para uma reestruturação social, formando educandos com autonomia e não produtos para o mercado capitalista. Diante disto, percebemos a realidade social e relacionamos entre educação e o trabalho, por meio das teorias de Marx (1818-1883) e Freire (1921-1997), foi criado novos entendimentos e questionamentos sobre a educação.

É normal considerar a escola como um ambiente de aprendizagem, mas o que temos que questionar, é, qual aprendizagem que os alunos vêm tendo nas escolas privadas? É uma educação mecânica ou libertadora?

O desenvolvimento na organização de ensino, realiza uma perspectiva diferente de pensar em educação, além de pensar de forma crítica, também é preciso ter uma ação crítica, enfatizando as atitudes de mudanças sociais e dando relevância a uma educação que transforma não só o educandos, mas também, educadores, gestores escolares e comunidade na qual a escola está inserida.

2 O CAPITALISMO NA EDUCAÇÃO

A escola capitalista tornou-se um comércio que transfere conhecimentos escolares para terem um resultado satisfatório, desta forma, apropria-se da capacidade dos alunos para promover a instituição como uma escola com índice alto de aprovação.

A escola vem assumindo um papel em que os alunos são formados para uma manutenção social, onde a educação não foi modificada, existindo uma reprodução social que produz indivíduos expropriado que de maneira coletiva para produzir riquezas aos proprietários do meio de produção, contribuindo para o crescimento da pobreza de forma injusta. A classe dos trabalhadores, é a única que luta e sobrevive do seu próprio trabalho, enquanto a classe dominante necessita está sempre explorando para acumular riqueza.

O capitalismo contribui para desigualdade e alienação social, destruindo a relação entre o ambiente escolar e a aprendizagem democrática e igualitária. A escola é uma instituição social, que não deve ser isolada e independente, a escola necessita ser integrada na sociedade de maneira participativa e com um convívio social e produtivo.

Por essa razão, a ideologia de uma nova educação é essencial para um novo tipo de escola, pois, diante de um capitalismo globalizado, criou-se uma estrutura de produção que se aproveita do enfraquecimento educacional, e elabora uma aprendizagem mecânica para os alunos, desta forma , continua explorando a classe trabalhadora, instaurando crises na sociedade e gerando riqueza para classe dominante. Isso significa que

> No caso da educação e da formação profissional, essas instituições fomentaram o desenvolvimento de um novo consenso, segundo o qual as profundas transformações que ocorreram no mundo do trabalho, com o advento de novas tecnologias e dos novos dispositivos organizacionais e gerenciais, engendraram a necessidade de uma força de trabalho mais escolarizada e mais qualificada. (BATISTA, 2011, p.150)

O ensino nas escolas privadas, valorizam o capital e os alunos são vistos como produtos que serão destinados ao mercado capitalista e essa atuação do capitalismo nas escolas, afeta o desenvolvimento escolar, tornando-se destrutivo. A escola foi adequando-se às exigências do mercado e hoje possui um perfil de produção capitalista centralizado e competitivo. Incorporando-se cada vez mais ao capital.

Muitas escolas sustentam a ideia de que tem a função de preparar os alunos para desempenhar papéis sociais, desta forma, assumindo uma posição na sociedade. E o docente precisa ser contra esse sistema capitalista e não dá aulas específicas, com apenas determinados

conteúdos que auxiliem em uma determinada função para encaminhar o aluno em uma profissão, afinal, aprender somente um exercício não é o papel da educação.

É essencial entender como é fundada a produção capitalista, por meio da divisão social, para compreender o papel social da escola. Na instituição privada, valoriza o capital, aprimorando uma função de estabelecer a desigualdade social para manter exploração do trabalhador, adotando-se a função escolar que preserva os interesses da classe dominante.

Segundo Marx, a educação não deveria ser privada e que deveríamos valorizar a educação gratuita, porque a educação transforma as condições sociais, pois, as estruturas sociais estão diretamente ligadas ao funcionamento do capitalismo. Sendo assim, a função social da educação é combater a alienação e a desumanização.

3 O CAPITALISMO E SUA DOMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO

As formas que os dominantes controlam a sociedade, produz um excesso de mercadorias na educação e a educação como a principal estrutura da sociedade, não deveria ser afetada.É por meio da escola que mecaniza um ideal social para ficar atendendo às necessidades do capitalismo que visa lucrar predominantemente a propriedade privada, com o objetivo de aumentar o capital.

A educação não será transformadora, enquanto o sistema capitalista influenciar a educação. As desigualdades sociais geradas, contribuem para o sistema vigente, assumindo a total responsabilidade pelo processo de produção educacional do atual cenário do espaço escolar.

Na educação capitalista não garantimos o pleno desenvolvimento, ela serve para criar uma educação mecânica que prepara os alunos para uma formação alienada e explorada. Enquanto não corrigir esse sistema, o capitalismo vai continuar comandando a vida dos educandos de acordo com as manutenções necessárias na sociedade capitalista.

O desenvolvimento da sociedade não deve ser uma economia capitalista, para que elimine-se a ideia de que educação é um produto que tornou-se um capital alimentando a competitividade entre instituições e que continua sendo uma mão-de-obra barata para sustentar esse sistema capitalista, em que vivemos.

De acordo com Paulo Freire (2017, p. 76), “Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem-alimentada da máquina”. O educando precisa se aventurar na sua criação e o educador estimular autonomia para que haja resultados positivos de uma aprendizagem libertadora, afinal, educadores devem usar instrumentos que libertem, pois, o educador é um líder revolucionário.

As escolas influenciam a vida e o meio do qual o aluno faz parte, por tanto, a construção de um novo trabalho pedagógico em sala de aula, é fundamental para continuar sonhando em uma educação libertadora.

Na educação capitalista não garantimos o pleno desenvolvimento, ela serve para criar uma educação mecânica que prepara os alunos para uma formação alienada e explorada. Se não corrigir esse sistema, o capitalismo vai continuar comandando a vida dos educandos, de acordo com as manutenções necessárias na sociedade capitalista. Sendo assim, precisamos desfazer a ideia que

> O senso comum que se formou em torno da nova ideologia da educação profissional, por meio do deslizamento provocado pela nova conjuntura do capital, no contexto da reestruturação produtiva, estabelece uma relação direta e linear entre elevação do nível de escolarização, especialmente a educação básica e a profissionalizante e o sucesso do indivíduo no mercado de trabalho. Assim, quanto mais habilidades e aptidões o indivíduo conseguir incorporar à sua pessoa, mais competente será e mais garantia de que não haverá dificuldade para conseguir um emprego ou manter-se no emprego, caso já possua. Nessa perspectiva, o papel da educação seria garantir o desenvolvimento das competências dos indivíduos, visando à empregabilidade. (BATISTA, 2011, p. 183)

O desenvolvimento da sociedade não deve ser uma economia capitalista, para que elimine-se a ideia de que educação é um produto que se tornou um capital alimentando a competitividade entre instituições e indivíduos.

A educação é muito importante, por isso, não devemos deixar nas mãos dos dominantes. A situação real das escolas, não atendem uma educação libertadora, é preciso uma educação mais humanizada e que elimine a desigualdade social através da educação.

Estamos vivendo em uma sociedade em que as escolas foram corrompidas pelo capitalismo e tornaram os alunos em produtos. As escolas estão formando alunos para uma manutenção social.

Os pais dos alunos, precisam perceber que os filhos estão sendo usado como produtos na sociedade capitalista, que possui um mercado escolar que trata o ambiente de aprendizagem como uma "indústria escolar", dando enfoque a uma educação capitalista.

As escolas privadas tornaram-se um comércio e os alunos são usados como marketing para impulsionar as escolas. As escolas capitalistas aceitam a sociedade atual e não pretendem alterá-las, colaborando para que predomine-se a classe dominante, através de um sistema educacional que exclui a população mais pobre de integrar em uma instituição privada, por causa das mensalidades mais altas que o próprio salário do proletariado, que continua sendo uma mão-de-obra barata para sustentar esse sistema capitalista, tornando-se cada vez mais preocupante no Brasil.

Além disso, as escolas particulares desvalorizam os docentes e não são considerados com importância e ainda culpam os educadores pelas falhas na educação, além do que, muitas vezes, os docentes não conseguem demonstrar sua própria identidade, capacidade e praticar ações libertadoras, por causa da opressão que existe da gestão escolar.

A escola particular deveria ser mais uma aliada na educação, no entanto é associado a um sistema capitalista e que enfraquece a educação.

Entende-se que a educação é a base fundamental para a formação do cidadão e esse sistema econômico da nossa sociedade, produz instrumentos para o crescimento da divisão social, consequentemente, criando mais proletários, pois, a classe dominante é quem detém dos meios de produção e vivem da força do trabalhador. O desenvolvimento capitalista não passa por um processo igualitário na sociedade, e nas escolas, temos desafios que precisamos enfrentar fortemente porque a educação está fragmentada e não estão preparadas minimamente para uma educação transformadora.

A escola é vista como uma preparação para o mercado de trabalho, não tratam os alunos como seres pensantes, críticos e questionadores. Podemos perceber a influência que prevalece nas escolas e como as diferenças sociais existentes, contribui para a nutrição do capitalismo,

voltado para o mercado e que vem se adequando para formar maus trabalhadores funcionais; um sistema perverso que rouba a consciência crítica e que defende a meritocracia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade transforma as escolas em uma grande fábrica de capital e em tempos de capitalismo é preciso construir uma sociedade mais justa, criar condições de mudanças sociais para evitar que escolas tenham a funções de lucros e que esse modo de reproduzir o capital e a exploração intelectual do aluno, seja abolido.

Não devemos deixar as escolas capitalistas influenciarem e controlarem a sociedade, mas sim, elaborar estratégias de desenvolvimento econômico, sem afetar a educação, porque é a principal força de transformação social. É de extrema importância que o sistema de ensino capitalista seja modificado por uma nova base pedagógica e que não ameace a democracia, deve-se exigir uma democratização dos ensinos nas escolas.

É necessário a ver uma ruptura no processo de alienação em que o educando é submetido a uma educação precária, que fornecem interesses individuais e predominam valores dos dominantes. A solução é atribuirmos uma transformação na educação, modificando os gestores e combatendo as crises da educação, idealizando uma organização social que rompa a escola como um serviço do capitalismo, entendendo-se a real importância da educação.

Rompendo essa educação que tem como base o lucro da economia capitalista, podemos adotar uma medida que o educando sinta-se parte dele próprio e da sociedade em que está inserido. Precisamos de escolas inclusivas que acolham todos os alunos e que não sigam mais uma reprodução que fica servindo ao sistema capitalista, que apenas se preocupa e, acumular capital. Voltando-se sempre para uma formação de seres críticos que lutem por uma sociedade igualitária, fazendo parte de uma transformação social.

A escola tem que ser emancipada e liberta do capitalismo, no campo pedagógico, devemos ter agentes de transformação, que se negue a aceitar o sistema. Mesmo encontrando dificuldades dentro da escola, não devemos permitir que um sistema capitalista determine a injustiça social, aumente a competitividade na formação e afetar a capacidade dos alunos de

serem protagonistas da sua própria história, não atingindo a intelectualidade e a moral dos alunos.

Não devemos deixar a expansão do capitalismo interferir mais no desenvolvimento escolar e que os docentes, juntos com gestores e comunidade, comecem agir urgentemente para uma reestruturação no sistema escolar.

As classes menos favorecidas são excluídas, mas é preciso superar o problema de exclusão, a saída é suprir as necessidades para que não tenha um aumento considerável. Não será fácil, pois, as escolas privadas não iram contribuir para a transformação social, mas é necessário promover essa mudança na educação para mudar a nossa realidade no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Roberto Leme. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 63 ed. Rio de Janeiro| São Paulo: 2017.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NOVA ESCOA. Grandes pensadores. São Paulo: Fundação Lemann, v. 2, s.d.

PENSÃO ESPECIAL POR SÍNDROME DE TALIDOMIDA

Sthefany Xavier Bruno [217]
Samilly Ivlen Santos Bruno [218]
Anny Karoliny Santos Cavalcante[219]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO:
O presente estudo foi realizado a partir dos estudos sobre Direito Previdenciário durante o curso Recursos Humanos.Teve como objetivo é analisar os procedimentos gerais sobre a pensão especial do medicamento desencadeador da Síndrome de Talidomida na população. O objetivo específico foi apresentar os aspectos histórico da Talidomida no Brasil e seus conceitos, dando ênfase também no entendimento da Lei 7.070/82, que regulamenta os direitos dos portadores da síndrome da Talidomida a receber a pensão especial, mensal e vitalícia. A metodologia usada se deu por meio de levantamento bibliográfico principalmente fazendo uso da legislação e de livros, revistas e artigos científicos. Considerou-se de suma importância no Brasil, desde 1982, a edição da Lei 7.070/82, veio como proposta de regulamentar os direitos dos portadores da síndrome da Talidomida pudessem receber a pensão especial e vitalícia. Essa lei determinou a regulamentação às prioridades e a concessão ao direito dessas pessoas com valores estipulados que leva em conta a gravidade ocasionada pela Talidomida no organismo para que esses possam conviver coma as deformidades, mas, que sejam atendidos perante a lei de seguridade social. Diante do dados expostos o trabalho foi de suporte para a disciplina em estudo e para o entendimento dos processos para o atendimento destas pessoas.
Palavras-chave: Previdenciário. Síndrome da Talidomida. Seguridade Social.

ABSTRACT:

This study was conducted from the studies on Social Security Law during the course Human Resources. Its objective was to analyze the general procedures on the special pension of the triggering drug Thalidomide Syndrome in the population. The specific objective was to present the historical aspects of Thalidomide in Brazil and its concepts, emphasizing also the understanding of Law 7.070 / 82, which regulates the rights of Thalidomide syndrome patients to receive the special, monthly and lifetime pension. The methodology used was through bibliographic survey mainly using the legislation and books, magazines and scientific articles. It was considered of paramount importance in Brazil, since 1982, the edition of Law 7.070 / 82, came as a proposal to regulate the rights of Thalidomide syndrome patients could receive the special and lifetime pension. This law determined the regulation of priorities and the granting of the right of these people with stipulated values that takes into account the severity caused by

[217] Graduanda em Administração pela Faculdade São Luís de França.
[218]Graduanda em Administração pela Faculdade São Luís de França.
[219] Graduanda em Administração pela Faculdade São Luís de França.

Thalidomide in the body so that they can live with the deformities, but that are met before the law of social security. Given the exposed data, the work was supportive to the discipline under study and to the understanding of the processes for the care of these people.
Keywords: Social Security. Thalidomide Syndrome. Social Security.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi elaborado a partir dos estudos sobre Direito Previdenciário durante o curso Recursos Humanos na Faculdade São Luis de França, cujo objetivo é analisar os procedimentos gerais sobre a pensão especial e o medicamento desencadeador da Síndrome de Talidomida na população.

Diante disso, busca-se através dos objetivos específicos trazendo o aspecto histórico da Talidomida no Brasil e seus conceitos. Dando ênfase também no entendimento da Lei 7.070/82, que regulamenta os direitos dos portadores da síndrome da Talidomida a receber a pensão especial, mensal e vitalícia.

Metodologicamente, a presente pesquisa será feita pelo levantamento teórico e bibliográfico principalmente, de livros, revistas e artigos científicos com intuito obter informações, por meio de materiais publicados, visando compreender as vertentes abordadas sobre o tema em questão onde foram usados autores como: dentre outros.

Para firmar a justificativa o interesse sobre o assunto abordado pode-se dizer que instigação se deu a partir, dos estudos na disciplina Direito Previdenciário como forma de compreender a importância da Assistência Previdenciária no que diz respeito, aos benefícios de atendimento dessa população.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TALIDOMIDA NO BRASIL E SEUS CONCEITOS

A Talidomida α-N-ftalimidoglutarimida é uma substância farmacológica analisada pelos pesquisadores da indústria Chemie Grunenthal na Alemanha Ocidental em 1953 que utilizavam essa substância nos cuidados das mudanças dermatológicas (SANTOS JR. *et al*., 1981). Seu lançamento ocorreu em 1956 no uso antigripal e depois se propagou na Europa, principalmente na Alemanha com venda sem prescrição médica (BRANDÃO; MATOS, 2010).

Depois, desse progresso passou a ser vendida em 146 países inclusive no Brasil em 1958. A Talidomida então passou a instituída por vários laboratórios dentre eles: Ectiluram, Ondosil, Sedalis, Sedim, Verdil, Slip sua prescrição era para náuseas, insônia, ansiedade, asma, tosse e dor de cabeça (BRANDÃO; MATOS, 2010).

Conforme Tiago Faggioni Bachur a "Talidomida é um fármaco sintético pertencente à família química das piperidinadionas. É uma droga que no passado foi muito utilizada para controle da ansiedade, tensão e náuseas." (BACHUR, p.972).

Com o aumento de sua comercialização em 1959 no Brasil, o Ministério da Saúde alertou as conseqüências ocasionadas pela droga quando ingeridas por gestantes, ocasionando má formação congênita nas crianças que segundo:

> Os médicos alemães começaram a relatar o aumento da incidência de nascimento de crianças com um tipo peculiar de malformação congênita, com defeitos no seu sistema esquelético, ausência das extremidades superiores, como os ossos rádio e ulna e às vezes, malformações nos membros inferiores. (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2014 p. 15).

Com o adiantamento das pesquisas em 1961 se confirmou que o seu uso causava reações adversas os efeitos teratogênicos, sendo retirado de circulação, excluído o Brasil que continuou a vender de acordo com a Associação Brasileira de Portadores da Síndromeda Talidomida (ABPST, 2007) "a droga foi retirada de circulação, com pelo menos 4 anos de atraso [...] em função da desinformação, descontrole na distribuição, omissão governamental, automedicação e influências das indústrias farmacêuticas".

A mudança quanto ao uso da Talidomida só ocorreu em 1965, quando houve a proibição da mesma, e seu uso somente ocorreria no sentido de tratar lesões decorrentes de problemas de hanseníase. Ainda de acordo Brandão et. al., (2010) na atualidade a talidomida só é orientada pelos médicos para tratar a hanseníase, mieloma, doenças de caráter crônico e degenerativas ou doenças como HIV devido aos seus efeitos no organismo seu uso é prescrito e regulado. Para dar escopo ao estudo foram descritas as propriedades químicas a qual a substância é formada e o uso no passado e atualmente, para assim, descrever a lei 7.070/82,

sobre os direitos previdenciários de atendimento a pessoas com Talidomida.

3 A LEI N.º 7.070/82, OS DIREITOS DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA TALIDOMIDA A RECEBER A PENSÃO ESPECIAL, MENSAL E VITALÍCIA

No Brasil no ano de 1982, após os debates sobre o uso da Talidomida sucedeu a criação da Lei nº 7.070 de 20 de dezembro de 1982, que regulamenta a concessão da pensão as pessoas com deficiência física proveniente da Síndrome de Talidomida que determina a pensão mensal, vitalícia e intransferível nesses casos.

De acordo com essa lei ficam dispostas, algumas considerações a respeito do atendimento das pessoas portadoras de Talidomida.

> Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, aos portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" que a requererem, devida a partir da entrada do pedido de pagamento no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.
> § 1º - O valor da pensão especial, reajustável a cada ano posterior à data da concessão segundo o índice de Variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ORTN, será calculado, em função dos pontos indicadores da natureza e do grau da dependência resultante da deformidade física, à razão, cada um, de metade do maior salário mínimo vigente no País.
> § 2º - Quanto à natureza, a dependência compreenderá a incapacidade para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para a própria alimentação, atribuindo-se a cada uma 1 (um) ou 2 (dois) pontos, respectivamente, conforme seja o seu grau parcial ou total.
> Art 2º - A percepção do benefício de que trata esta Lei dependerá unicamente da apresentação de atestado médico comprobatório das condições constantes do artigo anterior, passado por junta médica oficial para esse fim constituída pelo Instituto Nacional de Previdência Social, sem qualquer ônus para os interessados.

Sobre esse procedimento para serem compreendidos pela Previdência Social, os portadores da Síndrome da Talidomida, precisam requer junto a Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para serem beneficiados conforme a lei apresentar documentação que comprovem pericias medicas em relação a deformidade causada pelo uso do medicamento

Talidomida. Mesmo com todos os processos encaminhados a perícia médica avalia através de um perito do INSS, a constatação da dependência. Em que o valor é calculado entre uma um escala de 1 a 8 que é embasado, entre R$ 50 mil a R$ 400 mil (BRASIL, 1982).

Ainda sobre suas promoções a pessoas com Síndrome de Talidomida, também dar seguridade a pessoa incapacitada de trabalhar, das condições de higiene pessoal e alimentação. Os portadores podem ter um adicional de 35% (trinta e cinco por cento) em relação ao benefício, contudo é preciso comprovar na Previdência Social a contribuição de 25 anos caso homem e se mulher 20 anos (LEI Nº 7.070 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982).

Incluído pela Lei n.º 10.877, de 2004 as seguintes atribuições para esses casos como:

> § 3º Sem prejuízo do adicional de que trata o § 2o, o beneficiário desta pensão especial fará jus a mais um adicional de trinta e cinco por cento sobre o valor do benefício, desde que comprove pelo menos: (Incluído pela LEI Nº 10.877, DE 2004)
> I – vinte e cinco anos, se homem, e vinte anos, se mulher, de contribuição para a Previdência Social; (Incluído pela LEI Nº 10.877, DE 2004)
> II – cinqüenta e cinco anos de idade, se homem, ou cinqüenta anos de idade, se mulher, e contar pelo menos quinze anos de contribuição para a Previdência Social. (Incluído pela LEI Nº 10.877, DE 2004)
> Art 4º - A pensão especial será mantida e paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social, por conta do Tesouro Nacional.
> Parágrafo único - O Tesouro Nacional porá à disposição da Previdência Social, à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento da União, os recursos necessários ao pagamento da pensão especial, em cotas trimestrais, de acordo com a programação financeira da União (BRASIL, 2004)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse breve estudo, teve como base analisar o estudo do Direito Previdenciário sobre os aspectos dos procedimentos regulares as pessoas com Síndrome de Talidomida. Com o estudo, foi possível entender o processo de integração dessa substância no mundo e no Brasil que trouxe

conseqüências congênitas para as crianças. Diante disso, com os intensos debates, surgiu a Lei Previdenciária de Seguridade a pessoas que foram afetadas com a Talidomida.

Considerou-se de suma importância no Brasil, desde 1982, a edição da Lei 7.070/82, veio como proposta de regulamentar os direitos dos portadores da síndrome da Talidomida pudessem receber a pensão especial e vitalícia. Essa lei determinou a regulamentação das prioridades e a concessão ao direito dessas pessoas com valores estipulados que levam em conta o gravidade ocasionada pela Talidomida no organismo para que esses possam conviver coma as deformidades mas, que sejam atendidos perante a lei de seguridade social.Diante do dados expostos o trabalho foi de suporte para a disciplina em estudo e para o entendimento dos processos para o atendimento destas pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTADORES DA SÍNDROME DA TALIDOMIDA. **Histórico da talidomida**. Disponível em: http://www.talidomida.org.br/oque.asp. Acessado em: 08 out.2017.

BACHUR, Thiago Faggioni. **Super manual prático do Direito Previdenciário**. Leme: Lemos e Cruz, 2014. p. 972

BRASIL. **Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982**. Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providencias. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1982.

BRANDÃO, Aloisio, MATOS, Ana Paula. **Talidomida: Descobertas, possibilidades, cautelas.** Disponível em: http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/127/015a018_talidomida.pdf. Acessado em: 30 ago.2019.

SANTOS JR., Manuel Fernando Queiroz; LOMBARDI, Clovis; BELDA, Walter. **Talidomida:** uma revisão da literatura. Disponível em: http://www.ilsl.br/revista/imageBank/525-1725-1-PB.pdf. Acessado em: 06 out.2019.

PROJETOS DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS JOVEM APRENDIZ E DE ESTÁGIO DA EMPRESA PETROBRAS

Arinny Tatiany Santana[220]
Kathia Cilene Santos Nascimento[221]

EIXO 2 - Interlocuções Entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO:
O gestor de uma organização necessita atentar-se para a qualidade do clima organizacional Diante do crescente e acelerado processo de desenvolvimento do mercado de trabalho, as exigências vêm se tornando cada vez mais perceptíveis para todos. Com isso, os jovens tendem a ter uma dificuldade maior para ingressarem no mercado de trabalho e assim conseguirem se qualificar e adquirir experiência. Essa pesquisa tem como objetivo registrar os projetos de contratação utilizados pela Petrobras. Para isso, buscará: apresentar as leis que regem a contratação do estagiário e do jovem aprendiz; listar os projetos de seleção das categorias estudadas e comparar semelhanças e diferenças dos dois programas. Sendo assim, o levantamento de informações ocorreu mediante análise documental. Os resultados apontam sobre as semelhanças e diferenças na contratação dos jovens. Concluiu-se que as leis oferecem inúmeros benefícios para os jovens empenhados em qualificar-se e ganhar experiência logo após a conclusão do ensino fundamental e a importância de tais projetos na geração de oportunidades de emprego.
Palavras-chave: Estágio. Jovem Aprendiz. Mercado de trabalho.

ABSTRACT:
Faced with the growing and accelerated process of labor market development, the demands are becoming increasingly noticeable to everyone. As a result, young people tend to have a harder time entering the job market and thus qualifying and gaining experience. This research aims to record the contracting projects used by Petrobras. To this end, it will seek to: present the laws governing the hiring of the intern and the young apprentice; to list the projects of selection of the studied categories and to compare similarities and differences of the two programs. Thus, the information gathering occurred through document analysis. The results point to similarities and differences in hiring young people. It is concluded that the laws offer numerous benefits for young people committed to qualifying and gaining experience soon after completing elementary school and the importance of such projects in generating employment opportunities.
Keywords: Internship. Young apprentice. Opportunities

[220] Bacharelanda em Administração pela Universidade Tiradentes. E-mail: arinny.tatiany96@hotmail.com.
[221] Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. E-mail: kathia.pesquisa@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Diante do crescente e acelerado processo de desenvolvimento observado na sociedade de uma forma geral, passando por avanços nas áreas de produção, de prestação de serviço, de tecnologia e mercado de trabalho, as exigências vêm se tornando cada vez mais perceptíveis para todos. Com isso, os jovens tendem a ter uma dificuldade para ingressarem no mercado de trabalho e consequentemente adquirir experiências.

A necessidade de ingressar no mercado de forma jovem ou até mesmo prematura, dá-se através das inúmeras dificuldades sofridas pelos jovens brasileiros atualmente, sejam elas sobre um ensino ineficaz ou a falta de oportunidade demandada. Dessa forma, os jovens buscam atentar-se aquelas oportunidades que lhe são oferecidas durante sua educação e buscam estar à frente dos demais, pois, é através da qualificação profissional onde o indivíduo pode desenvolver suas habilidades e principalmente especializar-se na área a qual deseja seguir profissionalmente. Além disso é através da qualificação que o jovem poderá alavancar o seu currículo no mercado de trabalho, somando o seu conhecimento a as experiências vividas durante a fase de aprendizado.

Atualmente há diversos programas e projetos governamentais, alguns com apoio de sociedades ou associações privadas, que auxiliam os jovens no processo de desenvolvimento profissional e pessoal. Desse modo, diante dos anseios desses adolescentes foram criados alguns métodos de inserção no mercado de trabalho, como exemplo os estágios regulamentados no país e o programa jovem aprendiz.

O programa de estágio disponibilizadas pela Petrobras é o PEEP -Programa de Estágio de Estudantes Petrobras e, de acordo com o Sociedade Semear (2019) o mesmo oferece a estudantes de níveis técnicos e superior um aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular por parte do educando, objetivando o desenvolvimento deste para a vida cidadã e para o trabalho. Já o Programa Petrobras Jovem Aprendiz - PPJA, é um programa educacional inovador para jovens composto por duas etapas: formação básica e formação profissional. A formação básica é executada pela Sociedade Semear e tem duração de 06 (seis meses). Neste período, são abordados entre outros conteúdos, o desenvolvimento pessoal e social dos jovens e visualizando sempre a inserção no mundo de

trabalho. A formação profissional é executada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, através de cursos definidos pelo Comitê Regional do Programa, sendo estes previsto na Lei da Aprendizagem.

O programa jovem aprendiz é regido por lei no Brasil, onde a mesma é caracterizada por determinar que as organizações de grande ou médio porte possuam entre 5% a 15% de jovens aprendizes, dependendo do seu quadro de funcionários. Além disso, o programa de aprendizagem oferece "[...] formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação." (BRASIL, 2005).

Diante do exposto questiona-se: quais as diferenças e semelhanças dos contratos de estagiário e jovem aprendiz na Petrobras?

Para responder a esta questão foram elencados os seguintes objetivos; geral foi registrar os projetos de contratação utilizados pela Petrobras. Para isso, buscou-se: a) apresentar as leis que regem a contratação do estagiário e do jovem aprendiz; b) listar os projetos de seleção das categorias estudadas e c) comparar semelhanças e diferenças dos dois programas.

Além do mais, a pesquisa tem como justificativa a necessidade de entendimento sobre o tema e também para que se possa compreender melhor o perfil dos jovens contratados na empresa. Com isso, gerará uma fonte de dados para que sirva de referência a outros alunos ou profissionais da área. Justifica-se também pelo fato de sinalizar a empresa os benefícios que está promove a sociedade através desses programas incentivadores aos jovens durante a inserção dos jovens no mercado de trabalho de forma ativa e qualificada.

De acordo com a Sociedade Semear (2019) a Petróleo Brasil S/A (Petrobras) foi criada no dia 3 de outubro de 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas, tendo como principal objetivo a exploração petrolífera no Brasil em prol da União, impulsionado pela campanha popular iniciada em 1946, cujo slogan era "o petróleo é nosso". Consiste numa empresa estatal de economia mista, ou seja, é uma empresa de capital aberto, sendo o Governo do Brasil o acionista majoritário.

2. LEGISLAÇÃO

2.1 Leis que regem os Programas de estágio e aprendiz

O jovem aprendiz, de acordo com a à Lei nº 10.097/2000 se enquadra em jovens entre 14 e 24 anos desde que tenham completado o ensino fundamental e que o contrato não estipule o prazo de dois anos. Sendo assim, de acordo com o disposto no art. 428 da CLT, o contrato de aprendizagem:

> É o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (GUIA TRABALHISTA).

Ainda, de acordo com o Guia Trabalhista (2018) a jornada de trabalho do aprendiz é de no máximo seis horas diárias, ficando vedado a prorrogação e a compensação de jornada, podendo chegar ao limite de oito horas diárias.

Tendo em vista a obrigatoriedade das empresas de médio e grande porte de contratar jovens aprendizes, de acordo com a Sociedade Semear (2019) fica estabelecido pelo art. 429 da CLT que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SESI, SENAI, SENAC, etc.), considerando o número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, número de aprendizes equivalente a 5% no mínimo e 15% no máximo. Ainda, de acordo com o artigo as frações de unidade serão arredondadas para o número inteiro subsequente, hipótese que permite a admissão de aprendiz. Sendo assim, para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Em relação com o programa de estágio, o mesmo se enquadra para aquele indivíduo que está iniciando a carreira, ainda frequentando o ensino médio, cursos profissionalizantes, a

faculdade ou universidade e inicia-se um estágio em uma organização seja ela pública, privada ou até mesmo associações.

De acordo com Brasil (1967, citado por Cassundé (2019, p. 05) " o termo estágio passa, então, a ser utilizado para fins legislativos a partir da publicação da Portaria 1.002/1967, que regulamenta a função do estagiário – oriundo de Faculdades ou Escolas Técnicas – nas organizações do país".

O estágio ainda, pode ser de caráter obrigatório ou não, nesse caso a lei prevê no Art. 12, que o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte. De acordo com a LEI Nº 11.788, DE 25 de setembro de 2008, Art. 1º:

> O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (PLANALTO, LEI Nº11.788/2008)

Ainda, segundo a mesma lei, no art. 3º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Além do mais, no inciso VI, das disposições gerais, a lei decreta no Art. 17 que o número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – De 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
II – De 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
III – De 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
IV – Acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

2.2 Programa Petrobras Jovem Aprendiz e Programa de Estágio de Estudantes Petrobras.

Em relação ao Programa de Estágio de Estudantes Petrobras, a Sociedade Semear (2019, p.01), dispõe que o mesmo foi criado "[...] visando o atendimento de oportunidades de estágio e formação de cadastro, mediante condições estabelecidas por este Edital e pela Lei Federal 11.788/2008". Além disso, de acordo EDITAL Nº 1 – Petrobras/PRSE (2019, p.01) "Este processo de Recrutamento e Seleção para Estágio é destinado a estudantes de Níveis Técnico e Superior, cujas atividades de estágio serão desenvolvidas exclusivamente no âmbito da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS".

Além do mais o Programa de Estágio de Estudantes Petrobras beneficia vinte jovens do Estado de Sergipe, sendo dois contratos e demais para cadastro reserva, sendo ainda, ofertado vagas para deficientes, que de acordo com o Edital nº 1 (2019, p. 02) "Para se inscrever neste Processo de Recrutamento e Seleção para Estágio na condição de pessoa com deficiência o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, indicando seu interesse em concorrer a tais oportunidades de estágio".

O Programa Petrobras Jovem Aprendiz – PPJA foi criado pela Petrobras em 2006 para atender à Lei nº 10.097/2000 e o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes. O mesmo de acordo com a Sociedade Semear (2019, p. 02), tem como objetivo inserir, "[...] jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica que articule de forma criativa a educação básica, a qualificação social e profissional, visando promover sua inclusão social e contribuir para sua melhor inserção no mundo do trabalho".

Além disso, de acordo com a Sociedade Semear (2019) o programa tem duração de 02 (dois) anos, sendo executado através de termo de convênio assinado entre a Petrobras e a mesma Sociedade com objetivo de proporcionar aos jovens com idade entre 17 e 19 anos, qualificação pessoal e profissional através de cursos, para que assim, posteriormente se inserirem no mercado de trabalho.

2.3 Diferença entre os programas Jovem Aprendiz e Estagiário na Petrobras

As organizações necessitam de um quadro de funcionários bem ativo, dinâmico e comprometido para alcançar os objetivos organizacionais. Para isso, as empresas contam com o auxílio de jovens aprendizes e estagiários. Segundo Rogério Gomes (2019, p. 01) "enquanto a contratação de aprendiz é uma obrigação legal, a oferta de vagas para estagiários é uma faculdade das empresas e demais estabelecimentos concedentes. " Além do mais, de acordo com o site Cia de Estágios (2018):

> Estagiários são estudantes formalmente matriculados em uma universidade (pública ou particular) ou em escolas profissionalizantes. Nessa modalidade, os jovens podem atuar nas empresas por um período máximo de dois anos, a fim de colocar em prática o que é aprendido na faculdade. Já os aprendizes, de acordo com a Legislação Trabalhista, são jovens entre 14 e 24 anos, matriculados em escolas técnico-profissional e contratados em regime CLT por serviços sindicais ou empresas brasileiras, excluindo as pequenas e micro (de acordo com a Lei nº 9.841/99).

De acordo com o site Cia de estágios (2018, p. 01), "o aprendiz pode receber um salário mínimo ou um valor já estipulado no ato da contratação. Porém, o estagiário pode ser contratado de forma voluntária, dependendo do seu curso ou receber uma bolsa-auxílio já acordada no contrato."

Ainda de acordo com a publicação feita pelo site no ano de 2018:

> O aprendiz possui um vínculo empregatício assinado em carteira de trabalho e conta com os direitos previstos na CLT, por isso, quando dispensado de suas tarefas, tem direito a receber todos os seus benefícios correspondentes ao período de atuação na empresa. Já os estagiários têm direito a um seguro contra acidentes e como não há vínculo empregatício, não possuem fundo de garantia. Porém, é importante lembrar que ambos possuem direito a férias e em caso de demissão, devem receber o valor correspondente ao período não usufruído.

Além disso, de acordo com o site Cia de estágios (2018, p. 01), “os jovens aprendizes podem trabalhar entre 180 horas a 220 horas mensais. E, estagiários devem obedecer a uma carga horária correspondente a um semestre letivo, ou seja, de até seis horas diárias.”

2.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Na análise dos resultados, foram apresentadas informações relacionadas à leitura a partir da literatura encontrada acerca do tema nos últimos cinco anos e através das técnicas de fichamentos dos contratos de estagiários e jovens aprendizes especificamente da Petrobras, no ano corrente.

Inicialmente foram analisados os projetos de contratação para jovens e adultos que frequentam alguma modalidade de ensino, seja do ensino médio, tendo em vista a educação profissional, o ensino técnico ou ainda a partir do 3º semestre da graduação. Atualmente, há dois processos seletivos, que possibilitam a contratação de jovens discentes na empresa, um processo para contratação de jovens aprendizes, regida pela Lei nº 10.097/2000 e pelo decreto nº 5.598 e outro processo seletivo para estagiários assegurado pela Lei Federal 11.788/2008**.**

O Programa de Estágio de Estudantes Petrobras (PEEP), disponibiliza oportunidades de estágio ou até mesmo formação de cadastro destinado a estudantes de nível técnico e superior, constituído as seguintes etapas: inscrição, prova objetiva online de conhecimento, qualificação de perfil, qualificação médica e qualificação final com assinatura de termo de compromisso de estágio, sendo cada uma com caráter eliminatório.

Ainda, foi identificado a duração do vínculo, tendo o mesmo início com a assinatura de seis meses, podendo ainda ser renovada até o prazo máximo de vinte e quatro meses, para concorrer a uma, das duas vagas do último processo seletivo o estudante deverá ter idade mínima de dezesseis anos. Além disso, o discente precisa estar regularmente matriculado e com frequência na formação requerida para oportunidade de estágio.

Em relação ao estágio de nível técnico o mesmo precisa estar cursando ensino técnico, com matrícula e frequência regular, atendendo as orientações da Lei 11.788/2008, a referida lei dispõe sobre a definição, classificação e relações de estágio, sendo o mesmo um ato educativo

escolar supervisionado e desenvolvido no ambiente de trabalho. Já para estágio de nível superior, o mesmo deverá estar cursando no mínimo o 3º período, à exceção da formação Direito em que o estudante deverá estar cursando no mínimo o 7º período, com matrícula e frequência regular em curso do ensino superior.

Já o Programa de Jovem aprendiz da Petrobras busca adolescentes matriculados e que estejam frequentando regularmente a escola pública ou ter concluído a educação básica em escola pública, tendo como objetivo principal a capacitação profissional para jovens e adolescentes. Ainda, foi identificado que a faixa etária que a empresa busca para o tal programa é de 17 a 19 anos, sendo eles em vulnerabilidade socioeconômica, com contrato de até vinte e quatro meses dentro da organização.

Além disso, o edital elaborado em consonância com a Lei nº 10.097/2000, que dispõe sobre o contrato de trabalho especial, assegurando a execução com zelo e diligência, as tarefas necessárias para a formação profissional do jovem sobre o processo seletivo, para quarenta e sete vagas no Estado de Sergipe e onze destinadas a filial situada à Rua Acre, nº 2504, Aracaju-Sergipe , utiliza-se das seguintes etapas para o processo de efetivação de contrato entre o aluno e a Petrobras, de acordo com a seguinte ordem: inscrição online e gratuita - aberta por cerca de dois dias -, entrega de documentos, entrevista, e visita domiciliar, todas com caráter eliminatório

Em relação as semelhanças ou não, que dispõe em cada um dos dois métodos de projetos de seleção para ingressarem na Petrobras, serão demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 1: Diferenças e semelhanças das contratações dos estagiários e jovens aprendiz

DIREITOS	ESTAGIÁRIO	JOVEM APRENDIZ
Formalização Contratual	SIM - Termo de compromisso	SIM – Mediante Contrato de Aprendizagem
Registro em Carteira de Trabalho	NÃO	SIM
Salário	Nível técnico R$ 980,00 e Nível Superior R$ 1.400,00	R$ 980,00
Idade mínima e máxima	Deve ser maior que 16 anos e não há limite máximo de idade.	Ter idade entre 17 e 19 anos (na data da assinatura do contrato de trabalho)

Limite de Jornada de Trabalho	30 h semanais	20 h semanais
Férias	NÃO (tem direito a um recesso remunerado, sem acréscimo de 1/3 no valor)	SIM
13º Salário	NÃO	SIM
Vale Transporte	A Petrobras fornecerá transporte diário e sem ônus para o(a) estagiário(a), podendo ser o mesmo transporte utilizado pelos(as) seus(uas) empregados(as).	SIM
Vale Alimentação	NÃO	SIM
Seguro de Acidentes Pessoais	SIM	SIM

Fonte: Autoria própria (2019).

Outro fator existente com relação ao aluno que concorre a vaga de jovem aprendiz ou estagiário é sobre o local de residência do mesmo. No caso do Jovem Aprendiz é necessário que o concorrente seja residente no município para o qual irá se candidatar à vaga, isso porque o item será analisado na quarta etapa do processo seletivo: a visita domiciliar.

Os jovens selecionados para esta etapa receberão a visita dos educadores sociais da Sociedade SEMEAR. Vale ressaltar que o recebimento da visita, não indica que o candidato foi classificado. Tal quesito, se dá através do vale transporte, pois a empresa oferece esse benefício para aqueles que necessitam e os aqueles que residem em outras localidades, desde que a mesma seja atendida pelo Programa terão direito a utilizar-se do transporte contratado para este fim.

Já para concorrer a vaga de estágio o aluno não precisa necessariamente ser residente do mesmo município onde será oferecido a vaga, oferecendo assim oportunidades a cidades circunvizinhas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das novas tecnologias, cursos qualificatórios e a necessidade de manter-se ativo e qualificado no mercado de trabalho, ocasionou a vasta demanda de profissionais competentes e especializados em determinada área no momento de contratar um colaborador para as organizações. Estas, juntamente com programas governamentais, tendo como base Leis que

oportunizam geração de contratos trabalhistas através de propostas de aprendizagens, beneficiam os jovens desde o ensino médio para qualificar-se em busca do cargo ou função almejada.

Além do mais, ao realizar um estudo sobre as características dos projetos de contratação utilizados pela filial da Petrobras em Aracaju - Sergipe e as oportunidades que a mesma oferece aos jovens estudantes, foi possível identificar os projetos de seleção, com suas particularidades ao convocar estagiários e aprendizes para adentrar na organização e os benefícios que tais iniciativas trazem aos jovens no início da carreira.

Em relação as oportunidades oferecidas aos estagiários e jovens aprendizes na organização com o intuito de crescimento profissional e pessoal, a mesma disponibiliza de oportunidades de crescimento com cursos profissionalizantes, salários de acordo com o mínimo estabelecido pelo Governo Federal e a vivência na área com seu respectivo supervisor orientando os alunos nas tarefas a serem seguidas.

Portanto, quanto ao alcance dos objetivos propostos neste estudo do artigo científico, acredita-se que foram atingidos, tendo em vista que a organização possui dois projetos de contratação, o primeiro de Jovem Aprendiz regido pela Lei nº 10.097/2000 e o segundo de Contratação de Estagiários, regido pela Lei 11.788/2008, ambos com alguns direitos similares e supervisionados por profissionais qualificados dentro da organização.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 10520:** informações e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. **NBR 14724:** informação e documentação – trabalhos acadêmicos –

ABNT. **NBR 6022:** informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. **NBR 6023** – informação e documentação (referências – Elaboração) ABNT. NBR 6028: resumos. Rio de Janeiro, 1990. Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. (Informações pré-textuais, informações textuais e informações pós-textuais)

BRASIL ESCOLA. **Tipos de trabalhos acadêmicos.** Disponível em:https://monografias.brasilescola.uol.com.br/regras-abnt/tipos-trabalhos-academicos-fichamento.htm. Acesso em< 16 set.2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2019

CASSUNDÉ, Fernanda Roda de Souza Araújo et al. [Re] pensando o estágio na formação profissional dos estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 18, n. 3, p. 594-623, 2017.

CIA DE ESTÁGIOS. **Diferenças entre estágio e jovem aprendiz.** Disponível em:<https://www.ciadeestagios.com.br/jovem-aprendiz-ou-estagio-entenda-as-diferencas/>. Acesso em: 22 set.2018.

COSTA, Carolina Santos et al. Qualidade no Relacionamento com o Cliente: estudo de caso em uma Petshop-Atacado e Varejo. In: **Congresso de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação.** CONGENTI. 2019. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/congenti/article/view/9638/4314>. Acesso em 16 de setembro de 2019

DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. **Gestão de Pessoas: realidade atual e desafios futuros**. 2017.

GOMES, Rogério. **Diferenças entre estágio e jovem aprendiz.** Disponível em:<http://rogeriogomez.com.br/diferenca-entre-aprendiz-e-estagiario/>. Acesso em: 22 set. 2019.

GUIA TRABALHISTA. **Menor.** Disponível em:<http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/menor.htm>. Acesso em: 16 set,2019.

HEADLEY, Samara Silva. Interdisciplinaridade na educação superior: relatos da experiência no curso de administração da Universidade Estadual de Londrina-PR. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 9, n. 17, 2018.

MOURA, Leila Silva de et al. **Juventude e trabalho:** o perfil do jovem aprendiz da rede pró-aprendiz-Go. 2018.

SILVA, Átina Brígida Marques de Oliveira et al. **Avaliação do atual gerenciamento de resíduos sólidos e capacitação para uma proposta de implantação de coleta seletiva em panificadoras da região metropolitana da cidade de Natal-RN**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOCIEDADE SEMEAR. Programa Petrobras Jovem Aprendiz. Disponível em: http://www.sociedadesemear.org.br/default.asp?setor=prjppja&pg=prjppja_apresentacao. Acesso em 04 set 2019.

RECURSOS E ASSESSORIAS. **Revisão documental.** Disponível em:<http://www.recursosassessoria.com.br/index.php/12-recursos-artigos/24-revisao-documental>. Acesso em> 16 set.2019.

CLIMA ORGANIZACIONAL: LEVANTAMENTO DE VARIÁVEIS QUE GERAM SATISFAÇÃO NA REDE DE COLABORADORES DA CLÍNICA KDOCTOR.

Vanessa Priscila Santos[222]
Kathia Cilene Santos Nascimento[223]

EIXO 2 – INTERLOCUÇÕES ENTRE CONHECIMENTO E SABER NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RESUMO:
O gestor de uma organização necessita atentar-se para a qualidade do clima organizacional dentro da sua empresa. Além disso deve também observar as principais tendências do mercado no trato com este item. Tendo em vista que clima organizacional influencia o modo como os funcionários realizam suas atividades e atendem os seus futuros clientes. Essa pesquisa tem como objetivo avaliar quais os fatores que influenciam o clima organizacional da Clínica Kdoctor, e para isso: identificar quais fatores impactam na motivação dos funcionários da clínica**;** classificar quais variáveis conduzem para a satisfação no ambiente de trabalho. Fez-se necessário também, o tratamento de dados através da abordagem bibliográfica para o embasamento e discussão de conceitos para a ampliação do estudo. Como resultado, foram apresentadas sugestões, com base em orientação conceitual de cunho contemporâneo, com o intuito de melhorar, ainda mais, o empenho e a satisfação dos funcionários.
Palavras-chave: Clima. Organização. Satisfação

ABSTRACT:
The manager of an organization needs to pay attention to the quality of the organizational climate within his company. In addition you should also note the major market trends in dealing with this item. Given that organizational climate influences the way employees perform their activities and serve their future customers. This research aims to evaluate which factors influence the organizational climate of Kdoctor Clinic, and to this: identify which factors impact the motivation of the clinic staff; classify which variables lead to satisfaction in the workplace. It was also necessary to treat the data through the bibliographic approach for the basis and discussion of concepts for the expansion of the study. As a result, suggestions were made, based on contemporary conceptual guidance, with a view to further improving employee engagement and satisfaction.
Keywiords: Climate. Organization. Satisfaction.

[222] Bacharelanda em Administração, Universidade Tiradentes. E-mail: vanessa.priscila@souunit.com.br.
[223] Mestre em Educação, Universidade Tiradentes. E-mail: kathia.pesquisa@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente uma das grandes preocupações das organizações gira em torno do bem-estar de seus colaboradores e do que os mantém motivados, por isso, se torna mais frequente a implantação de pesquisas referentes à satisfação. Sendo a mesma, uma percepção coletiva do ambiente de trabalho onde o mesmo é influenciado de acordo com o sistema empresarial, os funcionários - suas crenças e valores -, as recompensas, a liderança apresentada e o comportamento no ambiente de trabalho.

Diante do contexto abordado, questiona-se: Quais fatores podem influenciar o clima organizacional de uma empresa e gerar a satisfação dos seus empregados?

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo avaliar quais os fatores que influenciam a o clima organizacional em uma empresa. E para tal, buscou-se: identificar quais fatores impactam na motivação dos funcionários**;** classificar quais variáveis conduzem para a satisfação no ambiente de trabalho.

O presente estudo é justificado através da importância que o clima organizacional possui dentro das instituições, tendo em vista que um clima decaído altera toda a efetividade dos colaboradores dentro da empresa e por consequência o desempenho destes diante da atividade laboral. E, com isso, colaborar na redução da insatisfação nos ambientes empresariais.

O interesse pelo tema deu-se a partir da necessidade de entender a importância do clima nos ambientes laborais, percebendo e participando ativamente nas tarefas diárias que de algum modo colaboram para a elevação da estima no ambiente, da satisfação em meio aos objetivos e crescimentos organizacionais.

6 CLIMA ORGANIZACIONAL

2.1 Clima Organizacional

O clima organizacional diz respeito à percepção negativa ou positiva da empresa, e a insatisfação das expectativas das pessoas que integram o quadro da organização. Quando as pessoas avaliam a empresa positivamente a tendência do clima dessa empresa é ser bom, do contrário, quando estas fazem avaliação de forma negativa, o clima tende a ser ruim e impactarem nos resultados institucionais.

Paula e Queiroga (2015, p. 362), descreve a seguinte afirmativa: "Pode-se afirmar que o clima varia, pois depende de como o contexto de trabalho afeta os comportamentos e as atitudes de quem faz parte dele". Além disso, para Santos (2017, p. 02) *apud* Daft (2007, p. 346), o clima organizacional é "[...] um campo multidisciplinar dedicado ao estudo de como os indivíduos e os grupos tendem a agir nas organizações", que se dá através de observações e análises.

Já de acordo com Paula e Queiroga (2015, p. 364), "[...] clima refere-se a um atributo da organização, pois é comum na literatura localizar o clima como um atributo mesmo, ou seja, no nível das equipes, setores ou unidades de trabalho". Ainda, segundo as autoras Paula e Queiroga (2015, p. 363) "[...] uma organização que não consegue atingir bons índices de desempenho dos funcionários perde em competitividade para os concorrentes."

Chiavenato (2010), *apud* Roque (2018, p. 12), afirmam que: "[...]o clima pode ser visto como os sentimentos que os indivíduos têm e a maneira como eles interagem entre si, com os clientes ou elementos externos". A insatisfação no trabalho pode estar ligada a diversos fatores, sejam eles externos ou internos, os externos estão ligados ao ambiente de trabalho, ao salário, ao crescimento profissional, etc.,

Para Borges e Mourão (2015), em termos leigos, pode-se dizer que clima organizacional seria a atmosfera da organização. Já se tratando de uma visão mais técnica entendesse, este, como um conjunto das percepções dos colaboradores sobre perspectivas do ambiente de trabalho. Além disso, Santos (2017, p. 04), esclarece que: "O comportamento dos membros de uma organização é influenciado pelas qualidades do ambiente organizacional, o que representa o clima da organização".

Logo, para o bom desempenho das organizações, é preciso que os gestores se preocupem com o clima organizacional e as condições de trabalho que oferecem aos seus

funcionários visando proporcionar fatores que contribuam para a garantia de boas condições de trabalho e qualidade de vida dos colaboradores.

2.2 Clima Motivacional

A motivação é outro elemento que faz parte do processo de satisfação. Neste sentido, o autor, Ferreira (2015), afirma que a:

> [...] motivação tem ligação direta com o clima organizacional, pois uma vez que os colaboradores se sentem importante, vendo que seu trabalho tem um propósito e suas características estão de acordo com aquilo que acredita, ele se sentirá mais motivado para exercer seu trabalho.

Para Paula e Queiroga (2015, p. 363), o desempenho "[...] é o conjunto de comportamentos da pessoa no trabalho que leva a empresa a obter resultados." Dessa forma, entende-se que as mudanças constantes nas organizações e a competitividade cada vez mais acirrada entre as empresas fazem com que o capital humano seja cada vez mais valorizado, afinal, o colaborador se tornou a peça fundamental para o desenvolvimento organizacional e sua motivação, a principal fonte de sucesso ou fracasso das organizações.

Logo, "[...] é necessário analisar o clima para que possa manter seus funcionários motivados nas diferentes tarefas que executam diariamente, com confiança e otimismo." (SANTOS, 2017, p. 02). A autora afirma ainda, que:

> [...] no cenário atual as empresas estão lidando com um momento turbulento na economia, e necessitando mais do que nunca de um capital humano leal e motivado para desenvolver suas tarefas com entusiasmo e comprometimento. (SANTOS, 2017, p. 02)

Para atender ao que está sendo solicitado no mercado atual, "a motivação parece ser a variável chave que tanto pode predizer a qualidade da motivação como a persistência no comportamento ao longo do tempo nos mais variados contextos (RYAN, DELCI, 2017, p. 22)".

Contudo, como pode ser promovida a motivação? Lopes (2019, p. 14), afirma que: "[...]a motivação depende de um conjunto de fatores que englobam a personalidade, as experiências passadas, os incentivos do momento ou a situação". O mesmo autor supõe que os "[...] sujeitos valorizam mais as formas de motivação autónomas comparativamente às formas de motivação controladas". (LOPES, 2019, p. 16),

Logo, estando "no contexto organizacional, o indivíduo é direcionado pela motivação para a busca de satisfações pessoais e alcance dos objetivos organizacionais." (DUARTE, 2019, p. 02), O que sugere a importância da motivação para o sucesso da organização no contexto atual, não apenas a prestação serviço ou a disponibilidade de produção são importantes, mas também, o item motivacional é decisivo para a manutenção das empresas no mercado competitivo.

2.3 Satisfação

A satisfação, de modo geral, é um pico de elevação de estima que os indivíduos procuram, seja ela de natureza pessoal ou profissional. Sobre este item, Schiffman e Kanuk (2009), citado por Lopes (2019, p. 02) preconizam que "a satisfação é a percepção individual do desempenho em relação às suas expectativas". A satisfação no ambiente de trabalho, é, ainda, descrita por Siqueira (2008, *apud* Lopes, 2019, 04), como sendo "[...] o total de experiências organizacionais prazerosas vivenciadas pelo trabalhador". Ela pode ser caracterizada como um estado emocional positivo ou de prazer, decorrente de experiências do trabalho (LOCKE, 1976, *apud*, LOPES, 2019, p. 05)".

Com base nas discussões bibliográficas, entende-se a importância do debate sobre o assunto. Pois dada sua relevância, se faz necessário coletar e registrar o máximo de informações acerca do clima organizacional e da satisfação profissional. Acrescente-se a esta afirmativa, o pensamento de Medeiros (2014), citado por Lopes (2019, p. 05), diante do pensamento de que tal importância "[...] deve-se ao fato de que colaboradores motivados e satisfeitos geram mais eficiência e eficácia, resultados positivos, cooperação entre as equipes, inovação e redução de absenteísmo e rotatividade." É uma linha de pensamento que indica a

forte inclinação desta tendência de direcionamento para atitude acertada no mercado competitivo.

Ainda sobre a realização de pesquisas na área, Barros (2015), sugere que as pesquisas aplicadas aos servidores sejam realizadas regularmente e que tais pesquisas abordem sobre motivação e satisfação para identificar o grau de satisfação e motivação dos mesmos. A mesma preocupação se estende a Cassundé et al. (2015), quando indica que há necessidade e uma importância de realizar novas pesquisas regularmente sobre motivação e satisfação para a descoberta de novas práticas que possam vir a valorizar o servidor.

Contudo, a satisfação e a motivação devem ser entendidas para além dos espaços empresariais, pois de acordo Gomide (2015) a satisfação no ambiente de trabalho deve ser vista como elemento que influencia a vida pessoal, tornando-se possível modificar a relação entre o trabalho e a família, a saúde mental e também a relação entre trabalho e outras ligações afetivas do indivíduo, aumentando o grau de satisfação no ambiente de laboral. Barros (2015), registra que servidores que ocupam cargos mais elevados ou recebem algum tipo de gratificação extra pelo trabalho, apresentaram maiores índices de motivação. Este é um fenômeno que merece atenção e deve ser estudado.

2.4 Remuneração, benefícios e incentivos

As organizações podem utilizar-se de inúmeras formas para reter, motivar e assegurar que os seus colaboradores permaneçam nas organizações por mais tempo. A exemplo disso tem-se a maneira como elas remuneram e concede benefícios ou incentivos para os colaboradores. Segundo Costa (2019, p. 08), a "proposta articulada da organização, com construções teóricas e práticas, para recompensar o desempenho e as competências dos colaboradores em termos de remuneração e incentivos, podem ser adotadas durante esse processo [...]." Logo, deve ser pensado em planos de carreira que envolvam a valorização profissional, que estes saiam do papel e sejam aplicados na prática e de forma constante.

Dentro do universo plural no qual nos encontramos, é fácil identificar que as empresas "[...] têm utilizado diversos tipos de modelo de remuneração, buscando a adequação de sua

política de pessoal alinhada à sua estratégia de negócios, destacando-se a remuneração por habilidade, por competências e flexível. (MARTINS; CUNHA, 2016, p. 15) Tal escolha é possível, viável e, por que não afirmar, justa.

Contudo, todos os processos precisam que transparência, logo, as organizações devem detalhar e comunicar aos seus colaboradores qual tipo de remuneração será adotada pela empresa é o modo mais prático de colocar em questão quaisquer dúvidas sobre a remuneração, benefícios e incentivos que o mesmo irá receber. Além disso, o profissional passa a sentir-se valorizado, pois há transparência por parte da empresa para com ele.

É oportuno lembrar que a "[...] remuneração pode ser: fixa ou variável; direta ou indireta; básica ou por senioridade; por performance; por competência; funcional; por resultados; por habilidade; ou estratégica." (SABINO; CUNHA, 2016, p. 22).

E ainda que, conforme Moreira (2016, p. 08), "as empresas que não seguirem as tendências de cargos e salários de mercado periodicamente, tendem a perder talentos, gerar alta rotatividade em seus cargos e, com isso, ocasionar problemas em sua competitividade, produtividade e lucro." Fato que não é desejado pelo universo empresarial e, por isso, deve ser evitado.

Desse modo, a organização precisará deixar claro todo e qualquer benefício ofertado, seja remunerado ou não, pois, "é essencial que os funcionários percebam realmente essas vantagens. Frequentemente, empresários e consultores se esmeram para premiar e reconhecer um funcionário, mas sem considerar o que essa pessoa de fato aprecia e entende como valorização (HENKLAIN, 2016, p. 6)". Por outro lado, Bonafin (2016, p. 02), descreve que "o incentivo financeiro não deve ser abordado como o mais importante, único fator da motivação do trabalho". Além do mais, a mesma autora, Bonafin (2016), remete ao pensamento que diversas empresas dispõem de uma gama de programas para remuneração baseados unicamente a dinheiro à disposição dos funcionários como forma de incentivo/motivação, mas a organização pode incentivar seus colaboradores com incentivos além do monetário, podendo ser como um reconhecimento, uma flexibilização, um incentivo para suas qualificações, etc.

Para finalizar o debate sobre o item, reflitamos no pensamento de Moreira (2016, p.

08), quando afirma que “a remuneração possui relevante intuito de proporcionar agradável clima organizacional, que influencie positivamente no comportamento dos colaboradores, que se empenharam ao máximo para alcançar as metas estabelecidas pela empresa”. Além disso, “alguns funcionários podem deixar de produzir ou darem o máximo de si no trabalho por considerarem sua remuneração defasada, buscando, com o passar do tempo, outra empresa com melhores oportunidades para trabalhar (MOREIRA, 2016, p. 08)”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da necessidade que as organizações possuem de se manter no mercado é de suma importância dispor de um quadro de funcionários satisfeitos e dispostos a vestir a camisa da empresa, lutando para o crescimento da mesma. Ao realizar o estudo sobre quais fatores influenciam o clima organizacional e a satisfação dos funcionários, acredita-se que objetivos propostos neste artigo foram atingidos.

Sendo assim, foi possível identificar que o reconhecimento, benefícios e incentivos oferecidos e a integração ao se iniciar na empresa, ou até mesmo, ao trocar de função, é essencial para que o colaborador sinta-se satisfeito e familiarizado com o novo, porém, há, ainda, a necessidade de se adotar postura pautada na transparência e na valorização dos profissionais.

Por tanto, em relação às variáveis que conduzem para satisfação dos colaboradores no ambiente de trabalho, necessita-se que o gestor trabalhe intensamente o setor de recursos humanos, potencializando o capital humano, desenvolvendo técnicas e habilidades específicas para cada função exercida em determinado período de tempo, atribuindo o reconhecido que é cabível a equipe e a cada funcionário contemplando, assim, de forma individual e coletiva a atuação dos profissionais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. F.; OLIVEIRA, A. P. V. D. Plano de cargos e salários para uma empresa de usinagem e caldeiraria. **Revista Digital SYNTHESIS FAPAM**, v. 1,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: Informação e DocumentaçãoArtigo em Publicação Periódica Científica Impressa-Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. N**BR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028: Informação e documentação: resumo: apresentação**. Rio de Janeiro, dez. 2003.

BARROS, F. C. **Motivação e satisfação no trabalho dos servidores técnicos administrativos em educação.** Catalão, 2015. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2015.

BORGES, Pedro; MOURÃO, André; MAGALHÃES, João. High-dimensional indexing by sparse approximation. In: **Proceedings of the 5th ACM on International Conference on Multimedia Retrieval**. ACM, 2015. p. 163-170.

CASSUNDÉ, F. R. S. A. et al. **Motivação e satisfação no trabalho da polícia militar:** um estudo de caso no sertão pernambucano. Id on Line Revista de Psicologia, v. 9, n. 26, p. 152-164, 2015.

COSTA, Ana Carolina; DEMO, Gisela; PASCHOAL, Tatiane. Do human resources policies and practices produce resilient public servants? Evidence of the validity of a structural model and measurement models. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 21, n. 1, p. 70-85, 2019.

SANTOS, Carla Maria Cardoso; SANTOS, Paulo Sérgio Melo. Clima organizacional nas micro e pequenas empresas: o caso do grupo Zé de Dino em Salgado-SE. **Ciência na Fama**, v. 1, n. 1, p. 129-151, 2017.

DUARTE, Rodrigo Lana; TEIXEIRA, Aridelmo; DE SOUSA, Lindonjonson Gonçalves. A relação entre a motivação e a satisfação no trabalho dos servidores públicos. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)| ISSN-e: 2237-1427**, v. 9, n. 3, 2019.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **Modelos de gestão**.Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FIORESE, Lucimara; MARTINEZ, Mariangela. Influência da cultura e clima organizacional na qualidade de vida no trabalho: revisão da literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 8, n. 1, 2016.

FRANCA, Ana Cristina Limongi. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2017.

GOMIDE JÚNIOR, S. Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. In:

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, p. 300-328, 2015.

HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira et al. Obstáculos e benefícios na implantação do modelo de gestão por competências: a percepção de consultores de Recursos Humanos. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 7, n. 1, p. 1441-1465, 2016.

LOPES, Andreia. **Clima motivacional, regulação da motivação e divertimento em atletas:** contribuições da teoria dos objetivos de realização e da autodeterminação. 2019. Tese de Doutorado.
MARTINS, S. M.; CUNHA, N. C. Retenção de talentos frente às mudanças no mercado de trabalho: uma pesquisa bibliográfica. **Revista GeTeC,** v. 4, n. 8, 2016.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro; CASTRO, Fabio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares (The Stability in the Income Inequality in Brazil, 2006-2012: An Estimate with Tax and Survey Data). **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014, 20.4.

MOREIRA, Patricia Alves, et al. Modelo de Remuneração na Gestão de Pessoas: a Estruturação Tradicional de Cargos e Salários Ainda Pode Trazer Benefícios? **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies,** 2016, 8.3: 3-23.

PAULA, Alexandre Pinto Vieira de; QUEIROGA, Fabiana. Satisfação no trabalho e clima organizacional: a relação com auto avaliação de desempenho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 4, p. 362-373, 2015.

ROQUE, Jéssica Gonçalves. **Clima Organizacional: liderança, comunicação e motivação no ambiente de trabalho.** 2018.

RYAN, RM., & Deci, E. (2017). Self-Determination Theory. Basic Psychological Needs in **Motivation, Development and Wellness.** New York: The Guilford Press.

SABINO, L. A. M.; CUNHA, N. C. Remuneração e salário numa abordagem administrativa. **Revista GeTeC,** v. 5, n. 10, 2016.

SOARES, Juliana Maria Moreira; SALTORATO, Patricia. Coworking, uma forma de organização de trabalho: conceitos e práticas na cidade de São Paulo. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 4, n. 2, p. 61-73, 2015.

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. NECESSIDADE OU CERCEAMENTO DE DIREITOS?

Guilherme de Oliveira Macedo[224]
Flávia Regina Vieira de Carvalho[225]

Eixo 2 - Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMO:
O direito administrativo possui dentre os seus fundamento a supremacia do interesse público, sendo seus atos dotados de atributos como a presunção de legitimidade e veracidade. A presunção de veracidade transfere o ônus da prova ao administrado, tornando a relação entre o Estado e o privado desequilibrada. Este princípio, apesar de ser fundamentado pelo direito administrativo, é criticado por poder limitar direitos. Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar, com base na doutrina jurídica, se a presunção de veracidade dos atos administrativos é tão somente uma necessidade da administração pública ou pode ser um excludente de direitos fundamentais. Material e método: foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google acadêmico, SciELO e LexML utilizando os descritores: presunção de veracidade, direito administrativo, supremacia do interesse público. Foram selecionados os livros, artigos e jurisprudências pertinentes ao objetivo do trabalho. Resultados: A presunção de veracidade, segundo a norma contemporânea, é criticada por característica de inversão do ônus da prova, podendo limitar, em certos casos, direitos como o da ampla defesa à presunção de inocência. Contudo, também é vista como necessária ao bem comum desde que não seja utilizada como instrumento de arbitrariedade. Conclusão: A presunção de veracidade é necessária ao direito administrativo, porém pode limitar direitos fundamentais, devendo ser aplicada com correção, visando o interesse público.
Palavras-chave: Presunção de veracidade, Interesse público, Direito Administrativo.

ABSTRACT
Administrative law has among its fundamentals the supremacy of the public interest, and its acts endowed with attributes such as the presumption of legitimacy and truthfulness. The presumption of truth transfers the burden of proof to the administered, making the relationship between the state and the private unbalanced. This principle, despite being substantiated by administrative law, is criticized for being able to limit fundamental rights of administrators. Thus, the purpose of this paper is to evaluate, based on legal doctrine, whether the presumption of truthfulness of administrative acts is merely a necessity of the public administration or may be limiting of fundamental rights. Material and method: A bibliographic search was performed in the Google academic, SciELO and LexML databases using the keywords: presumption of

[224] Discente do curso de Direito da Faculdade São Luís de França. E-mail: gmacedo75@gmail.com
[225]Mestranda em Aspectos Bioéticos e Jurídicos da Saúde. Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE. Professora Assistente na Faculdade São Luís de França (Grupo Tiradentes) E-mail: <flaviavcarvalhoadv@gmail.com>.

truth, administrative law, supremacy of the public interest. The books, articles and jurisprudence pertinent to the objective of the work were selected. Results: The presumption of truth, according to the contemporary norm, is criticized by aspects such as the inversion of the burden of proof, the curtailment of the right to defense and presumption of innocence, but it is also seen as necessary to the common good as long as it is not used as a instrument of arbitrariness. Conclusion: The presumption of veracity is necessary to administrative law, but may limit fundamental rights and should be applied with correctness in the public interest.
Keywords: Assumption of truth, Public interest, Administrative law.

1 INTRODUÇÃO

A norma jurídica possui diversas características, dentre elas a bilateralidade, pois impõe poder a uma das partes (direito subjetivo) e obrigações à outra (dever jurídico)(NADER, 1980). Esta relação bilateral ocorrem tanto entre particulares e como entre o Estado e seu administrados, sendo esta última regida pelo direito administrativo que possui vários princípios, dentre eles a supremacia do interesse público.

O princípio da supremacia visa garantir o convívio social e atribui à administração pública privilégios sobre seus administrados. Alguns desses privilégios podem ser observados nos atributos dos atos administrativos como legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade, tipicidade e presunção de legitimidade e veracidade (MARINELA, 2016).

A presunção de veracidade dos atos administrativos é relativa, pois admite que as ações praticadas pela administração são verdadeiras até que seja provado o contrário, transferindo o ônus da prova para o administrado e tornando desigual a relação entre o público e o privado (MARINELA, 2016) e (SILVA; MELO, 2015).

A existência de um desequilíbrio de forças entre a administração pública e o privado é justificada na norma jurídica contudo, há autores que discutem se atributos inerentes aos atos administrativos como o princípio da veracidade não violam direitos individuais, pois há situações em que a produção de provas que contestem os atos praticados torna-se difícil ou até mesmo impossível (SANTOS, 2015).

O objetivo deste artigo é discutir, com base na literatura jurídica, se a presunção de veracidade é um atributo necessário à administração pública e se a sua aplicação pode representar um cerceamento de direitos.

2 ATOS ADMINISTRATIVOS E PRESUNÇÃO DE VERACIDADE

O Estado é constituído por soberania, território e povo (DALLARI, 2015). Sendo assim, a busca pelo interesse coletivo torna-se inerente às atividades do governo que o administra. Podemos encontrar diferentes definições sobre o conceito de interesse público, não havendo um consenso que o defina.

De acordo com Alice Gonzalez Borges (2007), o interesse público "é um somatório de interesses individuais coincidentes em torno de um bem da vida que lhes significa um valor, proveito ou utilidade de ordem moral ou material, que cada pessoa deseja adquirir, conservar ou manter em sua própria esfera de valores.". (BORGES, 2007). Segundo MARINELLA (2016), o interesse público pode ser dividido em primário, que é o somatório de interesses individuais e o secundário que é o interesse do Estado como pessoa jurídica. Neste sentido, os interesses primários devem prevalecer sobre os secundários (MARINELA, 2016).

O direito administrativo através dos seus fundamentos, torna a relação entre o público e privado desigual em nome do interesse coletivo. Dentre estes fundamentos há o da supremacia do interesse público, defendido por Celso Antônio Bandeira de Mello (SILVA, 2003, p. 60), que diz ser esta necessária não somente para a defesa do coletivo como também para a sobrevivência do interesse particular, sendo um pressuposto para uma ordem social estável.

O princípio de supremacia do interesse público não é um fundamento constitucional porém, o próprio texto da carta magna e as leis vigentes, como por exemplo nas situações desapropriação de imóveis por interesse do Estado, deixam implícito a prevalência do interesse público sobre o privado (ARAGÃO, 2013). Contudo, Alexandre Santos Aragão (2014) chama a atenção que um princípio "supremo", na prática, não seria considerado um princípio jurídico, porque estes admitem ponderação e podem deixar de incidir, ou incidir com menor intensidade, à luz dos diferentes casos. O autor sugere ao invés de ser admitido princípio supremo, sejam considerados os diversos interesses jurídicos, sejam eles públicos ou privados, e cada situação.(ARAGÃO, 2013) Além disso, o interesse público não dever ser arbitrário e totalmente contrário ao interesse privado, pois segundo art. 5º, XXXVI da constituição, a

administração deve respeitar o direito adquirido, os atos julgados e os atos jurídicos perfeitos (GASPARINI, 2017)

O uso de atributos imperativos de caráter supremo da administração pública pode também abrir brechas para atos arbitrários, como esclarece Fernanda Marinella (2016):

> Parece-nos clara a dificuldade em definirmos os limites do interesse púbico, tornando o uso deste atributo potencialmente perigos à sociedade pois abre brechas para posições autoritárias moralmente questionáveis. Correntes doutrinárias minoritárias tentam desconstruir o princípio da supremacia do interesse público, a fim de coibir atos arbitrários cometidos pelos administradores.

Os atos administrativos possuem atributos, dentre eles o da presunção de legitimidade e veracidade, pois presume-se que estejam de acordo com a lei, de acordo com as regras da moral e que sejam verdadeiros (MARINELA, 2016). Segundo MARINELLA (2016), há dois tipos de presunção, o absoluto (*jure et de jure*) que não pode ser contestado e o relativo (*Juris Tantum*) que admite prova em contrário. Assim, a presunção de veracidade apresentada pela administração pública é relativa pois permite sua contestação, cabendo o ônus da prova ao administrado.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2019), citada em Aragão (2012), diferencia as presunções de legitimidade e veracidade:

> Embora se fale em presunção de legitimidade ou de veracidade como se fossem expressões de mesmo significado, as duas podem ser desdobradas, por abrangerem situações diferentes. A presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.
> A presunção de veracidade diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre em relação às certidões, aos atestados, às declarações, às informações por ela fornecidos, todos dotados de fé pública.

Diante da complexidade da administração pública, muitos atos são executados sem necessariamente haver a produção de prova. Nesse casos surge o que a doutrina processualista

chama de prova diabólica (SANTOS, 2015), que é a prova impossível de ser produzida tornado o direito à defesa do administrado impossível de ser aplicado.

Um exemplo de um ato impossível de ser provado são as multas aplicadas no trânsito em determinadas situações. Um cidadão multado por um agente de trânsito por estar falando ao celular em via sem monitoramento de câmeras, praticamente não terá como provar um eventual equívoco cometido pela autoridade administrativa, sendo esta uma prova diabólica. A jurisprudência tende em casos dessa natureza jurisprudência que confirma o princípio da veracidade, mantendo o ato praticado pelo agente público pela falta de apresentação de provas em contrário.("Tribunal Regional Federal da 4ª Região TRF-4 - APELAÇÃO CIVEL : AC 5003010-46.2014.404.7107 RS 5003010-46.2014.404.7107"). Situações que não produzam provas, expõe o administrado aos erros e até mesmo a atitudes de má fé de agentes administrativos e a necessidade de apresentação de prova contraditória que anule o ato, retirando do indivíduo o seu direito à presunção de inocência.

O processo legal deve obedecer princípios como publicidade, finalidade e motivação, cabendo à administração pública a demonstração dos fatos que justifiquem seus atos a não ser em casos excepcionais e cuja prova seria de impossível realização ("prova diabólica") (ARAGÃO, 2012). Assim, a presunção de veracidade estabelece uma linha por vezes tênue entre a defesa do interesse público e a possiblidade arbitrariedade dos atos administrativos se tornando, como define Demian Guedes, "o fantasma que apavora quem litiga com a administração" (GUEDES, 2016).

O princípio da veracidade tem sido questionado por vários autores, pois quando a palavra do administrador é única prova produzida pelo ato, o direito à defesa é ferido por haver desequilíbrio entre as partes sem base processual definida.

Segundo Aragão (2012), sem provas não haveria legitimação. Se o processo serve apenas para enaltecer a palavra do agente público e, assim, abandonar o cidadão em condições de franca desvantagem, invertendo o princípio da presunção de inocência, não se pode falar em legitimação do poder estatal, tornando sem sentido a aplicação do princípio da veracidade.

Para Demian Guedes, a presunção de veracidade e a inversão do ônus da prova, a podem vir a ferir o princípio constitucional da presunção de inocência, art. 5o, inc. LV c/c com inc. LVII, que afere ao órgão acusador "o ônus substancial da prova" (GUEDES, 2006).

Os autores Silva e Melo (2015) tecem críticas à presunção de veracidade e Estado democrático de direito:

> "[...] não é mais aceitável, em pleno regime de Estado Democrático, que a Administração se valha tão somente da confiança atribuída ao agente estatal para imputar ao administrado a obrigação de atender a um comando imperativo." [...] é preciso garantir não apenas o controle da legalidade dos atos administrativos imperativos, mas, antes disso, mecanismos que consequentemente evitem o cometimento de tais ilegalidades."

Deve-se contudo atentar que a presunção de veracidade possui um sentido em si, e que atende ao interesse coletivo não é somente um mal que paira sobre a relação entre a administração e seus administrados (SILVA; MELO, 2015). Uma multa aplicada em situação de impossibilidade de produção de prova negativa do ato não necessariamente deve ser entendida como arbitrariedade. Punir um motorista que usa o celular ao volante é necessário para preservar a vida dos demais cidadãos, e deixar de executar este ato pela impossibilidade de produção de prova em caso de litígio não parece ser razoável. O interesse público é uma das razões da existência de um Estado de direito, possibilitando a harmonia do convívio social. A prevalência do interesse particular sobre o coletivo pode ser justo em determinados casos mais uma vez sendo norma, traria o caos à sociedade, pois cada administrado iria fazer valer a sua visão de mundo.

Não devemos, em nome do interesse particular nos afastar do sentido de formação do Estado que busca o interesse coletivo e a ordem social, pois o coletivo é também a manifestação do privado como citado por Dallari (2015):

> Na impossibilidade de ser aumentada a força de cada indivíduo, o homem, consciente de que a liberdade e a força constituem os instrumentos fundamentais de sua conservação, pensa num modo de combiná-los. Segundo ROUSSEAU, essa dificuldade pode ser assim enunciada: "... encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado, de qualquer força comum; e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, ficando, assim, tão livre como dantes [...] Essa associação dos indivíduos, que passa a atuar soberanamente, sempre no interesse do todo que engloba o interesse de cada componente, tem uma vontade própria, que é a vontade geral. Esta não se confunde com uma simples soma das vontades individuais, mas é uma síntese delas. Cada indivíduo, como homem, pode ter uma vontade própria, contrária até à

> vontade geral que tem como cidadão. Entretanto, por ser a síntese das vontades de todos, a vontade geral é sempre reta e tende constantemente à utilidade pública.

O direito não permanece estanque no tocante à relação entre o Estado e o privado. A interpretação da norma evolui na busca de uma sociedade justa e igualitária, que aponta a existência de jurisprudência negando o atributo de presunção de legitimidade do ato administrativo, demonstrando que a justiça está atenda aos excessos e injustiças entre a relação desigual do Estado para com seus cidadãos (SANTOS, 2015).

O direito existe para tornar justa as relações sociais e não para legitimar relações desiguais. Os atributos dos atos administrativos são necessários e devem ser aplicados para o bem social com critério e cautela para atingir o interesse público sem permitir arbitrariedades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presunção de veracidade, segundo a norma contemporânea, sofre críticas por suscitar a inversão do ônus de prova por vezes impossível de ser produzida, resultando na limitação de direitos fundamentais. Contudo, também é vista como necessária ao bem comum, desde que não seja utilizada como instrumento de arbitrariedade, devendo ser aplicada com correção visando o interesse público.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. S. Algumas notas críticas sobre o princípio da presunção de veracidade dos atos administrativos. **Revista de Direito Administrativo**, v. 259, p. 73–87, 2012.

ARAGÃO, A. S. DE. **Curso de direito administrativo**. Edição: 2ª ed. Editora Forense, 2013.

BORGES, A. G. Supremacia do interesse público: desconstrução ou reconstrução? **Revsita Diálogo Jurídico**, n. 15, p. 23, 2007.

DALLARI, D. DE A. **Elementos de teoria geral do estado - 33ª edição de 2015**. Edição: 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GASPARINI, D. **Direito administrativo**. Editora Saraiva, 2017.

GUEDES, D. A presunção de veracidade dos atos da administração pública e o processo administrativo: o dever de fiscalizar provando. **Revista Interesse Público**, v. 35, 2006.

GUEDES, D. **A presunção de veracidade e o estado democrático de direito:** uma reavaliação que se impõe. Fórum, 2016

MARINELA, F. **Direito Administrativo**. Edição: 10ª ed. Saraiva, 2016.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**. Forense, 1980.

PIETRO, M. S. Z. D. **Direito administrativo**. Editora Forense, 2019.

SANTOS, A. V. A prova diabólica e sua influência sobre a presunção de legitimidade do ato administrativo. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, n. 64, 2015.

SILVA, T. N. D.; MELO, L. C. F. DE. **A supremacia do interesse público:** análise do conteúdo jurídico de interesse público, presunção de veracidade e discricionariedade. **Direito & Realidade**, v. 3, n. 1, 2 abr. 2015.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. **Apelação cível :** AC 5003010-46.2014.404.7107 RS 5003010-46.2014.404.7107. Disponível em: https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/425503080/apelacao-civel-ac-50030104620144047107-rs-5003010-4620144047107. Acesso em: 8 nov. 2019.

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: UM DIREITO DE SER

Cleyson Nathanael dos Santos [226]
Luciana Ferreira da Silva Aquino [227]
Normandia de Jesus Brayner dos Santos [228]

RESUMO:
O ambiente acadêmico, historicamente, é reconhecido por ser alicerce da formação e disseminação de conhecimento científico. Mas também deve ser solo fértil e ambiente apto, para que haja necessárias discussões acerca das mudanças de padrões culturais, sociais, na contemporaneidade, incluindo assim, a condição do direito de ser homossexual no âmbito universitário. Dessa forma, o presente artigo busca analisar o demonstrar a necessidade de inserção de uma visão construtivista de cooperação mútua entre conhecimento científico e o respeito necessário à comunidade universitária homossexual diante dessa mudança de paradigma de comportamento vivenciada pela comunidade acadêmica atualmente. Para a elaboração desse artigo foi necessário colher bibliografias (artigos e livros) e coletar dados em sites. No que se refere à estrutura do artigo, ele é dividido em sete capítulos, são eles: 1 Introdução; 2 Histórico da homossexualidade; 3 Homossexualidade no contexto Universitário; 4 O princípio da dignidade da pessoa humana; 5 Direito a igualdade; 6 Homossexualidade: um direito de ser.
Palavras-chave: Homossexualidade. Igualdade. Dignidade da pessoa humana. Diversidade sexual. Inclusão. Educação.

ABSTRACT:
The academic environment, historically, is recognized for being the foundation of the formation and dissemination of scientific knowledge. But it must also be fertile soil and a fit environment, so that discussions about changing cultural and social patterns in contemporary times are necessary, including the condition of the right to be homosexual at the university level. Thus, the present article seeks to analyze and demonstrate the need to insert a constructivist view of cooperation between scientific knowledge and the respect necessary to the homosexual university community in face of this change of behavior paradigm experienced by the academic community today. For the elaboration of this article it was necessary to collect bibliographies (articles and books) and collect data from websites. Regarding the structure of the article, it is divided into seven chapters, they are: 1 Introduction; 2 History of homosexuality; 3 Homosexuality in the University context; 4 The principle of the dignity of the human person; 5 the right to equality; 6 Homosexuality a right to be.

[226]Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Uninassal, Graduando em Direito pela Faculdade São Luís de França, http://lattes.cnpq.br/4628659561042813. E-mail: <cleyson.nathanael23@outlook.com>.
[227]Bacharel em Serviço Social pela Universidade Tiradentes, Graduanda em Direito pela Faculdade São Luís de França, http://lattes.cnpq.br/7762016771829278. E-mail: <lucianquino@live.com>.
[228]Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual, Professora da Faculdade São Luís de França, http://lattes.cnpq.br/8882796907725871. E-mail: <normajbs@homail.com>.

Keyword: Homosexuality. Equality. Dignity of human person. Inclusion. Sexual diversity. Education.

1 INTRODUÇÃO

A homossexualidade é uma condição em que o indivíduo se sente atraído fisicamente, afetuosamente e emocionalmente por pessoas do mesmo sexo, condição posta para o homem quanto para a mulher. Desse modo, é de conhecimento geral que a sociedade por muito tempo, mais precisamente no período medieval, no qual a Igreja Católica ditava a religião oficial, excluiu os homossexuais, por não condizer aos padrões sociais estabelecidos à época. Atualmente, muitos países democráticos de direitos já reconheceram os homossexuais enquanto pertencentes da sociedade através da legislação, já outros ainda estão longe de se tornar isso uma realidade. (FARO, 2019, p. 124-129)

Nesta seara, o preconceito e discriminação contra homossexuais persiste, impedindo assim, que eles se identifiquem enquanto homossexuais e deixem de usufruir políticas públicas, principalmente voltadas para a educação, por medo da violência e da rejeição. Ainda, aqueles que insistem e conseguem incluir-se no ensino superior, manter-se nele é um desafio dobrado.

No mundo acadêmico os desafios também reaparecem como já fora mencionado, e com isso existe um anseio para as pesquisas com problemas emergentes. A temática trás gênero e a sexualidade dentro das universidades, deve procurar esclarecer a concepção do convívio social em meio aos grupos e as práticas sociais e sexuais, as quais influenciam decorrente a percepção de outras relações.

Diante das circunstâncias supracitadas, este artigo tem a estima de expor como tema da pesquisa “A homossexualidade no contexto universitário: um direito de ser”, indagando o direito que todo cidadão tem de “ser” em todos os lugares e em qualquer ocasião. Ao observar o contexto universitário dos alunos, nota-se que este apresenta uma diversidade de características entre pessoas, entre os quais se incluem os homossexuais. Por essa razão esta pesquisa nos instigará a analisar e reputar que a sociedade universitária consiste em muitas diferenças.

Frente a essa pesquisa, busca-se problematizar: Por que é necessário trabalhar a desconstrução intelectual do preconceito e discriminação que circundam a homossexualidade ainda dentro do contexto universitário? Com isso, detém-se um objetivo principal qual busca analisar o demonstrar a necessidade de inserção de uma visão construtivista de cooperação mútua entre conhecimento científico e o respeito necessário à comunidade universitária homossexual diante dessa mudança de paradigma de comportamento vivenciada pela comunidade acadêmica atualmente. Simultaneamente tem-se como os objetivos específicos dessas pesquisas (I) instigar a heterogeneidade à diversidade sexual dentro das universidades; (II) apresentar desafios enfrentados pelos homossexuais dentro das salas de aula; (III) instigar ações afirmativas contra a discriminação dentro das universidades.

2 HISTÓRICO DA HOMOSSEXUALIDADE

A homossexualidade apesar de ser tratada como algo banal nos dias atuais, no passado não era tido como um objeto de discriminação e preconceito social, conforme Bueno (2007, p. 413), "atração ou afinidade entre indivíduos do mesmo sexo; comportamento decorrente dessa atração ou afinidade", esse costume é constatado na Grécia Antiga durante os anos 4500 antes de Cristo, o qual período originou-se os primeiros casos de homossexualidade na história.

> O primeiro registro que possuímos acerca da homossexualidade data de 4500 anos antes de Cristo, ocorrendo entre Oros e Seti, na sociedade egípcia. Ela sempre existiu, em todos os povos e nos mais diferentes status sociais. Podemos ainda citar, o Batalhão dos Amantes, um exército composto apenas por homossexuais na Grécia, nação onde também existiu Alexandre Magno e os grandes filósofos, como Platão e Sócrates, todos homossexuais. (Guimarães, 2009, p. 555)

A exteriorização da homossexualidade na Grécia Antiga difundia conjunturas que eram tidas como privilégio atribuía também uma condição de pederastia. Segundo Dias (2000, p. 24 e 25) “existiam manifestações homossexuais nas representações teatrais, em que os papéis femininos eram representados por homens transvestidos de mulheres ou usando máscaras com feições femininas”.

> Em um breve olhar histórico sobre a construção social da homossexualidade, temos que na Grécia Antiga ela tinha um status privilegiado, na forma de pederastia, consistindo em parte da passagem de um rapaz, com idade entre 12 e 20 anos, para a vida adulta, sendo uma forma elevada de educação e transmissão de valores aristocráticos de uma geração a outra. (Toniette, 2006, p. 44)

Nesse sentido, corroborando com Guimarães e Toniette, não existiu configuração discriminatória ligada à homossexualidade na Grécia Antiga, sendo assim, essa condição era valorada e estimada e dentro das sociedades citadas. Por sua vez, a discriminação tem seu advento na Europa, durante a era medieval onde a Igreja unificou-se com o Estado, determinando um parâmetro religioso, caracterizando fatalmente como pecado a homossexualidade, transformando a preferência sexual entre dois indivíduos de sexo análogo, como se fora uma heresia cometida contra Deus, como destaca-se:

> O Estado homofóbico nasceu mais tarde, na Europa Medieval, a partir das autocracias combinadas da Igreja e Estado, sacralizando a sexualidade e estabelecendo o "ideal" heterossexual. Por volta de 1.700, com a reforma puritanista, houve a introdução das noções de bem e mal absolutos, e os homens que mantinham relação com outros homens passaram a ser vistos como criminosos. Neste período, o homossexual, por não apresentar comportamento que levasse à reprodução foi colocado no mesmo nível de assassinos, hereges e traidores. (Toniette, 2006, p. 44)

No período Medieval, a homossexualidade era vista como uma forma de pecado, sendo irremediavelmente concebida como crime, além desses determinismos discriminatórios, a homossexualidade ainda era compreendida como doença. Estefam afirma que "a medicina, durante muito tempo, a considerou como doença e, por conta disso, a tratava com prescrições químicas. A expressão 'homossexualismo', a propósito, revela tal abordagem, pois o sufixo "ismo" é utilizado justamente para indicar que se cuida de uma patologia" (2016, p. 96-97).

Identicamente, no decorrer do Império Romano os assuntos tocantes à homossexualidade também passou por sérias transformações. Ainda, segundo Moreira F. Madrid, (2008, p. 5), "no princípio do Império Romano as relações homoafetivas eram tidas como algo normal, porém no decorrer dos anos essa prática submeteu-

se a um afunilamento chegando a aplicar punições aos indivíduos que praticavam a 'homossexualidade".

É importante ressaltar, de acordo com o que foi dito, que os casos de homossexualidade não se restringem apenas e tão somente aos povos ocidentais, mas cabe afirmar que também as sociedades orientais, tipo China e a Índia, ainda que por preceito religioso ou por forma cultural, os casos homossexuais eram expressos como algo natural.

Assim como a família e sociedade, a educação compõe uma das três principais instituições a qual os seres humanos fazem parte. A educação, por sua vez, também apresenta princípios, costumes, regras e valores estabelecidos pelo governo. No que diz:

> A educação também é institucionalizada, ou seja, princípios, objetivos, conteúdos, direitos e deveres são definidos pelo governo a fim de garantir que, em todos os seus níveis, ela reproduza conhecimentos e valores, necessários para a "transmissão harmoniosa da cultura, produzida por gerações anteriores, para as novas, garantindo o desenvolvimento de novos conhecimentos, necessários para o progresso do país. (SILVA, 2006, p.46)

A educação possui também várias etapas começando pela alfabetização (infância), ensino fundamental menor e maior (pré-adolescência), ensino médio (adolescência) e ensino superior (juventude). Podendo ainda passar por outras fases como especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado. Mas nem todos tiveram o privilégio de iniciar a alfabetização, quem dirá chegar no pós-doutorado. Sim, privilégio. Pois, a educação não era garantida para todos os cidadãos e estudar era uma honra para aqueles que eram aceitos na sociedade. Os homossexuais por um período da história, assim como outros grupos vulneráveis, não podiam frequentar a escola, quem dirá uma instituição de ensino superior. Porém, com muitas lutas a inserção de homossexuais na educação foi possível.

3 HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

O ambiente acadêmico deve ser alicerce da formação e disseminação de conhecimento científico, bem como é solo fértil e ambiente apto, para que haja necessariamente discussões sobre padrões sociais, devendo está aberta os valores diversos e atentos às mudanças de paradigmas da sociedade atual que está em constante evolução.

É notável que as ocorrências de fatos preconceituosos estejam associadas às demonstrações de sexualidades dentro das universidades. É mais disfarçado quando o docente ao até mesmo um discente das evidências da sua identidade diante de toda comunidade acadêmica, pressupondo que as universidades estão vinculadas a idealização da diversidade. Com esse pensamento. Ou seja,

> Para o campo educacional, a afirmação desses grupos é profundamente perturbadora. Não dispomos de referências ou de tradições para lidar com os desafios ali ampliados. Não podemos mais simplesmente "encaminha-los" para os serviços de orientação psicológica para que sejam reconduzidos ao bom, "bom caminho". Mas certamente é impossível continuar ignorando-os. (Louro, 2003, p. 49,50)

No mundo em que se enaltece uma manifestação heterossexista, o dia a dia é o espaço o qual se formulam as mais diversas escolhas e experiências do ser humano, mediante as suas hostilidades constantes partindo dos indivíduos e dos outros indivíduos que o circundam.

> É evidente que o cotidiano se caracteriza pelo repetitivo em relação ao factual, pela continuidade e permanência, até porque o cotidiano estrutura o modus vivendi que esconde o movimento temporal. Com isso não significa dizer que o cotidiano não seja um lugar de criação, inovação, do espontâneo, do jogo, do imaginário da festa e da resistência. (Tedesco, 1999, p. 200)

O cotidiano universitário deve enaltecer um ambiente com uma perspectiva menor de desigualdade, desenvolvendo a inovação no dia a dia os estudantes, buscam analisar e entender que as desigualdades resistem e reconhecem mediante os aspectos da diversidade. Entretanto, é um artificio o qual favorece o ambiente acadêmico, que apareçam pessoas influentes e que desempenhe o papel da diferença em uma sociedade a qual até agora está saturada pelos estigmas provocados pelo preconceito.

4 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana é destacado de maneira que a transfigura como um componente indispensável, ou seja, "dignidade parte da autonomia ética do ser humano, considerando esta como fundamento da dignidade do homem, além de sustentar que

o ser humano (o indivíduo) não pode ser tratado, nem mesmo por ele próprio, como objeto" (SARLET, 2001, p. 33).

Transmitente e que concubina com os direitos fundamentais e é um dos parâmetros utilizado para pelo Estado Democrático de Direito, consoante o inciso III, do art. 1º, da Constituição Federal de 1988, atuando de mesmo modo como um recurso que conduz na técnica de interpretação, inserção e aplicabilidade de diretrizes constitucionais e também infraconstitucionais. De acordo com Nunes (2010, p. 65) é o "verdadeiro supraprincípio constitucional que ilumina todos os demais princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais".

Conforme Nunes (2010, p. 60) a "dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica". Sendo que, para Castilho (2013, p. 234) "(...) a dignidade da pessoa humana constitui valor a embasar todo o ordenamento jurídico pátrio". Com isso,

> A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. (Moraes 2002, p. 128).

Não nos encontramos perante a dignidade humana, no entanto, da dignidade destinada à pessoa humana mediante sua particularização, não possibilita o suplício dos direitos e garantias dos indivíduos. A dignidade da pessoa humana é uma referência constitucional unificadora dos direitos fundamentais inerentes à espécie humana, ou seja, daqueles direitos que visam garantir o conforto existencial das pessoas, protegendo-as de sofrimentos evitáveis na esfera social.

Desta forma, nota-se a relevância do princípio da dignidade humana, assim, "[...] nos dias de hoje, já não é mais aceitável pensarmos em Estado Democrático de Direito que não assegure ou reconheça a dignidade da pessoa humana como princípio basilar." (MILLON, 2007, p. 20).

5 DIREITO À IGUALDADE

O princípio da igualdade corresponde a um dos princípios estabelecidos ao Estado de Direito como também ao Estado Social, configurando-se da maneira que se denomina como princípio da justiça social. Existe um avanço no momento em que se preserva a igualdade de adequação e está ligado diretamente com a efetivação das garantias econômicas, direitos culturais e sociais. Sendo capaz de operacionalizar-se como fundamento adequado a política de contrapeso da diversidade e de oportunidade mediante a passividade do Estado.

> O princípio da igualdade consagrado pela Constituição opera em dois planos distintos. De uma parte, frente ao legislador ou ao próprio executivo, na edição, respectivamente, de leis, atos normativos e medidas provisórias, impedindo que possa criar tratamentos abusivamente diferenciados a pessoas que se encontram em situações idênticas. Em outro plano, na obrigatoriedade ao intérprete, basicamente, a autoridade pública, de aplicar a lei e atos normativos de maneira igualitária, sem estabelecimento de diferenciações em razão de sexo, religião, convicções filosóficas ou políticas, raça, classe social. MORAES (2011, p. 87).

A noção de igualdade é fundante das normas gerais que são garantidas pelos direitos fundamentais. Igualdade tem sua compreensão de maneira formal, uma expressão de sentido assemelhado a igualdade jurídica e análoga a liberdade, conforme Canotilho (2011, p. 427) para todos os indivíduos com as mesmas características devem prever-se, através da lei, iguais situações ou resultados jurídicos.

No Brasil, a Carta Magna de 1988, pressagia a igualdade eficiente a qual corresponde a igualdade de capacidade virtual uma prerrogativa que todos as pessoas possam ter o direito a uma capacitação congênere a lei, visando os parâmetros do ordenamento jurídico, entretanto, segundo Nunes e Santos (2012, p.38), as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

6 HOMOSSEXUALIDADE UM DIREITO DE SER

Na esfera terminante, os diretos apresentam-se após a concretização dos acontecimentos em meio à sociedade. Logo após, a concretização é onde a sociedade mobiliza-se para determinar diretrizes que resguardam a vítima.

Ihering (2001, p. p.31) diz que "a vida do direito é a luta, a luta dos povos, de governos, de classes, de indivíduos. O propósito do direito resguarda o direito a paz, o enfretamento a forma que achou para de adquiri-lo".

Portanto, com a finalidade que os homossexuais estejam resguardados e apresentados, é preciso que se tenha muita determinação e luta. No entanto, os enfretamentos serão constantes, não fazendo contrário aos outros direitos que os salvaguardam e corresponde a dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 designa na sua competência uma norma jurídica que tem por objetivo preservar os direitos a todos, e na ausência de prerrogativas próprias relativas aos homossexuais, faz se necessário disfrutar da norma geral em escala suprema:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
> I - independência nacional;
> II - prevalência dos direitos humanos.

O artigo 5º da Carta Magna, cujo um dos frutos dos direitos humanos, deste modo:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no

País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática apresentada nesse artigo se faz muito pertinente e relevante, haja vista que, a necessária inclusão dos homossexuais no contexto universitário é uma demanda que se importante, devido a crescente realidade que advém da projeção que os alunos universitários heterossexuais fazem dos outros alunos universitários homossexuais, sendo capaz de transpor de um diversificado panorama em circunstância das transcendências familiares, como também religiosa, cultural e histórica num contexto geral.

Nesta seara, é extremamente importante averiguar na contemporaneidade, através da aplicação de ações afirmativas dentro do contexto universitário, como se dá a convivência acadêmica e social entre os universitários heterossexuais e homossexuais. Desta forma, haverá possibilidade distinguir em que nível, aspecto e forma se centraliza a discriminação e preconceito permeado dentro das universidades, possibilitando criar e estabelecer parâmetros iniciais para diminuir e combater essa presumível discriminação.

Sendo assim, através da prática de ações afirmativas que tenham por objetivo esclarecer através de informações e dados relevantes dentro da temática homossexual e inserir essa comunidade especificamente com ações inclusivas com o objetivo de eliminar desigualdades, preconceitos historicamente acumulados e dissipados, assegurando assim a garantia do direito de igualdade para promover a aceitação dos universitários homossexuais, e um maior esclarecimento, promovendo por fim, a aceitação e uma maior intelectualizarão pessoal e respeito para com o semelhante.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Constituição da República Federativa de 1988**. Congresso Nacional, Brasília, 1988.

BUENO, Francisco Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. 6. ed. São Paulo: FTD, 2007. p. 413.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Maria Berenice (2000**). União homossexual: o preconceito & a justiça.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. América do Norte, 4 1 12 2009. Disponível em: http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1646/1569. Acesso em 06 nov. 2019.

ESTEFAM, Andre**. Homossexualidade, prostituição e estupro:** um estudo à luz da dignidade humana. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Revista Subjetividades**, v. 15, n. 1, p. 124-129, 2015. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4527. Acesso em 04 de nov.2019.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. **O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual":** um exercício de construção de identidades Periódicos eletrônicos em psicologia, Ribeirão Preto, vol.17, n. 2, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 389X2009000200023>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação:** uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 30 ed. São Paulo: Malheiros. 2009. p. 38-39.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOREIRA, F.F, & Madrid, D (2008). A homossexualidade e a sua história. **Revista Etic - Encontro de Iniciação Científica,** 4 (4), sp.

MILLON, Lara Vanessa. **Princípio da dignidade da pessoa humana e acesso à justiça**. Ano 2007. 146 f. Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007.

NUNES, Rizzatto**. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. 3º ed. rev. e ampl.. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001

SARLET, Ingo W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.** 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. **Introdução:** para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf. Acesso 05 de nov. 2019.

SILVIA, Lane T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. ed. de 1994.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do Cotidiano:** introdução à constituição e um campo de analise social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999

TONIETTE, Marcelo Augusto. **Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade**. Revista brasileira de sexualidade humana, São Paulo, vol. 17, n.1, p.44, jan.2006. Disponível em http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/9842654/Revista%20Brasileira%20de%20Sexualidade %20Humana%20-%20volume%2017.pdf. Acesso em: 05 nov.2019.

DOS CRIMES DOLOSO E CULPOSO NO TRÂNSITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VISÕES DO SABER COMUM E AS TRAZIDAS PELO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Jaime Rodrigues da Silva [229]
Bárbara Regina Cardoso Rodrigues da Silva [230]
Cláudia Regina Cardoso Rodrigues da Silva [231]

EIXO 2 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO:
O Direito Penal, como manifestação da intelectualidade humana, utiliza-se de termos, conceitos, expressões e definições que, na maioria das vezes, impedem que o cidadão de saber comum interprete corretamente situações que envolvem crimes no dia a dia, de conhecimentos específicos, como aqueles que tratam sobre homicídios doloso e culposo no trânsito. A mídia de um modo geral (Rádio, TV, Internet) tem causado um desserviço à sociedade, quando promove, por exemplo, notícias sensacionalistas na busca de maiores índices de audiência e não informa, corretamente, sobre conceitos descritos no corpo do texto. O nosso objetivo com a intervenção foi de analisar, como um grupo de indivíduos interpretava fatos descritos em reportagens, vinculadas no site G1 (portal globo), sobre acidentes de trânsito. Nesse sentido, a "Lei Seca" tem sido um avanço para popularizar os termos científicos, mas o que se observa é uma diminuição nas operações que visam coibir essa conduta, favorecendo que muitos motoristas façam uso de bebidas alcóolicas ou de drogas ilícitas para depois conduzirem veículos automotores. Para sustentar o trabalho utilizamos a metodologia do estudo com pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário e análise de conteúdo, segundo BARDIN (1977). Os resultados, mesmo com poucos sujeitos entrevistados, confirmaram a suspeita de que muitos leitores não conseguem relacionar a leitura com a interpretação dos fatos. Contudo, o tema se torna relevante a medida que informa a comunidade acadêmica sobre as dificuldades que o cidadão comum encontra para refletir e formar opinião sobre questões relevantes do cotidiano (saber comum), mas que dependem do conhecimento científico.
Palavras-chave: Crimes do Trânsito. Homicídios Doloso e Culposo. Lei Seca. Análise de Conteúdo.

RESUMEN:
El derecho penal, como manifestación de la inteligencia humana, utiliza términos, conceptos, expresiones y definiciones que, la mayoría de las veces, evitan que el ciudadano sepa interpretar

[229]Mestre em Química Analítica Ambiental e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática/UFS. Graduando em Direito/FSLF. Professor de Física e Química nas secretarias de Educação de Alagoas (SEDUC) e Sergipe (SEED). E-mail: profjaimersilva@gmail.com
[230]Graduanda em Direito/UNIT. E-mail: barbaracardoso_@outlook.com
[231]Especialista em Ensino de Educação Física/FAVENI. Licenciada em Educação Física/Estácio-Fase. Bacharelanda em Fisioterapia/FSLF. Professora de Educação Física na secretaria de Educação de Alagoas (SEDUC). E-mail: claudiarcrsilva@gmail.com

correctamente las situaciones que involucran delitos cotidianos, conocimiento específico, como los que tratan con homicidios intencionales y culpables en el tráfico. Los medios en general (Radio, TV, Internet) han causado un mal servicio a la sociedad cuando promueven, por ejemplo, noticias sensacionales en busca de una audiencia más alta y no informan correctamente sobre los conceptos descritos en el cuerpo del texto. Nuestro objetivo con la intervención fue analizar cómo un grupo de individuos interpretó los hechos descritos en los informes, vinculados en el sitio web G1 (portal del portal), sobre accidentes de tráfico. En este sentido, la "Ley seca" ha sido un avance para popularizar los términos científicos, pero lo que se observa es una disminución en las operaciones destinadas a frenar esta conducta, favoreciendo que muchos conductores utilicen alcohol o drogas ilícitas para conducir más tarde. Vehículos de motor. Para apoyar el trabajo, utilizamos la metodología de estudio con investigación bibliográfica, aplicación de cuestionarios y análisis de contenido, según BARDIN (1977). Los resultados, incluso con pocos sujetos entrevistados, confirmaron la sospecha de que muchos lectores no pueden relacionar la lectura con la interpretación de los hechos. Sin embargo, el tema se vuelve relevante ya que informa a la comunidad académica sobre las dificultades que enfrentan los ciudadanos comunes para reflexionar y formarse opiniones sobre temas cotidianos relevantes (conocimiento común), pero que dependen del conocimiento científico.
Palabras clave: Delitos de tráfico. Doloso y Homicidios Culpables. Ley seca. Análisis de contenido.

1 INTRODUÇÃO

As estatísticas que acompanham os delitos e desvios de conduta no trânsito mundial, não são muito animadoras. Segundo a folha informativa (versão *on line*) sobre acidentes de trânsito da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2019), órgão vinculado a Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente, 1,35 milhão de pessoas morrem a cada ano em decorrência de acidentes no trânsito, custando aos cofres públicos 3% do produto interno bruto (PIB) de alguns países. Mais da metade das mortes ocorrem com usuários vulneráveis, ou seja, pedestres, ciclistas e motociclistas, onde 90% são pessoas que residem em países de baixa e média renda. As lesões fatais envolvem crianças e jovens na faixa etária de 5 a 29 anos e tornam incapazes para as atividades, um quantitativo entre 20 e 50 milhões de pessoas, anualmente.

A OPAS (2019) indica alguns fatores importantes, que podem ser utilizados na prevenção de acidentes e na diminuição de sequelas as vítimas, mas que muitas vezes são ignorados ou negligenciados. Citamos, por exemplo, a melhoria dos sistemas de segurança; o respeito aos limites de velocidade; a não condução de veículos automotores sob influência de

álcool e outras substâncias; o uso de equipamento de segurança, como capacetes, cintos e sistemas de retenção para crianças; evitar a direção distraída, pelo uso de celular; o investimento na segurança da infraestrutura viária; o descumprimento das normas e leis de trânsito.

No Brasil, a OPAS e a OMS tem apoiado diversas ações para melhorar a segurança do trânsito. O projeto "Vida no Trânsito", implantado em 2010 e executado até 2014, foi adaptado do programa "Bloomberg Philantropies – Global Road Safety Partnership", voltado à redução das mortes e lesões causadas no trânsito, com o financiamento da Fundação Bloomberg e coordenação global da OMS. O "Vida no Trânsito" contou com apoio do Governo Federal e foi desenvolvido em cinco capitais (Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Palmas e Teresina), que posteriormente foi expandido nacionalmente.

De acordo com as recomendações e informações trazidas pela OPAS, duas observações são pertinentes para justificar esta pesquisa: a condução de veículos automotores sob influência de álcool e outras substâncias e o descumprimento das normas e leis de trânsito. Apesar de campanhas de conscientização e da fiscalização do Estado, as causas de acidentes já descritas se combinam com a prática de "rachas" e do uso de celular ao dirigir, que configuram crime com dolo e culpa.

Nossa pesquisa surgiu de uma inquietação e que levou a pergunta: "será que o cidadão comum ao receber uma informação, vinculada em um meio de comunicação sobre crimes no trânsito, consegue identificar termos específicos do direito penal como: homicídio doloso, homicídio culposo, dolo eventual e ou culpa consciente"? Para responder a essa pergunta, buscamos num grupo aleatório de 10 sujeitos, na faixa etária entre 18 e 54 anos, aplicar um questionário com perguntas abertas e que eram apresentadas combinadas duas reportagens de acidentes de trânsito retiradas do site de notícias G1 (https://g1.globo.com), do portal globo.

A pesquisa teve caráter bibliográfico, com análise qualitativa e permitiu perceber que 90% dos entrevistados, portanto a suprema maioria, não entendia os termos do direito, não buscava pesquisar estas palavras (quando possível) e nem conectava o seu significado, restringindo-se apenas ao que havia sido vinculado na reportagem. Entendemos, que o quantitativo de sujeitos utilizados é pequeno, mas não se pode descartar o resultado, pois se trata de uma constatação daquilo que é recorrente: os meios de comunicação não se preocupam

em repassar a informação completa, mas na maioria das vezes utilizam artifícios para chamar atenção do leitor/expectador com o simples interesse comercial.

2 SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A fim de facilitar a ordenação dos conteúdos e permitir uma maior sustentação na discussão, separamos a seção de desenvolvimento em subtemas. Não se trata de algo inédito em pesquisa científica, mas sugere uma técnica de maior conformidade com as perspectivas de informar e apresentar o trabalho, seja na metodologia ou nos resultados e discussão. Sendo assim, acreditamos que foi possível construir um texto mais didático e prazeroso para o leitor.

2.1 DISCUSSÕES SOBRE SABER (SENSO) COMUM E CIENTÍFICO

Iniciamos a seção de desenvolvimento com os termos que deram título a pesquisa, ou seja, saber ou senso comum e conhecimento científico. Acreditamos, ser importante discutir a diferença e a necessidade de convivência de ambos para a sociedade contemporânea.

O Saber Comum ou Senso Comum (SC), enquanto conceito filosófico, surgiu no século XVIII e segundo Santos (2003, p. 36), trata-se "de um senso que se pretende natural, razoável, prudente, um senso que é burguês e que, por uma dupla implicação, se converte em senso universal".

A discussão sobre o SC já foi defendida por diferentes campos de estudo. Bachelard (1984, 1986), nas ciências naturais; Santos (2003, 2004), no ramo da sociologia; Freire (1996, 1999), pela reflexão pedagógica; Gramsci (1979, 1981), pelo olhar do marxismo moderno; Moscovici (2003), a partir da psicologia social. Mas, todos foram atraídos por uma única questão: o senso comum e sua problemática relação com o conhecimento científico.

Gramsci (1981), por exemplo, combatia a concepção hegemônica trazida pelo termo e por uma questão ideológica, descreve que a classe dominante busca utilizar de mecanismos de controle da informação, seja no campo social, econômico ou político:

> [...] a filosofia do senso comum é a filosofia dos não filósofos, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio (GRAMSCI, 1981, p. 143).

Na concepção das classes populares, o SC é caracterizado por uma visão distorcida, desagregada e incoerente do mundo, o que sugere uma compreensão marcada pela presença da ideologia dos grupos dominantes. Portanto, acreditam que avançar do SC no sentido da consciência filosófica (conhecimento científico), "significa passar de uma concepção fragmentada, incoerente, desarticulada, implícita, desagregada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional ativa e cultivada" (SAVIANI, 1980, p.10).

Como professor/educador não poderia deixar de citar a concepção de Freire (2001) para o SC, que brota de suas vivências cotidianas e da valorização do saber imediato. Em Pedagogia dos sonhos impossíveis, Freire argumenta:

> [...] uma coisa continua em mim, como pessoa e como educador, quer pensando a prática educativa quer fazendo a prática educativa, é um profundo respeito à figura do educando, ao gosto do educando e à formação do educando. [...] E um grande respeito, também, pelo saber "só de experiências feito", como diz Camões, que é exatamente o saber do senso comum. Discordo dos pensadores que menosprezam o senso comum, como se o mundo tivesse partido da rigorosidade do conhecimento científico. De jeito nenhum! A rigorosidade chegou depois (FREIRE, 2001, p. 232).

E finalmente ao partir dessas considerações, chegamos à argumentação freireana em Pedagogia da esperança, que é um reencontro com a Pedagogia do oprimido e que reafirma seu respeito aos saberes populares e que eles constituem a base fértil para a construção do conhecimento científico. Para ele,

> [...] possivelmente foi a convivência sempre respeitosa que tive com o "senso comum", desde os idos de minha experiência no Nordeste brasileiro, a que se junta a certeza que em mim nunca fraquejou de que sua superação passa por ele, que me fez jamais desdenhá-lo ou simplesmente minimizálo. Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do "senso comum", também não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o "saber de experiência feito", parta do conhecimento sistemático do (a) educador (a) (FREIRE, 2008, p. 58-59).

A ideia de trazer para o campo do Direito, mais precisamente do Direito Penal, uma parte da problemática que envolve as discussões sobre saber comum e saber científico, advém das leituras e interpretações que temos feito sobre a forma com que a informação é oferecida

aos cidadãos. Respeitar o saber (senso comum) do indivíduo e oferecer a este uma maneira de ter contato com o conhecimento científico é uma das funções dos meios de comunicação. Mas, sabemos que muitas vezes um simples texto com definições e termos técnicos pode "espantar" o leitor e que as mídias, em geral, utilizam-se de "expressões e frases convidativas" para levar o indivíduo a se interessar pela leitura. No entanto, até que ponto esta postura interessa ao país que buscamos construir?

2.2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

A seguir iremos escrever sobre a evolução das leis de trânsito e as tentativas de punir e coibir os acidentes. Inicialmente, utilizamos o estudo de Franz e Seberino (apud MOLETA, 2012), para inserir a causa que motivou a preocupação das autoridades em normatizar a recente presença do automóvel no território brasileiro. Em 1897, o primeiro veículo a chegar ao Brasil veio importado da França e pertencia ao ativista José do Patrocínio, amigo do poeta Olavo Bilac. Este, ao emprestar o carro, proporcionou o primeiro acidente de trânsito que se tem notícia no Brasil. Com o acontecimento as autoridades, principalmente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, estimam a necessidade de disciplinar o trânsito, criando em 1903 a concessão de licença para dirigir.

A primeira legislação nacional de trânsito foi instituída pelo Decreto nº 8.324, assinado em 1910, pelo presidente da Nilo Peçanha, que regulamentava o serviço de transporte por automóveis de passageiros e mercadorias, instituía os atos do Poder Executivo, a concessão e a construção de estradas, a implantação de medidas de segurança, fiscalização e penalidades que visavam organizar o tráfego que naquela época se limitava a poucos automóveis, os quais eram itens de luxo e veículos de carga (BRASIL, 2010).

O Brasil assinou a Convenção sobre o Trânsito Viário de Genebra, no ano de 1949, aderindo a regras que buscavam simplificar o tráfego internacional, além de aumentar a segurança nas rodovias. Como o quantitativo de automóveis crescia rapidamente, era de se esperar também um aumento no número de sinistros com vítimas fatais. Portanto, houve a necessidade de construir um código com normas relativas ao trânsito brasileiro, criando tipos penais de trânsito, como por exemplo, lesão corporal culposa e o homicídio culposo.

No ano de 1998 entrava em vigor o Código de Trânsito Brasileiro (CBT), regulamentado pela Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, com previsão de punição rigorosa para os que cometiam infrações e crimes no trânsito.

A motivação dos legisladores e juristas decorria da necessidade de se posicionarem sobre a perda de vidas resultantes de atitude descuidada, negligente ou imprudente de motoristas que arriscam suas próprias vidas e de terceiros. Sendo assim, o CBT tipifica as ocorrências em: homicídio culposo (art. 302); lesão corporal culposa (art. 303); omissão de socorro (art. 304); fuga do local do acidente (art. 305); embriaguez ao volante (art. 306); violação da suspensão ou proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor (art. 307); disputa ou competição automobilística não autorizada (art.308); direção sem habilitação (art. 309); permissão ou entrega temerária da direção de veículo a determinadas pessoas (art. 310); velocidade incompatível (art. 311); fraude processual (art. 312). Estes artigos permitem a adequação do fato concreto ao modelo legal.

A Lei Seca nº 11.705, acrescentou à legislação de trânsito brasileira, em julho de 2008, alterações visando diminuir o número de mortes no trânsito causadas por embriaguez ao volante, sendo uma delas a tolerância de alcoolemia zero e impondo penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência do álcool (BRASIL, 2010).

Ao se envolver em um acidente de trânsito, que resulta em morte ou lesão corporal de outra pessoa, por exemplo, o condutor do veículo comete um crime que pode configurar a existência de dolo eventual ou culpa consciente. Nesse sentido, o surgimento da teoria finalista da ação, criada por Hans Welzel em 1931, facilitou a interpretação dos juristas ao propor uma nova visão do crime, passando a ser considerado como produto de uma ação final, de um querer humano (PRADO 2014, p.123). Pode-se afirmar, portanto, que a relevância do ato se concentrou na vontade humana e reafirmou que o crime é um fato típico, ilícito e culpável, a conduta está relacionada ao fato típico, o dolo e a culpa são elementos dessa conduta.

No próximo passo da pesquisa iremos discutir os termos da doutrina penal, que trata das implicações dos crimes de dolo e culpa, bem como esclarecer sobre os termos de homicídio doloso/culposo, dolo eventual e culpa consciente.

2.3 DOS CRIMES DOLOSO E CULPOSO NO TRÂNSITO

O Código Penal Brasileiro descreve o crime nas formas dolosa e culposa. Neste contexto, o agente que desejar o resultado ou assumir o risco de produzi-lo será enquadrado na modalidade de crime doloso. E, aquele que por negligência, imprudência ou imperícia causar um resultado a terceiro será responsabilizado pelo crime culposo.

Segundo Greco (2016), o dolo é caracterizado quando o agente tem consciência da prática do delito e tem vontade de praticá-lo, ou seja, "é a vontade e consciência dirigidas a realizar a conduta prevista no tipo penal incriminador" (GRECO. 2016, p.285). Já, Mirabete (2009), explica que para haver caracterização do dolo é necessário juntar dois elementos: a consciência (previsão ou representação, que é o conhecimento do fato como sendo uma ação típica) e a vontade (que consiste no elemento volitivo de realizar o fato). E, para Zaffaroni (1977), o dolo consiste no fato de querer o resultado típico, ou seja, é a vontade realizadora do tipo objetivo.

Existem várias teorias para conceituar o dolo, outras para explicá-lo e algumas para promover a distinção entre o dolo eventual e a culpa consciente, mas nos atemos a citar a teoria da vontade, a da representação e a do assentimento. Na teoria da vontade, age dolosamente quem pratica a ação consciente e voluntariamente (BITENCOURT, 2014. p. 361). Para a teoria da representação, o dolo é a simples previsão do resultado; é a consciência de que a conduta provocará o resultado (MIRABETE, 2009. p. 126). Mas, a teoria do assentimento ou consentimento, indica que faz parte do dolo a previsão do resultado a que o agente adere, não sendo necessário que ele o queira, ou seja, há dolo quando o agente consente em causar o resultado ao praticar a conduta.

No art. 18, inciso I, do Código Penal a doutrina descreve: "Diz-se o crime: doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo". Conforme indica o dispositivo, a primeira parte diz respeito à teoria da vontade (dolo direto), quando o agente realiza a conduta com o intuito de obter o resultado. E, a segunda parte refere-se à teoria do assentimento e trata do dolo eventual. Sendo assim, a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, apesar deste querer algo diverso, mas na previsão que sua conduta possa acarretar o fato típico este assume mesmo assim o risco de concretizá-lo.

A doutrina ensina que há diversas espécies de dolo, entretanto nesta pesquisa somente destacaremos os dolos direto e indireto. Desse modo, o dolo direto aparece quando o agente

comete a conduta descrita no tipo, com o objetivo de produzir o resultado pretendido. Ainda, segundo Bitencourt (2000, p. 209), o dolo direto pode ser classificado em primeiro grau ou imediato e dolo direto de segundo grau ou mediato:

> [...] haverá dolo direto de primeiro grau, por exemplo, quando o agente, querendo matar alguém, desfere-lhe um tiro para atingir o fim pretendido. No entanto, haverá dolo direto de segundo grau quando o agente, querendo matar alguém, coloca uma bomba em um táxi, que explode, matando todos (motorista e passageiros). Inegavelmente, a morte de todos foi querida pelo agente, como consequência necessária do meio escolhido. Em relação à vítima visada o dolo direto foi de primeiro grau; em relação às demais vítimas o dolo direto foi de segundo grau (BITENCOURT, 2013, p.190).

O dolo indireto se divide em alternativo e eventual. Contudo, destacaremos a questão da eventualidade. O dolo eventual pode ser identificado quando o agente, embora não queira praticar a infração penal, não se abstém de agir e, com isso, assume o risco de produzir o resultado que por ele já havia sido previsto e aceito (GRECO, 2013, p. 192). Em outras palavras, apesar do agente prever o resultado este aceita o risco de produzi-lo, pois considera mais importante sua ação do que o resultado.

2.4 METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho foi iniciado com um questionário, composto de duas perguntas e apresentado a dez sujeitos escolhidos de forma aleatória. As indagações foram construídas tendo como referência duas reportagens retiradas do site G1, sobre acidentes de trânsito. Após, iniciamos uma pesquisa bibliográfica com o intuito de argumentar e sustentar as discussões sobre a proposta defendida no trabalho, ou seja, de verificar como o cidadão comum (de saber de senso comum) consegue identificar termos específicos do Direito Penal.

Foi possível perceber de forma clara, que a grande maioria dos entrevistados, cerca de 90%, não conseguiam analisar e interpretar as características, o que denota a necessidade para alguns em receber estas explicações. Observamos que para outros, o contato com a notícia é a principal fonte de informação e formadora de opinião, pois a grande maioria alegou não dispor de tempo para ler ou buscar a informação em outra fonte, como em livros, por exemplo.

Abaixo representamos a tabela, com a descrição das reportagens e dos termos que são específicos do direito penal.

Tabela 1 – Reportagens retiradas do Portal de Notícias G1

Site da internet (data da publicação)	**Título da Reportagem → termo do Direito Penal**
G1 (04/11/2019)	Juiz diz que motorista assumiu o risco de atropelar e matar criança de 3 anos, em Curitiba → **Dolo Eventual**
G1 (04/11/2019)	Motorista embriagado invade calçada e duas mulheres morrem atropeladas em SC → **Lesão corporal culposa**

Fonte: (https://g1.globo.com), acesso nov. 2019.

As perguntas apresentadas aos sujeitos foram associadas aos trechos das reportagens, que continham os termos de "dolo eventual" e "lesão corporal culposa", onde na pergunta 1: o que você entende por Dolo Eventual? Descreva resumidamente; na pergunta 2: qual o seu entendimento sobre "lesão corporal culposa", de acordo com a descrição da reportagem?

Para a reportagem de número 2, o fragmento do texto utilizado corresponde a: "A polícia autuou o motorista em flagrante e ele vai responder por homicídio culposo, quando não há a intenção de matar, e **lesão corporal culposa** em acidente de trânsito". E, na reportagem 1, usamos o trecho: "Conforme a decisão, Bruno Alisson Batista Ventura, que está preso por tempo indeterminado, agiu com **dolo eventual** pela falta de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), excesso de velocidade, tráfego pela contramão em local de grande movimento e concentração de crianças e embriaguez ao volante".

Com o recebimento da resposta do entrevistado, foi apresentado uma ficha com a definição destes termos, assim como outros do campo do Direito Penal com o caráter de informar.

Tabela 2 – Trechos mais significativos nas respostas dos sujeitos entrevistados para as perguntas 1 e 2

Sujeitos Pesquisados	**Respostas ("Dolo Eventual" e "Lesão Corporal Culposa")**
S1 (ajudante de caminhão)	1. é a dor causada no acidente; 2. são os graves ferimentos;
S2 (motorista de ônibus)	1. dolo é a intenção da inflação; 2. são os resultados do acidente, as lesões da ação da culpa;
S3 (cuidadora de idosos)	1. é quando alguém tem a intenção de cometer um crime; 2. são os danos, fraturas e feridas causados pelo crime;
S4 (vigilante)	1. é quando o agente assume o risco; 2. Quando o condutor provoca uma lesão por negligência; imperícia ou imprudência
S5 (nutricionista)	1. é o crime por acaso e sem intenção; 2. é a lesão por vontade própria;

S6 (professor)	1. dolo eventual é quando o crime acontece de forma ocasional; 2. lesão corporal culposa é aquela causado por vontade;
S7 (vendedor)	1. dolo é quando se mata no trânsito; 2. a pessoa ataca sem arma, com uma faca ou canivete;
S8 (atendente de farmácia)	1. dolo é quando se morre por acidente; 2. a pessoa feri outra sem gravidade, mas no hospital ocorre a morte;
S9 (músico)	1. o dolo é morte sem querer; 2. é o acidente com uso de bebidas alcoólicas;
S10 (bancário)	1. acidente com morte; 2. Acidente com ferimento grave;

Fonte: Própria autoria (2019).

O sujeito S4 foi aquele que mais se aproximou da definição correta, talvez pela necessidade da profissão (vigilante) ou pelo condicionante de estar se preparando para o concurso da Polícia Militar da Bahia. Os outros profissionais, com formação média (3, 7, 8 e 9) não conseguiram relacionar os termos. Os que cursaram a universidade, como S5, S6 e S10 construíram respostas mais elaboradas, mas com pouco ou nenhuma relação com o tema. E, aqueles com ensino fundamental (sujeitos 1 e 2), as respostas foram inconclusivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi discutido anteriormente nossa pesquisa surgiu de uma inquietação, que levou a uma indagação. A este incômodo, natural dos que atuam no campo educacional, buscamos construir uma justificativa, que muitos chamam de “estado da arte”, mas que foi consolidado por uma pesquisa bibliográfica e da busca no portal de notícias G1 sobre reportagens, com textos científicos para contrapor a ideia central.

A pesquisa levou a uma análise de dados de forma qualitativa, mas reconhecemos a necessidade de aprofundar os estudos para compor um conjunto mais amplo de sujeitos pesquisados. No entanto, a escolha de duas perguntas baseadas em duas reportagens e com somente dez sujeitos participantes não deixou de trazer um resultado positivo. Ficou claro que o sujeito com formação na área de segurança e conhecimentos básicos do Direito Penal, respondeu mais satisfatoriamente.

A continuidade da pesquisa com novos termos do Direito Penal e questionamentos baseados em uma maior diversidade de reportagens, vislumbra um novo campo de análise e com implicações na tentativa de facilitar o acesso às informações pelo cidadão comum.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. A Filosofia do Não; **o novo espírito científico:** a poética do espaço. seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Traduções de Joaquim José Moura Ramos (et. al.) – 2 ª ed., Os Pensadores – São Paulo, Editora Abril Cultural, 1984.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1996.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 1997. Edições 70.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal:** parte geral. Vol. 1. 20ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 361.

BITENCOURT, C. R. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2000. v. I. p. 209. In: GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 15. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Impetus, 2013. p. 190.

DE OLIVEIRA NUNES, V. M. **Exame do bafômetro:** a constitucionalidade de sua obrigatoriedade para aferição da embriaguez ao volante. Juris Rations-ISSN 2237-4469, v. 7, n. 2, p. 83-102, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

GERMANO, M.; KULESZA, W. **Ciência e Senso Comum:** entre rupturas e continuidades. Cad. Bras. Ens. Fís., v. 27, n. 1: p. 115-135, abr. 2010.

GERMANO, M. G.; DOS SANTOS FEITOSA, S. Ciência e senso comum: concepções de professores universitários de Física. **Investigações em Ensino de Ciências,** v. 18, n. 3, p. 723-735, 2016.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História.** Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRECO, R. **Curso de direito penal:** parte geral. 15. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Impetus, 2013. p. 192.

HONORATO, C. M. Crimes de Trânsito: análise crítica da doutrina e da jurisprudência. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 859, p. 457-484, 2007.

JANUÁRIO, T. F. X. Dos limites entre o Dolo Eventual e a Culpa Consciente: uma análise dos crimes de trânsito a partir da teoria da ação significativa. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 19, n. 30, 2017.

MIRABETE, J. F. **Manual de direito penal**. 25. ed. rev. e atual. São Paulo. Atlas, 2009. p. 126.

MOSCOVICI, S., **Representações sociais:** investigação em psicologia social. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

OLIVEIRA, D. K. de. A supressão da culpa consciente no sistema jurídico-penal brasileiro: o caso do homicídio de trânsito. **Revista Jurídica:** órgão nacional de doutrina, leg. e crítica judiciária, Porto Alegre, v. 59, n. 409, p. 101-112, 2011.

OLIVEIRA, B. Q. **Lineamentos sobre o Dolo Eventual e a Culpa Consciente nos Crimes de trânsito**. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza), v. 3, n. 6, p. 33-46, 2019.

RODRIGUES, E. H. S. **Dolo eventual ou culpa consciente nos crimes de trânsito por embriaguez**. 2017.

RIO, J. J. do. **É necessária a realização de exame sanguíneo para a comprovação do crime de embriaguez ao volante quando o condutor já tiver se submetido a teste em aparelho de ar alveolar pulmonar?**. 2011.

RICCI, C. M.; ANZOLIN, C. R. Aspectos polêmicos do dolo Eventual e da Culpa Consciente do Homicídio no Trânsito. In: **Anais do Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, 2014.

SANTOS, B. S., **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 2003.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. 2a ed. São Paulo, Cortez, 2004.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

PORTELA, L. M. C. **Acidentes de trânsito sob a influência de álcool com vítimas fatais: crimes de homicídio doloso e culposo no Brasil**, 2016.

QUANDT, G. de O. **A teoria da actio libera in causa e inimutabilidade por embriaguez:** limites e possibilidades no direito penal brasileiro, 2016.

DIREITOS HUMANOS E UMA REFLEXÃO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Elson Ferreira da Silva[232]
Marcelo Andrade Santos de Deus[233]
Flávia Regina Vieira de Carvalho Góes[234]

Eixo 2 - Interlocuções Entre Conhecimento E Saber No Campo Das Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO:
O presente artigo pretende elucidar um dos problemas de conceituação presente na sociedade brasileira. O senso comum, ou seja, o saber do povo afirma seriamente que os Direitos Humanos não existe para todos e quando se reconhece a sua existência está diretamente ligada a seguinte falácia, “os direitos dos manos”, conceito esse que se fortalece desde a ascensão conservadorismo moral sendo antagônico a defesa da dignidade da pessoa humana. Através de uma pesquisa bibliografia e documental o artigo tem como objetivo gerar uma reflexão sobre essa posição que sempre está na “boca do povo”.
Palavras-chave: Direito. Dignidade. Sociedade.

ABSTRACT:
This article aims to elucidate one of the conception problems present in Brazilian society. Common sense, that is to say, the people's saber seriously states that human rights do not exist for everyone and when it recognizes their presence it is directly associated with a subsequent flaw, “the rights of men”, a concept that has been strengthened since a conservative rise being antagonistic and defense of the dignity of the human person. Through a bibliographic and documentary research, the article aims to generate a reflection on this position that is always in the “people's mouth”
Keyword: Right. Dignity. Society.

[232] Estudante de Direito da Faculdade São Luís de França, 2º Período. E-mail: <elsonhxcx @gmail.com>.
[233] Estudante de Direito da Faculdade São Luís de França.
[234] Mestranda em Aspectos Bioéticos e Jurídicos da Saúde. Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE. Professora Assistente na Faculdade São Luís de França (Grupo Tiradentes) E-mail: <flaviavcarvalhoadv@gmail.com>.

1 INTRODUÇÃO

A Carta de Direitos Humanos é publicada em 1948 por um conjunto de países que que formalizam a Organização de Nações Unidas (ONU) e ambos os acontecimentos surgem como marcos universal Pós-Segunda Guerra Mundial – o acontecimento que motiva essa organização internacional a ser criada assim como a declaração de direitos humanos, é consequência do movimento Nazista (Alemanha) e Fascista (Itália) – onde todos os governantes percebem a necessidade de fiscalizar o comportamento de todos os países evitando assim uma violação. O direito e a moral iniciam então um relacionamento de ponderação.

No Brasil em uma revisão histórica não é necessário adentra profundamente a essa matéria para encontramos registros de uma violação inescrupulosa dos direitos humanos, a escravidão é recente na memória do povo. Isso significa que no brasil:

> Uma das formas de entender a evolução dos direitos humanos no Brasil é através das diversas constituições brasileiras. Princípios de garantia dos direitos políticos e civis apareciam já na Constituição de 1824, ainda que o poder estivesse concentrado nas mãos do imperador. O objetivo era garantir principalmente a liberdade, a segurança individual e a propriedade.
> Ainda assim, no período imperial continuava a existir a **escravidão**, em que os escravizados eram tratados como produto e propriedade do senhor. As violências sofridas por estas pessoas, com a perda de liberdade, desrespeito à sua integridade física e a perda da própria vida foram nitidamente um desrespeito aos direitos humanos. (SOUZA, 2017)

Além dessas violações que eram garantidas pela constituição de 1824 se percebe nos demais períodos e suas constituições como a 1891 e 1934 pode-se notar outras violações aos direitos humanos, a autora cita em sua publicação o seguinte:

> Na Constituição de 1891, já no período republicano, foi garantido o sufrágio direto para eleição de deputados, senadores, presidente e vice-presidente. Mas o sufrágio não era universal, já que impedia o voto de mulheres, mendigos e analfabetos. Esta constituição defendia os princípios de liberdade, igualdade e justiça.
> Entre algumas medidas da Constituição de 1891 estão o direito à plena liberdade religiosa, à defesa ampla aos acusados, direito à livre associação e reunião, sem contar a criação do *habeas corpus*, como forma de remediar casos de violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.
> Com a revolução constitucionalista de 1932 e a posterior Constituição de 1934 foram estabelecidos algumas concepções de segurança ao indivíduo, como proteção ao

> direito adquirido, proibição da prisão por dívidas, criação da assistência judiciária aos necessitados (que até hoje acontece em muitos estados brasileiros) e a obrigatoriedade de comunicação imediata ao juiz competente sobre qualquer prisão ou detenção. (SOUZA, 2017)

Atualmente no Brasil impera a informação de rápida absorção, a evolução tecnologia facilita a escolha do público em busca fontes como publicações em rede sociais, correntes de whatsapp, postagem no instagram e blogs que se alinhem ao seu pensamento ideológico, o que leva a forte tentativa de revisionismo histórico e questionamento indevido aos registros de conhecimento científicos.

Os críticos aos Direitos Humanos afirmam que sua aplicação "*serve apenas para proteger bandidos*" o portal de notícias BBC em uma publicação bastante conveniente confirmando essa desinformação com a seguinte matéria "O que são direitos humanos e por que há quem acredite que seu propósito é a defesa de 'bandidos'?" a seguir um pequeno trecho:

> Direitos humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos, como, simplesmente, o direito à vida. Mas estão incluídos neles também o direito à moradia, à saúde, à liberdade e à educação." São muitos direitos - civis e políticos, como o direito ao voto, à liberdade. E o direito ao devido processo legal", diz a advogada especialista em direitos humanos Joana Zylbersztajn, doutora em direito constitucional pela USP e consultora da Comissão Interamericana de Direitos Humanos na OEA (Organização dos Estados Americanos). (GRAGNANI, 2018)

Sendo assim compreende-se que os Direitos Humanos sofre a muito tempo com uma distorção referente ao seu verdadeiro conceito que tem por consequência o pensamento errôneo e contemporâneo de que sua função é privilegia alguém que cometeu um delito. Causando então um efeito de oposição forte, como por exemplo a famosa frase "*bandido bom é bandido morto*", veja os dados apresentados pelo site G1 que compõem uma pesquisa elaborada pelo:

> A maioria dos brasileiros (57%) defende a afirmação "bandido bom é bandido morto". O índice de concordância sobe para 62% em municípios com menos de 50 mil habitantes, segundo levantamento feito pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

A população carcerária em diversas situações emblemáticas evidenciam violações aos direitos humanos, registros jornalísticos de torturas assim como depoimentos de sobreviventes

e participantes de rebeliões confirmam essas alegações, um dos casos de maior destaque nacional é o Massacre do Carandiru, onde se tem uma operação policial realizada no dia 2 de outubro de 1992, o pavilhão 9 da Casa de Detenção Carandiru resultando em 111 presos mortos e a onda de rebeliões no início de 2017 que totalizaram por fim 137 mortos. Vale ressaltar que **A Lei de execuções penais** – entrou em vigor em 11 de julho de 1984 – não acoberta tais cenários de barbáries, tida como uma limpeza social a lei defende inteiramente a ressocialização, no seu **Art. 1º** o que está descrito claramente é *"A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado",* não aceitar essa imposição legal e ainda deixar de lados os números alarmantes de encarcerados provisórios e mortos por disputa de facções dentro dos presídios é aceitar cegamente a ineficiência do Estado como se estivesse tudo bem, por isso instituições sérias como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) possuem uma relação com a defesas dos Direitos humanos – nesse caso em especial por meio de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos - que trata em auxiliar casos que violam os mesmos.

2 O QUE SIGNIFICA E PARA QUER SERVEM OS DIREITOS HUMANOS?

A declaração de direitos humanos é composta por 30 artigos, sendo eles de validade universal, vale ressaltar que os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos. A sua aplicação anda de mãos dadas com a paz, democracia e cidadania, defendê-los significa acreditar no avanço social, em um mundo rodeado de paz e garantias constitucionais.

Os Direitos Humanos segundo as Nações Unidas são classificados pelas seguintes dimensões, **Direitos de liberdade** – de natureza civil e política, protegem os indivíduos dos excessos do Estado, garantindo-lhe justiça, liberdade de expressão, crença, voto, etc. **Direitos de igualdade** – referem-se às obrigações do Estado, tais como os direitos sociais, culturais e econômicos, com o objetivo de assegurar um mínimo de bem-estar social. **Direitos de fraternidade ou solidariedade** – representam os chamados direitos difusos, que englobam o direito ao desenvolvimento ou a um ambiente saudável e equilibrado. **Direitos de quarta**

geração – os novos direitos procuram responder aos avanços sociais e tecnológicos recentes, como o Genoma humano ou o direito à informação.

Figura 1 – Declaração dos Direitos Humanos rodeada de Crianças

Fonte: Arquivo da ONU.

Portanto os direitos humanos são princípios reguladores e mínimos para que exista respeito à dignidade da pessoa humana e seu valor constitucional – receptado por todas as constituições dos países membros - possuindo como guardião a Organização dos Estados Americanos (OEA) - A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como "Sistema Interamericano", o mais antigo sistema institucional internacional - por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), criada na Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Santiago, Chile.

Figura 2 – Logo OEA

Fonte: Arquivo da OEA.

Órgão que atua diretamente no papel de fiscalizado, com a responsabilidade de notificar diretamente os países que cometerem violações dos direitos humanos.

Figura 3 – Logo CIDH

Fonte: Arquivo da OEA.

O preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos consolida a democracia e união de todos os estados que fazem parte das Nações Unidas:

> Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;
> Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem; Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;
> Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida

dentro de uma liberdade mais ampla;
Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivos dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais;
Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:
A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Os artigos presentes na Declaração dos Direitos Humanos descriminam quais as posturas dos Estados Membros, a exemplo dos artigos abaixo:

Artigo 1° - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
Artigo 2° - Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.
Artigo 3° - Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
Artigo 4° - Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.
Artigo 5° - Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
Artigo 6° - Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.
Artigo 7° - Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
Artigo 8° - Toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.
Artigo 9° - Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
Artigo 10° - Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Direitos Humanos não podem ser distratado ou considerados um fardo pela sociedade, é uma causa justa e deve ser protegida com todas as forças tanto pelo Estado, ONGS e civis. A violação desses direitos significa um golpe brutal à democracia e o início de uma sociedade mórbida, cruel e intolerante, sendo garantias que trazem vantagens a todos e não a uma minoria como é propagado de maneira tendenciosa por uma luta ideológica sem "pé nem cabeça", problematização essa que prejudica silenciosamente toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

G1. **Para 57 dos brasileiross bandido bom e bandido morto diz datafolha.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html> Acesso em: 09 nov. 2019

OAS. **Comissão direitos humanos**. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/sobre/comissao_direitos_humanos.asp> Acesso em: 09 nov. 2019.

SUPERABRIL. Como foi o massacre do Carandiru. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/> Acesso em: 09 nov. 2019.

UNESCO. Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm> Acesso em: 09 nov. 2019.

APLICAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SEUS EFEITOS NO BRASIL

Harlan Cleiton Souza Santos[235]
Alana Caroline Teles de Andrade[236]
Crislaine da Silva Santos[237]

Eixo 2 - Interlocuções Entre Conhecimento E Saber No Campo Das Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO:
O presente trabalho busca mostrar em números e conceituar o que é a audiência de custódia e como ela funciona no Brasil. A audiência de custódia está prevista na resolução do CNJ Nº 213 datada em 15 de Dezembro de 2015[238], resolução esta que juntamente com o Direito Processual Penal garante que os acusados que foram presos em flagrante delito possam ser ouvidos por um Juiz, de modo que este possa avaliar qualquer indício de irregularidade em sua prisão, como também conceder liberdade provisória com ou sem fiança, substituir prisão em flagrante por medidas cautelares diversas, converter prisão em flagrante por prisão preventiva, encaminhamentos de natureza assistencial para acusados que venham a apresentar algum problema psíquico ou químico e solicitar que sejam apuradas eventuais práticas de maus-tratos ou de tortura durante a prisão. Após o desenvolvimento de pesquisas exploratórias acerca do tema, encontrou-se casos que auxiliam a enxergar como a justiça brasileira trata do tema, mesmo que seja algo recente. A média de soltura brasileira foi de 49,55% somente no primeiro ano de vigência da audiência de custódia no Brasil. Conclui-se que a audiência de custódia busca inibir eventuais abusos proveniente dos policiais além de fazer uso de medidas cautelares como uso de tornozeleiras eletrônicas, prisões domiciliares e privações a direitos, sendo possível manter pessoas que não representam ameaça aos cidadãos em liberdade, até que ocorra o trânsito em julgado e uma eventual condenação, além de diminuir a superlotação nos presídios brasileiros.
Palavras-chave: Audiência de Custódia. Sistema de Justiça Criminal. Superlotação. Presídios.

RESUMEN:
Este trabajo busca mostrar en números y conceptualizar qué es la audiencia de custodia y cómo funciona en Brasil. La audiencia de custodia está prevista en la Resolución Nº 213 del CNJ, de 15 de diciembre de 2015, que, junto con la Ley de procedimiento penal, garantiza que los acusados que hayan sido detenidos en flagrante delito puedan ser oídos por un juez para que éste pueda evaluar cualquier prueba de irregularidad en su detención, También concede la libertad provisional con o sin fianza, sustituye el encarcelamiento en el acto de detención por diversas medidas cautelares, convierte el encarcelamiento en un acto de detención preventiva,

[235] Acadêmico do curso de Direito no 1º período, da Faculdade São Luís de França. E-mail: harlan.cleiton@sousaoluis.com.br
[236] Acadêmica do curso de Direito, da Faculdade São Luís de França.
[237] Acadêmica do curso de Direito, da Faculdade São Luís de França.

remite a los acusados que puedan presentar un problema psicológico o químico, y solicita que se investiguen los malos tratos o las prácticas de tortura durante el arresto. Después del desarrollo de la investigación exploratoria sobre el tema, se encontraron casos que ayudan a ver cómo el sistema de justicia brasileño trata el tema, aunque sea algo reciente. El porcentaje medio de liberación brasileña fue del 49,55% sólo en el primer año de la audiencia de custodia en Brasil. Se concluye que la audiencia de custodia busca inhibir posibles abusos por parte de los agentes de policía y hacer uso de medidas cautelares como el uso de tobilleras electrónicas, el arresto domiciliario y la privación de derechos, y que es posible mantener a las personas que no representan una amenaza para los ciudadanos en general hasta que sean sentenciados finalmente, además de reducir el hacinamiento en las cárceles brasileñas.
P**alabras Claves:** Audincia de Custodia. Justicia Penal. Hacinamiento. Prisiones.

1 INTRODUÇÃO

A audiência de custódia foi uma ação oriunda do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na qual o indivíduo que foi preso em flagrante é encaminhado à presença de um juiz juntamente com seu advogado, seja ele particular ou defensor público, afim de ser ouvido, daí será decidido se relaxa a prisão, se converte em prisão preventiva ou até mesmo em liberdade provisória até que o caso seja julgado, adotando medidas cautelares como uso de tornozeleiras eletrônicas, proibição de ausentar-se de sua residência nos períodos noturnos, proibição de sair da cidade em que reside sem comunicação e autorização prévia e apresentações periódicas em juízo, além de poder determinar que sejam realizados exames de corpo de delito afim de apurar se houve ou não indícios de maus-tratos ou abusos de poder por parte dos policiais que efetuaram sua prisão.

O que motivou a elaboração deste trabalho foi a necessidade de mostrar aos colegas de curso, do que se trata a audiência de custódia no intuito de desmistificar as falácias que se ouve, dizendo que a polícia prende e a justiça solta.

O objetivo principal é: mostrar que a Audiência de Custódia assegura e respeita os direitos fundamentais da pessoa que foi presa em flagrante através das agências de segurança pública do estado. Para o autuado em flagrante delito é garantida a presença do magistrado, bem como o seu direito ao contraditório antes mesmo que lhe que ocorra a deliberação que transforme em prisão preventiva a prisão em flagrante inicialmente imposta a ele.

1 O QUE É E PARA QUE SERVE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA?

Esta pesquisa foi construída no intuito de mostrar aos colegas de classe, alunos do 1º período do curso de Direito da Faculdade São Luís de França, o que realmente é a audiência de custódia, visto que diante de alguns debates em sala o termo fora citado algumas vezes de forma equivocada.

Este fenômeno é oriundo de um elemento pertencente ao Direito Penal e que a muito tempo ultrapassou as discussões jurídicas e se estendeu para o cotidiano social: a audiência de custódia, à esta se tem colocado de forma prematura e indiscriminada a liberação de indivíduos que foram presos em flagrante, porém, vai muito além disto, é uma discussão totalmente abrangente e que possibilita além da garantia dos direitos humanos, contenção de gastos aos cofres públicos e diminuição na superlotação dos presídios brasileiros.

A audiência de custódia foi elaborada através de um projeto piloto criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juntamente com o tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e o Ministério da Justiça (MJ) e colocada em prática através da resolução do CNJ de número 213 em 15 Dezembro de 2015, que visa apresentar o preso em flagrante delito a um juiz de direito, na presença de um advogado particular ou defensor público, no prazo máximo de 24 horas após a sua prisão, a fim de verificar a legalidade na prisão e se há ou não a necessidade de manutenção desta, além de averiguar se houve indícios de abusos ou tortura por parte dos policiais contra o preso. Contudo, antes disso, o que se verificava era a manutenção da prisão de maneira quase automática, sem avaliação individualizada dos casos, conforme apontado por pesquisa realizada por pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. A pesquisa revelou que os juízes se apoiam na gravidade jurídica do crime de tráfico de drogas – equiparado a crime hediondo – para justificar tanto a prisão provisória quanto a impossibilidade de que o condenado recorra em liberdade (JESUS et al., 2011).

Antes disso havia uma lei que foi aprovada em 2011 que diminuía a possibilidade de converter uma prisão em flagrante em prisão preventiva, lei de número 12.403, de 04 de Maio de 2011[239] que criou uma série de alternativas para a prisão enquanto tramitava o processo, tais

[239] A referida lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm.

como, arbitragem de fiança, comparecimento em juízo periodicamente e uso de tornozeleira eletrônica. Conforme diagnóstico realizado pelo ministério da justiça em 2016, ainda há muitas discordâncias entre os estados acerca da prática da audiência de custódia, esta lei ficou conhecida como Lei das Cautelares.

Antes de entrar em vigor no Brasil, a audiência de custódia era um assunto antigo nos tratados de direitos humanos celebrados internacionalmente, no pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos)[240] prevista no Art. 7º, Item 5, cuja redação é: Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer as funções judiciais e tem direito a ser julgado dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

Já no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)[241] o tema é garantido pelo artigo 9º, Item 3, no qual se lê que: Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença.

Apenas com estas normas ainda não era possível realizar a audiência de custódia, porém em 2015 quando o CNJ decidiu que era necessário aplicar a audiência de custódia, cada tribunal de justiça passou a tratar do tema da forma como bem entendesse, cada estado tinha suas regras, umas mais favoráveis e outras menos favoráveis aos presos, no intuito de homogeneizar o tema o CNJ editou a norma 213 de 2015 regulando minuciosamente o procedimento do ato, diante disto a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil alegou que as resoluções dos tribunais feririam a separação dos poderes, visto que, o judiciário estaria legislando e interferindo nas atribuições do Ministério Público, Defensoria Pública e da Polícia, porém o STF entendeu que

[240] O referido tratado internacional está disponível em: https://bit.ly/1IN2XLZ.
[241] O referido tratado internacional está disponível em: https://bit.ly/1UeolAo.

o Art. 2º da Convenção dos Direitos Humanos autoriza que os direitos nela previstos sejam implementados por meio de leis ou por medidas administrativas caso seja necessário, segue enunciado: Cada Estado-Signatário compromete-se a adotar, de acordo com os seus procedimentos constitucionais e as disposições desta convenção, as medidas oportunas para implementar as disposições legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos os direitos reconhecidos na presente convenção e que não estejam ainda garantidos por disposições legislativas ou de outro gênero.

"E todos nós estamos endossando, aqui e agora, a conveniência da audiência de custódia e da generalização pelo País da aplicação da Convenção Interamericana." (Barroso ADI 5.240/SP; 2015, p. 72)

2 QUAIS AS FINALIDADES DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA?

Como já fora mencionado, tem como objetivo verificar a legalidade da prisão e se há a necessidade de manutenção da mesma, sua maioria encontra-se amparado pelo Art. 310 do CPP[242] que traz em seu enunciado o seguinte:

> Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente [...] Relaxar uma eventual prisão ilegal conforme Art. 310, I do CPP, I - relaxar a prisão ilegal (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). Conceder a liberdade provisória consoante Art. 310, III do CPP. III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Substituir a prisão em flagrante por medidas cautelares diversas segundo Art. 310, II do CPP, parte final do Art. 310 e Art. 319 do CPP. II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão. Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do Caput do Art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade

[242] O Referido artigo está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm.

provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação.

Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, segundo Art. 310, II, parte inicial do CPP, como fora supramencionado. Encaminhar para assistência social, caso seja necessário. Encaminhar para que sejam adotadas as providências cabíveis, caso seja constatado que houve excesso, abusos ou torturas durante a prisão.

3 O QUE MAIS PODE SER FEITO ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA?

A implementação da audiência de custódia repercute positivamente no sistema carcerário brasileiro, pois, evita a superlotação, a superlotação nos presídios acaba gerando muita tensão por parte dos presos podendo ocasionar brigas e disputas por território sem contar com os confrontos que podem vir a acontecer com os agentes prisionais e forças policiais que venham se fazer presentes ali num momento de crise, redução de gastos dos cofres públicos, segundo revista publicada pelo CNJ, cada preso custa ao estado aproximadamente 36 mil reais por ano, levando em consideração que a população carcerária até o ano de 2016 era de 600 mil presos e o custo anual é foi aproximadamente 21,6 bilhões de reais.

Ainda segundo a pesquisa, dos 600 mil presos aproximadamente 240 mil estão aguardando condenação gerando gastos bilionários que poderiam ser economizados caso tivessem passado por audiência de custódia na época em que foram presos, estes são os pontos com mais importância no tocante a prevenção e economia aos cofres públicos, quanto mais presos mais gastos gerados, mais presídios terão que ser construídos.

Os estados que implementaram a audiência de custódia até o ano de 2016 verificaram que aproximadamente 50% das prisões preventivas foram desnecessárias, o CNJ estimou que reduzindo pela metade o número de pessoas presas sem serem condenadas, geraria uma economia de aproximadamente 4,3 bilhões por ano, além disso, deixando de prender por exemplo 120 mil pessoas evitaria a construção de 240 presídios economizando assim um total de 9,6 bilhões de reais, considerando que cada presídio com capacidade para 500 pessoas custe em média 40 milhões de reais para ser construído, dados considerados para o ano de 2016.

> A providência [implantação das audiências de custódia] conduzirá, de início, à redução da superlotação carcerária, além de implicar diminuição considerável dos gastos com a custódia cautelar. O custo médio mensal individual é de aproximadamente R$ 2 mil. (Aurélio; ADPF 347, 2015, p. 38)

4 AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA EM SERGIPE

No estado de Sergipe a audiência de custódia foi implementada em 02 de Outubro de 2015, sob a gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), Luiz Antônio Araújo Mendonça.

Sergipe foi o vigésimo quarto estado do Brasil a implementar o modelo de audiência de custódia criado pelo CNJ, em consonância foi criado e assinado um termo de cooperação que envolve a OAB, Governo do Estado, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública com o intuito de fazer acompanhamento com medidas sociais àqueles que foram indiciados visando evitar que haja a reincidência criminal dos mesmos após serem liberados na audiência de custódia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, vimos que a audiência de custódia permite que sejam aplicadas várias alternativas além da privação de liberdade, porém o estado deveria criar outros meios que tornassem estas alternativas mais eficientes como por exemplo estimular os governos a criarem medidas alternativas visando menos custódias evitando assim o encarceramento, proporcionando a diminuição de lotação no sistema prisional, projetos sociais voltados àqueles que cometeram crimes menos graves no intuito de inseri-los novamente no mercado de trabalho juntamente com campanhas sociais a fim de diminuir preconceitos e julgamentos para com aqueles que já foram presos, acabar com a cultura de encarceramento é uma forma alternativa que pode ser estudada visando mudanças nas tipificações de crimes no código penal, visando penas alternativas e não somente a privação da liberdade, desta forma teríamos ações que não geram custos maiores ao estado.

A situação nos presídios brasileiros está precária no tocante a estrutura, organização, lotação, dentre outros, o número de presos provisórios é enorme e requer intervenção urgente para que condições dignas sejam dadas e para que prisões injustas sejam evitadas, desta forma diminuiria bastante a superlotação nos presídios, já que com a implementação da Audiência de Custódia o objetivo é a liberdade e não a prisão, assim, o juiz no menor tempo possível poderá verificar a legalidade da prisão e intervir em prol do preso se necessário for, além de evitar casos de tortura e maus tratos por parte dos agentes policiais que participarem diretamente da prisão, garantindo assim o que preza as normas Internacionais dos Direitos Humanos.

Conclui-se assim que a Audiência de Custódia se faz necessária e imediata para garantir a ampla defesa, dignidade da pessoa humana, integridade psicológica e física, visto que o preso começa a ser tratado como indivíduo detentor de direitos.

REFERÊNCIAS

CNJ. **Audiência de custódia**, 2016. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2016/09/0a99a0ab0eb26b96fdeaf529f0dec09b.pdf. Acesso em: 06 nov 2019.

CNJ. **Resolução CNJ 213**, 2016, Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2234. Acesso em: 06 nov.2019.

FORUM SEGURANÇA. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 2019, Disponível em: http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/27/18. Acesso em: 05 Nov. 2019.

IDDD. **O fim da liberdade**, 2019, Disponível em: http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/09/OFimDaLiberdade_completo.pdf. Acesso em: 07 nov.2019.

SOUDAPAZ. **Mapeamento dos principais desafios de violência e Criminalidade no Brasil**, 2017, Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/mapeamento_desafios_seguran_a_fes_1.pdf. Acesso em: 08 Nov. 2019.

DANOS MORAIS APÓS A REFORMA TRABALHISTA

Marcelo Andrade Snatos de Deus[243]
Almir da Hora Júnior[244]
Nayrlen Kassiane Alves dos Santos[245]

Eixo 2 - Interlocuções Entre Conhecimento E Saber No Campo Das Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO:
A presente pesquisa tem objetivo geral analisar a questão do dano moral após a Reforma trabalhista em relação ao estudo da responsabilidade civil, as mudanças significativas com a alteração da LEI N.º 13.467/2017 alterou vários dispositivos da consolidação das leis do trabalho (clt).Para isso buscou-se apontar alguns conceitos sobe moral e assim entrar na regulação das leis que trabalham com a seguridade trabalhista. Nessa perspectiva optou-se fazer um trabalho embasado na pesquisa bibliográfica realizada por meio de artigos, livros, revistas e de estudos publicados por autores que falam sobre o tema onde foram usados autores como: Reis (2018) e (DIAS, 1994) dentre outros. A justificativa para a escolha do tema surgiu a partir, do estudo da disciplina na área de Recursos Humanos para observar como é empregado os meios que estabelecem os direitos dos cidadãos nesse caso da Reforma Trabalhista quanto ao direito moral da população e como as leis são importantes para interferir na reparação mais justa possível. Diante das considerações os resultados mostram que sobre os danos morais sofridos pelos trabalhadores e as mudanças com algumas medidas jurídicas para atender a essas questões sociais mostram as mudanças para os trabalhadores. Embora ambas as leis mostrem alterações significativa em dois lados, contudo é um assunto muito amplo que demanda maiores reflexões para o estudo porém a análise permite entender o processo ao longo tempo serve para um estudo mais amplo, durante o curso.
Palavras-chave: Dano Moral, Leis, Reforma Trabalhista.

ABSTRACT:
The present research has the general objective to analyze the issue of moral damages after the Labor Reform in relation to the study of the civil liability, the significant changes with the alteration of the Law 13.467 / 2017 altered several devices of the consolidation of the labor laws (clt). For this purpose, we tried to point out some concepts about morale and thus enter the regulation of the laws that work with the labor security. From this perspective, it was decided to do a work based on the bibliographic research carried out through articles, books, magazines and studies published by authors who talk about the theme where authors such as Reis (2018) and (DIAS, 1994) were used, among others. . The justification for the choice of the theme came from the study of the discipline in the area of Human Resources to observe how the means that establish the rights of citizens in this case of the Labor Reform as regards the moral right of the population and how the laws are important. to interfere with the fairest possible repair. Given

[243] Acadêmico em Direito, da Faculdade São Luís de França.
[244] Acadêmico em Direito, da Faculdade São Luís de França.
[245] Acadêmica em Direito, da Faculdade São Luís de França.

the considerations the results show that on the moral damages suffered by workers and the changes with some legal measures to address these social issues show the changes for workers. Although both laws show significant changes on two sides, however it is a very broad subject that requires further reflection for the study but analysis allows understanding the process over time serves for a broader study during the course.
Keywords: Moral Damage. Laws. Labor Reform.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem objetivo geral analisar a questão do dano moral após a Reforma trabalhista em relação ao estudo da responsabilidade civil, pois é uma questão que envolve diversos posicionamentos tanto de origem doutrinária como de origem jurisprudencial. De acordo com o que já foi citado antes, o dano moral pode ser descrito como a minimização ou retirada do bem-estar do cidadão ou a perda de qualquer bem sejam eles extrapatrimoniais ou patrimoniais (DIAS, 1994).

Para estabelecer o trabalho proposto buscou-se frente a pesquisa caracterizar os objetivos específicos no sentido de, conceituar os danos morais na área trabalhista e direcionar a reforma trabalhista através da reforma trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) alterou vários dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ressalta-se também a antiga EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95 DE 15/12/2016 para assim compreender algumas mudanças para os empregados e empregadores.

Nessa perspectiva optou-se fazer um trabalho embasado na pesquisa bibliográfica realizada por meio de artigos, livros, revistas e de estudos publicados por autores que falam sobre o tema onde foram usados autores como: Reis (2018) e (DIAS, 1994) dentre outros.

A justificativa para a escolha do tema surgiu a partir, do estudo da disciplina na área de Recursos Humanos para observar como é empregado os meios que estabelecem os direitos dos cidadãos nesse caso da Reforma Trabalhista quanto ao direito moral da população e como as leis são importantes para interferir na reparação mais justa possível.

Considera-se que os resultados sobre a pesquisa sobre os danos morais sofridos pelos trabalhadores e as mudanças com algumas medidas jurídicas para atender a essas questões sociais mostram as mudanças para os trabalhadores.

Embora ambas as leis mostrem alterações significativa em dois lados, contudo é um assunto muito amplo que demanda maiores reflexões para o estudo porém a análise permite entender o processo ao longo tempo serve para um estudo mais amplo,durante o curso.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 ORIGEM E TIPO DEDANO MORAL NA RELAÇÃO TRABALHISTA

A indenização por danos morais está inscrito na constituição Federal no artigo, 5º, incisos III, V e X. Que caracteriza na sua dimensão total que a nenhum cidadão será permitido o tratamento desumano e degradante e o direito de reparação será cabível para reparar qualquer situação que envolva dano material ou moral.

Fica claro, também que qualquer violação seja privada, de honra n que se refere a imagem ou intimidade sobre as pessoas poderá ser alvo de indenização por danos materiais originados pela violação. Sendo que, no caso de dano a material é possível observar o prejuízo já no dano moral os casos precisam ser analisados sobre as conseqüências e impactos na vítima e serão pautados nas leis por critérios fixados.

No Art. 5º estão pautados que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

> I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
> II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
> III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
> IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
> V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
> VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
> VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
> VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de

> convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
> IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95 DE 15/12/2016).

O dano moral é uma reclamação pertinente na área trabalhista visto que, os empregadores excedem os limites nas ordens quanto aos trabalhadores. Em algumas situações os empregados são indenizados por conta de situações como: trabalho escravo, acidente de trabalho dentro do local de trabalho com "sequelas, assédio sexual, assédio moral, lista negras, filmagens em locais impróprios, revista íntima sem aviso, registro em CTPS de justa causa, entre outros" (FENATRACOOP, 2018).

3 RESUSLTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A REFORMA TRABALHISTA (LEI N.º 13.467/2017) ALTEROU VÁRIOS DISPOSITIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT).

A Lei 13467/2017 promulgada pelo Presidente da República e publicada no seguinte DOU de 13.07.2017 confirma um novo regime jurídico destacado na Reforma Trabalhista. Essa reforma consolida a relação do trabalho das pessoas na sociedade.

Decorrem algumas alterações na relação de trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e estão dispostas nos artigos seguintes:

> Art. 1 o A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 2º .....
> § 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
> § 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse

integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.” (NR)

“Art. 4º .....

§ 1º Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

§ 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:

I - práticas religiosas;

II - descanso;

III - lazer;

IV - estudo;

V - alimentação;

VI - atividades de relacionamento social;

VII - higiene pessoal;

VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.” (NR)

“Art. 8º .....

§ 1º O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.

§ 2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

§ 3º No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) , e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.” (NR).

No Art. 484-A. também ficou caracterizado o contrato de trabalho podendo ser excluído caso haja acordo entre o empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - por metade:

a) o aviso prévio, se indenizado; e

b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no

§ 1o do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;

II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas.

§ 1o A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do

> Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.
> § 2o A extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

De acordo com Reis (2018) e recorrente as empresas demitirem sem justa causa os empregados diante e ilegalmente para esconder as suas ações de pedido de demissão no sentido de saírem ganhando quanto o pagamento de direito dos funcionários.

A reforma trabalhista aponta muitas mudanças que sempre em decurso são analisadas e essas modificações apresentam-se importante quanto aos direitos dos empregados apesar de alterar muitos pontos e gerar impactos na relação de empregadores e empregados serve para estabilizar os direitos dos cidadãos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto referenciou algumas características e alterações no que concerne a área trabalhista com a nova lei 13.467/2017, publicada no DOU (Diário Oficial da União) de 13.07.2017 com mudanças que servem para ambos os lados.

No escopo do trabalho procurou-se ressaltar os danos morais sofridos pelos trabalhadores e com eles as mudanças com algumas medidas jurídicas que atendem a essas questões sociais. É claro, que os apontamentos aqui não são aprofundados e demandam mais estudos sobre as leis morais que servem para apoiar os trabalhadores em relação aos benefícios.

É certo, que ambas as leis propuseram significativas mudanças em dois lados, contudo é um assunto muito amplo que demanda maiores reflexões para o estudo porém a análise permite entender o processo ao longo tempo serve para um estudo mais amplo,durante o curso.

REFERÊNCIAS

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.

REIS, Juliana. **A reforma trabalhista:** algumas impressões sobre as futuras regras da CLT. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-reforma-trabalhista-algumasimpressoes-sobre-as-futuras-regras-da-clt,589687.html> Acesso em: 15/05/2018

BRASIL. **Lei n.º 13.467**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp. Acesso em: 10 out.2019.

FENATRACOOP. **Emenda constitucional nº 95 de 15/12/2016**. Disponível em: <http://fenatracoop.com.br/site/conteudo/31386/mudan-as-na-legisla-o-trabalhista-indeniza-opor-danos-morais-seudireito> Acesso em 10 de outubro de 2019> Acesso em 10 de outubro de 2019.

POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE A SAÚDE DOS DISCENTES

Maria de Lourdes Bispo da Silva[246]
Talita Rebeca Cardoso Souza[247]
Washington Santos da Paixão[248]

EIXO 3 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências da Saúde

RESUMO:
Toda instituição possui qualidades e defeitos, não é diferente com a Faculdade São Luís de França. Esse artigo tem como objetivo levantar as potencialidades e analisar as fragilidades da faculdade São Luís de França por meio de dados estatísticos e mostrar como essas fragilidades podem afetar a saúde dos discentes. Para isso, foi utilizado como metodologia a aplicação de questionários com perguntas subjetivas em um amostra de alunos da instituição matriculados na disciplina de bioestatística bem como levantamento bibliográfico. Os dados oriundos do questionário foram tabulados e processados no excel para o levantamento das médias, desvio padrão e as frequências. A análise dos dados nos permitiu inferir que apesar dos alunos reconhecerem as potencialidades da instituição, ainda encontram-se insatisfeitos com alguns aspectos como a ergonomia e alimentação.
Palavras-chave: Bioestatística. Instituição de ensino superior. Saúde. Potencialidades. Fragilidades.

ABSTRACT:
Every institution has qualities and defects, no different with the Faculty Saint Louis of France. This article aims to survey the potentialities and analyze the weaknesses of the São Luís de França college through statistical data and show how these weaknesses can affect the health of students. For this, it was used as methodology the application of questionnaires with subjective questions in a sample of students of the institution enrolled in the discipline of biostatistics as well as bibliographic survey. The data from the questionnaire were tabulated and processed in excel for the survey of means, standard deviation and frequencies. The data analysis allowed us to infer that although students recognize the institution's potential, they are still dissatisfied with some aspects such as ergonomics and diet.
Keywords: Biostatistics. Higher Education Institution. Health. Potentialities. Weaknesses.

[246] Graduanda da Faculdade São Luís de França E-mail: mallu.bispos@gmail.com.
[247] Graduanda da Faculdade São Luís de França E-mail: talitasouzza@gmail.com.
[248] Nutricionista especialista em nutrição clínica funcional e mestrando do programa de pós-graduação em ciências da nutrição da UFS e professor do curso de nutrição da FSLF. E-mail: washington-paixao@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino buscam diariamente que os alunos possam se sentir confortável, para isso, muitos locais disponibilizam chuveiros, armários, alimentação, entre outras comodidades. A maioria dos estudantes trabalha ou têm alguma ocupação, e essa disponibilização de serviços das Faculdades/Universidades, atualmente é um dos fatores que ajudam os ingressantes a determinar qual local escolher. Aspectos como: bons profissionais e boa qualidade de ensino são importantes para a formação dos futuros profissionais; a receptividade também é um aspecto necessário, pois, ao fazer com que os alunos se sintam acolhidos os mesmos irão se sentir motivados a permanecer na instituição e a recomendá-la para outras pessoas e a ambiência adequada, para proporcionar um ambiente que estimule e permita o crescimento dos alunos da instituição.

Buscando constantemente melhorias, as instituições realizam pesquisas de satisfação com os universitários. Uma das ferramentas é a análise estatística de dados qualitativos e quantitativos.

A estatística possui um conjunto de técnicas cuja finalidade auxilia a responder uma grande quantidade de informações. Tem sido utilizado há muitos anos de forma sistemática, para organizar, descrever, analisar e interpretar dados oriundos de estudos ou experimentos, relacionados com qualquer área do conhecimento. Atualmente, são utilizados em quase todos os campos da investigação científica.

Segundo Salsburg (2009), desde o século XX, nota-se a importância da utilização de métodos estatísticos de pesquisa no nosso dia a dia. Isso ocorre principalmente, quando se busca melhores parâmetros de investigação para orientar a tomada de decisões nas políticas sociais e socioeconômicas.

A Bioestatística é a aplicação de análises estatísticas para diferentes questões relacionadas a biologia e o entendimento dos métodos e modelos estatístico permite avaliar qualidade e análise das evidências utilizadas para embasar uma posição ou outra, conforme Glantz (2014, p.2).

Na pesquisa realizada para a produção desse artigo, um dos aspectos abordados foram as potencialidades da Faculdade São Luís de França, com destaque para o corpo docente, ambiência e receptividade na perspectiva de alunos da instituição. As autoras Kauark; Muniz especializadas em educação, afirmam que (2011, p. 89), "(...) para orientar o trabalho pedagógico é preciso conhecer as dificuldades e as facilidades dos serviços. Primeiro, devem se ter vivência e experiência e, talvez, o mais importante é dizer a coisa certa para chegar ao objetivo da qualidade total".

Ademais, foi investigado como as fragilidades apontadas pelos alunos poderiam influenciar na saúde deles, já que, segundo a Organização Mundial da Saúde(1946) , o conceito de saúde é "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade" . Portanto, a partir desse conceito de saúde mais utilizado, os condicionantes socioambientais presente na vida do aluno, incluindo o espaço universitário, ganha maior importância e influência na saúde dos discentes.

Sendo assim, este artigo tem o objetivo de apresentar as potencialidades e analisar as fragilidades da faculdade São Luís de França através de dados estatísticos, desta forma, foi aplicada a Bioestatística para realizar a coleta e interpretação de dados e levantamento estatístico que poderão ser utilizados como argumentos para trazer melhorias para a instituição e para fazer uma breve apuração da relação das fragilidades com a saúde dos alunos.

2 PROCEDIMENTOS D EPESQUISA

Este artigo trata-se de uma pesquisa com o levantamento de dados tanto quantitativos quanto qualitativos embasados no campo de conhecimento da Bioestatística. Realizado no mês de Outubro de 2019, na cidade de Aracaju no estado de Sergipe. A amostra populacional foi uma parcela dos alunos do campus da saúde da Faculdade São Luís de França da turma de Bioestatistica 2019.2.

Para alcançar o objetivo proposto, os conceitos de Bioestatística foram considerados para auxiliar na análise e interpretação dos dados obtidos. Além disso, foi adotado a aplicação de questionários com perguntas subjetivas. Por meio desse questionário, foram coletados dados sobre a caracterização da amostra e, as potencialidades e fragilidades da Faculdade na

perspectiva da turma, bem como um levantamento bibliográfico sobre os pontos manifestados com maior frequência pelos alunos.

Na amostra composta por 26 estudantes, 19 mulheres (73,08%) e 7 homens (26,92%). A idade média era de 25 anos, os valores das idades variaram de 18 anos a 47 anos. Altura média calculada foi de 1,66 cm com o valor mínimo 1,49 cm e máximo de 1,80 cm.

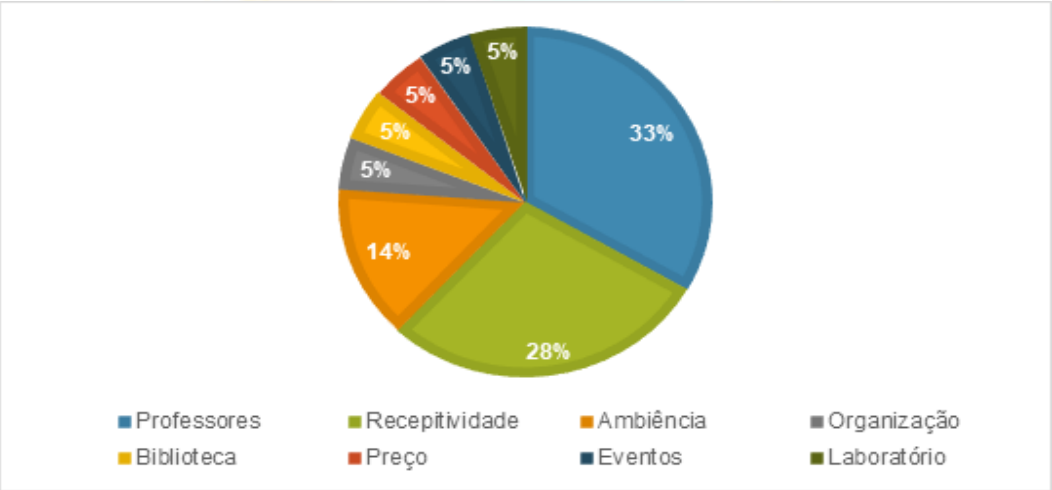
A coleta de dados sucedeu-se no dia 10 de outubro de 2019, na disciplina de Bioestatística. Foi solicitado que os estudantes se dividissem de maneira randômica em sete grupos, e a partir disso, estipulou-se que cada grupo deveria sugerir três potencialidades e três fragilidades da Instituição. Para melhor análise dos dados foi feito o agrupamento de pontos afins em uma mesma categoria (Tabela 1, Gráficos 1 e 2).

Tabela 1 - Opiniões das Potencialidades e Fragilidades dos alunos de Bioestatística

Potencialidades	Nº	Fragilidades	Nº
Professores	7	Grade	7
Receptividade	6	Segurança	4
Ambiência	3	Alimentação	4
Organização	1	Conforto	3
Biblioteca	1	Disciplina online	1
Eventos	1	Estacionamento	1
Laboratórios	1	Reformas	1
Preços	1	-	-
Total	21	Total	21

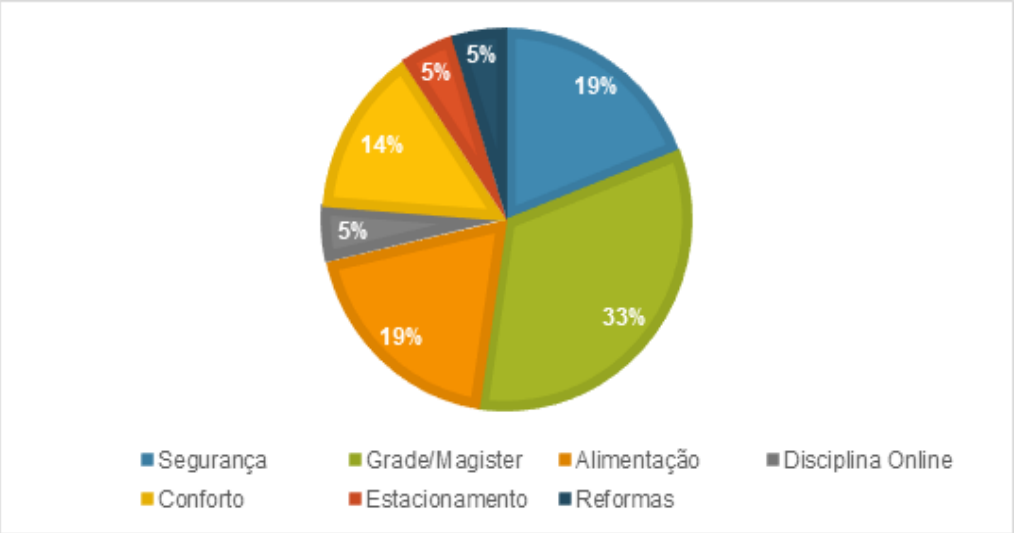
Fonte: Própria autoria (2019).

Gráfico 1 - Potencialidades da Faculdade São Luís de França em Porcentagem



Fonte: Própria autoria (2019).

Gráfico 2: Fragilidades da Faculdades São Luis de França em Porcentagem



Fonte: Própria autoria (2019).

Frequência Absoluta é o número de vezes em que uma determinada variável assume um valor, não sendo possível uma análise de comparação. Para Milone, a frequência relativa de uma pesquisa, é feita através de dados percentuais, definidos como a razão entre a frequência absoluta e o número total de observações. No entanto, a frequência acumulada representa a soma de todas as frequências até o ponto presente no conjunto de dados.

Com a análise dos dados nos Gráficos 1 e 2 é possível observar que as maiores potencialidades da Instituição são: professores (corpo docente), receptividade e ambiência. E

das fragilidades se destacam: segurança, grade/Magister (portal de serviços da unidade de ensino), alimentação e conforto. Apoiado nessas análises foi possível gerar as frequências absoluta, relativa e acumulada, como mostrado nas Tabelas 2 e 3, além da moda.

Tabela 2: Porcentagem das Potencialidades, Frequências absoluta, relativa e acumulada

Potencialidades	F. Absoluta	F. Relativa	Fr. Acumulada
Corpo docente	7	0,33 (33,33%)	0,33
Receptividade	6	0,29 (28,57%)	0,62
Ambiência	3	0,14 (14,29%)	0,76
Organização	1	0,05 (4,76%)	0,81
Preços	1	0,05 (4,76%)	0,86
Laboratórios	1	0,05(4,76%)	0,91
Biblioteca	1	0,05(4,76%)	0,96
Eventos	1	0,05(4,76%)	1,01
Total	21	1,01 (99,99%)	-

Fonte: Própria autoria (2019).

Tabela 3: Porcentagem das Fragilidades, Frequências absoluta, relativa e acumulada.

Fragilidades	F. absoluta	F. relativa	Fr Fragilidade
Grade	7	0,33(33,33%)	0,33
Segurança	4	0,19 (19,05%)	0,52
Alimentação	4	0,19 (19,05%)	0,71
Conforto	3	0,14(14,29%)	0,85
Disciplina online	1	0,05(4,76%)	0,90
Estacionamento	1	0,05(4,76%)	0,95
Reformas	1	0,05(4,76)	1,00
Total	21	1,00 (99,99%))	-

Fonte: Própria autoria (2019).

A partir da observação dos dados e gráficos, fica evidente que a moda das potencialidades, ou seja, o dado que mais aparece na pesquisa são os professores (Corpo Docente) como uma das potencialidades mais importantes e que auxiliam os ingressantes a optarem pela Faculdade São Luís de França. E, a moda das fragilidades é a grade/Magister.

Ao questionar os entrevistados a respeito das suas respostas sobre o porquê de considerarem o corpo docente, ambiência e receptividade as três maiores potencialidades da faculdade foi respondido:

Ambiência

"Acho o local aconchegante, como um ambiente familiar. Faz me sentir como se estivesse em casa. Eu gosto". (estudante de enfermagem do 1° período, 20 anos).

"Acho aconchegante, a parte natural remete a infância, o sítio da minha avó." (estudante de enfermagem do 1° período, 33 anos).

Diante dessas respostas, pode-se perceber a satisfação e a confortabilidade dos alunos no espaço de ensino. Esse é um importante aspecto, pois:

> O espaço escolar deve compor um todo coerente, pois é nele e a partir dele que se desenvolve a prática pedagógica, sendo assim, ele pode constituir um espaço de possibilidades, ou de limites tanto o ato de ensinar como o de aprender exigem condições propícias ao bem-estar docente e discente. (RIBEIRO,2004, p. 3).

O espaço universitário precisa ter as mesmas características citadas por Ribeiro (2004). A universidade em si, é o local onde os alunos precisam estar confiança para se desenvolver e, principalmente, sentir-se bem para querer voltar e concretizar o objetivo de se tornar um excelente profissional do curso escolhido.

Corpo docente

"Gosto da forma de passar o conteúdo, paciência, o currículo, preocupação com o aluno e da confortável relação. "(estudante de enfermagem do 1° período, 18 anos)

"Eu gosto do nível de conhecimento dos professores e da facilidade que eles têm em passar a matéria para que a gente tenha um bom conhecimento." (estudante de enfermagem do 1° período, 41 anos).

"Gosto da inteligência, didática, como os professores são prestativos, experiência em sala de aula e passam segurança. " (estudante de enfermagem do 1° período, 29 anos).

O corpo docente é um dos elementos essenciais no processo de ensino-aprendizagem representando a união entre os alunos e a instituição de ensino. Os principais objetivos dos professores são de estimular o desenvolvimento de aprendizagem significativa e o conhecimento do aluno individual mediada por eles, para que, os alunos consigam construir seu conhecimento autonomamente também.

> Dessa forma e diante da quantidade de informações e da facilidade de acesso a estas, deve o docente conduzir o aluno de forma que possa o aprendizado ser mútuo e repleto de motivação. O docente deve "traduzir" os conteúdos de forma que o aluno se sinta dentro de uma inesquecível "viagem" e dessa forma possa assegurar a produtividade do ensinamento (DAVID, 2017, p.11).

Receptividade

"A faculdade é pequena o que permite intimidade, contato maior, saberem os nomes e conseguem identificar os alunos." (estudante de fisioterapia do 1° período, 22 anos).

A receptividade é outro aspecto essencial para o desempenho de uma instituição de ensino. O bom recebimento e atendimento dos alunos da faculdade faz com que os mesmos sintam- se acolhidos e bem-vindos no local, já que, todo mundo gosta de receber atenção de qualidade. Com isso, os alunos ficam motivados a frequentar o espaço de ensino como também recomendam a faculdade para outras pessoas.

As três potencialidades citadas acima, foram as mais apontadas pela amostra da pesquisa, mas não foram as únicas. Outros aspectos da faculdade expressos como potencialidades foram: a organização, os preços, os laboratórios, os eventos e a biblioteca importantes conjuntos que auxiliam no crescimento, não apenas da faculdade, mas dos seus alunos também.

Como observado anteriormente no Gráfico 2 e na Tabela 3, as fragilidades que mais foram comentadas na pesquisa realizada foram Segurança, Grade/Magister, Alimentação e Conforto. Foi relatado pelos estudantes que a ausência de controle para o acesso à faculdade

gera a sensação de insegurança. Como melhoria foi comentada que seria imprescindível a colocação de catracas eletrônicas, onde apenas os alunos com suas carteirinhas da instituição poderiam entrar. Além disso, foi sugerida a implementação de uma guarita para que os indivíduos que não possuam carteirinha de identificação se identifiquem e informem para onde iriam.

A montagem da grade e o acesso ao magister foram pontos levantados como fragilidades. Os alunos referem ser bastante incômodo não ter autonomia para montar a grade e de maneira remota além dos conflitos de informação contidos no magister e as reais condições da disciplina como por exemplo o local das aulas.

A escassez de opções e a qualidade da alimentação foram citadas como um fator limitante da qualidade da instituição. Os alunos queixaram-se da falta de opções de refeições mais balanceadas nutricionalmente bem como da palatabilidade da que é fornecida.

Uma alimentação saudável atualmente é tida como base de qualquer Instituição, exemplos disso são Decretos e Leis que garantem uma melhor qualidade alimentar aos alunos de escolas. De acordo com o Decreto nº 36.900, de 23 de novembro de 2015, que Regulamenta a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. Além do Distrito Federal, estados como Bahia, Amazonas, entre outros, adotaram a Lei das Cantinas. Uma boa alimentação consistiria em alimentos com uma maior variedade, frescos e de boa qualidade. Foi sugerido pelos estudantes, uma maior variedade de comidas e uma melhor qualidade dos sucos, dado que muitos saem de seus trabalhos e precisam jantar.

De acordo com ABNT NBR 14006:2008 - Móveis escolares - Cadeiras e mesas para conjunto aluno individuais, há padrões de cadeiras adequados para determinada altura. Essa norma divide o tamanho da cadeira por cores, são elas: branco (0,80-0,95m), laranja (0,93-1,16m), lilás (1,80-1,21m), amarelo (1,19-1,42m), vermelho (1,33-1,59m), verde (1,46-1,76 m), azul (1,58-1,88m) e marrom (1,74-2,07m).

A amostra populacional analisada relatou que ao término das aulas, sentiam dores nas costas, principalmente na região lombar. Como a altura média da amostra é de 1,66 cm e , considerando que a altura mínima é de 1,49 cm e a máxima é de 1,80. Pode-se constatar que as cadeiras da instituição citada, que utilizam apenas cadeiras do tipo azul, não estão adequadas

a todos os alunos. As cadeiras do tipo verde e azul seriam as apropriadas para a variação de altura da amostra.

Para Marques, Hallal, Gonçalves (2010),sustentar a posição sentada por mais de 4 horas representa um risco para o desenvolvimento de dor e lesão e para o sistema musculoesquelético. Esse fator, somado ao uso de cadeiras inadequadas resultam na postura errada e, consequentemente, geram problemas de saúde articular e orgânico, sendo, portanto, necessária mudança de cadeiras que se adaptem ao aluno, conforme Minatto, Rosas (s.d.)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou aspectos da Faculdade São Luís de França na perspectiva dos alunos de Bioestatística. Com aplicação e análise de questionário foi expresso as potencialidades e fragilidades. A instituição possui excelentes potencialidades que atraíram a amostra estudada e que contribuirá para o seu crescimento. No entanto, a faculdade apresenta fragilidades criticadas pelos alunos e que necessitam de atenção.

A OMS define saúde como o completo bem-estar físico, mental e social. Nesse estudo, ficou evidente que as potencialidades e, principalmente, as fragilidades mais comentadas pela turma de Bioestatística têm afetado a saúde dessa amostra populacional. Através da utilização de métodos estatísticos, foi possível analisar as fragilidades e, assim, as devidas medidas podem ser obtidas por meio de mudanças simples, o que auxiliará na prevenção de riscos de doenças futuras dos seus discentes e melhoria da própria instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Móveis escolares – Assentos e mesas para conjunto aluno de instituições educacionais** – NBR 14006. Rio de Janeiro: ABNT, fevereiro de 2008.

DAVID , Ricardo Santos . Formação de professores para o ensino superior: docência na contemporaneidade. **Periferia: educação, cultura e comunicação.** v. 9 n.2 jul. - dez. 2017;

GLANTZ, Stanton. A. **Princípios de Bioestatística.** 7 ed. Porto Alegre:AMGH,2014;

KAUARK, Fabiana; MUNIZ, Iana. **Motivação no ensino e na aprendizagem**: competência e criatividade na prática pedagógica. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2011;

MAGALHÃES, M. N. e LIMA, A. C. P.de. **Noções de Probabilidade e Estatística.** São Paulo: IME-USP, 2000;

MARQUES, Nise Ribeiro; HALLAL, Camila Zamfolini; GONÇALVES, Mauro. Características biomecânicas e clínicas da postura sentada**:** uma revisão. **Fisioterapia e pesquisa.** v.17, n. 3, jul.-set. São Paulo, 2010;

MILONE, Giuseppe. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. MONTGOMERY, D.C. e RUNGER, G.C. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2003;

MINATTO, Géssica; ROSAS, Ralph Fernando. **Análise ergonômica de uma sala de aula de ensino regular**. Santa Catarina,s.d.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Espaço escolar: um elemento (in) visível no currículo.** Sitientibus. Feira de Santana. n.31, p. 103118, jul.-dez. 2004;

SALSBURG, D. **Uma senhora tomando chá...**: como a estatística revolucionou a ciência no século XX. Trad. de José Maurício Gradel, revisão técnica Suzana Herculano-Houzel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 286p.

SIQUEIRA, Gisela Rocha de; OLIVEIRA, Aline Bezerra de; VIEIRA, Ricardo Alexandre Guerra. Inadequação ergonômica e desconforto das salas de aula em instituições de ensino superior do Recife-PE. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde,** Fortaleza, v. 21, n. 1, p.19-28, mar. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40821104. Acesso em: 09 nov. 2019.

A TEMÁTICA DA INFÂNCIA NAS OBRAS ASSINADAS PELO PRÓPRIO FERNANDO PESSOA

Pietro Francisco Santos[249]
Sara Rogéria Santos Barbosa[250]

EIXO 4 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

RESUMO:
O presente artigo tem como objetivo abordar uma das mais variadas temáticas desenvolvidas pelo poeta Fernando Pessoa. Destarte, serão tratados alguns aspectos sobre sua obra assinada com seu próprio nome, já que existem também produções com a autoria de heterônimos. Neste contexto, o foco de análise são os poemas de Pessoa que fazem referência à infância e à saudade do poeta em intentar revivê-la no presente, isto é, no momento em que escreve e desenvolve suas produções literárias. Infere-se, então, que buscando resolver sua crise existencial, Pessoa recorre à fase inicial da vida, a inocência e simplicidade que este estágio da existência humana traz. Nesse sentido, pode ser visto um eu-lírico versando acerca da nostalgia, da vida, das questões particulares do indivíduo em geral, entre outros aspectos. Em contrapartida, vê-se certa complexidade no tocante do trabalhar com a linguagem, pois também é feita uma reflexão sobre os sentimentos percebidos e que perpassam na mente do português em questão, embora seja angustiante e doloroso toda essa intelectualização das ideias, este recurso não é deixado de lado. Aspectos como os citados podem inserir Pessoa ao movimento Modernista em Portugal. Em consonância destas perspectivas, é explanada um pouco a biografia do autor, para assim, ser adentrado ao eixo principal do trabalho. Para tal, são analisados alguns poemas, incluindo-os em uma perspectiva de conhecedores da Literatura, como: Bosi (1994) e Bachelard (1993).
Palavras-chave: Fernando Pessoa. Heterônimos. Infância. Intelectualização. Movimento modernista. Literatura.

ABSTRACT:
This article aims to address one of the most varied themes developed by the poet Fernando Pessoa. Thus, some aspects will be treated about his work signed with his own name, since there are also productions with the authorship of heteronyms. In this context, the focus of analysis is Pessoa's poems that refer to the poet's childhood and longing to try to relive it in the present, that is, when writing and developing his literary productions. It is inferred, then, that seeking to solve his existential crisis, Pessoa resorts to the initial phase of life, the innocence and simplicity that this stage of human existence brings. In this sense, a lyrical self can be seen dealing with nostalgia, life, the particular issues of the individual in general, among other aspects. On the other hand, there is a certain complexity in working with language, because it is also made a reflection on the perceived feelings that permeate the mind of the Portuguese in

[249] Pós-graduando pela Faculdade São Luís de França. Graduado em Letras pela Faculdade São Luís de França.
[250] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com.

question, although it is distressing and painful all this intellectualization of ideas, this resource is not. is set aside. Aspects such as those mentioned can insert Pessoa to the Modernist movement in Portugal. In line with these perspectives, the author's biography is explained a little, in order to be inserted into the main axis of the work. To this end, some poems are analyzed, including them from the perspective of those who know the literature, such as Bosi (1994) and Bachelard (1993).
Keywords: Fernando Pessoa. Heteronyms. Childhood. Intellectualization. Modernist movement. Literature.

1 INTRODUÇÃO

A nostalgia da infância em Fernando Pessoa é um dos temas recorrentes em suas composições poéticas. Ele tem esse estágio da vida humana como algo perdido de forma irreparável, sem registro senão em suas lembranças no que se refere ao tempo passado e ele procura rememorar a infância, mas não fica detido à memória. Isso pode ser comprovado a partir da reflexão que faz sobre essa etapa da vida para assim refugiar-se das problemáticas pessoais em sua fase adulta. Esse voltar-se para si mesmo resulta no encontro entre nostalgia e infância. O primeiro termo designa “Melancolia resultante de saudade” (AMORA, 2008, p. 488), o segundo diz respeito ao “1. Período de crescimento que vai do nascimento à puberdade” (AMORA, 2008, p. 387). O sujeito poético em questão, no que tange a esses aspectos, mostra-se doloroso ao realizar profunda e minuciosa ponderação crítica ao mesmo tempo em que tem saudade de sua fase de infante.

Com isso, é despertado certo sofrimento e dissabor em Pessoa, já que ele, como um ser humano, não pode retornar aos princípios da sua própria vida, nem chegar a alcançar a real felicidade. A busca pelo raciocínio e intelectualização das ideias e a autoanálise são aspectos explanados nesta seção e serão abarcados ao decorrer do presente artigo. Para isso, julga-se necessário trazer uma breve biografia do autor português e que será melhor explanada posteriormente.

> Pessoa foi o introdutor das vanguardas modernistas em Portugal. [...] Aos seis anos de idade, criou o seu primeiro heterônimo: Chevalier de Pás. Posteriormente, vieram Alexander Search, Álvaro de Campos, Ricardo Reis e Alberto Caeiro. A invenção dos heterônimos foi a resposta encontrada por

> Pessoa a uma realidade que se mostrava múltipla, oscilante e dinâmica para nela poder sobreviver. [...] (LEDO; MARTINS, 2001, p. 96)

Com essa complexidade poética escolheu-se aqui a temática da infância nas obras assinadas pelo próprio autor, já que, como foi explicitado nessas passagens anteriores, Fernando Pessoa mostra-se em inúmeras facetas. Aqui também é mostrada sua trajetória formadora das suas obras literárias e um pouco sobre estilos ao escrevê-las, sendo enfocada e melhor trabalhada apenas uma das abordagens adotadas por ele, a partir, também, de algumas análises de poemas seguindo a perspectiva selecionada.

5 BIOGRAFIA DE FERNANDO PESSOA

Considerado um dos mais importantes escritores do Modernismo em Portugal, Fernando Antônio Nogueira Pessoa nasceu em Lisboa no ano de 1888 e falece aos 47 anos na mesma cidade em 1935. O poeta abordou em alguns dos seus poemas a questão da infância, fazendo uma reflexão a respeito desta fase da vida humana. Nesse contexto, podem ser levados em conta alguns fatos que marcaram a trajetória do português em questão.

Em primeiro lugar, no dia 13 de julho de 1893, seu pai, Joaquim de Seabra Pessoa, em crítico musical do jornal **Diário de Notícias**, morre devido à tuberculose, aos 43 anos de idade. Pessoa ficou órfão de pai, No ano seguinte, seu irmão Jorge também vem a falecer, em 2 de janeiro, sem ao menos ter completado um ano de vida. Pessoa tem apenas cinco anos quando essas duas tragédias acontecem. Sua mãe casa-se novamente, agora com João Miguel Rosa, cônsul na África do Sul. Esse acontecimento fez com que o escritor passasse maior parte de sua infância e da sua juventude longe do seu país e da sua língua materna.

Em 1905, aos 17 anos, retorna para seu país origem, Portugal, residindo com sua avó Dionísia que tinha sérios problemas psicológicos. No intento de cursar letras, ingressa na universidade, porém não consegue concluir o curso. Mais tarde, juntamente com seus amigos Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros funda a revista *Orpheu* e contribui na criação de inúmeras outras. Em 1920 conhece Ófelia Queiroz, que namorou por algum tempo, mas não chegou a casar-se com a jovem. (LEDO; MARTINS, 2001)

No ano de 1934, com sua influente obra *Mensagem*, o poeta participa do concurso Antero de Quental conquistando o segundo lugar, posição criada no evento como prêmio de consolo para o escritor. Fernando Pessoa desempenhou funções de tipógrafo e correspondente comercial, esta foi exercida até o final de sua vida. Tendo suas raízes literárias no Simbolismo saturado, vago e nefelibata, bem como uma preferência pelo francês, origina em conjunto com Mário de Sá-Carneiro o "paulismo", palavra advinda do *Paul* (pântano), que se fez presente em alguns dos seus poemas. Outra característica de Pessoa foram o Interseccionismo e Sensacionismo. O primeiro se refere à supervalorização das sensações em função da racionalidade, já o segundo, à diversidade de imagem que um objeto tem de deixar transparecer. (LEDO; MARTINS, 2001)

No ano de 1914, o escritor dá origem aos seus heterônimos, ou seja, os seus outros "eus", ao que Pessoa definiu como processo de despersonalização. A sensibilidade que o poeta teve ao conceber seus heterônimos fez com que os leitores acreditassem que eram pessoas de verdade. Os três importantes e mais pontuados são: Alberto Caieiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis. Além de ter gerado suas obras com os seus famosos pseudônimos, Fernando Pessoa também deu luz a sua construção literária assinando com seu próprio nome o que foi chamado de ortônimo.

3 A TEMÁTICA DA INFÂNCIA PRESENTE NA OBRA DE FERNANDO PESSOA

Em seus poemas é nítida a tristeza por não ter aproveitado a infância por conta das perdas familiares já mencionadas anteriormente e que isso acabou por influenciar os seus escritos. Torna-se inegável afirmar que é sentida uma grande saudade dos velhos tempos e, consequentemente, a comparação com o seu modo de viver na fase adulta e o que poderia ter feito naquele outro contexto. Por outro lado, o autor consegue fazer essa retomada graças a sua forte capacidade de imaginação, expondo nostalgia, ingenuidade e certa inconsciência que as crianças, de modo geral, trazem consigo como pode ser notado nesta passagem da carta destinada à Adolfo Monteiro, datada no ano de 1935:

> Desde criança tive a tendência para criar em meu torno um mundo fictício, de me cercar de amigos e conhecidos que nunca existiram. [...] Desde que me conheço como sendo aquilo a que chamo eu, me lembro de precisar mentalmente, em figura, movimentos, carácter e história, várias figuras irreais que eram para mim tão visíveis e minhas como as coisas daquilo a que chamamos, porventura abusivamente, a vida real. (PESSOA, 1986).

Ao pensar e fazer referência ao tempo passado, além de ser realizada uma ponderação acerca do presente, Fernando Pessoa, a partir da rememoração, imagina formas de como poderia ter sido diferente sua infância. Quanto a isso, Bachelard (1993, p. 73) assevera que "q memória distante não se lembra das imagens senão dando-lhes um valor, uma aréola de felicidade". Pessoa dá corpo ao que não existiu e cria uma nova memória para preencher aqueles espaços do passado. O poema *Quando era criança* resulta desse retorno ao tempo de sua infância e é marcado pelo início da formação do intelecto, do desenvolvimento desse lado psicológico.

> Quando era criança
> Vivi, sem saber,
> Só para hoje ter
> Aquela lembrança. (PESSOA, 1995, p. 187)

Destarte, Pessoa traz à tona o período no qual o indivíduo não tem, muitas das vezes, maturidade e completo discernimento para ter devida aptidão para compreender tudo aquilo ao seu redor, as situações, vivências ou obstáculos. A criança, portanto, vive a vida neste patamar inicial mental por ainda ser prematuro de discernimento, um indivíduo ainda inconsciente. As problemáticas do cotidiano são vistas pelo infante de um jeito menos preocupado, mais naturalizado, inserindo o indivíduo em um constante mundo de descobertas:

> A criança sofre, o adolescente sofre. De onde nos vêm, então, a saudade e a ternura pelos anos juvenis? Talvez porque nossa fraqueza fosse uma força latente e em nós houvesse o germe de uma plenitude a se realizar. Não havia ainda o constrangimento dos limites, nosso diálogo com os seres era aberto, infinito. A percepção era uma aventura; como um animal descuidado, brincávamos fora da jaula do estereótipo. E assim foi o primeiro encontro da criança com o mar, com o girassol, com a asa na luz. Ficou no adulto a nostalgia dos sentidos novos. (BOSI, p.83, 1994)

Como pode ser notado com a passagem anterior, o ser humano em Fernando Pessoa vive insatisfeito no momento presente e, por isso, busca pelos momentos anteriores da sua existência na Terra como uma maneira que encontra para refugiar-se do mundo a sua volta. No momento em que escreve em outro nível pessoal, o autor tem a possibilidade de voltar ao passado e fazer uma reflexão sobre suas atitudes anteriores, isto é, suas lembranças derradeiras, sendo que no momento em que escreve pode revivê-las.

Por outro lado, seguindo essa perspectiva, além da dicotomia viver x pensar, encontra-se o viver x sentir. Antes, ele só tinha a oportunidade de vivenciar as situações e experiências na magnitude do infante, "hoje" há a possibilidade de revivê-las, de senti-las conscientemente. Contudo, esse entendimento faz o eu-lírico pensar em estar vivendo em um âmbito de desilusão e mentiras no que tange à capacidade de autoavaliação pessoana e, infelizmente, só lhe resta recordar. Essa possibilidade de retroceder graças ao contato com as memórias da infância, metaforicamente comparada ao livro com o qual possui consigo, resulta no fragmentado exposto a seguir:

> Mas nesta prisão,
> Livro único, leio
> O sorriso alheio
> De quem fui então. (PESSOA, 1995, p. 187)

Seguindo a mesma tônica, o poema *Quando as crianças brincam* também retomada a infância. Fernando Pessoa faz uma evocação para, a partir daí, construir seu poema referenciando o momento em que o infante brinca e vive ao seu modo a vida. O autor expõe nesta produção sentir alegria ao fazer essa retrospectiva de vida: "Qualquer coisa em minha alma/ Começa a se alegrar" (PESSOA, 1995, p. 166), é o que se mostra nos últimos versos da primeira estrofe.

Ao longo da leitura, têm-se a confirmação de que esta fase inicial da vida é vislumbrada em um plano e natureza dos sonhos, isto é, em uma perspectiva onírica. Esta reflexão inicial realizada por parte do eu-lírico de maneira tão alegre, saudável e divertida parece não ter sido vividas no plano real, tendo ficado apenas no pensamento do eu-poético como se comprova em "E toda aquela infância/ Que não tive me vem" (PESSOA, 1995, p. 166).

Diante disso, Pessoa ser caracterizado por um homem criativo e, principalmente imaginativo, nesse sentido. Para as ideias desta última produção citada serem articuladas, houve o uso do jogo em usar os tempos verbais: presente, passado ou pretérito e o futuro. Como por exemplo: "Se quem fui é enigma, / E quem serei visão, / Quem sou ao menos sinta / Isto no coração" (PESSOA, 1995, p. 166), sendo que nos versos da última estrofe o autor flexiona o verbo "ser" nesses contínuos nos quais se fundem sua identidade: "fui", "serei", "sou".

Pode-se notar que estas lembranças fazem bem ao autor, de modo que tenta seguir apesar dos momentos de tristeza e dificuldades no presente, tendo o passado servido como sustentação para seguir vivendo. Fernando Pessoa, portanto, não só faz o retorno ou simplesmente lembra da infância, mas reflete sobre ela, racionalizando-a de uma maneira angustiada, pelo fato de ter que lidar com uma puerícia não vivida completamente, nem aproveitada o bastante. A felicidade torna-se um sentimento apenas percebido, pressentido, presumido. A partir da memória sonora projetada, geralmente, pelos infantes, expressada com o uso do verbo "ouvir". Eles brincam, gritam, falam alto, choram, por exemplo: "Quando as crianças brincam / E eu as oiço brincar" (PESSOA, 1995, p. 166), é isto que se pode ser inferido no que tange aquilo a ser despertado no escritor.

Em *A criança que fui chora na estrada* pode-se perceber como Pessoa também memora a temática da sua infância, bem como do mundo fantasioso desta etapa que ocasiona no escritor sentimentos de angústia e tristeza existencial quando compara sua vida adulta e sua infância.

> A criança que fui chora na estrada.
> Deixei-a ali quando vim ser quem sou;
> Mas hoje, vendo que o que sou é nada,
> Quero ir buscar quem fui onde ficou. (PESSOA, 1993, p. 90)

Na primeira estrofe é considerado o contraponto da vida angustiante do escritor na sua fase adulta e infantil, no entanto, o mesmo deseja reviver e retornar para ela. O título do poema apresenta de forma concisa o sentimento que o circunda, isto é, o contentamento da sua infância mesmo sendo dolorosa. O contraste entre a vida adulta/infância e presente/passado acarreta na beleza do poema, porém é notória a ideia de ruptura da infância de Pessoa, ao perceber-se adulto, deseja regressar a sua vida quando criança. Mesmo ciente de que não é possível o

regresso para a sua infância, o poeta sonha e imagina esse irrealizável querer. Perdido na sua vida adulta e, por outro lado, recordando a sua mocidade dolorosa, ainda que feliz, o poeta entra em um impasse que leva a sua "alma [...] parada." Sobrando-lhe apenas a memória: "um alto monte de possa [...] relembrar." (PESSOA, 1993, p. 90). Pessoa ainda mostra a condição de alienação do eu-lirico, perdido em si mesmo, parado, triste e descontente com sua vida. Como indicado na estrofe "Na ausência, ao menos saberei de mim, e, ao ver-me tal qual fui ao longe, achar. Em mim um pouco de quando era assim". (PESSOA, 1993, p. 90)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autor estudado neste trabalho é considerado o principal escritor do Modernismo português e, juntamente com Luís de Camões, um dos grandiosos escritores de Portugal em todos os tempos. Sendo não apenas desenvolvedor de produções literárias, mas também inventor de escritores. Com isso, percebe-se uma vasta capacidade criadora, posto que é detentor de grande imaginação e raciocínio. Em consonância com o que foi explanado até aqui, verifica-se a evocação da nostálgica infância de Fernando Pessoa, embora triste, devido à morte de seu pai e logo em seguida do seu irmão. Como não pode desfrutar da sua infância, o autor demonstra em suas obras ortônimas a vontade de revivê-la nem que, para isso, precisa criá-las.

Entende-se aqui que há uma tentativa de desligar-se do tempo vivido, o presente, em busca de rememorar o tempo de infante, em um olhar idealizado, que possibilita resolver a angústia existencial. A infância assim é vislumbrada como algo positivo demais, até mesmo maravilhosa, na qual o indivíduo não alcançou total maturidade reflexiva, é vivido um tempo pouco preocupado, o intuito nesse estágio de vida é aproveitar o momento com brincadeiras e descobertas iniciais, principalmente. Como diz Bosi: "Não havia ainda o constrangimento dos limites, nosso diálogo com os seres era aberto, infinito. A percepção era uma aventura; como um animal descuidado, brincávamos fora da jaula do estereótipo" (BOSI, *apud* GONÇALVES, 2003, p.92).

O desejo de voltar ao seu passado alia-se à ânsia de tornar-se feliz novamente como era quando criança. A saudade do que já viveu, a busca pela liberdade, bem como a fuga dos

deveres e principalmente a felicidade inconsciente de quando era jovem contrasta com a angústia existencial da sua realidade como adulto e tornam-se fatos marcantes e persistentes nas obras apresentadas.

REFERÊNCIAS

AMORA, A. S. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa.** 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOSI, A. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

GONÇALVES F. Olhar e memória. In: **O olhar**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

LEDO; MARTINS, P. T. **Manual de Literatura**: Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira (Guia Prático da Língua Portuguesa). São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2001.

PESSOA, Fernando. **Escritos íntimos**: cartas e páginas autobiográficas (Introdução, organização e notas de Antônio Quadros). Lisboa, Publ. Europa-América, 1986.

PESSOA, Fernando. **Poesia**. (Nota explicativa de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 15ª ed. 1995.

PESSOA, Fernando. **Novas Poesias Inéditas**. (Direção, recolha e notas de Maria do Rosário Marques Sabino e Adelaide Maria Monteiro Sereno.) Lisboa: Ática, 4ª ed. 1993.

REPRESENTAÇÃO ÉTNICA DO NEGRO: ANÁLISE DE UM POEMA ESCRITO POR UMA CRIANÇA DE OITO ANOS DE IDADE NO ANO DE 1903

André Luiz Ferreira Santana[251]
Sara Rogéria Santos Barbosa[252]

EIXO 4 – Interlocuções entre Conhecimento e Saber no Campo das Ciências Humanas

RESUMO:

O presente artigo analisa a representação étnica negra a partir do poema escrito por uma criança de oito anos, em 1903, descendente de senhores de engenho de Alagoas. A pesquisa bibliográfica usa o método comparativo entre o poema e os estudos históricos e sociológicos contemporâneos relativos ao racismo contra o negro. A partir dessas análises, conclui-se, a princípio, que o discurso racista do poema reflete valores religiosos cristãos arcaicos persistentes na sociedade nordestina açucareira no início do século XX.
Palavras-chave: Literatura. Racismo. Negritude. Religiosidade. Cultura.

ABSTRACT:
This article will discuss the representation of black ethnecity through reading a poem written by an eight years brazilian child , in 1903, born in a rich family of sugar cane farmers. The comparative method will compare the poem speech with the modern studies about the racism. The article will conclude the racism in the poem was born in religious values remained in the beginning of the XX century, in northeast society.
Keywords: Literature. Racism. Blackness. Religiosity. Culture.

[251] Graduando em Letras pela Faculdade São Luís de França. E-mail: anjoerei@gmail.com.
[252] Doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação com ênfase em História do Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: sararogeria@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi descrito por Erick Hobsbown (1994) como sendo a Era dos Extremos, obra síntese do historiador britânico sobre mudanças de paradigmas que agitaram o mundo Ocidental capitalista desde o final do século XIX. Ao longo do século passado, estruturas econômicas, políticas, sociais e artísticas surgiram e se opuseram a valores e percepções de longas datas, nascidas no mundo medieval judaico-cristão: do Capitalismo ao Socialismo, do Patriarcalismo ao Feminismo, da Modernidade à Pós-Modernidade, do Neo-classicismo e ao Modernismo. Acerca disso, o linguista Marcos Bagno (1999, p.13) afirma parecer aumentar nos dias atuais "uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que é apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica".

Nas décadas de 1960 e de 1970, a juventude ganhou um protagonismo ideológico de luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, contra o Apartheid, na África do Sul, com o Black Power, contra a herança vergonhosa da Segunda Guerra Mundial finda com o famigerado lançamento de duas bombas atômicas nas cidades de Nagasaki e de Hiroshima, no Japão, no ano de 1945, com o movimento Flower Power. Na França, a mesma juventude saiu em passeata pela liberdade sexual, pela democracia, no maio de 1968. No Brasil, os últimos 50 anos também foram de grandes mudanças para a juventude, sobretudo a negra, posto que se fortaleceu a luta contra o racismo nascido das remotas estruturas patriarcais mantidas assentadas em valores religiosos de séculos a fio e ratificadas por uma sociedade que se mantém racista e escravista mesmo finda a escravidão. Para Milton Santos, em entrevista à Revista Forum (1998, p. ??), "a sociedade se organizou na base do escravismo e de sua memória. A idéia do outro como uma coisa, que era uma idéia oficial, continua vigente no Brasil atual, onde os negros ainda são coisas. Não importa se eles tenham uma melhoria financeira, econômica ou cultural".

Este artigo acadêmico nasceu do entendimento de que para combater o racismo, suas formas capilares de exclusão e ódio, montar suas formas sutis de existência, temos na literatura o acesso livre ao passado das mentalidades do nosso povo. Além disso, o presente trabalho dialoga com outro, o do professor doutor em História Flávio Raimundo Girola (ano). Ele analisou a representação do negro como demônio na imprensa de São João del Rei, Minas

Gerais, no final do século XIX. No referido artigo, Girola aborda a incidência também desse discurso racista no Espírito Santo, defendendo o argumento de que a demonização do negro advém de valores religiosos nascidos na Idade Média. Seguindo a trilha de análise apresentada pelo referido autor, este artigo analisa o poema sem título escrito pela criança de oito anos de idade, um descendente direto de proprietários de terras de Alagoas, onde nasceu e foi criada. Desse modo, a fala do menino no texto poético remonta a mesma visão estigmatizada do negro e isso aponta para a mesma construção de mundo compartilhada entre os estados do sudeste e do nordeste brasileiro.

2 A CRIANÇA, A FORMAÇÃO RACISTA BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA ATRAVÉS DA ARTE

> Benedito criado de meu pal
> A ele chamam diabo
> Por ser preto esse rapaz
> Mas Benedito é meu amigo
> Por isto eu o bendigo
> E lhe digo muito ancho
> Benedito voce é um anjo.
> (LIMA, 1949, p. 12)

Jorge de Lima tinha 8 anos quando escreve essa sétima sem título. O poema se encontra na primeira parte de Obras Completas, organizada e prefaciada por Otto Maria Carpeaux, em novembro de 1949. A primeira parte da imensa antologia de mais de 600 páginas não se inicia com XIV alexandrinos, considerada a primeira obra de Lima, pelo contrário, começa com Sonetos, um conjunto de 32 poemas, sendo 25 sonetos, alguns publicados em revistas ou jornais de Alagoas, terra natal do escritor. Os outros sete poemas são pequenas poesias da meninice de Jorge, conservados pela mãe, dona Delmina Simões de Lima. Nos manuscritos do autor, a progenitora escrevia “versos do meu filho Jorge de Lima”. *Sonetos* é uma coletânea textual de formação do que reúne composições escritas entre os 8 até 28 anos.

O primeiro verso diz ser Benedito criado do pai e afirma ser chamado de diabo por ser preto. A criança usa o sujeito indeterminado “chamam”, isso denota que a prática de chamar o preto dessa forma é comum e não se limita apenas ao pai. No contexto, deve-se reforçar que a

criança reproduz o que se diz e, ao reproduzir, ela repassa uma memória pertencente à comunidade de onde veio, ou seja, a criança não inventou o termo, pelo contrário, ela mimetiza o trato da linguagem do modo com ela se manifesta no cotidiano. Portanto, a criança funciona como uma testemunha ocular dos condicionamentos sociais.

Chamar ao escravo Benedito, nome de um santo cultuado pela igreja católica, reforça que os africanos escravizados no Brasil recebiam comumente um nome cristão e o do criado alude ao santo negro católico, São Benedito, que, no Brasil, era adorado apenas pelos negros. Na introdução de Casa Grande e Senzala (ano), Gilberto Freyre afirma que os ladrões, naqueles tempos piedosos, raramente ousavam entrar nas capelas e roubar os santos. É verdade que um roubou o esplendor e outras joias de São Benedito, mas sob o pretexto ponderável para a época de que "negro não deveria ter luxo" (FREYRE, 1999, p.59). Depreende-se do fragmento o desprezo a que o negro era submetido no país e o sentido do sagrado, do divino e do respeito que se deveria ter pelos mártires e devotos da Igreja não livrou o santo do racismo impregnado na sociedade. Ademais, o caráter diabólico presente no imaginário brasileiro ratificava atitudes racistas como essa comentada por Freyre.

A relação com o diabólico não nasce nas fazendas e engenhos brasileiros. Há de se ir um pouco mais para trás a fim de ver como a igreja, sobretudo através das artes, ratificou e consolidou no imaginário da sociedade a associação entre o diabo, e tudo de ruim que o termo discursivamente carrega, e a figura da pessoa negra. Os relatos que associam a cor negra ao mal aparecem em inúmeros relatos da vida dos santos e mártires da Igreja medieval e que mantiveram até os dias atuais. No livro *A Vida dos Santos* (1959), o padre Rohrbacher conta um incidente ocorrido com São Franscisco. Ele recebeu de Jesus uma taça cujo conteúdo santo revelaria a face do bem ou mal dos padres em um mosteiro. Segundo o relato, o conteúdo sagrado exporia a fé verdadeira e a falta dela, assim, ao ingerir, o mal se revelava negro. Segundo relatou o padre acerca da manifestação do "mal", "Aquêles (sic) que o tomavam devotamente e o bebiam todo, sübitamente tornavam-se esplendentes como o sol, e aquêles que o derramavam todo e não o tomavam lom devoção, tornavam-se negros, e escuros, e deformados e horrÍveis de ver-se. (ROHRBACHER.1959. p.160).

A representação do negro como filho do diabo está ligado às interpretações feitas pelo europeu no longo período de conquista da Idade Média até a Moderna. Apesar de a Bíblia não

afirmar que o negro seja filho do diabo, o discurso impostor ganhou força pela voz de missionários, catequistas, templários e cristãos no combate ao paganismo, Islamismo, religiões politeístas disseminadas nas inúmeras regiões de África, Oriente Médio e Índia. Nesta pintura do artista italiano Duccio di Buoninsegna (ano), vê-se Jesus sendo tentado pelo demônio, na montanha.

Figura 1 - Duccio di Buoninsegna, Temptation on the Mountain, 1308–1311, tempera on panel, Frick Collection, New York

Fonte: Frick Collection, New York (2019)

Na segunda pintura, o diabo tenta Jesus no templo. Em ambas o tipo é um negro alado.

Fig. 2 Duccio di Buoninsegna, Temptation on the Temple, 1308–1311, tempera on panel, Museo dell'Opera del Duomo, Siena

Fonte: Soprintendenza per le Belle Arti e ilPaesaggio di Siena, Grosseto ed Arezzo (2019).

Na Europa quinhentista e seiscentista, o espírito expansionista da Igreja inclui os autos de fé nos quais hereges eram queimados em praças para impedir a cisão da unidade do pensamento cristão ocidental sustentado pelos escritos de Lutero e Calvino. No Brasil, nos seus três primeiros séculos, tudo ligado à cultura de matriz africana e indígena submeteu-se às representações do diabólico graças à ação do pensamento religioso sectarista cristão, erigido desde o momento do desembarque dos missionários da Companhia de Jesus, braço intelectual da Contrarreforma católica, comandada por Ignácio de Loyola.

A igreja protestante não fica de fora dessa construção discursiva que depreciax a africanidade. A endemonização do negro ganhou contornos mais explícitos com o crescimento das correntes neopentecostais evangélicas cuja expressão maior é a Igreja Universal do Reino de Deus. Edir Macedo fundou a ramificação nos anos de 1970 alicerçado no discurso de libertação dos seus seguidores das garras demoníacas das crenças afro-brasileiras, como se observa na seguinte citação extraída de um dos seus *best sellers*:

> Na realidade, orixás, caboclos e guias – sejam lá quem forem, tenham lá nome mais bonito – não são deuses. Os exus, os pretos velhos, os espíritos de crianças, os caboclos ou os “santos” são espíritos malignos sem corpos, ansiando por acharem um meio para se expressarem neste mundo, não podendo fazê-lo antes possuírem alguém. (MACEDO, 2019, p.19)

Enfim, em pleno século XXI, casos de intolerância religiosa no Brasil contra os cultos de matriz africana, em todas as regiões, comprovam que não é uma folclorização, pelo contrário, é prática social de longos séculos comprobatória do racismo velado. Assim sendo, é possível ler, através das palavras de uma criança de oito anos de idade, nascida nos anos de 1893, um passado para melhor entendimento do presente.

No Nordeste brasileiro a religiosidade sempre foi um traço forte da região como exemplifica o massacre da Pedra Bonita e de Canudos. Os movimentos messiânicos nordestinos comprovam a estreita relação com o Sebastianismo português, com o retorno do rei Sebastião mais de 300 anos depois do seu desaparecimento, no final do século XVI. Por isso, as representações criadas em torno do negro como sendo o diabo ou filho dele remonta séculos remotos. O período posterior à assinatura da Lei Áurea revelou a fragilidade do modelo da monocultura canavieira com o fechamento de engenhos e a retirada das famílias tradicionais para as capitais. Reforçar o estigma do filho do diabo era uma forma de manter o negro sem benefícios, ascensão social, reconhecimento e aceitação geral.

Voltamos, então para os versos que encerram o poema de Jorge de Lima e como a criança, apesar da construção discursiva que a rodeia, é capaz de ‘ver’ aquilo que outros não enxergam dada o recrudescimento racista que a envolve.

3 A AFETIVIDADE DA CRIANÇA EM CHOQUE COM O SENSO COMUM

O quarto verso introduz a conjunção adversativa “mas” e muda o curso racista do senso comum ou do folclórico. A afetividade do menino confidencia um amor fraternal, uma simpatia pelo negro criado do pai de Jorge de Lima. O menino enxerga além do condicionamento social imprime na fala o orgulho de ter Benedito como amigo, como um anjo. O menino Jorge de Lima tem uma relação de afeto pelo criado. Infelizmente o poema não esclarece a idade do criado, tampouco as tarefas diárias que exercia, mas o termo “anjo” pode dizer o sentido de alguém que protege, acolhe e zela. Não se pode negar que a associação é inesperada para o contexto dos valores racistas do início de século XX, mas muito lógica para o contexto da fé cristã que tem nos anjos uma das bases doutrinárias de protetores espirituais. A pensar as

representações de anjos nas telas apresentadas mais acima, a percepção do menino Jorge vai totalmente à direção oposta.

Associar anjo ao Benedito pode ser indicativo de que o criado (o menino não chama de escravo ou servo) desempenhava função importante na intimidade diária da família Lima. Afinal, não existem anjos negros na iconografia das igrejas cristãs espalhadas no Brasil, a não ser alguns poucos santos, como São Benedito. Nelson Mandela (ano) afirma em sua autobiografia que o ser humano é produto do que lhe é transmitido, um produto dos valores sociais vigentes, mas, ao mesmo tempo, pode aprender a ser bom:

> Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor de sua pele, de seu passado ou de sua religião. As pessoas devem aprender a odiar e, se puderem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor vem mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto. (MANDELA, 1994. p.384)

No plano formal, o poema comprova a espontaneidade do pequeno poeta: os versos rimam na sequência ABCBBDD, ausência de vírgulas, o uso coloquial do pronome de tratamento “você” são todos uma ponta de rama da sensibilidade e humanidade daquele que viria a provocar uma revolução temática e formal no Modernismo brasileiro dos anos de 1930. Apesar disso, o discurso de que Benedito seja um “anjo” pode estar atrelado ao único fato de ser “amigo”, ou seja, se fosse inimigo seria também filho do diabo. Ou, por outro lado, o discurso afetivo do garoto pode ser extensão do da mãe, do pai ou de outras convivas do círculo relações do infante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo conclui a ocorrência da mesma representação do negro como diabo na região que compreende Alagoas e, por extensão, nos estados circunvizinhos, como Bahia, Sergipe e Pernambuco. Compreende-se que várias regiões do país compartilhavam o mesmo imaginário racista. O artigo analisa a representação do negro como o Diabo no poema escrito por uma criança de 8 anos de idade, no começo do século XX. O texto pertence ao poeta alagoano Jorge de Lima, descendente direto da elite agrária alagoana.

A pesquisa bibliográfica usou o método comparativo através de pinturas religiosas do final da Idade Média em cujas imagens percebe-se a representação do negro como sendo o Diabo tentando Jesus Cristo, reforçando um racismo fundamentado em crenças místicas sem fundamento bíblico efetivo, pois em passagem nenhuma da Bíblia categoriza-se o negro como sendo o Diabo. O presente artigo nasceu da pesquisa publicada pelo professor doutor de História do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Flávio Raimundo Giarola, no qual expõe a ocorrência dessa representação diabólica nos jornais de São João del Rei, Minas Gerais, no final do século XIX.

Desse modo, infere-se que a ocorrência dessa representação racista, encontrada em jornais em Minas Gerais, como registra o professor doutor Giarola, e no poema escrito em Alagoas, atesta a presença de um imaginário folclórico racista carregado de estigma e compartilhado pela elite brasileira. A representação diabólica disseminada por séculos na Europa chegou ao Brasil com contorno específico, ou seja, não se tornou apenas um relato folclórico, um imaginário da fantasmagoria europeia, converteu-se em um discurso odioso de apagamento da ancestralidade africana, das matrizes religiosas ultramarinas, das práticas sociais e corporais.

O poema escrito pela criança de 8 anos de idade é um registro linguístico das relações cotidianas da classe senhorial açucareira nordestina e da memória histórica dessa comunidade construídas ao longo de mais de 200 anos na força braçal do negro escravizado e, depois da abolição, do servo eivadas de estereótipos racistas. O poeta português Fernando Pessoa afirma que quem não sabe ler uma palavra dificilmente lerá uma alma. Um aforisma que ampliado corresponde ao sentido profundo de que a linguagem é expressão de uma realidade maior, uma realidade histórica, de representações do poder, da permanência de valores e dos condicionamentos culturais.

REFERÊNCIAS

BERARDINELLI, Cleonice. **Fernando Pessoa**... **outra vez te revejo**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2004.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999

GIAROLA, Flávio Raimundo. **O "demônio negro"**:o negro como malignonas representações religiosas e raciais da imprensa de São João del-Rei (1871-1889). 14 de março 2017.

HOBSBAWM, Erick. **Era dos extremos, o breve século XX (1914 - 1991)**. 2ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

LIMA, Jorge de. **Obra poética completa organizada, em um único volume, organizada por Otto Maria Carpeux**. Rio de Janeiro. 1949.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias deuses ou demônios?** Editora Unipro. São Paulo. 2019.

MANDELA, Nelson. **The long walk to freedom**: the autobiography of Nelson Manndela. Back Bay Books. London. 1995.

NATIONAL GALLERY OF ART ONLINE EDITIONS. **Italian Paintings of the Thirteenth and Fourteenth Centuries**, March 21, 2016.

POUND, Ezra. **ABC da literatura**.17ª edição. 2012. Editora Cultrix. São Paulo.

ROHRBACHER, Padre. **História dos santos**. vol. V. São Paulo, Editora das Américas, 1959.